

PROCAD AMAZÔNIA

Contribuições teóricas para análise sobre
Formação e Trabalho do Assistente Social

Volume 3



Marinez Gil Nogueira Cunha • Jane Cruz Prates
Vera Lúcia Batista Gomes • Hamida Assunção Pinheiro
Organizadoras

ALEXA
CULTURAL

EDUA
EDITORA DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DO AMAZONAS

FAPEAM
FUNDAÇÃO DE APOIO E PROMOVAÇÃO
DO TRABALHO DE PESQUISA

CAPES

Marinez Gil Nogueira Cunha
Jane Cruz Prates
Vera Lúcia Batista Gomes
Hamida Assunção Pinheiro
Organizadoras

PROCAD AMAZÔNIA

Contribuições teóricas para análise
sobre Formação e Trabalho do
Assistente Social

Volume 3

A presente obra foi financiada pela



COMITÊ CIENTÍFICO - ALEXA CULTURAL

Presidente

Yvone Dias Avelino (PUC/SP)

Vice-presidente

Pedro Paulo Abreu Funari (UNICAMP)

Membros

- Adailton da Silva (UFAM – Benjamin Constant/AM)
Aldair Oliveira de Andrade (UFAM – Manaus/AM)
Alfredo González-Ruibal (Universidade Complutense de Madrid/Espanha)
Ana Cristina Alves Balbino (UNIP – São Paulo/SP)
Ana Paula Nunes Chaves (UDESC – Florianópolis/SC)
Arlete Assumpção Monteiro (PUC/SP – São Paulo/SP)
Barbara M. Arisi (UNILA – Foz do Iguaçu/PR)
Benedicto Anselmo Domingos Vitoriano (Anhanguera – Osasco/SP)
Carmen Sylvia de Alvarenga Junqueira (PUC/SP – São Paulo/SP)
Claudio Carlan (UNIFAL – Alfenas/MG)
Débora Cristina Goulart (UNIFESP – Guarulhos/SP)
Denia Roman Solano (Universidade da Costa Rica)
Diana Sandra Tamburini (UNR – Rosário/Santa Fé – Argentina)
Edgard de Assis Carvalho (PUC/SP – São Paulo/SP)
Estevão Rafael Fernandes (UNIR – Porto Velho/RO)
Fábia Barbosa Ribeiro (UNILAB – São Francisco do Conde/BA)
Gilse Elisa Rodrigues (UFAM – Benjamin Constant/AM)
Fabiano de Souza Gontijo (UFPA – Belém/PA)
Gilson Rambelli (UFS – São Cristóvão/SE)
Grazielle Acçolini (UFGD – Dourados/MS)
Iraíldes Caldas Torres (UFAM – Manaus/AM)
Juan Álvaro Echeverri Restrepo (UNAL – Leticia/Amazonas – Colômbia)
Júlio Cesar Machado de Paula (UFF – Niterói/RJ)
Karel Henricus Langermans (Anhanguera – Campo Limpo - São Paulo/SP)
Kelly Ludkiewicz Alves (UFBA – Salvador/BA)
Leandro Colling (UFBA – Salvador/BA)
Lilian Marta Grisólio (UFG – Catalão/GO)
Lucia Helena Vitalli Rangel (PUC/SP – São Paulo/SP)
Luciane Soares da Silva (UENF – Campos de Goitacazes/RJ)
Mabel M. Fernández (UNLPam – Santa Rosa/La Pampa – Argentina)
Marilene Corrêa da Silva Freitas (UFAM – Manaus/AM)
María Teresa Boschín (UNLu – Luján/Buenos Aires – Argentina)
Marlon Borges Pestana (FURG – Universidade Federal do Rio Grande/RS)
Michel Justamand (UFAM – Benjamin Constant/AM)
Patricia Sposito Mechi (UNILA – Foz do Iguaçu/PR)
Paulo Alves Junior (FMU – São Paulo/SP)
Raquel dos Santos Funari (UNICAMP – Campinas/SP)
Renata Senna Garrafoli (UFPR – Curitiba/PR)
Rita de Cassia Andrade Martins (UFG – Jataí/GO)
Roberta Ferreira Coelho de Andrade (UFAM – Manaus/AM)
Tharcisio Santiago Cruz (UFAM – Benjamin Constant/AM)
Thereza Cristina Cardoso Menezes (UFRRJ – Rio de Janeiro/RJ)
Vanderlei Elias Neri (UNICSUL – São Paulo/SP)
Vera Lúcia Vieira (PUC – São Paulo/SP)
Wanderson Fabio Melo (UFF – Rio das Ostras/RJ)

Marinez Gil Nogueira Cunha
Jane Cruz Prates
Vera Lúcia Batista Gomes
Hamida Assunção Pinheiro
Organizadoras

PROCAD AMAZÔNIA

Contribuições teóricas para análise
sobre Formação e Trabalho do
Assistente Social

Volume 3



ALEXA
CULTURAL I

Embu das Artes - SP
2022



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS

CONSELHO EDITORIAL

Presidente

Henrique dos Santos Pereira

Membros

Antônio Carlos Witkoski
Domingos Sávio Nunes de Lima
Edleno Silva de Moura
Elizabeth Ferreira Cartaxo
Spartaco Astolfi Filho
Valeria Augusta Cerqueira Medeiros Weigel

Comitê editorial da EDUA

Louis Marmoz - Université de Versailles
Antônio Cattani - UFRGS
Alfredo Bosi - USP
Arminda Mourão Botelho - Ufam
Spartacus Astolfi - Ufam
Boaventura Sousa Santos - Universidade de Coimbra
Bernard Emery - Université Stendhal-Grenoble 3
Cesar Barreira - UFC
Conceição Almeida - UFRN
Edgard de Assis Carvalho - PUC/SP
Gabriel Conh - USP
Gerusa Ferreira - PUC/SP
José Vicente Tavares - UFRGS
José Paulo Netto - UFRJ
Paulo Emílio - FGV/RJ
Élide Rugai Bastos - Unicamp
Renan Freitas Pinto - Ufam
Renato Ortiz - Unicamp
Rosa Ester Rossini - USP
Renato Tribuzy - Ufam

Diretor da Edua

Sérgio Augusto Freire de Souza

Vice-Reitora

Therezinha de Jesus Pinto Fraxe

Reitor

Sylvio Puga

AGRADECIMENTOS

Este livro é o terceiro volume com reflexões, discussões e análises do conjunto de pesquisadores que compõem as equipes de trabalho e de pesquisa das três Universidades envolvidas.

Isto só é possível com o suporte desta renomada Instituição chamada CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior). À CAPES nosso agradecimento especial.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM) pelo investimento na Ciência e, em especial, pelo financiamento deste livro.

Às instituições que fazem parte desta cooperação acadêmica no PROCAD/Amazônia: Universidade Federal do Amazonas/UFAM (instituição proponente), Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul /PUCRS (instituição associada 1) e Universidade Federal do Pará/ UFPA (instituição associada 2), que têm somado esforços rumo à produção e difusão do conhecimento e aprimoramento da qualificação profissional de docentes e de discentes envolvidos.

Às equipes de pesquisadores/as das três instituições envolvidas no projeto, docentes e discentes, pelo empenho no desenvolvimento das diferentes etapas desta cooperação que já dura quatro anos.

© Alexa Cultural

Direção

Gladys Corcione Amaro Langermans

Nathasha Amaro Langermans

Editor

Karel Langermans

Capa

Klanger

Editoração Eletrônica

Alexa Cultural

Revisão Técnica

Hamida Assunção Pinheiro e Michel Justamand

Revisão de Língua

Marisa De Lucia

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C972 - CUNHA, M. G. N.

P912 - PRATES, J. C.

G787 - GOMES V. L. B.

P524 - PINHEIRO, H. A.

Procad Amazônia 3: Contribuições teóricas para análise sobre Formação e Trabalho do Assistente Social, Marinez Gil Nogueira Cunha, Jane Cruz Prates, Vera Lúcia Batista Gomes e Hamida Assunção Pinheiro (orgs.). Manaus: EDUA; São Paulo: Alexa Cultural, 2022.

14x21cm -316 páginas

ISBN - 978-85-5467-260-7

1. Serviço Social - 2. Amazonas - 3. Assistente Social - 4. Formação e Trabalho - 5. Brasil - I- Sumário - II Bibliografia

CDD - 361.981

Índices para catálogo sistemático:

1. Serviço Social
2. Formação e trabalho
3. Assistente Social

ALEXA

Alexa Cultural Ltda

Rua Henrique Franchini, 256
Embú das Artes/SP - CEP: 06844-140
alex@alexacultural.com.br
alexacultural@terra.com.br
www.alexacultural.com.br
www.alexaloja.com



Editora da Universidade Federal do Amazonas

Avenida Gal. Rodrigo Otávio Jordão Ramos, n.
6200 - Coroado I, Manaus/AM
Campus Universitário Senador Arthur Virgílio
Filho, Centro de Convivência – Setor Norte
Fone: (92) 3305-4291 e 3305-4290
E-mail: ufam.editora@gmail.com

PREFÁCIO

*“No novo tempo
Apesar dos perigos
Da força mais bruta
Da noite que assusta
Estamos na luta (...)”*

Ivan Lins

Não tenho outra forma de iniciar, se não agradecendo e manifestando o quanto me sinto honrada com o convite para prefaciar esta importante obra que se intitula PROCAD III: contribuições teóricas para análise sobre formação e trabalho profissional.

Esta escrita se desenvolve no sul do Brasil, mês de novembro de 2022, após um outubro em que ocorreram eleições de deputados estaduais, federais, governadores, senadores e presidente da República. Embora escreva este prefácio situada no tempo presente, o faço embalada ao som da canção de Ivan Lins, com a melodia Novo Tempo, que nos idos 1980 brindou a sociedade brasileira que vivia o início de uma abertura política, marcada pela Lei da Anistia que possibilitou o retorno ao país de diversos exilados políticos. Depois de 22 anos, ousou dizer que a eleição deste ano se constituiu como a mais relevante desde a redemocratização e, especialmente esta música e seu contexto, retomam este sentimento conhecido: esperança.

Assim, situo a produção desta obra em meio à esperança que demarca um novo tempo, tanto quanto ocorreu naquele momento histórico, em que a ditadura militar se arrastou ainda por alguns anos, em meio a tantos temores, como agora. Pois, mesmo vencendo através das urnas, a política genocida que resultou em aproximadamente 700 mil mortos por Covid-19 no país, o desmonte e o esvaziamento dos órgãos responsáveis por cuidar do meio ambiente, das questões indígenas e agrárias, aliado ao desmatamento recorde nos biomas e uma política de extermínio dos povos indígenas, ataques ao SUS, à educação, à ciência e à cultura, dentre outros tantos inumeráveis retrocessos no campo dos direitos humanos e sociais, estamos cientes dos desafios que ainda estão presentes. Podemos citar, dentre eles, o bolsonarismo vivenciado pelos apoiadores do atual presidente

da República, que se colocam desde o dia do resultado do segundo turno da eleição presidencial em frente aos quartéis das Forças Armadas brasileiras com protestos antidemocráticos e pedidos de intervenção “federal”, reiterando sua filiação com valores reacionários preservados pela extrema direita por meio do racismo, sexismo, misoginia, xenofobia, LGBTQIA+fobia, dentre outros. Estamos cientes de que, mesmo com o novo presidente eleito, teremos que enfrentar uma política de coalizão, o que nos impele retornar à rearticulação com a classe trabalhadora, às lutas de massa, com vistas a fortalecer a hegemonia dos setores populares e a defesa de um projeto societário emancipatório.

É um novo tempo, mas temos de enfrentar velhos perigos, como o desmonte da educação brasileira, onde em todos os níveis, desde a educação infantil até a pós-graduação, se evidencia a precarização e o descaso com a educação e com a Ciência. No que tange ao ensino superior e à universidade pública, acompanha-se o sucateamento e cortes de recursos, o retrocesso de direitos sociais adquiridos por docentes e técnicos e administrativos e intervenções antidemocráticas que colocam em risco a autonomia universitária. Com a mercantilização do ensino superior e o crescimento espantoso da rede privada tem-se a expansão desenfreada do ensino a distância e, junto a tudo isso, somos bombardeados com o que Marilena Chauí (2011) tão bem denominou como Universidade Operacional, ou “universidade-supermercado” como vendedora de bens simbólicos e culturais para seus clientes-estudantes, que se reduz à condição de prestadora de serviços que opera conforme a lógica e o gerencialismo de empresas capitalistas que afronta e empobrece o que seria a riqueza da dimensão universitária, suas diferenças de objetos, métodos e produção de saberes do exercício conjugado da docência, pesquisa e extensão por meio de uma formação crítica.

Na esteira da consolidação desta lógica, anunciam o fechamento de programas de pós-graduação consolidados, *stricto sensu*, mestrado e doutorado em todo o país. No Rio Grande do Sul, a extinção gradual do renomado Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e da Graduação da PUC reconhecido pelas agências de fomento e sociedade em geral por seus estudos, pesquisas, produção de conhecimento que incidem diretamente na sociedade e na forma-

ção de tantos trabalhadores das mais distintas políticas sociais, assim como na formação de excelência de professores universitários que atualmente formam em nível de graduação e pós-graduação outros profissionais no Brasil e no exterior. Materializa-se assim a lógica do *mercado* que corrobora com o ataque às Ciências Humanas, Sociais e Sociais Aplicadas e ao pensamento crítico deste país.

Assim, em meio a este contexto, receber esta produção me remete à celebre cena do filme *Titanic*¹, em que a banda decide continuar tocando enquanto o navio é dragado pelo mar. Nada é tão corajoso quanto aqueles músicos tocando ininterruptamente. A música, neste caso, consolidou a imortalidade dos músicos. Esta obra também representa a imortalidade da esperança, da dedicação, seriedade, competência, filiação ética e política que permeia o trabalho crítico, solidário e coletivo vivenciado pelo Sul e Norte do país por meio de suas professoras e estudantes envolvidas enquanto a educação superior naufraga neste país.

Este livro resulta da articulação interinstitucional entre a Universidade Federal do Amazonas (UFAM), a Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) e a Universidade Federal do Pará (UFPA) e se constitui por meio da resiliência, luta e resistência, na contramão da Racionalidade Neoliberal descrita por Dardot e Laval (2016) como uma nova racionalidade global que ultrapassa a ideologia econômica e ideológica sob a égide do princípio universal da concorrência. Esta solidariedade coletiva e intelectual possibilita o intercâmbio, coletivo e solidário, entre mulheres, assistentes sociais, docentes e pesquisadoras que aproximam o norte e o sul do país, contribuindo com a produção de conhecimentos sobre Formação e Trabalho do Assistente Social por meio de seus estudos, pesquisas e produção de conhecimento a partir do ensino, pesquisa e extensão vivenciados.

A perspectiva coletiva e solidária desta produção pode ser evidenciada desde a composição das quatro organizadoras envolvidas, dos 42 autores (majoritariamente mulheres) com reconhecido acúmulo e produções no campo da formação e do trabalho profissional, que se unem na resistência em tempos de avanço da barbárie do capi-

¹ *Titanic* é um filme épico de romance e drama norte-americano de 1997, escrito, dirigido, coproduzido e coeditado por James Cameron. É uma história de ficção do naufrágio real do RMS *Titanic*. <<https://pt.wikipedia.org/wiki/Titanic>>. (Filme de 1997).

tal, de aligeiramento e mercantilização do ensino superior e ataques à Ciência e à racionalidade crítica, o desfinanciamento da educação e pesquisa científica, especialmente as ciências humanas e sociais, e sistematizam em três sessões desta obra contribuições fundamentais por meio dos seus 14 capítulos que nos iluminam e contribuem na análise primorosa considerando conjuntura brasileira, os impactos na formação e no trabalho profissional, as contradições do ensino remoto, bem como os desafios que se colocam para as instâncias e entidades representativas do Serviço Social e sua relevância política neste processo.

A segunda seção contribui para avançarmos no debate sobre o necessário fortalecimento da articulação entre graduação e pós-graduação e a garantia de que, tanto na formação graduada como pós-graduada se contemple a perspectiva marxiana e a indissociabilidade entre teoria e prática, garantindo a transversalidade da ética e da pesquisa na formação profissional como elemento articulador, não se limitando a uma disciplina ou conteúdo estanque localizado em um ou outro semestre. Esta produção também permite pautar e adensar o debate da sustentabilidade e sua relação com a formação e o trabalho profissional, bem como aprofunda a reflexão sobre concepções de questão social e suas refrações.

Na última seção, encontramos a ênfase nos fundamentos do trabalho profissional de assistentes sociais, considerando as particularidades do trabalho no setor de serviços e os impactos do desenvolvimento tecnológico que se intensifica com a Indústria 4.0 e a utilização das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), que também se constitui como elemento a ser considerado na reflexão sobre os desafios técnicos e éticos colocados frente à operacionalização da dimensão técnico-operativa da profissão. Além disso, nesta seção, se observa o quanto as precárias condições de trabalho afetam a saúde do trabalhador que, em meio a fortes tendências conservadoras e reacionárias, busca contribuir com a garantia dos direitos humanos por meio de seu trabalho profissional.

O trabalho de assistentes sociais é compreendido frente aos impactos da intensificação da precarização do trabalho, onde se destacam as particularidades que se desdobram em meio a um conjunto de determinações concretas deste tempo histórico em que se viven-

cia, concomitantemente, crise econômica e política e uma crise sanitária sem precedentes neste contexto de pandemia mundial.

A precarização do trabalho é uma estratégia de dominação aos(as) trabalhadores(as) com múltiplas faces. Marx (1988) demonstra que parte ínfima da jornada de trabalho é geradora de riqueza que remunera o trabalhador e o restante da jornada é cumprida pelo(a) trabalhador(a) de forma gratuita, aí reside o perigo ao qual se denomina “escravidão assalariada”. Além disso, é válido acrescentar que as precarizações se expressam de forma diferenciada e hierarquizada como parte do desenvolvimento capitalista que, no Brasil, conforme Antunes e Figueiras (2020), sempre vivenciou formas intensas de exploração do trabalho e precarização ilimitada.

O agravamento de uma crise estrutural já vivida pela ordem capitalista desde os idos dos anos 70 (MÈSZÁROS, 2009) evidencia um processo de estagnação da economia mundial antes da pandemia, cujas repercussões societárias inscrevem-se na ordem do desemprego estrutural crescente, inclusive, nas economias ditas de capitalismo central; no aumento da desigualdade social e da pobreza extrema; no recrudescimento do estado penal, dada a incapacidade do Estado de responder às expressões da questão social pela mediação dos direitos e das políticas sociais; e na completa incapacidade do modo de produção de retomar o seu crescimento econômico (REIDEL, CANTALICE, 2021).

Considerar as particularidades do desenvolvimento capitalista dependente (MARINI, 2020), que, em se tratando de Brasil, são constitutivas de sua formação e processualidade sócio-histórica, as quais atravessam e conformam a “questão social” no país, permite compreender que as inflexões da conjuntura interferem na profissão, na relação de trabalho e formação profissional. Nesta direção, as alterações que constituem uma nova morfologia do trabalho de assistentes sociais (RAICHELIS *et al.*, 2018) apresentam desafios de diversas naturezas, tais como o desemprego, as formas precárias de contratação e a flexibilização dos direitos trabalhistas, que dificultam os vínculos e a qualidade dos serviços. Tudo isto em meio ao contexto neoliberal e da Indústria 4.0, que promovem a retirada de direitos e a inclusão de novos métodos de exploração do trabalhador, como a uberização, o *home office* e o teletrabalho.

Assim, apesar das dores da intensificação da precarização do trabalho e de tantos desafios, é necessário resistir e avançar coletivamente. Acompanhamos assistentes sociais lutando pelo fortalecimento da solidariedade de classe, na defesa das condições dignas de trabalho, na consolidação da dimensão político-organizativa da categoria e do conjunto da classe trabalhadora, respaldando-se nos fundamentos críticos da profissão, nas atribuições e nas competências profissionais e no Projeto Ético e Político Profissional, para enfrentar projetos conservadores e fascistas, frente às repressões e crises. Sabemos que a categoria possui uma importante articulação com os movimentos sociais, assim como manteve a compreensão de que os espaços de trabalho são espaços de transformação, de resistência, de lutas por mudanças societárias estruturais, no intuito de efetivar a justiça social, de modo a fortalecer a coletivização do trabalho. Enquanto se estabelecer um sistema de produção imbricado que prevê a exploração, exclusão social e subalternidade da classe trabalhadora, não haverá condições de vida justa e as dificuldades da transformação da classe para si e em si se manterão. O Serviço Social necessita permanecer com caráter político e revolucionário almejando a emancipação humana, autonomia, liberdade como expressão de luta de classe e resistência e a permanência da organização coletiva do trabalho.

Na esperança de um novo tempo, parabênizo todas, todos, todes autores deste trabalho coletivo, na certeza da profícua contribuição para discentes, docentes e toda categoria profissional. **Que permaneçamos juntos, para nos socorrer, para sobreviver.**

Boa leitura!

Tatiana Reidel
Profa. Dra. do Programa de Pós-Graduação em Política Social
e Serviço Social / Universidade Federal do Rio Grande do Sul
(UFRGS) - Pesquisadora CNPq
Porto Alegre, novembro de 2022.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo; FIGUEIRAS, Vitor. **Plataformas Digitais, Uberização do Trabalho e Regulação no Capitalismo contemporâneo**. Revista Contracampo, v. 39, n. 1, p. 27-43. Niterói, abr./jul. 2020.

CHAUÍ, Marilena. **Escritos sobre a universidade**. 1. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2016.

IAMAMOTO, Marilda V. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 26. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2015.

MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da dependência: uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini**. Organização e apresentação Emir Sader. Petrópolis: Editora Vozes; Buenos Aires: CLACSO, 2000.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política: Livro primeiro**. (Tomo I). 3. ed. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1988.

MÈSZÁROS, István. **A crise estrutural do capital**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2009.

RAICHELIS, Raquel; VICENTE, Damares; ALBUQUERQUE, Valéria. **A nova morfologia do trabalho no Serviço Social**. São Paulo: Cortez Editora, 2018.

REIDEL, Tatiana; CANTALICE, Luciana. **Formação e Serviço Social em tempos de Covid-19**. In: Desafios à formação em Serviço Social em tempos de Covid-19. p. 53-74. ANDRADE, Roberta F. C.; PRATES, Jane C. (Orgs.). Boa Vista: Editora IOLE, 2021

SUMÁRIO

PREFÁCIO

Tatiana Reidel

- 9 -

APRESENTAÇÃO

*Marinez Gil Nogueira Cunha, Jane Cruz Prates, Vera Lúcia Batista Gomes e
Hamida Assunção Pinheiro*

- 21 -

SEÇÃO I

ANÁLISE DE CONJUNTURA E REFLEXÕES SOBRE FORMAÇÃO E TRABALHO EM SERVIÇO SOCIAL

CAPÍTULO 1

A conjuntura brasileira e os impactos na formação e no trabalho profissional

*Maria Isabel Bellini (PUCRS), Sandra Helena Ribeiro Cruz (UFPA) e
Thiana Orth (PUCRS)*

- 31 -

CAPÍTULO 2

O ensino remoto emergencial no contexto pandêmico: Ensaio sobre o seu legado para a graduação e a pós-graduação em Serviço Social

Ana Lúcia Suárez Maciel (PUCRS), Escarlete Raíssa Evangelista da Silva (UFAM) e Michael da Costa Lampert (PUCRS)

- 53 -

CAPÍTULO 3

As entidades representativas do serviço social frente às implicações do ensino remoto em tempos pandêmicos

*Hamida Assunção Pinheiro (UFAM), Laís Duarte Corrêa (PUCRS) e
Camila Rocha dos Santos (UFAM)*

- 73 -

CAPÍTULO 4

O debate da sustentabilidade e sua relação com a formação e o trabalho profissional em Serviço Social

Marinez Gil Nogueira Cunha (UFAM), Hamida Assunção Pinheiro (UFAM) e Patrícia Krieger Grossi (PUCRS)

- 93 -

CAPÍTULO 5

Políticas públicas e sua interface com a formação e o trabalho profissional

Cilene Sebastiana da Conceição Braga (UFPA), Maria do Perpétuo Socorro Rodrigues Chaves (UFAM) e Erica Bomfim Bordin (PUCRS)

- 117 -

SEÇÃO II

FUNDAMENTOS DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM DEBATE

CAPÍTULO 6

Questão Social e suas expressões na realidade sócio-histórica brasileira: Desafios ao trabalho profissional do Assistente Social

Beatriz Gershenson (PUCRS), Marinez Gil Nogueira Cunha (UFAM) e Nádía Socorro Fialho Nascimento (UFPA)

- 139 -

CAPÍTULO 7

A transversalidade da ética e da pesquisa na formação profissional

Lucilene Ferreira de Melo (UFAM), Cristiane Bonfim Fernandez (UFAM), Welson de Souza Cardoso (UFPA)

- 157 -

CAPÍTULO 8

O método marxiano e a indissociabilidade entre teoria e prática: Contribuições ao Serviço Social

Carla Oliveira Jacques (PUCRS), Roberta Ferreira Coelho de Andrade (UFAM) e Jane Cruz Prates (PUCRS)

- 177 -

CAPÍTULO 9

A necessária articulação entre graduação e pós-graduação
Joana Valente Santana (UFPA); Solange Maria Gayoso da Costa (UFPA); Rodrigo dos Santos Nunes (PUCRS)
- 195 -

SEÇÃO III

O TRABALHO NO SETOR DE SERVIÇOS E AS PARTICULARIDADES DO TRABALHO PROFISSIONAL DO/A ASSISTENTE SOCIAL

CAPÍTULO 10

O lugar dos serviços no modo de produção capitalista: uma análise
a partir da produção marxiana
*Jane Cruz Prates (PUCRS), Vera Lúcia Batista Gomes (UFPA) e
Pedro Alberto Cardoso Samuel (PUCRS)*
- 215 -

CAPÍTULO 11

Condições de trabalho e as repercussões na saúde do/da trabalha-
dor/trabalhadora no Brasil
*Maria Isabel Barros Bellini (PUCRS), Vera Lúcia Batista Gomes (UFPA) e
Fernanda Xavier Arena (PUCRS)*
- 237 -

CAPÍTULO 12

Direitos Humanos e Serviço Social
*Adriana Azevedo Mathis (UFPA), Beatriz Gershenson (UFPA) e
Lidiany de Lima Cavalcante (UFAM)*
- 261 -

CAPÍTULO 13

Tendências do conservadorismo no trabalho profissional
*Maria Antônia Nascimento (UFPA), Lidiany de Lima Cavalcante (UFAM) e
Patrícia Krieger Grossi (PUCRS)*
- 277 -

CAPÍTULO 14

A materialização do trabalho profissional da(o) assistente social na
dimensão técnico-operativa

*Gleny Terezinha Duro Guimarães (PUCRS), Lucilene Ferreira de Melo (UFAM)
e Roselene de Souza Portela (UFPA)*

- 295 -

SOBRE OS(AS) AUTORES(AS)

- 313 -

APRESENTAÇÃO

Esta terceira coletânea do projeto PROCAD Amazônia é resultado do profícuo processo de interação acadêmica entre seus parceiros institucionais - a Universidade Federal do Amazonas (UFAM), a Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) e a Universidade Federal do Pará (UFPA), que vêm desenvolvendo desde outubro de 2018 uma cooperação com o objetivo de contribuir para a produção de conhecimentos sobre Formação e Trabalho do Assistente Social, aportar subsídios e desenvolver ações integradas para qualificar recursos humanos nas Instituições de Ensino Superior (IES) parceiras deste projeto.

A execução do projeto foi prevista para cinco anos, ou seja, até o ano de 2023. Mas já no final dos primeiros quatro anos (até setembro de 2022) é preciso reconhecer que é indubitável o sucesso de seus resultados, qual também foi expresso no aumento de notas dos três Programas de Pós-Graduação em Serviço Social junto à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), que passaram no corrente ano para as respectivas notas: UFAM/04, UFPA/05 e PUCRS/07.

O avanço na consolidação dos referidos programas, expresso no aumento das notas, também é fruto de rica interlocução, produção de conhecimentos e manutenção de um intercâmbio dinâmico entre docentes e discentes enquanto sujeitos sociais deste projeto PROCAD Amazônia, o qual vem sendo direcionado à formação e qualificação de um saber crítico, com valorização das experiências de ensino, pesquisa e extensão no âmbito das instituições parceiras.

Esta aproximação entre norte e sul do Brasil, por meio desta cooperação acadêmica, permitiu a criação de efetiva rede de pesquisa sobre formação e trabalho em Serviço Social. Assim, esta coletânea tem o propósito de trazer à luz os aprendizados favorecidos nesta interação científica, apresentando contribuições teóricas para análise sobre formação e trabalho profissional do/a Assistente Social.

A obra está dividida em três seções, que abrigam 14 capítulos, sendo a primeira, intitulada “*Análise de conjuntura e reflexões sobre formação e trabalho em Serviço Social*”, composta por 05 (cin-

co) capítulos dedicados a pensar a conjuntura política e econômica brasileira recente, ressaltando o contexto de pandemia da Covid-19, o avanço do ultraneoliberalismo e conservadorismo e seus impactos nos direitos e políticas sociais, assim como na formação e trabalho profissional em Serviço Social. Dentre as mediações de análise estão os impactos do Ensino Remoto Emergencial (ERE) na graduação e na pós-graduação; as lutas políticas das entidades representativas do serviço social frente ao contexto pandêmico; o debate sobre sustentabilidade socioambiental na atualidade e sua relação com a formação e o trabalho profissional; além de abordar a interface das políticas públicas com a formação e o trabalho do(a) assistente social.

O primeiro capítulo desta seção nomeado “*A conjuntura brasileira e os impactos na formação e no trabalho profissional*”, de Maria Isabel Bellini, Sandra Cruz e Thiana Orth, aborda o contexto brasileiro pós-golpe de 2016, dando destaque aos meandros que contribuíram para a ascensão da extrema direita ao poder, como também as mais perversas consequências que têm atingido a classe trabalhadora e, conseqüentemente, a formação e o trabalho dos assistentes sociais. O texto é produto de revisão bibliográfica, a partir de uma perspectiva crítica, com objetivo de revelar os desafios que têm sido postos ao serviço social brasileiro, tanto no âmbito da formação como no âmbito do trabalho. Assim, as autoras trazem aspectos que relacionam trabalho e saúde mental, intensificação do trabalho e a precarização da formação como elementos centrais para serem debatidos nos tempos em que vivemos.

O segundo capítulo intitulado “*O ensino remoto emergencial no contexto pandêmico: Ensaio sobre o seu legado para a graduação e a pós-graduação em Serviço Social*”, elaborado por Ana Lúcia Suárez Maciel, Escarlete Raíssa Evangelista da Silva e Michael da Costa Lampert, apresenta uma reflexão sobre o legado do Ensino Remoto Emergencial (ERE), tanto na graduação quanto na pós-graduação em Serviço Social, apoiando-se em pesquisa bibliográfica e documental, assim como nos estudos que vêm sendo desenvolvidos pelos grupos de pesquisa dos programas de pós-graduação em que os autores se vinculam (PUCRS e UFAM). Os autores destacam que o legado do ERE na formação em Serviço Social anuncia pautas renovadas para a agenda da categoria profissional e a necessidade de acompanhar a migração dos cursos (de graduação e pós-

-graduação) da modalidade presencial para EaD ou da fusão destas sob formato denominado de educação híbrida, reconhecendo que em ambos os casos o que ocorre é a intensificação dos processos de precarização da formação.

Hamida Assunção Pinheiro, Laís Duarte Corrêa e Camila Rocha dos Santos trazem densa reflexão no terceiro capítulo intitulado “*As entidades representativas do serviço social frente às implicações do ensino remoto em tempos pandêmicos*”. O ensaio teve como objetivo refletir acerca dos desafios da formação e do trabalho no Serviço Social, com destaque para o contexto de pandemia. A intenção foi de evidenciar o papel das entidades representativas da área em tempos de grandes desafios, tais como a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS); o Conjunto do Conselho Federal de Serviço Social/Conselhos Regionais de Serviço Social (CFESS-CRESS) e a Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO). A construção do texto pautou-se em pesquisa bibliográfica e documental acerca da temática, priorizando os sites oficiais das entidades, visando identificar o posicionamento e a articulação política destas entidades em relação ao ensino remoto emergencial.

O quarto capítulo nomeado “*O debate da sustentabilidade e sua relação com a formação e o trabalho profissional em Serviço Social*”, de Marinez Nogueira Cunha, Hamida Pinheiro e Patrícia Grossi, traz à tona uma discussão pouco explorada pela área de Serviço Social, que é a relação entre a sustentabilidade socioambiental e o projeto ético-político do Serviço Social brasileiro. É um ensaio teórico, elaborado a partir de pesquisa bibliográfica, de cariz crítico, no qual as autoras, de forma muito cuidadosa e acertada, revelam como a sociedade capitalista de produção com sua lógica de funcionamento produz e agrava a questão social, bem como a crise ambiental que tem se desenhado desde o século XX. É um texto que convida o leitor para reflexão sobre o significado de sustentabilidade, a partir da perspectiva crítica, elucidando polêmicas e dissensos que, por vezes, são empecilhos para abordagem do tema pela área de Serviço Social.

O quinto capítulo, e último da primeira seção, trata das “*Políticas públicas e sua interface com a formação e o trabalho profissional*” e é de autoria de Cilene Sebastiana da Conceição Braga, Erica Bomfim Bordin e Maria do Perpétuo Socorro Rodrigues Chaves. O ensaio apresenta instigantes reflexões sobre a interface das políticas públicas com a formação

e o trabalho da/o assistente social. As autoras afirmam que tratar da formação com vistas ao trabalho profissional, no campo da política social, na contemporaneidade, exige alguns desafios que devem considerar o conjunto de crises e de mudanças pelas quais o Estado capitalista brasileiro vem sofrendo, nos últimos anos. Assim, destacam que a redução de gastos com o social se constitui um dos maiores desafios aos profissionais de Serviço Social, dado o seu impacto nas condições e relações de trabalho, pois a falta de estrutura, contratos flexíveis, ausência de concursos, aumento de terceirização, salários baixos e outras inúmeras dificuldades acirraram e se apresentaram, no atual contexto contemporâneo, aos profissionais. No geral, o texto aborda o conjunto de limites institucionais que vão na contramão do projeto ético-político do Serviço Social, sinalizando que analisar a profissão, na contemporaneidade, requer a compreensão do avanço da programática neoliberal que implica na redução de gastos com a política social pública, devido aos ajustes fiscais, sobretudo, no governo do presidente Jair Bolsonaro, os quais têm rebatimentos nas condições e relações de trabalho das/os assistentes sociais.

A segunda seção chama-se “*Fundamentos da formação profissional em debate*” e é composta por 04 (quatro) capítulos que trazem relevantes discussões acerca de temas importantes para a formação do profissional de Serviço Social, com destaque para as abordagens sobre Questão Social, Ética e Pesquisa na formação profissional, além de discutir o método marxiano demonstrando a indissociabilidade entre teoria e prática. A seção finaliza apresentando uma reflexão sobre a necessária articulação entre graduação e pós-graduação.

Esta segunda seção inicia com o sexto capítulo nomeado “*Questão social e suas expressões na realidade sócio-histórica brasileira: Desafios ao trabalho profissional do assistente social*” – de Beatriz Gershenson, Marinez Nogueira Cunha e Nádia Socorro Fialho Nascimento – e discute a centralidade da questão social na produção de conhecimento da área de Serviço Social, reconhecendo-a como discussão imprescindível para o direcionamento da formação e do trabalho profissional numa perspectiva crítica. Trata-se de uma revisão bibliográfica, à luz da teoria social crítica, com o propósito de resgatar aspectos da gênese da questão social na sociedade capitalista de produção, bem como suas especificidades na conjuntura brasileira atual. As autoras nos brindam com dados que revelam a gravidade das expressões da questão social nestes tempos.

O sétimo capítulo intitulado “*A transversalidade da ética e da pesquisa na formação profissional*”, de autoria de Lucilene Ferreira de Melo, Cristiane Bonfim Fernandez e Welson de Souza Cardoso, por meio de pesquisa bibliográfica, traz uma reflexão de como a ética e a pesquisa são postuladas pelas Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996, no sentido de reforçar a transversalidade para a formação crítica e de qualidade no sentido do desenvolvimento e fortalecimento de posturas comprometidas com o projeto ético-político da profissão. Assim, as autoras apresentam um breve panorama da formação profissional em Serviço Social, das origens das Escolas de Serviço Social no Brasil ao chamado movimento de renovação ou reconceitualização da profissão, destacando o direcionamento social dos currículos na época. Portanto, o capítulo adensa o debate da ética e da pesquisa na formação profissional em Serviço Social, destacando a ética e a pesquisa no Documento da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) em que constam as diretrizes para os cursos de Serviço Social.

O capítulo oitavo versa sobre “*O método marxiano e a indissociabilidade entre teoria e prática: Contribuições ao Serviço Social*” e é de autoria de Carla Oliveira Jacques, Roberta Ferreira Coelho de Andrade e Jane Cruz Prates. O ensaio traz subsídios para uma fecunda compreensão da interconexão do método em Marx com a formação e o trabalho profissional da(o) assistente social. Para tanto, as autoras tomaram como ponto de partida o método em Marx, objetivando situar como a teoria e a prática, baseadas na teoria social marxiana, são pensadas de modo indissociável. No que tange às mediações realizadas pela profissão sobre a indissociabilidade entre teoria e prática, as autoras indicam a necessidade de articular formação e trabalho como unidades indissociáveis, razão pela qual as Diretrizes Curriculares dão direção a ambos os processos, destacando que o aprofundamento constante da profissão, na apreensão do método em Marx, é alicerce para que o projeto ético-político do Serviço Social com sua hegemonia crítica se mantenha e se fortaleça.

O nono capítulo, e último da segunda seção, nomeado “*A necessária articulação entre graduação e pós-graduação*”, de autoria de Joana Valente Santana, Solange Maria Gayoso da Costa e Rodrigo dos Santos Nunes, a partir de levantamento bibliográfico e documental, busca refletir sobre a indissociabilidade entre graduação e pós-graduação em Serviço Social no Brasil, discutindo os aspectos que, na processualidade

histórica, articulam os dois níveis de ensino. As reflexões trazidas pelos autores demonstram que, mesmo que haja distinção entre a formação profissional graduada e a formação em nível de pós-graduação, a base é a mesma: os princípios do projeto ético-político que defendem a vida, a democracia, os direitos sociais, a ciência, a preservação da natureza, a defesa do direito à igualdade e à diferença. Além disso, evidenciam que o Serviço Social brasileiro construiu, historicamente, um projeto profissional orientado por um projeto de sociabilidade que visa empreender suas lutas para além da sociedade burguesa, inscrito na defesa intransigente dos direitos humanos.

A terceira seção intitulada “*O trabalho no setor de serviços e as particularidades do trabalho profissional do/a Assistente Social*” está composta também por 05 (cinco) capítulos, que trazem abordagens instigantes para se pensar: o trabalho no setor de serviços; as condições de trabalho e impactos na saúde; o debate dos direitos humanos no Serviço Social; as tendências do conservadorismo na profissão na atualidade; e a discussão sobre a materialização do trabalho profissional na dimensão técnico-operativa.

O décimo capítulo inicia esta terceira seção, nomeado “*O lugar dos serviços no modo de produção capitalista: uma análise a partir da produção marxiana*”, e é de autoria de Jane Cruz Prates, Vera Lúcia Batista Gomes e Pedro Alberto Cardoso Samuel. Os autores brindam o/a leitor/a com uma profunda e crítica abordagem sobre a área dos serviços, com base na teoria do valor-trabalho, que se constitui como principal eixo da teoria marxiana. O ensaio parte do momento presente, mediante a problematização de dados concretos da área dos serviços, evidenciando a oferta de empregos formais e informais e sua contribuição para a produção do Produto Interno Bruto (PIB) na realidade brasileira. Com base na obra de Marx e de autores contemporâneos, traz a polêmica do debate sobre o chamado trabalho improdutivo e, particularmente, dos serviços, sinalizando a relação com a produção do valor. Assim, aborda reflexões sobre os espaços ocupacionais onde há maior concentração de trabalhadores no Brasil nesta área. Por fim, destaca alguns aspectos relativos à saúde do trabalhador como consequência deste processo de intensa precarização na área dos serviços.

O décimo primeiro capítulo nomeado “*Condições de trabalho e as repercussões na saúde do/da trabalhador/trabalhadora no*

Brasil”, de Maria Isabel Barros Bellini, Vera Lúcia Batista Gomes e Fernanda Xavier Arena, discute a centralidade do trabalho na vida das pessoas, assim como as profundas mudanças que vêm ocorrendo no mundo do trabalho, nas últimas décadas, que cada vez mais têm imposto que pesquisadores e estudiosos se debruçam nesta temática. Assim, discute que o trabalho é um dos elementos que compõem a determinação social da saúde compreendendo o processo saúde-doença. O ensaio foi amparado em pesquisa bibliográfica em produções científicas, permitindo trazer profundas reflexões sobre as condições de trabalho e as suas repercussões na saúde.

Adriana Azevedo Mathis, Beatriz Gershenson e Lidiany de Lima Cavalcante são autoras do décimo segundo capítulo intitulado “Direitos Humanos e Serviço Social”, que apresenta um rico e necessário debate acerca da defesa dos direitos humanos como parte importante do compromisso ético-político dos assistentes sociais. Trata-se de uma revisão de literatura crítica e atual que enfatiza os direitos humanos e suas convergências com o trabalho dos assistentes sociais nestes tempos marcados pelo neoliberalismo e pelo ultraconservadorismo, perpassando pela caracterização do pobre – negro e periférico – como sujeito que mais tem direitos violados, como também pela questão da migração na Amazônia.

O capítulo décimo terceiro é intitulado “Tendências do conservadorismo no trabalho profissional” e foi escrito por Maria Antônia Nascimento, Lidiany de Lima Cavalcante e Patrícia Krieger Grossi. O ensaio suscita um tema fundamental de ser analisado na atualidade brasileira, que é a reatualização do conservadorismo no trabalho profissional de assistentes sociais. Partindo das relações históricas entre o Serviço Social e o conservadorismo, o texto perpassa pelas consequências nefastas do bolsonarismo, trazendo para o debate os desafios do trabalho da/o assistente social na conjuntura atual. As autoras defendem que o enfrentamento das expressões do conservadorismo, sobretudo na sua derivação mais radical, o reacionarismo, é urgente, pois são processos que conduzem ao mutismo de demandas de parte da sociedade, principalmente as que envolvem a população indígena, quilombola, LGBTI+, mulheres e pobres.

O capítulo décimo quarto, e último, trata da “Materialização do trabalho na dimensão técnico-operativa” e foi escrito por Gleny

Terezinha Duro Guimarães, Lucilene Ferreira de Melo e Roselene de Souza Portela. O ensaio analisa a dimensão técnico-operativa no Serviço Social, evidenciando a indissociabilidade entre as dimensões teórico-metodológica e ético-política, alertando que, embora cada uma delas apresente características próprias, a materialidade ocorre na interseção entre as mesmas. As autoras destacam que a dimensão técnico-operativa está relacionada ao campo do fazer profissional, porém vai além dos próprios instrumentos e técnicas. Partindo deste pressuposto, este capítulo tem por objetivo refletir sobre a dimensão técnico-operativa, articulada às demais dimensões, buscando contribuir com a produção do conhecimento sobre a mesma. Ao final, o capítulo apresenta reflexões sobre a importância do aporte metodológico da dimensão técnico-operativa, discorrendo sobre a necessária indissociabilidade das dimensões, para que as mesmas estejam a serviço do acesso aos direitos sociais, o que reforça o compromisso com o projeto ético-político profissional do Serviço Social.

Por fim, cabe ressaltar que a produção de conhecimentos neste processo de colaboração científica entre UFAM, PUCRS e UFPA resulta do compromisso coletivo direcionado para a qualificação da formação e trabalho profissional do Assistente Social. Os ensaios teóricos aqui apresentados estão ancorados na defesa do saber crítico, cujos resultados expressam e reafirmam o compromisso com a direção social hegemônica do Projeto Ético-Político da categoria de Assistentes Sociais no Brasil.

Marinez Gil Nogueira Cunha
Jane Cruz Prates
Vera Lúcia Batista Gomes
Hamida Assunção Pinheiro
(Organizadoras)

- SEÇÃO I -

**ANÁLISE DE CONJUNTURA E REFLEXÕES
SOBRE FORMAÇÃO E TRABALHO EM
SERVIÇO SOCIAL**

A CONJUNTURA BRASILEIRA E OS IMPACTOS NA FORMAÇÃO E NO TRABALHO PROFISSIONAL

Maria Isabel Barros Bellini¹
Sandra Helena Ribeiro Cruz²
Thiana Orth³

INTRODUÇÃO

O momento em que trazemos o presente debate revela que vivemos tempos difíceis e de barbáries em plena luz do dia no Brasil. Somadas às inúmeras e profundas consequências que a pandemia da Covid-19 relegou, e que atingiram todos os países do mundo, no Brasil tivemos o agravante de termos no poder um (des)governo, no âmbito federal, que nos momentos mais trágicos e dolorosos desses anos de horror, desdenhou de vidas, fazendo piada com quem morria por falta de oxigênio nos hospitais.

Tendo em vista o cenário desolador em que se encontra boa parte da população brasileira, conforme os últimos dados publicados pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania Alimentar e Nutricional (REDE PENSSAN, 2022), há mais de 33 milhões de brasileiros passando fome hoje no país, o equivalente a 15,5% da

1 Docente na Graduação e Pós-Graduação no Curso de Serviço Social da Escola de Humanidades da PUCRS. Pesquisadora Produtividade do CNPq. Coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisa em Trabalho, Saúde e Intersetorialidade/NETSI/PPGSS/PUCRS. Coordenadora do Núcleo de Pesquisa da Escola de Saúde Pública/Secretaria Estadual de Saúde/RS. Lattes: <<http://lattes.cnpq.br/2580883296650341>>. ORCID: <<https://orcid.org/0000-0003-1680-5009>>. E-mails: maria.bellini@pucls.br e maria-bellini@sau.de.rs.gov.br

2 Assistente Social. Doutora em Ciências Socioambientais pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará. Professora Associada da Faculdade de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Pará. Líder do Grupo de Estudo e Pesquisa em Políticas Urbanas e Movimentos Sociais na Amazônia (GPPUMA). Lattes: <<http://lattes.cnpq.br/6427847823348453>>. ORCID: <<https://orcid.org/0000-0002-9360-5759>>. E-mail: cruz.sandra761@gmail.com

3 Jornalista. Mestra em Comunicação e Doutora em Serviço Social pela PUCRS. Atualmente, realiza estágio Pós-Doutoral na Escola de Humanidades da PUCRS, vinculada ao PPGSS. Pesquisadora do Núcleo de Estudos em Políticas e Economia Social (NEPES). Lattes: <<http://lattes.cnpq.br/5079094253564520>>. ORCID: <<https://orcid.org/0000-0001-6706-9879>>. E-mail: thiana.orth@pucls.br

população, este capítulo tem como objetivo esboçar a conjuntura brasileira, evidenciando os impactos na formação e no trabalho profissional dos/das assistentes sociais. Em termos metodológicos, a construção do texto se deu através de pesquisa bibliográfica e documental em publicações recentes específicas da área do Serviço Social, como também em produções de outras áreas do conhecimento, além de documentos da Organização Mundial da Saúde (OMS) e da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Importante ressaltar, contudo, que antes do trabalho vir a público atravessamos um processo eleitoral tenso e desafiador, provocativo de estratégias cuja centralidade foi a unidade político-partidária em torno de uma candidatura popular e capaz de derrotar o projeto autoritário e fascista, representado pelo presidente Jair Bolsonaro. Foram dias intensos, cuja perspectiva era tornar vitorioso um projeto comprometido, sobretudo, com as causas dos direitos humanos e dos direitos sociais, projeto esse que foi representado pelo ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e eleitoralmente vitorioso. Cabe à sociedade civil consolidar suas pautas, buscando diálogo e legitimidade perante o novo governo que assumirá em janeiro de 2023.

Ampliar as políticas de seguridade social, em que saúde e assistência social fazem parte, consolidando a Lei Orgânica da Assistência Social e a Lei do Sistema Único da Saúde e da Assistência Social, deve ser parte da mediação entre governo e sociedade, ultrapassando a perversa dinâmica de mercado e superando as contradições que se impõem nessas relações. No caso do processo de formação profissional de assistentes sociais, devem ratificar os parâmetros legais previstos no marco regulatório da profissão, fortalecendo as diretrizes curriculares no âmbito dos cursos de graduação e pós-graduação em Serviço Social.

Assim como é indispensável que as premissas definidoras do Código de Ética profissional sejam a base para qualquer intervenção técnico-política na realização de políticas sociais materializadoras dos direitos das frações classes trabalhadoras, garantindo ambiente para milhares de trabalhadores e trabalhadoras sociais que executam políticas de proteção social no Brasil contemporâneo, o Brasil da nova era Lula. Fica o desafio de recuperar a política de seguridade social, tendo como norte a perspectiva do Conselho Federal de Serviço Social – CFESS que propõe uma política de seguridade para além do tripé Saúde, Assistência Social e Pre-

vidência, mas alcançando o conjunto de políticas sociais indispensáveis aos direitos humanos, a exemplo da educação e da formação profissional de nível superior.

Deste modo, além desta introdução e das considerações finais, o capítulo está dividido em mais três partes. Na primeira, se esboçam os recentes acontecimentos políticos e sociais que culminaram na atual conjuntura brasileira, marcada por arbitrariedades e violências. Na segunda, discorremos sobre a relação entre trabalho e saúde mental, a partir do entendimento de que são temas que estão estritamente ligados na sociedade contemporânea, e, por último, esboçamos de que forma os impactos deste cenário incidem na formação e no trabalho profissional.

O BRASIL DE 2016 A 2022: DECLÍNIO CIVILIZATÓRIO E MORAL

Para análise da atual conjuntura brasileira e dos movimentos e processos sociais que fizeram com que chegássemos ao cenário que hoje o país se encontra, é necessário ir um pouco para trás na recente história dos acontecimentos políticos e sociais. Além de o Brasil ingressar no Mapa da Fome constata-se, também, um refluxo reacionário, como pontua Casimiro (2018), em que entram em cena, narrativas e atitudes que defendem que “direitos humanos protegem bandidos” ou que políticas públicas de acesso à renda estimulam a preguiça e desmotivam ao trabalho.

Ademais, o discurso de ódio sobre populações LGBT(q)IA+, negras, indígenas e periféricas, como também perseguições a professores que estariam passando conteúdos “esquerdistas” ou “ideologias de gênero”, tem se tornado corriqueiro, com mais ênfase a partir de 2016, quando se vivenciou no país o golpe contra a presidenta Dilma Rousseff, eleita em 2012. Tratou-se de um golpe jurídico, midiático e parlamentar, com apoio dos principais meios de comunicação do país, como também de congressistas (que, em sua maioria, votou a favor da abertura do processo de *impeachment*) e de boa parte da população, que foi às ruas entre os anos de 2015 e 2016.

É preciso lembrar que os protestos *pró-impeachment* tiveram seu ápice nos meses de abril e junho de 2016 e foram impulsionados por grupos como o Movimento Brasil Livre (MBL – atualmente seus líderes são

alvos de investigação do Ministério Público de São Paulo, por lavagem de dinheiro, ocultação do patrimônio e tráfico de influência) e o Movimento *Revoltados Online*⁴, que reuniram milhões de seguidores em suas redes sociais e que, via internet, convocaram manifestantes para expressarem suas insatisfações contra o governo vigente na época e seu partido (Partido dos Trabalhadores – PT) e para apoiar a Operação Lava Jato, pois o mote anticorrupção era a base de suas reivindicações (DILIGENTE; ORTH, 2021).

Tratou-se de um período marcado por uma grave crise econômica e política no Brasil, o que culminou em manifestações das chamadas “novas direitas”, que com a bandeira do Brasil em punho e vestindo a camiseta da seleção brasileira saíram às ruas pedindo intervenção militar, como também reivindicando outros retrocessos civilizatórios e revisionismos históricos, como a liberdade de comprar armas ou de que Paulo Freire não deveria ser considerado o Patrono da Educação brasileira, por ter propagado ideologias comunistas. Além disso, há uma espécie de “obsessão por questões culturais”, conforme Carapanã (2018, p. 36) denomina, tendo em vista que tais narrativas também mobilizam a defesa de que há uma conspiração/organização marxista, que teria como objetivo eliminar a cultura e a civilização ocidentais. Tais posicionamentos encontram argumentos (falaciosos) em torno dos valores cristãos e da família tradicional.

Gallego (2018) sustenta que, com mais ênfase a partir de 2015, o campo progressista descobriu perplexo que havia uma direita militante no país, que saiu às ruas e que perdeu a vergonha de se mostrar. Para a autora, a variedade de sentidos mobilizados através de nomenclaturas como “onda conservadora”, “fascismo”, “novas direitas”, “reacionarismo” tenta traduzir um fenômeno que atualmente é protagonista, tanto no cenário nacional como no internacional: a reorganização (neo)conservadora e suas posturas autoritárias e antidemocráticas.

Casimiro (2018), contudo, defende que o avanço significativo do pensamento e da ação política da nova direita no Brasil não pode ser reduzido aos anos de 2015 e 2016, pois se trata de um processo de reorganização das classes dominantes, que lança raízes em meados dos anos

4 Tanto o MBL como o Revoltados Online foram movimentos que emergiram com o mote de combate à corrupção no Brasil, em 2013, contudo, trata-se da defesa de uma corrupção seletiva, que ignora as raízes estruturais da corrupção política no país, sendo que seus argumentos giram em torno da corrupção do PT e não de tantos outros partidos políticos também envolvidos em escândalos e desvios de verba pública.

1980, tendo como uma de suas manifestações, entre outras, o surgimento de um novo *modus operandi* de ação político-ideológica. Para o autor “essa relação política não partidária dos segmentos da direita liberal conservadora, atualizada, militante e, muitas vezes, truculenta, configura-se, portanto, como aparelhos privados de hegemonia, cuja ação foi ganhando amplitude e intensidade” (p. 42), assim como foi radicalizando seu discurso ao longo do tempo.

Mais do que um movimento espontâneo, portanto, a guinada à direita e à extrema-direita em diversos países do mundo, nos últimos anos, se dá por meio de agentes, que através de intensa movimentação política (favorecida pela internet) e de uma miscelânea ideológica atacam as instituições e a ordem estabelecida, misturando ideias do conservadorismo, do liberalismo e do reacionarismo.

A essas ideias, somam-se outras que remetem à apologia do eugenismo e da segregação racial que fazem com que a nova direita flerte, de maneira consciente ou inconsciente, com construtos que remetem ao nazismo e ao fascismo. Isto não quer dizer que as pessoas que se interessam pelos ideais da nova direita sejam necessariamente simpáticas a ideias de segregação ou supremacia racial, nazista ou fascista. O problema, mais complicado, é que essas ideias circulam sem oposição nos meios da nova direita, frequentemente defendidas sob a justificativa da liberdade de expressão. (CARAPANÁ, 2018, p. 35).

Já os anos de 2017 e 2018 (governo Temer) foram marcados por grandes retrocessos em torno dos direitos e da proteção social dos trabalhadores, sendo que um dos significados que se pode atribuir à deposição da presidenta Dilma, em 2016, é que tal ruptura institucional permitiu o aprofundamento da agenda neoliberal com força total, criando condições para mudanças legislativas e estruturais, como foi o caso da contrarreforma trabalhista, aprovada em 2017, que introduziu ampla desregulamentação no mercado de trabalho. Marques e Nakatani (2021) ressaltam que tais alterações possuem consequências de toda ordem na esfera social: no âmbito previdenciário, por inviabilizar sua capacidade arrecadatória; na saúde, por elevar a demanda sobre o serviço público e na assistência, por potencialmente aumentar as condições de vulnerabilidade e de pobreza da população.

O que se agravou, também, neste período, foi o processo de *uberização do trabalho*, o qual passa a compor um segmento em que o trabalhador não possui qualquer garantia ou proteção social, sendo ele o responsável pela quase totalidade das ferramentas utilizadas na execução de sua atividade, assumindo uma aparência de prestação de serviços, mas que, na realidade, oculta o assalariamento e a exploração. Com isso, como defendem Reis, Samuel e Martins (2021), se esboça uma das consequências mais perversas da contrarreforma trabalhista que, ao invés de criar novos postos de trabalho (como seus defensores aludiram), trouxe um aumento significativo nos níveis de subutilização, tendo em vista o crescimento do trabalho intermitente e o número de profissionais que aderiram ao trabalho por plataforma.

Com a eleição de Jair Bolsonaro, em 2018, aprofundou-se a intolerância, a qual Schwarcz (2019) desvela como sendo constituída na negação do atrito e de uma tentativa de definir o país a partir de suas ambiguidades, retirando delas ou suavizando toda a carga de violências por qual vivenciam grande parte da população brasileira desde sua invasão em 1500. A historiadora defende que a negativa é uma forma de intolerância, já que não permite, sequer, que a crítica e o atrito sejam percebidos. “Afinal, se não há problema, não há conflito” (SCHWARCZ, 2019, p. 2010). O que pôde ser evidenciado a partir do mito da democracia racial, que se perpetuou no Brasil por longos séculos, em que se negava (e muitos ainda negam) o racismo estrutural, por exemplo. Este modo de silenciar as contradições se mostra numa sociedade que prefere deixar no invisível aquilo que se mantém presente na superfície.

Não existe, portanto, elogio possível à ‘cordialidade’ em *Raízes do Brasil*, uma vez que ela evita as hierarquias para, no silêncio, reafirmá-las. A sociedade deste país de longa convivência com a escravidão e com grandes domínios rurais privados preservaria, mesmo na contemporaneidade, uma espécie de ritual nacional de oposição às distâncias sociais, de gênero, de religião, de raça, quando na prática e no cotidiano as reitera. (SCHWARCZ, 2019, p. 211).

Neste sentido, portanto, em lugar do ritual da tolerância, constata-se, nos últimos anos, no Brasil, justamente práticas opos-

tas, onde a expressão aberta da polaridade (embora sempre existente no país de forma silenciada) emergiu, tendo em vista o aumento de movimentos autoritários, que atualmente se apoiam na criação de mitologias de Estado, pautadas na lógica do “eles” e “nós”, ou melhor, do “eles contra nós” e do “nós contra eles”. O que também pode ser compreendido de “retóricas da divisão”, como a autora traz (com base no psicanalista Dunker), as quais tendem a transformar adversários políticos em inimigos, que devem ser neutralizados e, se possível, eliminados. O certo é que, desde o golpe de 2016, “destampou-se o caldeirão dos ressentimentos, que desaguou numa política deliberada de ódios e polarizações” (SCHWARCZ, 2019, p. 217).

O ano de 2019 foi marcado por inúmeros cortes de orçamento em políticas estruturantes como a de educação, intensificando medidas iniciadas em 2017 com o governo Temer, as quais incidiram diretamente na produção da ciência e do conhecimento no país. A troca de ministros da pasta (até o momento foram quatro) e os escândalos de corrupção envolvendo alguns deles, como é o caso do pastor Milton Ribeiro⁵, expressam a total irresponsabilidade com que a política da educação vem sendo gerida. Nesta esteira de acontecimentos desastrosos e retrógrados, destaca-se o movimento da Escola Sem Partido (ESP), que busca reprimir e silenciar a articulação social da diversidade enquanto componente necessário de direito à educação escolar no Brasil. Seu foco principal reside em promover alterações de cunho jurídico no conteúdo dos debates nas escolas, legitimando posturas limitadas de troca e partilha de conhecimento, bem como dificultando o processo de desenvolvimento de políticas públicas educacionais que envolvam a sexualidade, o gênero e a formação crítica e cidadã dos estudantes (CORRÊA, RODRIGUES, MARTINS e ORTH, 2021).

Já os anos de 2020 e 2021 foram marcados pela pandemia da Covid-19 e pela brutal retração da economia. O desemprego registrou a mais alta taxa da série histórica, o número de pessoas situadas abaixo da pobreza absoluta aumentou significativamente e a desigualdade aprofundou-se. Em contrapartida, como pontuam Marques, Mendes e Nakatani (2021), a revista *Forbes* divulgou que

5 O escândalo de corrupção envolvendo o Ministério da Educação (MEC) e que levou à prisão o ex-ministro Milton Ribeiro em junho de 2022 teve início com suspeitas relacionadas à atuação de pastores dentro da pasta (O GLOBO, 2022).

o número de bilionários se ampliou de 45 para 66 entre 2020 e 2021, sendo que entre eles nove estão vinculados às empresas da área da saúde.

O ano de 2022 iniciou com publicações de pesquisas acadêmicas e da mídia noticiosa sobre a volta da fome na vida dos brasileiros. O **Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil** revelou que apenas quatro entre dez famílias conseguem acesso pleno à alimentação no país. São inúmeras as razões para tais retrocessos, destacam-se o aprofundamento da crise econômica e o contínuo desmonte de políticas públicas, que visavam à redução das desigualdades e o acesso a direitos sociais.

No próximo item, discorreremos sobre o trabalho e a saúde mental. Temáticas que se relacionam diretamente com a qualidade da formação e do trabalho profissional.

O TRABALHO “NÃO É A PENA QUE PAGA POR SER HOMEM” E SAÚDE MENTAL NÃO É MOEDA

Fica decretado que agora vale a verdade.
Agora vale a vida, e
de mãos dadas, marcharemos
todos pela vida verdadeira.
(OS ESTATUTOS DO HOMEM,
Thiago de Mello)

O poeta amazonense Thiago de Mello ditava nos artigos dos **Estatutos do Homem** que o “trabalho não é a pena que paga por ser homem, mas um modo de amar e de ajudar o mundo a ser melhor”. O trabalho como “um modo de amar” é propulsor de solidariedades, proximidades (mãos dadas), ajuda, cuidado. Como uma “pena a ser paga” fomenta o sentimento de desterro. Desterro, pois uma pena que obriga o condenado a permanecer em determinado local ou lugar para onde vai aquele que perdeu sua terra, sua pátria: o desterrado.

O trabalho humano como criação, forma de expressão e que se diferencia das atividades de outras criaturas, como exemplificado por Marx na comparação com a atividade realizada pelas abelhas, diz de um homem (sentido genérico) que planeja, visualiza resultados,

tem intenção, direção e, portanto, se apropria do ato criador tendo na mente a criação antes de construí-la (MARX, 2017, p. 255-256).

Porém, o advento do capitalismo sequestrou do trabalho a condição de criação tornando-o fonte de produção de mais-valor/mais-valia subjugando a vida ao mercado e ao lucro em um mundo onde não vale a verdade e não vale a vida, em oposição ao poeta amazonense. Um mundo com relações cada vez mais voláteis, incertas, inseguras, modelado pela fome, pelo trabalho precarizado e superexplorado de uma parte significativa da população para a qual o trabalho é meio de morte e não de vida. Um mundo em que trabalhadores e trabalhadoras experienciam asfixiados a hostilidade, a violência e a violação de direitos, a discriminação e a perseguição, o sofrimento e o adoecimento, a morte. Cogita-se a existência de uma pandemia de sofrimento emocional e a manutenção da saúde mental é apontada como uma “moeda” valiosa. Associar a saúde a um ativo financeiro, a um meio de troca é plasmá-la à lógica do mercado. Saúde mental não é moeda. Saúde é direito à vida, portanto, um bem maior, incluindo a saúde mental.

Processos de adoecimento emocional ou mental ampliam-se exponencialmente e são especialmente associados aos processos de trabalho ou à ausência de trabalho. A Organização Mundial da Saúde (OMS) e a Organização Mundial do Trabalho (OIT) dedicam atenção à saúde mental dos trabalhadores, sobretudo às situações de depressão e ansiedade, alertando que os, aproximadamente, 12 bilhões de dias não trabalhados geram um custo global de US\$ 1 trilhão. São situações de saúde/doença que inviabilizam a realização de atividades rotineiras, entre elas as atividades laborais.

Pressionada por esta realidade a OMS, em parceria com a OIT, lançou em 28 de setembro de 2022 as novas diretrizes globais sobre saúde mental no trabalho. Estas diretrizes abordam as preocupações com a saúde mental da população trabalhadora e clamam por estratégias e ações concretas. Algumas destas estratégias são voltadas para a gestão e indicam a formação de gerentes/líderes com competências para prevenir e/ou mitigar estressores presentes nos ambientes de trabalho e com possibilidade de elaborar respostas para a proteção dos trabalhadores expostos a situações de perigo. A ênfase da OMS está na promoção de condições de trabalho protetivas, preparação

adequada em nível de gestão, ou seja, investimento e liderança. Há recomendações específicas quanto às condições de trabalho, atividades que envolvem cargas pesadas e convivência com comportamentos negativos, que acabam mobilizando de forma prejudicial os trabalhadores.

A saúde mental e o trabalho estão intimamente entrelaçados em grande parte da população mundial. A saúde mental é mais do que a mera ausência de problemas de saúde mental. Muito pelo contrário: é um estado de bem-estar mental que permite que as pessoas lidem com os momentos estressantes da vida, desenvolvam suas habilidades, aprendam e trabalhem corretamente e contribuam para a melhoria de sua sonolência. Os problemas de saúde mental ocorrem independentemente de o trabalho ter contribuído causalmente para eles. (WHO, 2022, p. 6).

Reiterando a relação intrínseca entre saúde mental e trabalho Arena, Marques e Bellini, (2022) apontam que estudos evidenciam que há tipos de atividade laboral que esgarçam emocionalmente trabalhadores e trabalhadoras, pois envolvem vulnerabilidades da população atendida em um grau de sofrimento e/ou de possibilidades de superação tão desafiador, que transformam em sofrimento a jornada de trabalho.

É um tipo de trabalho que, mesmo com condições ambientais razoáveis, boa relação com a equipe de trabalho e/ou gratificação salarial, inflige o/a trabalhador/a e o/a desgasta de tal modo que possibilita o desenvolvimento da fadiga por compaixão, ou seja, “um estado de exaustão e disfunção biológica, psicológica e social como resultado da exposição prolongada ao estresse da compaixão e tudo o que ele evoca” (FIGLEY, 1995, p. 253, *apud* ARENA, MARQUES, BELLINI, 2022, p. 286). O trabalho como fator protetivo, de inserção e expressão do ser humano na vida em sociedade, passa a ser fonte potencial de adoecimento, de opressão e de morte, repercutindo na saúde emocional e física com diferentes formas de expressão:

Depressão, dores físicas/crônicas, isolamento, falta de ânimo, abuso de álcool/medicação, término de relacionamento/rupturas afetivas, aumento de conflitos interpessoais, má alimentação, estresse, alteração do sono, desenvolvimento de ansiedade, pânico, medo, angústia, quadros confusionais, somatizações, resis-

tência/oposição e outras. (ARENA, MARQUES, BELLINI, 2022, p. 286).

Frente à dramaticidade dos dados, Guy Ryder, diretor-geral da OIT, afirma:

À medida que as pessoas passam grande parte de suas vidas no trabalho – um ambiente de trabalho seguro e saudável é fundamental. Precisamos investir para construir uma cultura de prevenção em torno da saúde mental no trabalho, remodelar o ambiente de trabalho para parar o estigma e a exclusão social e garantir que os funcionários com condições de saúde mental se sintam protegidos e apoiados. (OMS, 2022).

Porém, ainda que esta seja a posição da OIT e que tenha previsto marcos legais⁶ para a proteção da saúde e a segurança dos trabalhadores, o Atlas de Saúde Mental da OMS revela o baixo investimento dos países em programas de promoção e prevenção da saúde mental relacionada ao trabalho e em “prevenção da saúde mental parental/materna foram os menos frequentemente relatados pelos Estados-Membros (35% e 29% dos países que respondem, respectivamente) (WHO, 2021, p. 108)”⁷. O Atlas alerta que mais de 70% das despesas totais com saúde mental de governos de renda considerada média ou alta e de 35% nos países de alta renda foram investidas em hospitais psiquiátricos (WHO, 2021), o que denuncia “uma situação em que os hospitais mentais centralizados⁸ e os cuidados institucionais ainda representam os principais custos para os serviços de saúde mental, o que demonstra que há uma necessidade urgente de desinstitucionalização” (WHO, 2021, p. 54)⁹.

6 Convenção de Segurança e Saúde Ocupacional da OIT (n.º 155) e a Recomendação (n.º 164).

7 Work-related mental health and parental/maternal mental health promotion and prevention programmes were the least frequently reported by Member States (35% and 29% of responding countries, respectively) (WHO, 2021, p. 108).

8 Importante destacar, quanto a este aspecto, que o Brasil vivencia o retrocesso da Reforma Psiquiátrica com a direção que vem sendo dada nos últimos poucos anos pelo governo federal reeditando o discurso/prática manicomial, retomada de investimentos em hospitais psiquiátricos e com forte tendência à medicalização do sofrimento. Lutas que haviam sido dadas como vencidas pelo movimento Antimanicomial.

9 Situation where centralized mental hospitals and institutional inpatient care still represent the main costs for mental health services, and which shows that there is an urgent need for deinstitutionalization (WHO, 2021, p. 54).

O trabalho repercute na vida das pessoas ampliando negativamente ou positivamente a saúde mental. O recente lançamento (17/06/2022) do Relatório Mundial de Saúde Mental da OMS “Transformando a Saúde Mental pela OMS” estima que “cerca de 15% da população trabalhadora mundial experimente um transtorno mental a qualquer momento. Com a saúde mental ligada à produtividade, o impacto potencial no desempenho econômico e na produção é enorme”¹⁰ (WHO, 2022, p. 12.a). Apesar de todos os dados alarmantes, o tema da saúde mental segue sendo “tabu”¹¹ nos ambientes de trabalho (WHO, 2022, a).

Para Tedros Adhanom Ghebreyesus, diretor-geral da OMS: «É hora de focar no efeito prejudicial que o trabalho pode ter em nossa saúde mental», reiterando que as novas diretrizes propostas pela OMS e OIT podem impactar positivamente no trabalho, protegendo a saúde mental da classe trabalhadora.

O enfrentamento do adoecimento pelo/no trabalho exige vontade e responsabilidade política para promoção de políticas e programas, que incidam na proteção do/a trabalhador/trabalhadora, na promoção da saúde mental e prevenção dos riscos de adoecimento nos ambientes de trabalho, envolvendo e responsabilizando empresas, instituições públicas e privadas e fomentando a participação da população em um esforço coletivo que resista à perplexidade das violações constantes, da desvalorização e exploração da classe trabalhadora, num movimento do cuidado humano, defesa dos direitos e de vida digna para toda a população. Enfim, que passe a valer “Os Estatutos do Homem”, especialmente no seu Artigo XIII que preconiza: “o dinheiro não poderá nunca mais comprar o sol das manhãs vindouras. Expulso do grande baú do medo, o dinheiro se transformará em uma espada fraternal para defender o direito de cantar e a festa do dia que chegou” (Thiago de Mello).

10 15% of the world's working population is estimated to experience a mental disorder at any given time (12). With mental health linked to productivity, the potential impact on economic performance and output is huge.

11 A Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) está lançando #DoYourShare de apoio à saúde mental, uma campanha que busca conter o estigma e a discriminação vivenciados por pessoas com condições de saúde mental, e promover interações positivas que melhorem sua busca por ajuda. (<<http://www.opas.org/pt/nopticias/>>. 07 out. 2022).

OS IMPACTOS NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Importante sinalizar que as mudanças decorrentes do golpe de 2016 buscaram aprofundar as medidas neoliberais em curso no Brasil desde os anos 1990, consolidando as premissas determinadas pelo decálogo do Consenso de Washington¹², no contexto da globalização¹³. Assim, os governos brasileiros procuraram adotar as medidas, reduzindo o Estado, anexando políticas sociais às políticas de mercado como o lugar do desenvolvimento, dentre as quais a educação passou a fazer parte das políticas restritivas desencadeadas pelo governo brasileiro.

Ressalta-se que esse processo foi intensificado no Brasil a partir do governo de Fernando Henrique Cardoso em seus oito anos de gestão, passando pelos governos de Luiz Inácio Lula da Silva e parte do governo da presidenta Dilma Rousseff, sem deixar de considerar as diferenciações. Pois, enquanto no governo de FHC o mesmo conduziu uma política de austeridade econômica, com políticas de reforma gerencial da “coisa” pública, com políticas sociais essencialmente focalistas, os governos petistas buscaram a coalizão de classes, atendendo cumprir as determinações das agências multilaterais, por um lado, adotar políticas sociais compensatórias, visando atenuar as demandas sociais das classes trabalhadoras, em especial, são citados os programas de transferência de renda – como o Bolsa Família – e a ampliação de acesso à educação pública em todos os níveis – do básico ao superior, contraditoriamente, representando algum nível de avanço no sistema de proteção social brasileiro¹⁴.

12 O Consenso de Washington foi estabelecido em 1989 pelo grupo de ‘principais representantes do establishment econômico do Primeiro Mundo’, reunido no Institute of International Economics sob a liderança do seu diretor, o economista inglês John Williamson, para discutir ‘as economias que se viam às voltas com inflação alta no continente americano’. [...] O decálogo e suas boas práticas deveriam ser observados pelos países da América Latina, América Central e Caribe que não quisessem ter com as agências multilaterais relações de animosidade (SÁ; NASCIMENTO; CRUZ; CARDOSO, 2014, p. 364).

13 Este processo denominado globalização confirma o fato de que o capital, em seu sistema metabólico de controle social, assume uma lógica que é essencialmente destrutiva, em que o valor de uso das coisas é totalmente subordinado ao seu valor de troca. O capitalismo opera de forma contraditória e conflitante, ou seja, em lugar de equilíbrio e igualdade dos agentes econômicos, tem-se a concorrência entre forças e poderes desiguais, conduzindo à acumulação, concentração e centralização do capital. Considera-se que é justamente esse seu caráter contraditório que o impede de romper com a lógica da exclusão social... (ARAÚJO, 2013, p. 37).

14 Inaugurou-se um contexto conservador, de acirramento do neoliberalismo, no qual as

No período pós-golpe 2016, entretanto, o governo brasileiro retroagiu nos investimentos sociais, que, sob intensos conflitos políticos¹⁵, lançou mão de um novo marco jurídico-constitucional que ficou conhecido como a Emenda Constitucional n.º 95/2016 ou a EC do Teto de Gastos¹⁶, grande advento da gestão do presidente interino Michel Temer, empossado após o *impeachment* da presidenta Dilma. A partir da EC n.º 95/2016, a política de proteção social sofreu duro ataque, com redução de gastos, cortes orçamentários e financeiros na saúde, na educação, na assistência social e na previdência social.

Os fatores desencadeados pós-golpe de 2016, que culminaram com a eleição de Jair Bolsonaro, atual presidente da República, radicalizaram ainda mais a política neoliberal, agregando argumentos ideopolíticos¹⁷, com o intuito de aprofundar o viés conservador da sociedade brasileira, como a questão de gênero, do racismo, a redução da minoridade etc., além de tentar interferir em políticas básicas como saúde¹⁸ e educação.

No que tange à educação superior e à formação profissional de assistentes sociais, verificou-se um verdadeiro ataque aos parâmetros técnico-operativos e políticos desta área do conhecimento e campo profissional que prima pelo compromisso ético no cumprimento de suas funções. Teve-se, por um lado, uma forte precarização da formação no âmbito das universidades públicas, com a redução dos

políticas sociais direcionadas aos pobres foram e estão sendo amplamente atingidas, com os pobres criminalizados e responsabilizados pela sua situação de pobreza e por possíveis desvios na implementação dos programas sociais a eles destinados (SILVA *et al.*, 2019).

15 Importante destacar o movimento nas universidades públicas, e até mesmo na rede básica de ensino, do movimento OCUPA que fez frente a luta contra o Projeto de Lei n.º 241, amplamente conhecido como o “PL do Mal” e que após a votação no Congresso Nacional recebeu o número de emenda n.º 95.

16 A Emenda à Constituição n.º 95 de 2016, denominada de EC do Teto dos Gastos Públicos, instituiu o Novo Regime Fiscal no âmbito dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, a vigorar por 20 exercícios financeiros, somando-se a isso os projetos de maior flexibilização do trabalho com a Lei da Terceirização, o projeto de Reforma Trabalhista e outras medidas de retrocesso político.

17 Para Silva *et al.* (2019), esse contexto de restrição e de desmonte foi aprofundado no âmbito do governo Bolsonaro, cujas marcas se expressam por três vetores: acirramento do neoliberalismo; nacionalismo autoritário e fundamentalismo moral e religioso, sendo prioridades absolutas uma profunda reforma da Previdência e a privatização e venda das riquezas nacionais. Onde o trabalho e o pobre perdem ainda mais espaço.

18 Em relação à saúde, evidenciou-se o quanto a nação estava desestruturada ao enfrentar a pandemia da Covid-19, pois as centenas de vidas perdidas se deram em decorrência do desmonte do SUS, da falta de investimento na pesquisa e na ciência, retardando as respostas que precisavam de rapidez. Assistimos a um verdadeiro processo de politização e ideologização da saúde brasileira.

programas de assistência estudantil, que se deu pelo corte das bolsas permanências, haja vista a redução das bolsas de extensão e pesquisa, utilizadas para apoiar discentes das universidades públicas, articuladas com as “políticas de cotas ou afirmativas”. Na Universidade Federal do Pará (UFPA), por exemplo, em 2021 os cortes orçamentários alcançaram um ápice que tornou difícil manter o funcionamento da instituição sob os mesmos parâmetros. Para o reitor:

...as perdas nominais acumuladas desde 2015 alcançam 92% dos recursos de investimento (que caíram de R\$ 62 milhões para R\$ 4,5 milhões) e 13% do orçamento de custeio (redução de R\$ 154 milhões para R\$ 133 milhões). Esta perda é muito maior quando considerada a inflação do período, que chega a 36,98%. Isto é, todos os anos, os contratos de manutenção são reajustados, enquanto os orçamentos encolhem. Ficando apenas com o custeio, o orçamento de 2015 corrigido pela inflação alcança R\$ 211 milhões, mas estamos recebendo R\$ 133,5 milhões – um corte, portanto, de mais de 36% [...].

Comparado com o orçamento de 2020, o orçamento de 2021 representa uma perda nominal de 18,5% para despesas de custeio (menos R\$ 29,5 milhões), aí incluídos os recursos para a assistência estudantil (menos R\$ 6 milhões) e 24% para despesas de investimento (menos R\$ 1,5 milhão). Por fim, o Governo Federal ainda anunciou o bloqueio de R\$ 21,7 milhões dos recursos de custeio e a apropriação de R\$ 8,8 milhões de recursos de arrecadação própria da UFPA para cobrir o orçamento de custeio. Não há solução de gestão que permita manter a UFPA funcionando regularmente com essas perdas. [...] A redução do investimento em Assistência Estudantil representa um ataque grave à permanência de estudantes de baixa renda. Na UFPA, mais de oitenta por cento dos discentes vêm de famílias com renda per capita de até um salário-mínimo e meio e os recursos dos orçamentos passados já se mostravam insuficientes para atender à demanda por apoio.

Tais medidas, ampliaram o acesso na rede privada de ensino superior, principalmente na modalidade Educação a Distância (EaD)¹⁹. De acordo com estudo realizado pelo Conselho Federal de

19 Importante que se diga que a modalidade de EaD teve sua origem nas alterações dos parâmetros legais ainda na década de 1990, quando “o Ministério da Educação (MEC) e o Ministério das Comunicações assumiram um protocolo para a criação do Consórcio Interuniversitário de Educação Continuada e a Distância Brasil Ead, que tinha por objetivo articular as ações na área, desenvolvendo o EaD no Brasil” (CFESS, 2015).

Serviço Social (CFESS), o marco fundamental do ensino a distância está na LDB, que incentivou o surgimento destes programas, posteriormente regulamentados pelos Decretos 2.494/98 e 2.561/98. O primeiro Decreto caracterizou o ensino a distância como uma forma de ensino que possibilitaria a autoaprendizagem pela mediação de materiais didáticos organizados e veiculados em vários meios de comunicação. O segundo Decreto trata do credenciamento dos cursos a distância e foi complementado por outras Portarias e documentos do Ministério da Educação e Cultura – MEC (CFESS, 2015).

Conceitualmente falando, o EaD passou a ser adotado no Brasil, de modo a responder à demanda reprimida em relação à educação, e difundido como estratégia de democratização do acesso, principalmente em relação ao ensino superior, considerando que, em 2015, no Brasil, a falta de vagas suficientes no ensino público presencial levou estudantes jovens de 18 a 24 anos, com perfil para o ensino presencial, a ingressarem em cursos a distância, como forma de alcançar a educação superior, reduzindo o tempo para o processo de formação dada a necessidade de ingressar no mercado de trabalho e buscar melhoria de vida.

Ao analisar a situação específica do serviço social, o CFESS (2015) afirma que “o EaD só deve ser considerado para estudantes mais maduros, que precisam se beneficiar das vantagens da flexibilidade de horários e têm condições de estabelecer hábitos de estudo independentes. Para estudantes mais jovens, a intervenção mais direta do professor, com metodologias de ensino motivadoras, é fundamental para uma aprendizagem mais profunda. Além disso, o EaD poderia ser utilizado como complementação (e não substituição) do ensino presencial e em educação continuada, divergindo da concepção do MEC.

Conforme estudo realizado em 2015 pelo CFESS e os Conselhos Regionais de Serviço Social, a realidade da EaD em serviço social no Brasil era presente em 1.596 municípios, sendo um programa na instituição pública e 13 em instituições privadas, totalizando 14 programas, atendendo 65.913 matrículas, de acordo com a Secretaria de Educação a Distância do MEC (2011).

Por outro lado, os Conselhos Profissionais (CRESS) enfrentam até os dias atuais grandes dificuldades para acompanhar este

processo, considerando que as instituições privadas visam lucros a partir da política de educação e não adotam medidas que possam ser consideradas investimentos. Neste sentido, assistimos a um processo que só precariza a formação, sem o cumprimento das diretrizes curriculares da ABEPSS, em especial as que se relacionam ao exercício do estágio profissional. Tal questão se aprofunda quando se trata do ensino a distância; não havendo nenhum compromisso em assegurar as condições institucionais para a realização do estágio profissional, dificultando, inclusive, a finalização da graduação.

Esta dinâmica descomprometida com a formação exerce efeitos: a) Prolongamento da permanência na instituição de ensino; b) Prolongamento no contrato de matrícula e, automaticamente, o prolongamento das despesas, gerando custos aos discentes e c) Deformação profissional, pois o não cumprimento do estágio profissional ou mesmo a redução da carga horária exigida para o estágio torna difícil a obtenção do grau, do reconhecimento legal perante o conselho profissional e, conseqüentemente, o não alcance do mercado de trabalho.

Não se trata de uma luta entre o bem e o mal, em que o ensino presencial e público representa o bem e o ensino privado presencial ou a distância representa o mal. Trata-se de um processo contraditório, cujo pano de fundo é a radicalização neoliberal em que a privatização é o cerne de tudo. No contexto neoliberal, a educação enquanto política social básica vira mercadoria conforme as leis gerais do capitalismo. Em se tratando de uma área do conhecimento demandada pelas frações das classes trabalhadoras, a área do Serviço Social luta pela qualidade de ensino, reivindicando ampliação do acesso ao ensino público, de forma presencial e, assim, preservando as exigências legais previstas nas diretrizes curriculares e o cumprimento da Lei de Regulamentação da Profissão.

Infere-se que tal processo torna ainda mais complexo o processo de formação profissional, atingindo discentes, cuja realidade de vida se contextualiza em níveis de desigualdade profunda, e, também, docentes que têm as relações de trabalho ainda mais precarizadas; tendo que pesquisar, organizar materiais, preparar aulas, gravar vídeos, alimentar plataformas, publicar artigos, orientar, supervisionar, participar de eventos etc. Isso tudo acontece, em grande medida,

sem carga horária específica e sem remuneração adequada, gerando processos de adoecimento de forma generalizada, que atinge discentes e docentes no âmbito das instituições públicas. De acordo com o CFESS:

A questão a ser problematizada é a ‘produção’ de profissionais em massa e com conteúdos banalizados; é a qualidade do ensino que está sendo oferecido, que não assegura o perfil das Diretrizes Curriculares; é a educação bancária e mercantilizada que não garante o serviço social de qualidade de que o Brasil precisa. (CFESS, 2015, p. 14).

Tal processo deve ser localizado no âmbito das alterações e mudanças decorrentes da reestruturação produtiva e da dinâmica neoliberal em curso no país. Enquanto no seu contraponto, as entidades nacionais de ensino em serviço social e de fiscalização do exercício profissional fazem frente a esta dinâmica estrutural e conjuntural, contestando as medidas de contrarreforma do ensino superior e suas consequências, como a precarização da formação profissional, a expansão do ensino privado, da educação a distância; o que exige permanente processo de articulação e posicionamento político (SILVA *et al.*, 2020).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sabe-se que não foram somente as consequências da pandemia da Covid-19 que fizeram com que o Brasil chegasse ao abismo civilizatório em que se encontra, mas também direções políticas, mediante decisões arbitrárias, ações autoritárias, verticais e sem participação popular. Pesquisa realizada no período de 2015-2019, coordenada e publicada por Silva (2019), constatou que os/as trabalhadores/as sociais na área da assistência social enfrentavam um grau de sofrimento decorrente da intensidade do trabalho, da redução das equipes e do baixo investimento nas condições de trabalho.

Nesse sentido, pode se considerar que as conquistas na área da assistência social durante os governos de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010) e Dilma Rousseff (2011-2014) não significaram ruptura com a orientação neoliberal, mantendo as determinações e exigências

impostas pelas organizações multilaterais, especialmente o Fundo Monetário Internacional (FMI), comprometendo drasticamente os investimentos em políticas sociais (NASCIMENTO; CRUZ; PONTES, 2019). Além desses episódios conjunturais, o país passou a sofrer as consequências do golpe de 2016 e da prisão do ex-presidente, favorecendo a eleição do presidente Jair Bolsonaro, governo desestruturador dos avanços constitucionais e das políticas sociais públicas.

A partir da análise da conjuntura desses últimos anos no país, ressaltam-se enormes retrocessos, entre eles: a entrada para o Mapa da Fome, a insegurança alimentar, o aumento dos custos dos alimentos básicos, a diminuição do poder de compra e de subsistência da população e o aumento da desigualdade.

Os impactos na formação e no trabalho profissional foram brutais, sendo que os desinvestimentos nas políticas de educação incidiram diretamente no agravamento da situação, tendo em vista a perda de bolsas de pesquisa e a piora das condições financeiras com que se encontram boa parte das universidades federais, gerando inseguranças, desesperança, medo e exaustão, tanto em docentes como em discentes.

Há um contingente de trabalhadores e trabalhadoras em condições desumanas de sobrevivência e mesmo aqueles que possuem as condições materiais de existência padecem de situações cotidianas desencadeadoras de adoecimento mental, causado, sobretudo, pelo excesso de trabalho e por condições laborais precarizadas, as quais tanto os formadores de assistentes sociais como os profissionais da categoria vivenciam.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Raimundo Luiz S. **Limites e Possibilidades da redução das Desigualdades Territoriais por meio do financiamento da educação básica**. Tese (Dourado em Educação). São Paulo: PPGE/FAED/USP, 2013.

ARENA, Fernanda X.; MARQUES, Nadianna Rosa; BELLINI, Maria Isabel B. **A fadiga por compaixão no contexto pandêmico**: uma revisão de escopo. In: Atravessamentos do neoliberalismo nas políticas

públicas no contexto pandêmico. 2 v. [on-line] Maria Isabel Barros Bellini *et al.* (Org.). Porto Alegre: EdIPUCRS, 2022.

CARAPANÃ. **A nova direita e a normalização do nazismo e do fascismo.** In: O ódio como política. 1. ed. GALLEGO, Esther S. (Org.). São Paulo: Boitempo Editorial, 2018.

CORRÊA, Laís; RODRIGUES, Milena; MARTINS, Paulo Roberto; ORTH, Thiana. **A política de educação no Brasil:** um “museu de grandes novidades”. In: Alterações Político-Econômicas Contemporâneas na América Latina. São Paulo: Alexa Cultural Editora; Manaus: EDUA, 2021.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Sobre a Incompatibilidade entre Graduação a Distância e Serviço Social.** v. 1. Brasília: CFESS, 2015.

CASIMIRO, Flávio Henrique C. **As classes dominantes e a nova direita no Brasil contemporâneo.** In: O ódio como política. 1. ed. GALLEGO, Esther S. (Org.). São Paulo: Boitempo Editorial, 2018.

DILIGENTE, Marcos; ORTH, Thiana. **As manifestações populares no Brasil e o Estalido Social no Chile.** In: Alterações Político-Econômicas Contemporâneas na América Latina. São Paulo: Alexa Cultural Editora; Manaus: EDUA, 2021.

GALLEGO, Esther S. **O ódio como política.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2018.

MARQUES, Rosa Maria; MENDES, Jussara Maria Rosa; NAKATANI, Paulo. **As condições econômicas, sanitárias e sociais no país da terra plana e da cloroquina.** In: Alterações Político-Econômicas Contemporâneas na América Latina. MARQUES, Rosa Maria; PRA-TES, Jane C.; ORTH, Thiana. (Orgs.). São Paulo: Alexa Cultural Editora; Manaus: EDUA, 2021.

MARX, Karl. **O Capital:** crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital. Tradução Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.

MELLO, Thiago de. Os Estatutos do Homem. 3. ed. São Paulo: Editora Vergara & Riba, 2011.

NASCIMENTO, Maria Antônia C.; CRUZ, Sandra Helena R.; PONTES, Reinaldo N. **A implementação do SUAS no Estado do Pará:**

realidade e especificidades da região Norte. In: O Sistema Único de Assistência Social (SUAS) no Norte e Nordeste: realidades e especificidades. SILVA, Maria Ozanira da S. (Org.). São Paulo: Cortez Editora, 2019.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE (OPAS). **OPAS lança campanha para combater o estigma contra pessoas com condições de saúde mental.** Disponível em: <<https://www.paho.org/pt/noticias/7-10-2022-opas-lanca-campanha-para-combater-estigma-contrapessoas-com-condicoes-saude#:~:text=Washington%2C%20DC%2C%207%20de%20outubro,intera%C3%A7%C3%B5es%20positivas%20que%20melhoram%20a>>.

REIS, Carlos Nelson; SAMUEL, Pedro Alberto C.; MARTINS, Paulo Roberto. **Brasil: caminhos e descaminhos da legislação trabalhista em tempos de uberização do trabalho.** In: Serviço Social, Economia Política e Marxismo. PRATES, Jane C.; REIS, Carlos Nelson dos; ANDRADE, Roberta F. C. (Orgs.). São Paulo: Alexa Cultural Editora; Manaus: EDUA, 2021.

REDE PENSSAN (Brasil). **VIGISAN: Inquérito nacional sobre insegurança alimentar no contexto da pandemia da Covid-19 no Brasil.** Brasil: Rede PenSSAN, 2022. Disponível em: <<https://bit.ly/3zL3zml>>. Acesso em: 10 jun. 2022.

SÁ, Maria Elvira R. de; NASCIMENTO, Nádia Socorro F.; CRUZ, Sandra Helena R.; CARDOSO, Welson de S. **Desenvolvimento e Desigualdade na Amazônia Contemporânea.** In: Sociedade, Campo Social e Espaço Público. CASTRO, Edna Maria R. de; FIGUEIREDO, Silvio L. (Orgs.). Belém: NAEA, 2014.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e *et al.* **A Política de Assistência Social na Conjuntura Brasileira de Desconstrução de Direitos e de Desmonte da Seguridade Social: 2016/2018.** In: A implementação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) nas regiões norte e nordeste: confronto de realidades e especificidades. SILVA, Maria Ozanira da S. e (Org.). São Paulo: Cortez Editora, 2019.

SILVA, Maria Ozanira da S. e. **O sistema único de Assistência Social (SUAS) no Norte e Nordeste: realidades e especificidades.** São Paulo: Cortez Editora, 2019.

SILVA, Andrea F. L. da; GOMES, Laura Michele S. L.; NASCIMEN-

TO, Maria Antônia C.; CRUZ, Sandra Helena R. **Caracterização do Estado do Pará**: contribuições para o estudo da Formação Profissional em Serviço Social na Amazônia. In: PROCAD Amazônia: formação e trabalho do assistente social no norte e no sul do Brasil. CUNHA, Marinez Gil N.; PRATES, Jane C.; ANDRADE, Roberta F. C. de.; BORDIN, Erica B. (Orgs.). São Paulo: Alexa Cultural Editora; Manaus: EDUA, 2020.

SCHWARCZ, Lilia M. **Sobre o Autoritarismo Brasileiro**. 1. ed. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2019.

O GLOBO. **Corrupção no MEC**: entenda o caso e saiba quem são os personagens. [on-line]. 24 jun. 2022. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/politica/noticia/2022/06/corruptao-no-mec-entenda-o-caso-e-saiba-quem-sao-os-personagens.ghtml>>.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **OMS e OIT pedem novas medidas para lidar com problemas de saúde mental no trabalho**. [on-line] 28 set. 2022. Disponível em: <<https://cee.fiocruz.br/?q=OMS-e-OIT-pedem-novas-medidas-para-lidar-com-problemas-de-saude-mental-no-trabalho>>.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. **Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão da UFPA emite nota oficial sobre cortes orçamentários**. Disponível em: <<https://portal.ufpa.br/index.php/ultimas-noticias2/12652-conselho-superior-de-ensino-pesquisa-e-extensao-da-ufpa-emite-nota-oficial-sobre-cortes-orcamentarios>>.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). **Mental Health Atlas 2020**. World Health Organization, 2021. Disponível em: <<https://www.who.int/publications/i/item/9789240036703>>.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). **Guidelines in Mental Health at Work**. World Health Organization, 2022 (a). Disponível em: <<https://www.who.int/publications/i/item/9789240053052>>.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). **World mental health report: transforming mental health for all**. World Health Organization, 2022. Disponível em: <<https://www.who.int/publications/i/item/9789240049338>>.

CAPÍTULO 2

O ENSINO REMOTO EMERGENCIAL NO CONTEXTO PANDÊMICO: Ensaio sobre o seu legado para a graduação e a pós-graduação em Serviço Social

Ana Lúcia Suárez Maciel¹
Escarlete Raíssa Evangelista da Silva²
Michael da Costa Lampert³

INTRODUÇÃO

Nos últimos dois anos, o Serviço Social sofreu duras inflexões no seu processo e projeto de formação, no âmbito da graduação e da pós-graduação. Diante de uma conjuntura marcada pela pandemia da Covid-19 que desencadeou uma série de novas determinações, com relação aos processos de ensino, aprendizagem, pesquisa, produção e socialização do conhecimento, dadas pelas influências das regulações estatais, assim como pelas definições institucionais das Instituições de Ensino Superior (IES).

O surgimento da modalidade do Ensino Remoto Emergencial (ERE), implementada como medida excepcional para garantir a continuidade do processo formativo, produziu diversos questionamentos e preocupações à luz dos possíveis impactos para a formação e para o trabalho profissional, além das implicações oriundas da implantação de uma modalidade de ensino que é considerada incompatível com o projeto de formação vigente na área do Serviço Social.

No entanto, o advento do ERE se constituiu em uma oportu-

1 Assistente Social, Mestre e Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), onde atua como docente, pesquisadora e líder do Grupo de Estudos sobre Gestão Social e Formação em Serviço Social (FORMASS). E-mail: ana.suarez@puers.br

2 Assistente Social formada pela Universidade Federal do Amazonas (2019). Mestre em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia formada no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia (PPGSS). É vinculada ao Grupo de Pesquisa e Estudos de Serviço Social, Trabalho e Direitos na Amazônia (ESTRADAS). E-mail: escarleteraissa@gmail.com

3 Assistente Social formado pelo curso de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Mestre e Doutorando em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), onde é pesquisador na área de Serviço Social, Ensino e Formação. E-mail: mclampert@outlook.com

tunidade propiciada pela pandemia para que o projeto de expansão do capital, ainda mais intensa, do mercado educacional se efetivasse, confirmando o que Farage (2021) denominou como “laboratório experimental”. Captar este processo se torna fundamental, posto que os seus impactos na formação podem ser considerados inéditos na história do Serviço Social, assim como permitem a sinalização das suas configurações futuras.

Este capítulo objetiva refletir sobre o legado do ERE para a graduação e a pós-graduação em Serviço Social. Para sua construção, recorreremos à pesquisa bibliográfica e documental, assim como aos estudos que vêm sendo desenvolvidos nos grupos de estudo e pesquisa vinculados aos dois Programas de Pós-Graduação, aos quais os autores se inserem, a saber: Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PPGSS/PUCRS e Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas – PPGSS/UFAM.

Além da introdução e conclusão, o capítulo está estruturado em duas seções: uma que apresenta breve contextualização e configuração do ERE e outra seção que problematiza os seus impactos na formação em Serviço Social, sendo finalizado com as referências.

CONTEXTUALIZAÇÃO E CONFIGURAÇÃO DO ERE

É indubitável que o acesso à formação de nível superior se constitui um dos principais caminhos para o avanço e a transformação da sociedade. Todavia, a sua materialização contempla projetos de educação que, atualmente, se encontram em disputa, considerando os diversos interesses que se materializam neste campo. Assim, o surgimento de uma nova modalidade de ensino, justificada pela contingência da pandemia da Covid-19, precisa ser analisado à luz dessa perspectiva, pois se constatou que, ao longo dos dois últimos anos, um conjunto de transformações se processou na educação superior. Elas ampliaram, ainda mais, um modelo privatista da educação, ancorado por propostas e formatos de ensino com perspectivas distintas de uma educação emancipadora, crítica e democrática que é a base que sustenta o atual projeto de formação do Serviço Social

brasileiro.

Os pilares da Educação no Brasil estão sustentados pela Lei n.º 9.394 de 20 de dezembro de 1996, que apresenta duas modalidades para a Educação Superior: o Ensino Presencial e o Ensino a Distância (EaD), por meio do artigo n.º 80, regulamentado pelo Decreto n.º 9.057, de 2017. O que difere essas duas concepções é o tratamento e a caracterização no processo de ensino-aprendizagem. Apesar de ambas contemplarem pressupostos e planejamento pedagógicos, a EaD possui inúmeras limitações no que se refere ao processo de interação entre alunos e professores, pois as plataformas de Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVA) assumem centralidade nessa mediação; além disso, deposita no aluno a maior parte das responsabilidades do processo, considerando a autonomia contida nesse formato educacional e, ainda, a dependência e o domínio dos recursos tecnológicos necessários para a referida modalidade.

De acordo com o Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES, 2020), uma educação socialmente referenciada, sob a ótica da universalidade, laica, pública, de qualidade e de pleno desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem, só pode ser concebida pelo ensino presencial, pois desenvolve três dimensões fundamentais: 1) A produção criativa, reflexiva e crítica do conhecimento; 2) O diálogo e interação entre aluno e professor, e outras áreas de conhecimento; 3) O desenvolvimento de atividades que envolvem ensino, pesquisa, extensão, monitoria e outras ações político-pedagógicas, elementos essenciais que não considerados como interdependentes na modalidade EaD.

Atravessada por diversas polêmicas e críticas, a EaD cresceu de forma contínua nas últimas décadas e, durante o período da pandemia, apresentou crescimento exponencial como ilustraremos na sequência. Para Farage (2021), sempre foi interesse do grande capital tornar esta modalidade de ensino prioritária e permanente no Brasil, o que de fato estaria em consonância com as orientações de diversos organismos internacionais. No entanto, antes da pandemia, esta modalidade de ensino era defendida como “estratégia de alcance” às demandas que a educação pública não conseguia atender em razão dos limites geográficos e como estratégia de baixo custo, a favor da mercantilização da educação (ANDES, 2020).

Conforme os dados do último Censo da Educação Superior (2020), até 2020 o Brasil apresentava um total de 2.457 IES, 856 nas capitais e 1.601 no interior, desse total apresentava 43.953 cursos, sendo: 25.091 de bacharelados, 7.717 de licenciaturas e 9.145 de tecnológicos. Acerca do quantitativo que essas IES atendiam, em 2020, havia 8.680.354 matrículas ativas em toda rede de educação superior (1.956.352 em IES públicas e 6.724.002 em IES privadas).

Frente a essa realidade, nesse mesmo ano o Censo apontou um total de 1.637.619 matrículas trancadas (353.779 em IES públicas e 1.283.840 em IES privadas) e 2.145.755 matrículas desvinculadas (215.138 em IES públicas e 1.930.617 em IES privadas), além de 1.469 óbitos de estudantes (351 de IES públicas e 1.118 de IES privadas). Esses últimos dados são referentes ao primeiro ano da pandemia e, se comparados ao último Censo anterior à pandemia, de 2019, é perceptível um aumento no total de matrículas trancadas (1.328.650) e óbitos (1.229) de estudantes.

No que se refere aos cursos de Serviço Social que são oferecidos nas IES, em 2020, os dados identificavam que eram 388 IES (330 privadas e 58 públicas) que ofereciam 482 cursos (412 em IES privadas e 70 em IES públicas) em todo o Brasil, lembrando que uma mesma IES pode ter um curso de Serviço Social diurno e outro noturno, por isso aparecem mais cursos de Serviço Social do que IES nos dados sinalizados.

Referente aos ingressos nas IES, em 2019 houve 3.633.320 ingressantes e em 2020 houve 3.765.475, uma média que se manteve crescente. Se, por um lado, o primeiro ano de pandemia elevou o número de trancamentos de matrícula, por outro, aumentou levemente o número de ingressantes. Esses dados sugerem questionar: Durante a pandemia quem precisou trancar suas matrículas, o fez em decorrência do ERE? Os trancamentos podem ter sido uma estratégia inicial para passar pelo processo de isolamento e preservação da vida? A pandemia só agudizou uma problemática que, historicamente, já era sentida pelas pessoas que acessam a educação superior, refletindo na dificuldade de permanecer e concluir cursos neste nível educacional?

O que é evidente, nessa primeira aproximação com os dados, é que a pandemia impactou as IES públicas e privadas, mesmo com intensidades distintas devido às suas realidades administrativas ou

geográficas. Nesse contexto, salienta-se a necessidade de compreender os impactos do ERE para a formação na modalidade presencial, haja vista que as atividades presenciais nas IES foram suspensas no ano de 2020, no dia 17 de março, conforme Portaria n.º 343 do MEC, que previu as condições jurídicas para substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto perdurasse a situação de pandemia.

Esta mesma Portaria, dois dias após a sua publicação, sofreu alterações substantivas, por meio da Portaria n.º 345, para efetivar a sua validação no período inicial de 30 dias, validade que, posteriormente, foi prorrogada em mais 30 dias, através da Portaria n.º 395, de 15 de abril de 2020 e estendida por mais 30 dias, via Portaria n.º 473, em 12 de maio do mesmo ano. Essa prorrogação foi ampliada pela Portaria n.º 544, de 16 de junho do mesmo ano, onde esta determinou que as atividades substitutivas por meio digitais perdurassem até 31 de dezembro de 2020, considerando o agravamento da pandemia. Pouco depois desse momento, a Portaria n.º 572, de 20 de julho de 2020, estabeleceu um protocolo de biossegurança a ser adotado por instituições federais, que serviu como piloto para toda a rede educacional, pois o documento continha orientações para o retorno das atividades presenciais.

O ano de 2021 seguiu nessa mesma direção, haja vista que a Portaria n.º 1.030, de 1º de dezembro de 2020, entrou em vigor no dia 4 de janeiro de 2021, dispondo de orientações para retorno às aulas presenciais e sobre o caráter excepcional da utilização de recursos digitais via Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), para integralização da carga horária das atividades pedagógicas enquanto durasse a situação da pandemia.

Na prática, esta última Portaria definiu o retorno das atividades presenciais com apoio de recursos educacionais digitais de forma complementar. Registra-se que essa opção “complementar” servia como um recurso que poderia ser usado de “forma integral”, em caso de suspensão de atividades presenciais decorrentes das determinações de autoridades locais. A Portaria n.º 1.038, do dia 7 de dezembro, suspendeu do texto o “complementar” e deixou somente o “caráter excepcional”. Ou seja, ao mesmo tempo em que a União definia orientações, estas mesmas já vinham com ressalvas, de acor-

do com as particularidades e definições regionais de cada unidade federativa e municípios. Mesmo com as referidas definições postas para a educação, esta vem se adequando, neste ano de 2022, a uma ideia de “retorno à normalidade”, como se fosse possível apagar o lastro deixado pela pandemia e, simplesmente, seguir em frente.

A Portaria n.º 320, de 04 de maio de 2022, sinalizou breves alterações na Portaria n.º 1.030 para reafirmar o papel da educação digital e reiterar que, no âmbito da educação básica, o ensino a distância se dará a partir do nível fundamental “para complementação pedagógica”. Logo, há uma pavimentação para estruturar e fortalecer a modalidade educacional a distância, ao mesmo tempo em que o aparato educacional digital se apresenta com tendência de converter a modalidade presencial em híbrida, fator que ora se apresenta como excepcional, devido às condições emergenciais da pandemia, mas que já sinaliza uma caminhada em direção à hibridização da educação em todos os níveis.

O surgimento do ERE, denominado por alguns autores como “arranjo” ou “arremedo” da EaD, emerge nessa conjuntura marcada por disputas intensas que eram anteriores à pandemia, acerca da intensificação do uso das TICs e da expansão da EaD nos países em que os indicadores educacionais são inferiores às médias mundiais (LIMA, 2007) e que encontra, na conjuntura pandêmica, o cenário favorável para a sua adoção em larga escala. Trata-se, assim, de uma modalidade que lança mão das TICs no desenvolvimento das atividades acadêmicas, de modo síncrono ou assíncrono que muda, temporariamente, a estrutura curricular, as relações entre alunos e professores, os espaços e os tempos do ensino superior presencial.

Esta modalidade de ensino foi aderida de forma abrupta e impositiva, sem envolvimento da comunidade acadêmica, o que ocasionou diversas implicações no processo de ensino-aprendizagem. De acordo com nota publicada pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) *et al.* (2020, p. 307):

Com diferentes nomenclaturas e narrativas, as propostas de Ensino Remoto Emergencial (ERE) apresentadas nas universidades do Brasil possuem visíveis fragilidades, em suas bases legais e em seus pressupostos pedagógicos e de planejamento das atividades de ensino, acentuando as tendências à improvisação e à

desqualificação do processo, responsabilizando individualmente a docentes e discentes por garantir o processo de aprendizagem.

O desenvolvimento das atividades nesse modelo não contemplou uma estrutura adequada ou unificada. Foi marcado pela transposição de aulas presenciais para o modo virtual, criação de calendários especiais, fragilização dos conteúdos curriculares, flexibilização da carga horária e desconsideração acerca das desigualdades no acesso aos recursos tecnológicos necessários (ANDES, 2020). Nesse percurso de dois anos e meio, a internet e as plataformas digitais (*Google Meet, Google Classroom, Zoom, Teams, WhatsApp*) assumiram centralidade no desenvolvimento das atividades que sustentaram o ERE. Destaca-se, ainda, a frágil capacitação ofertada pelas IES aos professores e alunos para a garantia da oferta das condições mínimas para a migração do presencial ao remoto; a imposição na sua adoção; o uso do espaço privado para o desenvolvimento das atividades acadêmicas, o que inclui o espaço físico, os equipamentos e o acesso à internet. Sublinha-se que algumas IES forneceram algum suporte, nesse sentido, mas não se configurou como prática da maioria, o que gerou maior responsabilidade do professor na gestão do trabalho docente.

Nessa direção, Barbosa (2021) evidenciou algumas preocupações acerca das possíveis tendências que estariam em curso durante e após a pandemia, tais como: imposição de uma reorganização do processo de trabalho, mudanças no perfil profissional, redefinição do papel social da docência e, principalmente, a criação de bases objetivas para mudanças estruturais no processo de ensino-aprendizagem.

Não descolada dessa realidade, tomar a formação profissional em Serviço Social, tanto na graduação quanto na pós-graduação como desafios profissionais para a área, é reconhecer um espaço de trabalho onde assistentes sociais atuam no âmbito da docência para formar novos quadros. Formação que, também, se viu condicionada a se reinventar e reorganizar em seus processos formativos e que envolveu atividades de ensino, pesquisa e extensão. Nesse contexto, por se tratar de uma formação situada na esfera da educação superior, a necessidade de manter as atividades formativas, em um momento histórico que a pandemia avançava e, diariamente, fazia milhares de vítimas acometidas pelo coronavírus, se deu quando a população, em

especial a classe trabalhadora, vivenciou o que Antunes (2020) denominou como “fogo cruzado”.

Fogo cruzado que pode ser vislumbrado como produto da crise do capital em ascensão durante a referida pandemia. Antunes o situa da seguinte forma:

A esta simultaneidade e imbricação trágica entre sistema de metabolismo antissocial do capital, crise estrutural e explosão do coronavírus podemos denominar, se quisermos usar uma síntese forte, capital pandêmico. Ele tem um claro caráter discriminatório em relação às classes sociais, pois sua dinâmica é muito mais brutal e intensa para a humanidade que depende do próprio trabalho para sobreviver. A classe burguesa, incluindo seus séquitos de altos gestores, tem seus fortes instrumentos de defesa (recursos hospitalares privilegiados, condições de habitação que lhes permite escolher as melhores condições de realizar suas quarentenas etc.), enquanto na classe-que-vive-do-trabalho a luta é para ver quem consegue sobreviver. (ANTUNES, 2020, p. 18).

O ápice do fogo cruzado se deu pela necessidade contraditória de manutenção das atividades de trabalho e as atividades essenciais, em um contexto de avanço da pandemia, em uma conjuntura que já vinha no lastro da devastação de direitos e da proteção social. Ao mesmo tempo, a área educacional precisou se adequar ao novo contexto da pandemia e as respostas encontradas para a manutenção das atividades educacionais, em todos os seus níveis, encontraram no ERE a viabilidade de manter as atividades, mas não sem serem afetadas pela conjuntura, fortemente, acentuada pelo capital pandêmico.

O ERE produziu diversas inquietações e interrogações à luz dos possíveis impactos para a formação e o trabalho, além das implicações oriundas da implantação de um “hiato” de ensino incoerente aos valores e princípios defendidos pelo Serviço Social. O hiato se dá porque o ERE representa a expressão de uma mescla do ensino presencial com o ensino a distância, ao mesmo tempo em que ambos são modalidades distintas de educação, esta mescla de modalidades configura um ensino híbrido, no entanto, a suposta “modalidade” híbrida de educação não existe sob nenhum regime jurídico regulamentado pelo MEC e se contrapõe aos princípios defendidos pela categoria por expressar a precarização da formação profissional, enquanto no polo oposto o Serviço Social e suas

entidades representativas, historicamente, vem pautando condições que assegurem uma formação profissional de qualidade, comprometida com o projeto ético-político da profissão e, socialmente, referenciada.

Diante deste cenário, nos encontramos, em agosto de 2022, numa realidade em que já se retomou a dita nova normalidade no ensino superior, com o retorno das atividades presenciais. Porém, esse período que abrangeu os anos de ERE nos deixou marcas significativas na formação e que já podem ser sistematizadas e problematizadas, se constituindo no que se denominou neste capítulo como o legado da pandemia.

IMPACTOS DO ERE NA FORMAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

Pensar os rumos que a formação em Serviço Social tomará, após as radicais transformações impostas pela pandemia, nos impõe um conjunto de reflexões acerca dos impactos que se processam durante os anos de 2020 a 2022 e que, certamente, se farão sentir ao longo dos próximos anos.

A primeira delas diz respeito às condições objetivas das IES e Unidades de Formação Acadêmicas (UFAS) para manter as suas atividades de ensino, pesquisa e extensão num cenário em que se constatou, pelos números apresentados, uma migração das matrículas do ensino presencial para o ensino a distância, fazendo emergir o processo que vem sendo denominado de “hibridização da educação”, dado que até o momento a educação híbrida não é, em si, uma modalidade, mas uma composição/mescla/fusão/integração da modalidade presencial com a modalidade a distância. Esse processo já vinha ocorrendo antes da pandemia, tendo tido a sua última alteração materializada na Portaria n.º 2.117, de dezembro de 2019, quando os cursos presenciais foram autorizados a elaborar os seus projetos pedagógicos com um teto de até 40% da carga horária total dos cursos com a oferta de disciplinas a distância.

A fim de ilustrar algum dos impactos dessa reconfiguração da hibridização da educação, em contexto pandêmico, destaca-se que no Serviço Social reverberou, fortemente, a dificuldade de implementação de tal configuração na realização de estágios obrigatórios e não obrigatórios, em período de pandemia, considerando uma conjuntura de fogo cruzado, as atividades presenciais para efetivar estágios

acabaram por acarretar prejuízos, dada a necessidade de retração das atividades presenciais em estágio que, em si, já significa atraso no calendário formativo, já que muitos discentes tiveram que estender seu período formativo pela necessidade de suspensão de atividades presenciais de diversos campos de estágios. Assim, muitas IES acabaram por aderir alternativas para fechar carga horária mínima para reduzir tais prejuízos.

Em novembro de 2021, o CNE lançou para consulta pública a proposta das “Diretrizes Gerais sobre aprendizagem híbrida”, documento que reforça que essas diretrizes não devem ser confundidas com a modalidade a distância, tratando-se de um projeto de resolução que visa instituir “Diretrizes Gerais Nacionais para a Aprendizagem Híbrida”. O documento é assertivo em afirmar que não se trata de uma “modalidade” de ensino ou aprendizagem, mas, sim, de uma “metodologia” que se impôs como uma necessidade de a sociedade brasileira responder ao avanço da pandemia para, minimamente, manter as suas atividades educacionais em todos os níveis de ensino.

A proposta coloca em questão a necessidade de a esfera educacional convergir para um modelo de educação flexível e capaz de uniformizar as distinções contidas no ensino presencial e não presencial, como se confirma no documento a seguir:

Se, para superar as consequências nefastas e as dificuldades reais em relação à educação escolar, os educadores brasileiros tiveram que improvisar a oferta de programas remotos de ensino, alternando com momentos presenciais, o desafio agora é outro, pois objetiva superar essa fase de tensão, apreensão e improviso. Por outro lado, essa forma flexível de desenvolvimento educacional, também deve superar a fase da estrutura institucionalizada que se criou, como se o ensino presencial e o ensino não presencial fossem duas formas educacionais distintas, que necessitassem ser ofertadas por instituições distintas, mesmo que pertencentes à mesma rede de ensino e à mesma mantenedora, pública, privada ou comunitária, nos termos do artigo 19 da LDB. (MEC, 2021, p. 8).

Ao mesmo tempo em que se tem uma pavimentação legal para esta proposta, também testemunhamos o (re)lançamento da propos-

ta do ReUni Digital⁴, que trata de ampliar vagas no ensino superior em universidades federais por meio da EaD. A realidade brasileira tem, praticamente, 88% de suas IES vinculadas à iniciativa privada, em que pese a forte estrutura para o funcionamento de cursos na modalidade a distância, este avanço da proposta do ReUni Digital representa a consolidação desta modalidade na rede pública de educação superior, além da Portaria n.º 2.117 de 2019 já ter instituído um alto percentual do ensino a distância nos cursos presenciais.

Logo, esta “nova” proposta caminha para demarcar uma nova concepção e forma de ofertar a educação superior que, em conjunto com as propostas de metodologias de aprendizagem híbrida, gradativamente, pode significar uma futura extinção e/ou redução da educação presencial na área, o que já se verifica, significativamente, nas IES privadas. Igualmente, demarcamos a possibilidade de esta aprendizagem vir a ser incorporada nas IES públicas, considerando a pressão objetiva que recai para que o ensino se torne, cada vez mais, flexível.

Além das reconfigurações identificadas na esfera da graduação, a pós-graduação, também, não passou isenta dos impactos da pandemia, principalmente, pelo fato de estar submetida a um governo negacionista e anticiência que seguiu à risca as medidas ultraliberais para justificar cortes em setores essenciais do desenvolvimento científico e tecnológico do país.

Neste cenário, conforme dados veiculados pela Plataforma Suplicupa, no que tange aos cursos avaliados e reconhecidos, no âmbito *stricto sensu*, em setembro de 2022 o Brasil possuía 4.602 Programas de Pós-Graduação (PPGs), sendo que estes ofertavam 4.522 cursos de mestrado (3.667 mestrados acadêmicos e 855 mestrados profissionais) e 2.495 cursos de doutorado (2.437 doutorados acadêmicos e 58 doutorados profissionais) somando, assim, um total de 7.017 cursos de pós-graduação *stricto sensu* em todo o país (CAPES, 2022).

Esta face da pós-graduação expressa o avanço da consolidação de PPGs, no Brasil, pois comparado ao total de cursos que existiam, no mesmo período (total de 41.953 cursos, de acordo com dados do Censo da Educação Superior de 2020), as pós-graduações *stric-*

4 Disponível em: <<https://www.andes.org.br/conteudos/noticia/governo-relanca-reuni-digital-para-ampliar-eAD-e-dez-universidades-ja-aderiram-ao-programa1>>. Acesso em: 18 set. 2022.

to sensu representam, praticamente, 10% do montante total do que configura a educação superior no Brasil. Mas, distintamente da graduação, as pós-graduações são, majoritariamente, estruturadas em IES de natureza pública, enquanto nas graduações a educação está concentrada na rede privada.

No que se refere à ocupação destes cursos, conforme a última atualização dos dados do Sistema de Informações Georreferenciadas (GEOCAPES), se identificou que a distribuição discente de pós-graduação no Brasil, no ano de 2020, totalizava 304.892 matrículas (136.194 em mestrado acadêmico, 44.168 em mestrado profissional, 124.530 em doutorado acadêmico e nenhuma matrícula em doutorado profissional), distribuídas com 182.843 matrículas em IES públicas federais, seguidas de 76.091 matrículas na rede pública estadual e 45.315 matrículas na rede privada de ensino superior, evidenciando maior aglutinação de matrículas na rede pública (equivalente a 85,2% do total de matrículas).

Neste universo, atualmente, a Área 32 contempla 36 programas de pós-graduação em Serviço Social. Em relação aos cursos oferecidos pelos programas, 36 oferecem o mestrado acadêmico e apenas 20 os cursos de doutorado. Neste documento, situam-se as ênfases da área “Serviço Social”, sendo: (20 programas) “Serviço Social e Políticas Sociais/ Política Social”; (03 programas) “Serviço Social, Trabalho e Questão Social”, “Serviço Social e Direitos Sociais”, “Serviço Social, Políticas Sociais e Territórios” e “Serviço Social e Desenvolvimento Regional” (01 programa cada). Por fim, restam três programas que não contemplam “Serviço Social” em suas nomenclaturas, sendo o PPG de “Políticas Públicas e Desenvolvimento Local”, “Política Social e Direitos Humanos” e, por fim, “Economia Doméstica” (CAPES, 2019).

Frente aos dados apresentados, identifica-se que a pós-graduação *stricto sensu* na área de Serviço Social equivale a menos de 1% do total de PPGs no Brasil (0,79%). Embora seja uma parcela diminuta, frente à totalidade da pós-graduação brasileira, isto não significa que a área seja irrelevante, ao contrário, ela se faz presente como área consolidada no conjunto das ciências sociais aplicadas e conta com um conjunto de programas de excelência reconhecidos regional, nacional e internacionalmente, além de programas, em as-

censão, no que tange aos critérios de avaliação da CAPES. Sublinha-se, também, no indicador de impacto social, a contribuição destes PPGs para o desenvolvimento regional, onde estão inseridos, como pode ser verificado na Revista Serviço Social & Sociedade n. 139, publicada, em 2020, com a temática central do volume dedicada ao debate acerca da inserção social dos PPGs da área:

Esta edição especial contempla 13 artigos, sendo 12 dos Programas de Pós-Graduação e mais um da coordenação da área na CAPES. O artigo da coordenação da área tece uma contextualização dos Programas de Pós, os desafios e a inserção desses Programas na sociedade. Os artigos dos Programas abordam a inserção social dos Programas de Pós-Graduação em Serviço Social (nota 3), refletindo a particularidade de cada Programa na região onde se situa, demonstrando a importância da função social/política nos municípios, nos territórios e os impactos de suas ações para desenvolvimento social, local, regional, nacional na sociedade. A inserção social configura-se como uma estratégia de resistência na busca da equidade. (WANDERLEY *et al.*, 2020, p. 5).

Além da relevância social que a área carrega para com as suas pesquisas, a formação em Serviço Social também se ancora numa perspectiva de um projeto profissional balizado por um projeto ético-político que reflete a construção coletiva desta profissão, em conjunto com a classe trabalhadora e, neste cenário, assim como todos os desafios que são colocados diariamente para a classe trabalhadora, estes desafios também reverberam na profissão, no âmbito do seu trabalho e formação. Por ser uma profissão situada no mundo do trabalho, gerenciada à luz do modo de produção capitalista e que vivencia as suas contradições, é neste espaço real, concreto e em constantes mudanças que o Serviço Social se insere e busca transformá-lo em sintonia com os interesses da classe trabalhadora.

Neste sentido, ressaltamos a necessidade de defesa da pós-graduação pela área, considerando o contexto de precarização da educação que encontrou abrigo na pandemia da Covid-19. E isto se efetivou através dos movimentos feitos pela ABEPSS, que demarcaram posições importantes, frente ao ataque de concessão de bolsas de

estudo na pós-graduação¹, a revogação da Portaria n.º 34 da CAPES² e a Portaria MCTIC n.º 1.122³. A tomada de posição da entidade, pela manutenção de bolsas de estudo, na pós-graduação em caráter pandêmico, onde as Portarias n.º 34 e n.º 55 da CAPES vinham no sentido de reforçar a meritocracia acadêmica para distribuição de bolsas, realocando-as em programas avaliados com notas 3 e 4 para os programas 6 e 7; a posição acerca da prorrogação de 03 meses para as bolsas de demanda social, sem previsão de concessão de novas bolsas para seleções em âmbito *stricto sensu*, respectivamente, e a crítica à Portaria n.º 1.122 do MCTIC que evidenciou o desmonte da pós-graduação com maior peso na área de humanidades, foram fundamentais para expressar a resistência da área.

É importante registrar que a pós-graduação também implementou o ERE durante o período da pandemia, mas, diferentemente da graduação, no Brasil os PPGs em Serviço Social são, na sua totalidade, presenciais, o que gerou um desconforto ainda maior. Pela primeira vez, nos 50 anos de funcionamento destes cursos, testemunhamos a formação de mestres e doutores mediada pelas TICs. Salienta-se, igualmente, que a Portaria CAPES n.º 275, de 18 de dezembro de 2018, já dispunha sobre a possibilidade destes programas operarem suas atividades na modalidade a distância, que sob o advento do ERE pós-pandemia pode significar migração de cursos presenciais para a EaD, dado que as atividades remotas abrem condições para esta migração que já tem caminho pavimentado.

Mas, não só isto, esse período de “experimentação” do ERE demonstrou que aulas, bancas, eventos, orientações e pesquisas foram, fortemente, impactadas no seu formato e lógica, o que requer apreender e problematizar a forma como estiveram configurados, os resultados gerados e os impactos na sua qualidade. Recentemente, a área recebeu com surpresa a notícia de que um dos seus PPGs terá o processo seletivo para 2023 suspenso, de modo a rumar para o fechamento do curso em curto espaço de tempo, o que acende o sinal de alerta vermelho para a manutenção deles nas IES privadas, especial-

1 Disponível em: <<https://www.abepss.org.br/noticias/abepss-posicionase-com-relacao-aos-novos-ataques-a-concessao-de-bolsas-de-estudo-na-posgraduacao-376>>. Acesso em: 18 set. 2022.

2 Disponível em: <<https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/31003/20875>>. Acesso em: 18 set. 2022.

3 Disponível em: <<https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/31102/20876>>. Acesso em: 18 set. 2022.

mente, as que vêm testemunhando a redução no ingresso no curso de graduação e, com isto, sendo questionadas acerca da relevância do curso. Isto evidencia o quanto precisamos (re)pensar o projeto de formação da área na sua relação indissociável entre graduação e pós-graduação.

Cenários como estes vêm acompanhados de demissões coletivas de docentes e técnicos administrativos, fechamento de cursos de graduação e pós-graduação (a curto e médio prazo), perda de bolsas de iniciação científica e pós-graduação, descontinuidade de pesquisas e, logo, retração da produção de conhecimento na área. Alertar para estes cenários se torna fundamental, considerando a inserção e o impacto dos PPGs, nos seus territórios, o que fragiliza a categoria profissional que se articula neste espaço, com vistas à sua capacitação permanente; assim como a sociedade, em geral, que se relaciona com os cursos a partir de múltiplas demandas.

Por fim, é imprescindível refletir acerca do retorno ao “novo normal” que, neste 2022, já nos permite constatar outros aspectos que o ERE e a pandemia vivenciada por todos nós vêm manifestando no ensino superior, tais como: 1) Altas taxas de evasão e/ou trancamento; 2) Aumento do sofrimento e/ou adoecimento mental de alunos, professores e técnico-administrativos; 3) Ampliação da desigualdade no acesso e permanência dos discentes; 4) Desmotivação; 5) Dificuldades na continuidade dos estudos em função dos déficits gerados durante a aprendizagem no formato remoto; 6) Intensificação do capital na venda de produtos que favoreçam a gestão acadêmica, ainda mais flexível com pacotes educacionais, produtos ou soluções capazes de gerar atração e maior competitividade, especialmente, no setor privado; 7) Ampliação da substituição de trabalho docente por inteligência artificial; 8) Demissão generalizada de docentes, alteração em jornadas de trabalho e salários; 9) Flexibilização das TICs, sob custo de sobrecarga para trabalho docente e 10) Perdas consideráveis na qualidade da formação para discentes, de graduação e pós-graduação, em que pese o impacto da pandemia para a realização de estágios e elaboração de Trabalhos de Conclusão de Cursos (TCCs), no âmbito da graduação, na produção e no desenvolvimento de pesquisas, dissertações e teses, na pós-graduação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O legado do ERE na formação em Serviço Social anuncia pautas renovadas para a agenda da categoria profissional, com destaque para a necessidade de acompanhar a migração dos seus cursos (de graduação e pós-graduação), da modalidade presencial para EaD ou da fusão destas sob formato denominado de educação híbrida, reconhecendo que esta última nada mais é do que a síntese da adoção da modalidade a distância, durante o período em que o ERE se constituiu no laboratório do ensino superior durante os anos da pandemia.

Igualmente, se destaca a necessidade de acompanhar, a partir de múltiplas estratégias, este momento ímpar que se vive na formação da área, a fim de mapear as tendências que se processarão e os seus desdobramentos, ao longo do tempo, especialmente, no que se refere à sua qualidade.

Não temos dúvida de que uma (re)configuração (ou desconfiguração?) para a educação superior no país se encontra em pleno movimento e, na particularidade da formação em Serviço Social, requer que esforços coletivos da categoria profissional, juntamente aos demais coletivos, possam manter firme a luta em defesa do projeto de formação e sociedade que sustenta a profissão.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **Coronavírus: o trabalho sob fogo cruzado**. Coleção Pandemia Capital. Boitempo Editorial (Edição do Kindle), 2020.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL - ABEPSS *et al.* **Trabalho e ensino remoto emergencial**. Revista Temporalis, ano 20, n. 40, p. 306-312, jul./dez. 2020. Disponível em: <<https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/32923>>. Acesso em: 17 ago. 2022.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL - ABEPSS. **ABEPSS posiciona-se com relação aos novos ataques à concessão de bolsas de estudo na pós-graduação**.

Disponível em: <ABEPSS posiciona-se com relação aos novos ataques à concessão de bolsas de estudo na pós-graduação | ABEPSS>. Acesso em: 18 set. 2022.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL - ABEPSS. **NOTA PELA REVOGAÇÃO DA PORTARIA N.º 34/2020 - CAPES!** Revista Temporalis, ano 20, n. 39, p. 270. ISSN 2238-1856. Brasília, jan./jun. 2020.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL - ABEPSS. **NOTA PELA IMEDIATA REVOGAÇÃO DA PORTARIA MCTIC N.º 1.122, de 19 de março de 2020.** Revista Temporalis, ano 20, n. 39, p. 273. ISSN 2238-1856. Brasília, jan./jun. 2020.

BARBOSA, Marina. **Educação Superior e Universidades em tempos de pandemia:** alguns apontamentos. In: A Formação em Serviço Social e o Ensino Remoto Emergencial. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL - ABEPSS. Brasília, 2021. Disponível em: <https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/20210611_formacao-em-servico-social-e-o-ensino-remoto-emergencial-202106141344485082480.pdf>. Acesso em: 17 ago. 2022.

BRASIL. **Lei n.º 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Brasília: Planalto, 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em: 17 ago. 2022.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (CAPES). **Documento de Área:** Serviço Social. Brasília: CAPES, 2019. Disponível em: <<https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/doc-servico-social-01-11-pdf/view>>. Acesso em: 20 ago. 2022.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (CAPES). **Sistema de Informações Georreferenciadas.** Brasília: GEOCAPES, 2020. Disponível em: <<https://geocapes.capes.gov.br/geocapes/>>. Acesso em: 17 set. 2022.

_____. **Decreto nº. 9.057, de 25 de maio de 2017.** Brasília: Planalto, 2017. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/d9057.htm>. Acesso em: 17 ago. 2022.

_____. Ministério da Educação. **Portaria n.º 343, de 17 de março de 2020**. Brasília: MEC, 2020. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/>>. Acesso em: 17 set. 2022.

_____. Ministério da Educação. **Portaria n.º 345, de 19 de março de 2020**. Brasília: MEC, 2020. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/>>. Acesso em: 17 set. 2022.

_____. Ministério da Educação. **Portaria n.º 395, de 15 de abril de 2020**. Brasília: MEC, 2020. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/>>. Acesso em: 17 set. 2022.

_____. Ministério da Educação. **Portaria n.º 544, de 16 de junho de 2020**. Brasília: MEC, 2020. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/>>. Acesso em: 17 set. 2022.

_____. Ministério da Educação. **Portaria n.º 572, de 01 de julho de 2020**. Brasília: MEC, 2020. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/>>. Acesso em: 17 set. 2022.

_____. Ministério da Educação. **Portaria n.º 1.030, de 01 de dezembro de 2020**. Brasília: MEC, 2020. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/>>. Acesso em: 17 set. 2022.

_____. Ministério da Educação. **Portaria MEC n.º 1.038, de 07 de dezembro de 2020**. Brasília: MEC, 2020. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/>>. Acesso em: 17 set. 2022.

_____. Ministério da Educação. **Portaria MEC n.º 2.117, de 06 de dezembro de 2019**. Brasília: MEC, 2020. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/>>. Acesso em: 17 set. 2022.

_____. Ministério da Educação. Resolução Conselho Nacional de Educação (CNE). **Texto Referência Educação Híbrida**, de 16 de novembro de 2021. Brasília: MEC, 2021. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/>>. Acesso em: 17 set. 2022.

_____. Ministério da Educação. **Portaria MEC n.º 320, de 04 de maio de 2022**. Brasília: MEC, 2022. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/>>. Acesso em: 17 set. 2022.

_____. **Portaria n.º 275, de 18 de dezembro de 2018**. Brasília: CAPES, 2018. Disponível em: PORTARIA N.º 275, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2018 - Imprensa Nacional (in.gov.br). Acesso em: 17

set. 2022.

FARAGE, Eblin. **Educação superior em tempos de retrocessos e os impactos na formação profissional do Serviço Social**. Revista Serviço Social & Sociedade, n. 140, p. 48-65. São Paulo, jan./abr. 2021. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ssoc/a/vqzxmknYD-zYpLKH5rwG4Ttc/>>. Acesso em: 17 ago. 2022.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Censo da Educação Superior 2020**: Notas estatísticas. Brasília: INEP, 2022. Disponível em: <https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/notas_estatisticas_censo_da_educacao_superior_2020.pdf>. Acesso em: 17 ago. 2022.

LIMA, Katia. **Contrarreforma na educação superior**: de FHC a Lula. São Paulo: Editora Xamã, 2007.

SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR - ANDES-SN. **Projeto do capital para a educação, volume 4**: O ensino remoto e o desmonte do trabalho docente. Brasília, 2020. Disponível em: <<https://www.andes.org.br/diretorios/files/renata/setembro/cartilha%20ensino%20remoto.pdf>>. Acesso em: 17 ago. 2022.

WANDERLEY, Mariangela B. *et al.* **Desafios postos aos Programas de Pós-Graduação em Serviço Social no contexto de desmonte do ensino superior**. Revista Serviço Social & Sociedade, n. 139, p. 1-8. São Paulo, set./dez. 2020. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ssoc/a/6QHmhHqK5HtS3CVLCKjNqRq/?lang=pt&format=pdf>>. Acesso em: 17 ago. 2022.

AS ENTIDADES REPRESENTATIVAS DO SERVIÇO SOCIAL FRENTE ÀS IMPLICAÇÕES DO ENSINO REMOTO EM TEMPOS PANDÊMICOS

Hamida Assunção Pinheiro¹

Láís Duarte Corrêa²

Camila Rocha dos Santos³

INTRODUÇÃO

O Serviço Social, profissão e área do conhecimento, ao longo das últimas duas décadas, tem se posicionado de modo firme e

1 Assistente Social. Professora da Graduação em Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Doutora em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia pela UFAM. Pós-Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Líder do Grupo de Pesquisa Estudos de Sustentabilidade, Trabalho e Direitos na Amazônia (ESTRADAS). Membro da Coordenação Nacional do Grupo Temático de Pesquisa (GTP) Serviço Social: fundamentos, formação e trabalho profissional da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS). Bolsista de Produtividade em Pesquisa (PQ2) pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Lattes: <<http://lattes.cnpq.br/6392995719018586>>. ORCID: <<https://orcid.org/0000-0001-7881-2605>>. E-mails: hamida.assuncao@gmail.com e hamida@ufam.edu.br

2 Assistente Social, graduada em Serviço Social pela Universidade de Caxias do Sul (UCS). Mestra em Política Social e Serviço Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Doutoranda em Serviço Social na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Bolsista do CNPq. Atualmente, é representante discente da Pós-Graduação em Serviço Social da PUCRS, integrante do GEPETFESS/UFRGS; do Grupo de Estudos e Pesquisa Trabalho e Política Social na América Latina CNPq/UFSC; do Núcleo de Pesquisa em Políticas e Economia Social - NEPEP/PUCRS; e do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Políticas Públicas e Sociais - NEPPPS/UCS.

3 Assistente Social, Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Integrante do Grupo de Pesquisa Estudos de Sustentabilidade, Trabalho e Direitos na Amazônia ESTRADAS/UFAM. Graduada em Serviço Social pela UFAM. Especialista em Formação Integrada Multiprofissional em Educação Permanente em Saúde pelo Núcleo de Educação, Avaliação e Produção Pedagógica em Saúde (EducaSaúde) da Escola de Enfermagem da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS. Bolsista pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas. Lattes: <<http://lattes.cnpq.br/5701034202469188>>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3779-3350account_circle>. E-mail: rochacamila049@gmail.com

combativo contra a precarização do ensino superior e do trabalho. Nesse caminho, tem enfrentado várias batalhas contra a expansão do ensino a distância e, mais recentemente, desde 2020, também contra o Ensino Remoto Emergencial (ERE) implementado em instituições de ensino superior, públicas e privadas, de forma bastante acelerada a partir de março de 2020, quando foi anunciada a pandemia da Covid-19 pela Organização Mundial de Saúde (OMS). Nesse processo, tem sido espantosa a intensificação da precarização do trabalho docente, bem como a fragilização da formação, uma vez que, em decorrência das medidas de isolamento social como forma de prevenção e/ou diminuição dos contágios, houve grande pressão para a continuidade da formação e do trabalho ainda que em tempos pandêmicos.

Neste artigo, temos o objetivo de refletir acerca dos desafios da formação e do trabalho que fervilham no Serviço Social, especialmente no contexto de pandemia, evidenciando o papel das entidades representativas da área em tempos de grandes desafios, com destaque para: Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), Conjunto do Conselho Federal de Serviço Social/Conselhos Regionais de Serviço Social (CFESS-CRESS) e Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO).

Para construção do texto, que se norteia por uma perspectiva crítica à luz do materialismo histórico-dialético, desenvolvemos pesquisas, bibliográfica e documental, acerca da temática, priorizando os sites oficiais das entidades com o propósito de identificar o posicionamento e a articulação política destas em relação ao ERE.

O capítulo está estruturado em duas seções, além da introdução e das considerações finais. Na primeira, o propósito foi destacar o importante papel das entidades organizativas para a área de Serviço Social e também a relevância das ações que propiciam a reflexão e o debate de temáticas que envolvem o trabalho e a formação profissional em tempos de pandemia. Na segunda seção, nosso interesse foi evidenciar o posicionamento das entidades em relação ao ERE, com ênfase nas reflexões sobre os desafios da formação em Serviço Social durante a pandemia da Covid-19.

A PRECARIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR E DO TRABALHO NO BRASIL NO CONTEXTO DA PANDEMIA DA COVID-19

Antes de analisarmos a precarização da educação superior e do trabalho no Serviço Social brasileiro durante a pandemia da Covid-19, é preciso retomar o contexto que a antecede, visto que tanto o trabalho como a formação já vinham sofrendo fortes investidas destrutivas decorrentes dos processos de reestruturação produtiva e de implementação da contrarreforma do Estado brasileiro⁴.

A partir deste cenário, foram sendo instituídas medidas privatizantes e liberalizantes, a saber: o aumento da exploração da força de trabalho, o tratamento segmentado das expressões da questão social, a privatização das formas de enfrentamento dadas à questão social, inviabilizando e fragmentando construções coletivas (BRETAS, 2020).

Assim, as políticas sociais como um todo, e nelas a educacional, são atingidas profundamente, mediante a incorporação pelo Estado de injunções econômicas, políticas e ideológicas, nas quais prevalecem os interesses do capital sobre o trabalho (IAMAMOTO, 2015a), repercutindo não apenas no reordenamento jurídico, mas também nas ações, nos planos, nos programas e nos projetos, desenhados em consonância com o ideário neoliberal e, por conseguinte, bem alinhados com as estratégias de mercado.

Diante disso, a contrarreforma da educação deve ser analisada de forma articulada às outras ações que, antes da pandemia do novo coronavírus, já afetavam a educação superior. Por essa razão, é relevante retomar os contornos da ditadura civil-militar (1964-1985), sendo o contexto a partir do qual passam a existir dois sistemas de ensino superior, um estatal público e outro privado. E, dessa forma, com a implementação do neoliberalismo nos anos 1990, o primeiro sofre um processo de empresariamento e financeirização e o segundo é amplamente potencializado pelo mercado por meio de legislações de cunho neoliberal (VALLINA *et al.*, 2022).

4 Para Farage (2021), a contrarreforma do Estado brasileiro se orientou pelo consenso de Washington, realizado em 1989, consubstanciando os princípios econômicos impostos pelo receituário neoliberal para os países em desenvolvimento e pelas diretrizes presentes nos documentos dos organismos internacionais, a saber: o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional (FMI), a Organização Mundial do Comércio (OMC) e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO).

Em outras palavras, a precarização no âmbito da educação superior tem sido cada vez mais evidente nas últimas décadas. Ela decorre das pressões e exigências do paradigma neoliberal, o qual foi ganhando relevo sobre as políticas sociais contemporâneas, operando seu desfinanciamento e abrindo-as para o mercado, como é o caso da educação. O que levou a educação pública a continuar sendo gradativamente fragilizada.

Neste íterim, acompanhamos o avanço da educação a distância, cuja senda foi aberta no Governo Collor (1990-1992), sendo oficializada, posteriormente, pela Lei de Diretrizes e Bases (LDB) em 1996, conforme o artigo 80, que afirma que: “O Poder Público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino e de educação continuada”. Durante os governos de Fernando Henrique Cardoso (1994-2002), a LDB, entre outras legislações complementares, contribuiu para a ampla expansão desta modalidade de ensino. Salientamos que o projeto neoliberal iniciado nestes governos seguiu também nos governos seguintes, inclusive nos mais progressistas.

Contraditoriamente, durante os governos progressistas, a partir de 2003, tivemos também avanços no que tange à criação de 18 Universidades Públicas Federais; a implantação do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) em 2007; o Programa Universidade para Todos (PROUNI) em 2004, que distribuiu 1,2 milhão de bolsas; e o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES), que atendeu a 1,3 milhão de pessoas com financiamento. Destaca-se que foram ampliados recursos no que diz respeito ao acesso à Universidade Pública também por meio das cotas de acesso ao ensino superior para negros e indígenas, bem como sua interiorização, evitando deslocamentos de filhos/as de trabalhadores/as de seus locais de origem para grandes centros. Contudo, as políticas de financiamentos e bolsas acabaram ampliando a transferência de recursos públicos ao setor privado e também dos serviços públicos por meio das Parcerias Público-Privadas (PPPs). Foi também nesse período que, com o Decreto n.º 5.622/2005, o ensino a distância no país foi regulamentado repercutindo na ampliação da oferta desta modalidade no país (CORRÊA *et al.*, 2021).

Mais recentemente, adentramos em um período marcado pelo avanço da extrema direita e seu ultraconservadorismo, que com o golpe de 2016 descamba na eleição do atual presidente, Jair Messias Bolsonaro, em meio a um turbulento período de combate ao comunismo, satanização do pensamento crítico, combate à dita doutrinação de esquerda nas Universidades, veto ao debate sobre gênero nas escolas, defesa do projeto de Escola sem Partido, implantação de escolas cívico-militares, imposição de métodos e revisionismo histórico, entre outras agressões e perseguições ideológicas (CORRÊA *et al.*, 2021).

É a partir deste período que temos um avanço ultraneoliberal no país, afetando diretamente as políticas sociais. Após o golpe, foi aprovada a Emenda Constitucional (EC) n.º 95/2016, que congelou por 20 anos os investimentos na saúde, na educação e na assistência social, representando uma grave diminuição nos investimentos sociais e, por outro lado, protegendo as garantias da remuneração do capital. A EC n.º 95/2016 tem trazido graves consequências para a educação pública.

No que diz respeito ao trabalho, merece destaque a aprovação da Lei n.º 13.429/2017, que permite a terceirização das atividades-fim e as contrarreformas da Previdência Social e trabalhista em 2017, que provocaram ampla retirada de direitos para o conjunto da classe trabalhadora, regulamentando o teletrabalho e instituindo o trabalho intermitente. No que tange ao trabalho no serviço público, temos em tramitação a contrarreforma administrativa, sistematizada na Proposta de Emenda à Constituição (PEC) n.º 32/2020, que, se aprovada, constituirá uma verdadeira desestruturação do conjunto dos serviços públicos conquistados pela classe trabalhadora com a promulgação da Constituição Federal de 1988.

Com a ascensão de Jair Bolsonaro à Presidência da República em 2019, temos acompanhado a ampla desvalorização dos direitos da classe trabalhadora, que se expressa tanto pelo aumento da jornada de trabalho, como pelo congelamento dos salários e, ainda, pela regressão das políticas sociais. Conforme dados do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), de 2022, os salários percebidos pelos/as trabalhadores/as são insuficientes para a sua sobrevivência e estes/as encontram-se cada vez mais desprotegidos/as socialmente.

No âmbito da educação, foi em 2019 que, por meio da Portaria n.º 2.117/2019 do MEC, os cursos presenciais tiveram um incremento do percentual de 20% para 40% da carga horária a ser ofertada na modalidade EaD. Nesta senda, em 2020 iniciamos com propostas de redução de recursos à Ciência, com a priorização das ciências exatas e da vida sobre as ciências humanas e sociais.

É nessa conjuntura, marcada por muitas contradições e por grandes desafios, que a pandemia da Covid-19 emerge. Como bem destaca Antunes (2020), já tínhamos um quadro social alarmante, marcado pela informalidade, pelo desemprego, pela flexibilização das leis trabalhistas, dentre outros fatores sociais e econômicos. A crise sanitária chega e se soma à crise econômica e social, que já estava em curso, agravando as condições de sobrevivência da classe trabalhadora que já eram difíceis.

Em meio às medidas de distanciamento social e restrições de atividades presenciais, as aulas foram autorizadas (e forçadas) a continuar na modalidade remota, com a introdução de instrumentos e meios digitais dando formato ao Ensino Remoto Emergencial (ERE), conforme a emissão de uma série de Portarias emitidas pelo Ministério da Educação (MEC): 1) n.º 343, de 17 de março de 2020; 2) n.º 345, de 19 de março de 2020; e 3) n.º 473, de 12 de maio de 2020. Todas estas foram revogadas pela Portaria n.º 544, de 16 de junho de 2020, esta última ainda mais permissiva e estimuladora do ensino remoto.

Farage (2021) assevera que o ERE deve ser compreendido como uma das estratégias do processo de contrarreforma da educação em andamento no Brasil e em toda a América Latina. Afirma que o ERE impulsiona uma nova modalidade de ensino que não pode ser equiparada ao ensino a distância, que está regulamentado pelo Decreto n.º 9.057, de 25 de maio de 2017, na medida em que tem sido marcado pela improvisação e pela inexistência de suporte técnico e tecnológico e de pessoal capacitado para seu desenvolvimento. Esta modalidade não é idêntica ao ensino a distância regulamentado no Brasil, conforme previsto no artigo 80 da LDB.

A adesão ao ERE em meio à pandemia da Covid-19 causou consequências ainda piores neste cenário da educação superior brasileira, que já era difícil. Foi um processo que ocorreu de forma au-

toritária, desrespeitando as instâncias democráticas das instituições públicas e privadas, como os Conselhos Superiores das universidades públicas, por exemplo, e ainda sem qualquer diálogo com as entidades representativas das categorias profissionais. Antes da adesão, não houve interlocução com o sindicato docente, o de técnico-administrativos e com o diretório central dos estudantes. Já nas instituições privadas, houve um curto espaço de tempo, alguns de uma semana, aproximadamente, para o início das atividades do ERE, exigindo a rápida adaptação de discentes e docentes.

Farage (2021) assinala que a determinação por parte dos gestores das Universidades na adoção do ERE não contemplou as questões materiais que envolvem a existência (ou não) de equipamentos e de suporte de informática para docentes e discentes, assim como o MEC também não expressou nenhuma preocupação pertinente às condições de trabalho remoto e de condições de saúde de docentes e discentes. Entendemos, desta forma, que o ERE tem aprofundado o paradoxo da educação pública *versus* a educação como serviço que vinha se construindo desde a ditadura civil-militar iniciada nos marcos da década de 1960.

Se até então nos referíamos a uma educação que estava sendo direcionada para quem pode pagar, pela via da mercantilização, e mesmo daqueles/as cujo acesso se dava com bolsas e precisavam custear para se manterem estudando, dadas as ausências e fragilidades de políticas de assistência estudantil, agora, com o ERE, também no âmbito da educação pública, a continuidade e permanência nos estudos passaram a depender também do acesso às mercadorias, tais como: celulares, computadores, *tablets*, planos de dados de internet etc. Assim, discentes e docentes se viram submetidos/as ao ERE, pela via da imposição das instituições de ensino, sendo responsabilizados individualmente pelo acesso e pela condução do processo ensino-aprendizagem, sem muitas vezes disporem das mercadorias supramencionadas.

Em tempos de avanço do conservadorismo e de adoção do ERE, as aulas, que passaram a ser realizadas no âmbito mais íntimo da vida (a casa) de docentes e discentes e, em muitos casos, até acompanhadas pelos familiares, geraram, além de cansaço em decorrência das múltiplas jornadas, uma espécie de medo e tensão relacio-

nados ao risco de adoecimento, assim como a incerteza relacionada ao futuro. Além disso, cita-se ainda a instabilidade dos vínculos de trabalho, a diminuição de salários, entre outros dilemas cotidianos relacionados às condições de vida da classe trabalhadora.

Neste contexto, a necessidade de ampliação de investimentos nas políticas sociais, entre elas a educação, é evidente, mas, em contrapartida, o governo vigente anunciou em 2021 o corte de 8,7% nos gastos discricionários, previsto no Projeto de Lei Orçamentária enviado pelo Executivo ao Congresso Nacional em setembro de 2020 (FARAGE, 2021).

Nas demais políticas públicas, principalmente aquelas de seguridade social, tem-se convivido, cada vez mais, com parcos recursos financeiros, materiais e humanos para o trabalho, ocasionados pelo desfinanciamento dos últimos anos. Além disso, trabalhadores e usuários acompanharam a incorporação das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) nos processos de trabalho e de atendimento, muitas delas provisionadas pelos próprios trabalhadores e usuários e que, em muitos casos, ao contrário de democratizar o acesso, o inviabilizou.

Neste cenário que não se reduz a um pano de fundo para o Serviço Social, pois “atravessa e conforma o cotidiano do exercício profissional do Assistente Social, afetando as suas condições e relações de trabalho [...]” (IAMAMOTO, 2015b, p. 19), bem como a formação profissional, apresentam-se inúmeros desafios para a profissão. Nesta perspectiva, a próxima seção busca apresentar estes desafios e as respostas construídas pelas entidades representativas da categoria de Assistentes Sociais.

DESAFIOS À FORMAÇÃO E AO TRABALHO EM SERVIÇO SOCIAL EM CONTEXTO PANDÊMICO E AS RESPOSTAS DAS ENTIDADES DA CATEGORIA

Diante do contexto apresentado na seção anterior, buscamos refletir sobre as incidências da precarização do ensino, em todos os níveis, sobretudo no superior, para a formação profissional em Serviço Social, bem como ao trabalho profissional, ambos afiançados no projeto ético-político da profissão.

Embora passadas mais de duas décadas, as Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) de 1996, constituem-se, ainda hoje, como um importante pilar do projeto ético-político profissional. Estas Diretrizes foram construídas de forma processual e democrática, em substituição ao Currículo Mínimo de 1982, sendo a expressão de um projeto crítico de formação para o Serviço Social brasileiro, uma vez que os anteriores expressavam projetos profissionais pautados em perspectivas conservadoras (CARDOSO; CANÊO, 2021).

Nesta perspectiva, o direcionamento social da categoria ganha especial relevância, na medida em que pode contribuir para a sistematização de matrizes curriculares convergentes com os princípios democráticos e com os direitos de cidadania. Entretanto, com a substituição do currículo por diretrizes, permitida pela LDB de 1996, as disciplinas obrigatórias não são garantidas, podendo ser flexibilizadas, minimizadas, redirecionadas ou trabalhadas a partir de concepções que divergem do projeto profissional no qual nos ancoramos.

Conforme já sinalizado anteriormente, os desafios à formação não são inaugurados na pandemia da Covid-19, eles são bem anteriores e estão vinculados ao projeto de educação em vigência no Brasil desde os tempos pretéritos, o qual não pretende a formação de uma população pensante, crítica e criadora, sendo intensificado nos anos 1990 com a adoção das medidas neoliberais na área educacional.

Quanto à expansão da modalidade EaD nos cursos de graduação em Serviço Social, a categoria tem se posicionado desfavorável, tendo em vista a lógica mercantil nela impressa, bem como pela superficialidade do ensino e pela não garantia de qualidade e articulação entre o tripé ensino, pesquisa e extensão. Contudo, contraditoriamente, é esta modalidade que contribuiu para a ampliação do contingente de Assistentes Sociais brasileiros/as, os quais hoje totalizam, aproximadamente, 200 mil profissionais (CFESS, 2022).

O aumento deste contingente profissional concomitante ao desmonte das políticas públicas sociais, espaço sócio-ocupacional majoritário de inserção do Serviço Social, resulta no aumento da superpopulação relativa, cuja dinâmica incide diretamente na maior exploração dos/as trabalhadores/as ocupados/as e no rebaixamento dos seus salários. Somado a isto, com o desfinanciamento das políti-

cas sociais, ampliam-se as terceirizações e privatizações e, com elas, precarizam-se os vínculos, as condições e as relações de trabalho dos/as Assistentes Sociais, conforme evidenciado por Corrêa e Reidel (2021) ao analisarem o trabalho profissional a partir da realidade gaúcha.

Este contexto se intensifica com o advento da pandemia da Covid-19. Na formação profissional, as Portarias do MEC instituem o ERE de modo autoritário e sem diálogo com a sociedade, como mencionado anteriormente. A finalidade foi operacionalizar uma proposta emergencial e, para isso, houve a flexibilização da legislação educacional. No âmbito das políticas públicas sociais, além dos poucos recursos disponibilizados ao trabalho, o atendimento profissional passou a ser amplamente mediado pelas TICs, as quais afastam o/a profissional do trabalho direto com a população, dificultando o acompanhamento sistemático e o estabelecimento de relações continuadas. Vale acrescentar neste contexto os desafios éticos e técnicos ao exercício profissional, visto que usuários e profissionais, em muitas ocasiões, tiveram contato mediado pelas TICs do contexto de suas residências.

Estes são tempos de retrocesso de direitos e de subfinanciamento e de desfinanciamento dos que ainda existem, mas também são tempos de resistência, visto que o Serviço Social brasileiro não tem aberto mão das frentes de luta. Assim, na particularidade das lutas da classe trabalhadora, as entidades representativas da profissão, ABEPSS⁵, CFESS/CRESS⁶ e ENESSO⁷, cumprem um papel estratégico, direcionando o trabalho e a formação profissional. Por sua vez, têm se manifestado publicamente a respeito da gravidade do cenário pandêmico e da implantação do ERE, sobretudo, de forma apressada e sem qualquer preparação.

5 A ABEPSS é concebida como uma entidade acadêmico-científica que orienta o projeto de formação em Serviço Social no âmbito da graduação e da pós-graduação. Dentre os seus princípios fundamentais está a defesa da universidade pública, gratuita, laica, democrática, presencial e socialmente referenciada (ABEPSS, 2021).

6 O Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) é uma autarquia pública federal que tem a atribuição de orientar, disciplinar, normatizar, fiscalizar e defender o exercício profissional do/a assistente social no Brasil, em conjunto com os Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS).

7 A ENESSO, assim como os CASS (Centros Acadêmicos de Serviço Social), representam os estudantes de Serviço Social de uma escola, a ENESSO é a entidade máxima nacional dos estudantes de Serviço Social do Brasil.

Neste período de pandemia da Covid-19 que estamos vivenciando, o qual ultrapassa 30 meses (de março de 2020 a outubro de 2022) foram diversas notas, ofícios e produção de material audiovisual, como as *lives*, os seminários, as campanhas, que visam o esclarecimento, a reflexão e o posicionamento diante do contexto profundamente agravado pela crise sanitária e que tem colocado sob ameaça a qualidade da formação e do trabalho profissional em Serviço Social. A Tabela 1 mostra o quantitativo de documentos emitidos pelas entidades durante o ano de 2020:

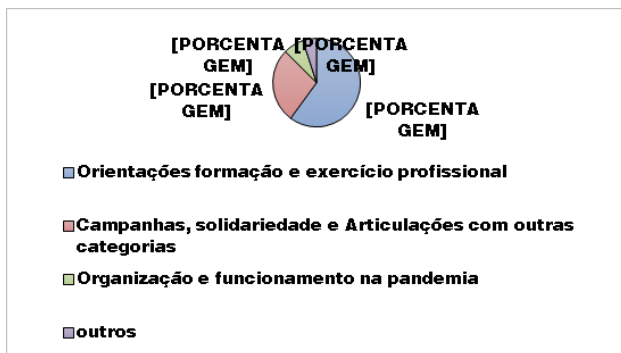
Tabela 1 – Publicações das entidades representativas do Serviço Social em 2020.

| ENTIDADE | Quantidade | % |
|-----------------|-------------------|----------|
| ABEPSS | 07 | 17 |
| CFESS | 20 | 50 |
| ENESSO | 10 | 25 |
| EM CONJUNTO | 03 | 08 |
| TOTAL | 40 | 100 |

Fonte: construído pelas autoras a partir dos sítios eletrônicos das entidades.

Como é possível visualizar, foram identificadas 40 publicações (100%) nos sítios eletrônicos das referidas entidades, todas voltadas ao contexto pandêmico logo no primeiro ano da pandemia da Covid-19. Dentre estas, 03 (8%) revelam um posicionamento articulado entre as entidades, e todas as publicações apresentam a defesa do projeto de ético-político vigente, de forma explícita e/ou implícita. No aspecto quantitativo, houve maior concentração de publicações emitidas pelo CFESS (50%), o que, certamente, se relaciona ao fato dos/as assistentes sociais comporem as equipes de linha de frente no enfrentamento da pandemia da Covid-19, tanto na área da saúde como na assistência social, dentre outras políticas sociais. Após a identificação destes registros, realizamos a sua categorização, conforme disposto no Gráfico 1, a seguir.

Gráfico 1 – Categorização dos registros das entidades do Serviço Social sobre o contexto pandêmico em 2020.



Fonte: Elaborado pelas autoras.

De acordo com o Gráfico 1, visualizamos um percentual significativo (60%) no que diz respeito ao papel orientativo das entidades sobre exercício (o trabalho) e a formação profissional diante dos inúmeros desafios impostos à categoria desde o início da pandemia da Covid-19, reafirmando a defesa da educação superior de qualidade e a defesa da profissão.

Dentre estas orientações, destacam-se aquelas sobre o exercício normativo da categoria, seguindo os protocolos sanitários e tomando decisões, preferencialmente coletivas, sobre a forma de atendimento mais adequada em cada situação. Sobre os atendimentos por videoconferências, foi ressaltado seu caráter excepcional, uma vez que não é regulamentado pelo Conselho da categoria, devendo-se atentar às condições éticas e técnicas preconizadas na Resolução n.º 533/2006 do CFESS. Ainda em relação ao trabalho, foram suscitadas reflexões pelas entidades da categoria acerca da particularidade vivenciada pelos trabalhadores em diferentes espaços sócio-ocupacionais, sejam na saúde, no sistema prisional, na assistência social, entre outros.

Sobre o ensino, destaca-se em 2020 a orientação para a suspensão das atividades de estágio supervisionado em Serviço Social, bem como do calendário acadêmico da graduação e da pós-graduação. Nesse período, foram realizados levantamentos das condições de ensino e de trabalho, por meio de campanhas e *lives* possibilita-

doras de acesso a dados concretos, reflexões e compartilhamento da realidade vivenciada pela categoria.

Mesmo com as orientações das entidades, muitas instituições de ensino privadas deram continuidade às aulas, tanto na graduação quanto na pós-graduação, ainda em 2020. A partir desta realidade, emergem questionamentos que não podem passar despercebidos, quais sejam: Quais são as implicações da suspensão das atividades para a manutenção da própria instituição? Quais são as implicações para o vínculo de trabalho dos professores? Quais as implicações da suspensão para a manutenção dos cursos na modalidade presencial diante dos avanços do ensino a distância?

Contudo, tendo o ERE iniciado primeiro nas instituições privadas, e depois nas públicas, destaca-se que em 23 de junho de 2020, ABEPSS, CFESS, ENESSO assinam coletivamente um documento intitulado “Trabalho e ensino remoto emergencial”, o qual traz elementos que explicitam as tendências de improvisação pedagógica e tecnológica no ERE, flertando abertamente com a desqualificação do processo de formação. Para as entidades, o ERE tem responsabilizado, individualmente, docentes e discentes por garantirem o processo de aprendizagem, sem considerar a gravidade do contexto de pandemia e primando, única e exclusivamente, pelo aligeiramento da formação profissional a qualquer custo.

O ERE tem sido amplamente desenvolvido pelas Unidades de Ensino que ofertam os cursos de graduação em Serviço Social desde o início da pandemia. Em um levantamento feito pela ABEPSS, um ano após o início da pandemia, ou seja, em 2021, foi verificado que,

das 87 instituições que responderam ao questionário eletrônico sobre o ensino remoto na pandemia da Covid-19, 49 eram públicas (estaduais e federais) e 38 privadas, deste universo apenas 03 instituições não tinham adotado o ERE até aquele momento, mas estavam realizando algum tipo de atividade remota, tais como: encontros virtuais, roteiros de atividades realizadas em domicílio, *lives* etc. Entre as instituições que responderam, 54,3% informaram que aderiram ao ERE logo no início da pandemia e 45,7% posteriormente. (ABEPSS, 2021, p. 114).

Para pensar nas consequências do ERE é preciso também considerar as profundas mudanças econômicas e sociais desencadeadas

pela pandemia, com fortes impactos na vida de docentes, discentes, servidores/as técnico-administrativas/os e trabalhadoras/es terceirizadas/os que atuam no ensino superior. Este debate está para além do acesso à rede de internet e à disponibilidade de telefone celular, computador e/ou demais equipamentos de informática. Para a ABEPSS, o CFESS e a ENESSO (2020), é necessário considerar as desigualdades sociais históricas do país combinadas à crise sanitária e à crise econômica em curso.

No âmbito dos estágios, muitos questionamentos foram levantados durante a pandemia quanto à supervisão acadêmica e de campo e sua continuidade mesmo diante dos riscos de adoecimento e morte. Em muitas situações, o estágio presencial foi suspenso, mas, por outro lado, foram empregadas estratégias híbridas e/ou remotas que só primavam pelo cumprimento das horas e não pelo processo de ensino-aprendizagem com qualidade. Desse modo, as entidades foram desafiadas a atuar de forma integrada na orientação e no acompanhamento às Unidades de Ensino e aos discentes e docentes para a manutenção da qualidade no processo formativo.

Isto porque, em tempos de crises que se entrecruzam e de ascensão da extrema direita⁸ no Brasil, faz-se necessária a discussão, o debate e a reafirmação do projeto ético-político crítico e hegemônico do Serviço Social brasileiro. Tendo o referido projeto como bússola, nos termos de Pinheiro, Andrade e Lima (2021), as entidades da categoria têm apontado muitas fragilidades no que se refere ao ERE amplamente adotado desde o início da pandemia da Covid-19, tanto em suas bases legais, como em seus pressupostos pedagógicos e de planejamento das atividades de ensino.

Nesta trilha, o posicionamento em defesa da formação de qualidade tem reunido as forças das entidades e se manifesta no amplo engajamento perceptível nas lutas “[...] uma vez mais contra o EaD, em defesa do ensino presencial de qualidade, e lutado contra as unidades de ensino e universidades que se aproveitam do período de pandemia para instaurar ideias propagadoras do ensino híbrido como uma modalidade de EaD” (ABRAMIDES, 2021, p. 27).

8 A partir do golpe à democracia brasileira de 2016, quando ocorreu o impeachment da Presidente Dilma Rousseff, e, sobretudo, desde o início do governo de Jair Bolsonaro, em janeiro de 2019, a extrema direita conservadora e antidemocrática tem dado a direção do país (BRAZ, 2017; CALIL, 2021).

Frente aos desafios no âmbito da formação e do trabalho, a ABEPSS, o CFESS e a ENESSO reafirmaram o direcionamento construído e amadurecido pela categoria profissional na defesa dos interesses da classe trabalhadora, encampando discussões necessárias ao enfrentamento da crise sanitária e de temas relacionados à proteção dos/as trabalhadores/as, o que denota a compreensão e o direcionamento da categoria para além dela mesma, inclusive, com estreita aproximação com as propostas e os posicionamentos do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES-SN).

As lutas do Serviço Social têm se articulado com outros movimentos da sociedade, representando 27% das publicações das entidades da categoria, como vimos no Gráfico 1. No âmbito do ensino superior, articulam-se junto àqueles que advogam pela defesa da formação de qualidade com a necessária articulação ampliada aos setores diversos da sociedade. No âmbito da saúde, articula-se na defesa do SUS de qualidade, solidarizando-se com trabalhadores e estudantes na pandemia, somando-se em campanhas e posicionamentos para adiamento do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) e convidando a categoria para somar-se à Marcha Virtual pela Vida.

Assim, o Serviço Social brasileiro tem reafirmado sua importância diante das adversidades do tempo presente e empreendido esforços não de forma endógena. Além disso, a categoria tem se articulado entre as diferentes regiões do Brasil, tendo organizado fóruns regionais e nacionais, bem como se utilizado de tecnologias para aproximar profissionais e estudantes e manter vivas as entidades e a organização da categoria.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os tempos pandêmicos têm sido de muitas batalhas para a população brasileira e mundial, são tempos de luta pela sobrevivência primeiramente, mesmo diante de tantas adversidades que eclodem e se agudizam em vários setores da sociedade. Nesta trilha, as entidades que se vinculam à defesa de princípios democráticos e de direitos de cidadania, como são as da área de Serviço Social, ganham uma responsabilidade a mais na defesa da vida e na manutenção dos

direitos basilares. Assim, a ABEPSS, o CFESS e a ENESSO têm-se colocado nesta árdua e necessária tarefa.

Portanto, estas entidades ligadas à área de Serviço Social têm assumido o compromisso de não silenciar e de reivindicar direitos, dentre eles, a educação e o trabalho de qualidade, como vimos neste capítulo. Neste texto, buscamos evidenciar o quanto tem sido fundamental o posicionamento das entidades para frear ou, pelo menos, obstaculizar o avanço da precarização do trabalho e da educação superior. Nos limites destas páginas, nosso propósito foi dar destaque ao fato de que a precarização não se inicia em tempos pandêmicos, em verdade, ela é produto do avanço das determinações neoliberais em curso desde a década de 1990 no Brasil.

Por fim, é preciso lembrar que os processos de contrarreformas em curso no país, advogados pela cartilha neoliberal, visam a mercadorização não só da educação e da saúde, mas de todo e qualquer direito que seja bem-aceito no mercado. Neste sentido, a luta das entidades deve ser continuamente ampliada de modo a engrossar as fileiras da resistência.

REFERÊNCIAS

ABEPSS; CFESS; ENESSO. **Trabalho e Ensino Remoto Emergencial**. 2020. Disponível em: <<http://www.cfess.org.br/arquivos/1Nota-ForumNacional2020.pdf>>. Acesso em: 27 jun. 2022.

ABRAMIDES, Maria Beatriz C. **Serviço Social e lutas sociais: desafios profissionais em tempos de barbárie**. Revista Temporalis, ano 21, n. 41, p. 19-33. Brasília, jan./jun. 2021.

ANTUNES, Ricardo. **Coronavírus: o trabalho sob fogo cruzado**. 1. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2020.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL - ABEPSS. **Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social**. Rio de Janeiro, 1996. Disponível em: <<http://www.abepss.org.br/diretrizes-curriculares-da-abepss-10>>. Acesso em: 28 set. 2022.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL - ABEPSS. **A Formação em Serviço Social e o Ensino Remoto Emergencial**. 2021. Disponível em: <<https://www.abepss.org.br>>.

org.br/arquivos/anexos/20210611_formacao-em-servico-social-e-o-ensino-remoto-emergencial-202106141344485082480.pdf>. Acesso em: 04 jun. 2022.

BRASIL. **Lei n.º 9.394 de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em: 11 jun. 2022.

BRASIL. **Ementa Constitucional n.º 95, de 15 de dezembro de 2016**. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm>. Acesso em: 18 jun. 2022.

BRASIL. **Lei n.º 13.429, de 31 de março de 2017**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Poder Executivo. Brasília, 31 mar. 2017. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13429.htm>. Acesso em: 10 jun. 2022.

BRASIL. MINISTÉRIO DA ECONOMIA. **Proposta de Emenda à Constituição, PEC n.º 32/2020**. Brasília, 2020. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/propostas-legislativas/2262083>>. Acesso em: 10 jun. 2022.

BRASIL. MEC. **Portaria n.º 2.117 de 06 de dezembro de 2019**. Oferta de carga horária na modalidade de Ensino a Distância - EaD em cursos de graduação presenciais ofertados por Instituições de Educação Superior - IES pertencentes ao Sistema Federal de Ensino. Disponível em: <<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-2.117-de-6-de-dezembro-de-2019-232670913>>. Acesso em: 28 jun. 2022.

BRASIL. MEC. **Portaria n.º 544, de 16 de junho de 2020**. Dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais, enquanto durar a situação de pandemia do novo coronavírus - Covid-19, e revoga as Portarias MEC n.º 343, de 17 de março de 2020, n.º 345, de 19 de março de 2020, e n.º 473, de 12 de maio de 2020. Disponível em: <<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-544-de-16-de-junho-de-2020-261924872>>. Acesso em: 28 jun. 2022.

BRAZ, Marcelo. **O golpe nas ilusões democráticas e a ascensão do conservadorismo reacionário**. Revista Serviço Social & Sociedade,

n. 128, p. 85-103. São Paulo, 2017.

BRETTAS, Tatiana. **O neoliberalismo e a constituição endógena do capital financeiro no Brasil**. In: Capitalismo dependente, neoliberalismo e financeirização das políticas sociais no Brasil. p. 156-207. BRETTAS, Tatiana (Org.). Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2020.

CALIL, Gilberto G. **A negação da pandemia**: reflexões sobre a estratégia bolsonarista. Revista Serviço Social & Sociedade, n. 14, p. 30-47. São Paulo, jan./abr., 2021.

CARDOSO, Priscila Fernanda G.; CANÊO, Giovanna. **Desafios da formação profissional crítica em tempos de pandemia, neoliberalismo e conservadorismo**. Revista Temporalis, ano 21, n. 41, p. 70-86. Brasília, jan./jun. 2021.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Nota pública: por que o CFESS é candidato para a vaga da sociedade civil no CNAS (Gestão 2022/2024)**. CFESS, 2022. Disponível em: <<https://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/1896>>. Acesso em: 28 jun. 2022.

CORRÊA, Laís D.; REIDEL, Tatiana. **Perfil, condições e relações de trabalho de assistentes sociais gaúchos(as)**. Revista Temporalis, n. 41, p. 136-154. Brasília, jan./jun. 2021.

CORRÊA, Laís D. *et al.* **A política de educação no Brasil**: um “museu de grandes novidades”. In: Alterações Político-Econômicas Contemporâneas na América Latina: O Caso do Brasil, Cuba e Chile. p. 93-117. PRATES, Jane C.; MARQUES, Rosa Maria; ORTH, Thiana (Orgs.). São Paulo: Alexa Cultural Editora; Manaus: EDUA, 2021.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS - DIEESE. **Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos**. Salário-mínimo nominal e necessário. Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/analisecestabasica/analiseCestaBasica202201.html>>. Acesso em: 20 jun. 2022.

FARAGE, E. **Educação superior em tempos de retrocessos e os impactos na formação profissional do Serviço Social**. Revista Serviço Social & Sociedade, n. 140, p. 48-65. São Paulo, jan./abr. 2021.

IAMAMOTO, Marilda V. **Serviço Social em tempo de capital feti-**

che: capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez Editora, 2015a.

IAMAMOTO, Marilda V. **O Serviço Social na Contemporaneidade:** trabalho e formação profissional. São Paulo: Cortez Editora, 2015b.

PINHEIRO, Hamida Assunção; ANDRADE, Roberta F. C.; LIMA, Isteice N. **Bússolas para a Formação e Trabalho Profissional do Serviço Social:** as Diretrizes Curriculares da ABEPSS, a Lei de Regulamentação e o Código de Ética. In: PROCAD Amazônia 2: formação e trabalho no norte e no sul do Brasil. CUNHA, Marinez Gil N.; PRA-TES, Jane C.; GOMES, Vera Lúcia B.; PINHEIRO, Hamida Assunção (Orgs.). São Paulo: Alexa Cultural Editora; Manaus: EDUA, 2021.

VALLINA, Kátia de A.; PINHEIRO, Hamida Assunção; ANDRADE, Roberta F. C.; VALLINA, Marcelo Mario. **Educação superior, trabalho docente e ensino remoto:** paradoxos contemporâneos e implicações para o Serviço Social. In: Direitos, Trabalho e Gestão Social: elos indissociáveis para a proteção social brasileira. ANDRADE, Roberta F. C.; CUNHA, Marinez Gil N.; PINHEIRO, Hamida Assunção; MELO, Lucilene F. (Orgs.). São Paulo: Alexa Cultural Editora; Manaus: EDUA, 2022.

O DEBATE DA SUSTENTABILIDADE E SUA RELAÇÃO COM A FORMAÇÃO E O TRABALHO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL

Marinez Gil Nogueira Cunha¹

Hamida Assunção Pinheiro²

Patrícia Krieger Grossi³

INTRODUÇÃO

A discussão da sustentabilidade e sua relação com o trabalho e a formação profissional de assistentes sociais enquanto tema polêmico se constitui repleta de dissensos, e, exatamente por isto, o adensamento desta discussão se faz tão importante e inadiável.

1 Assistente Social. Professora Doutora vinculada ao Departamento de Serviço Social da Universidade Federal do Amazonas (UFAM) e ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia (PPGSS/UFAM). Pós-Doutoranda em Serviço Social pela PUCRS. Coordenadora Geral do Projeto PROCAD/Amazônia, do qual se origina este livro. Líder do Grupo de Pesquisa sobre Gestão Social, Direitos Humanos e Sustentabilidade na Amazônia (GEDHMAM/UFAM). Lattes: <<http://lattes.cnpq.br/1025592413685937>>. ORCID: <<https://orcid.org/0000-0001-9415>>. 0285 E-mail: marinezgil@ufam.edu.br

2 Assistente Social. Professora da Graduação em Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Doutora em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia pela UFAM. Pós-Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Líder do Grupo de Pesquisa Estudos de Sustentabilidade, Trabalho e Direitos na Amazônia (ESTRADAS). Membro da Coordenação Nacional do Grupo Temático de Pesquisa (GTP) Serviço Social: fundamentos, formação e trabalho profissional da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS). Bolsista de Produtividade em Pesquisa (PQ2) pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Lattes: <<http://lattes.cnpq.br/6392995719018586>>. ORCID: <<https://orcid.org/0000-0001-7881-2605>>. E-mails: hamida.assuncao@gmail.com e hamida@ufam.edu.br

3 PhD em Serviço Social pela Universidade de Toronto (Canadá). Professora Adjunta da Graduação e Pós-Graduação em Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Gerontologia Biomédica da PUCRS. Líder do Grupo de Estudos e Pesquisa em Violência – NEPEVI. Pesquisadora Produtividade em Pesquisa do CNPq 1C. Lattes: <<http://lattes.cnpq.br/4275343111687273>>. ORCID: <<https://orcid.org/0000-0002-0851-639X>>. E-mail: pkgrossi@pucrs.br

Diante disto, este capítulo tem o intuito de analisar alguns pontos de encontro entre a perspectiva crítica de entendimento da noção de sustentabilidade socioambiental e o projeto ético-político do Serviço Social brasileiro, bem como alguns dilemas que a temática impõe. Do ponto de vista metodológico, trata-se de um ensaio teórico elaborado com base em pesquisa bibliográfica. Assim, o conteúdo deste capítulo está estruturado em duas partes, além da introdução e das considerações finais. A primeira parte aborda a discussão ideopolítica travada em torno da noção de sustentabilidade, buscando evidenciar, numa perspectiva histórica, como as discussões foram se desenvolvendo no âmbito internacional do debate sobre desenvolvimento e meio ambiente nas pioneiras e/ou principais conferências mundiais.

A intenção nesta primeira parte é demarcar as diferenças ideopolíticas entre a noção de ecodesenvolvimento e de desenvolvimento sustentável, visando elucidar a perspectiva crítica de entendimento da sustentabilidade socioambiental a partir da matriz discursiva contra-hegemônica do chamado “desenvolvimento sustentável”, o qual se tornou um discurso instrumental aos interesses neoliberais no âmbito da globalização econômica. Na segunda parte, o propósito é mostrar como a discussão sobre sustentabilidade vem sendo travada no Serviço Social, buscando evidenciar a relação entre a formação, o trabalho e o projeto ético-político do Serviço Social com a sustentabilidade.

O DEBATE INTERNACIONAL SOBRE SUSTENTABILIDADE DO DESENVOLVIMENTO: Diferenças ideopolíticas entre ecodesenvolvimento e desenvolvimento sustentável

A discussão sobre a necessidade de implementação de ações voltadas para buscar a sustentabilidade do desenvolvimento nas sociedades capitalistas não pode ser dissociada da compreensão da chamada crise ambiental. Entende-se que as raízes da crise ambiental estão imbricadas no próprio projeto civilizatório do capitalismo, ou seja, é uma crise decorrente da racionalidade do modo de produção capitalista que se apropria da natureza de modo destrutivo, com impactos de degradação ambiental para a vida de todos no planeta Terra.

É indubitável que a crise ambiental não é apenas decorrente de uma crise de valores éticos e morais, em abstrato, referentes ao desrespeito à natureza, os quais conformam uma dada subjetividade coletiva da sociedade, sem relação com as relações sociais capitalistas. Ao contrário, é preciso entender que a crise ambiental é decorrente das relações capitalistas de produção, que não somente exploram e alienam o trabalho vivo, produzindo miséria e desigualdade social, mas, ao mesmo tempo, utilizam os recursos da natureza sob a perspectiva do “crescimento ilimitado” (como sinônimo de desenvolvimento), o que conduz ao esgotamento dos recursos naturais, com impactos destrutivos ao meio ambiente. Por esta razão, a crise ambiental é determinada pelas condições materiais estabelecidas na sociedade, configurando-se como uma crise socioambiental. Portanto, a raiz da desigualdade social é a mesma da degradação ambiental, ou seja, determinada pela racionalidade do modo de produção capitalista.

A noção de sustentabilidade do desenvolvimento em sociedades capitalistas foi construída em terreno cheio de controvérsias diante de diversas matrizes discursivas, principalmente, no âmbito do discurso dominante da globalização econômica⁴ sob a égide neoliberal.

Do ponto de vista histórico, o marco internacional (institucional) inicial da discussão sobre a crise ambiental e do surgimento do paradigma de sustentabilidade remonta ao ano de 1968⁵, quando foi realizada em Roma uma reunião de cúpula entre cientistas dos países desenvolvidos para se discutir “o consumo e as reservas de

4 Santos (2003, p. 01) explica que “a globalização - que exige ampla liberdade de comércio - e o surgimento dos blocos econômicos - que pressupõem algum sistema de preferência entre os participantes, contrariando a lógica liberal - embora apresentem essa aparente contradição, todavia são processos interligados e complementares. Através da participação em blocos, os Estados podem reforçar a sua capacidade competitiva para enfrentar a concorrência acirrada em mercados globalizados”.

5 O Clube de Roma é considerado como marco institucional das discussões sobre sustentabilidade no âmbito das relações internacionais. Contudo, no plano teórico o início dessa discussão remonta ao pensamento de Malthus (1766-1834). Para a teoria malthusiana, embasada nas observações da sociedade americana do século XVI, a natureza possui recursos finitos e, portanto, se a população continuasse a crescer demasiadamente, conseqüentemente, diminuiriam os recursos naturais. A explicação da teoria de Malthus ficou bastante conhecida através de seu cálculo matemático que predizia que: a população mundial cresce em progressão geométrica, contudo, a produção de alimentos (recursos da natureza) aumenta em progressão aritmética. Não é possível deixar de considerar que a partir dessa concepção fatalista de Malthus emerge no plano teórico o debate sobre a questão ambiental.

recursos naturais não renováveis e o crescimento da população mundial até o século XXI” (REIGOTA, 1994, p. 13). Os resultados das discussões travadas no chamado Clube de Roma revelaram em suas conclusões a urgência da necessidade de se planejar meios para garantir a conservação dos recursos naturais e controlar o crescimento da população.

O termo desenvolvimento sustentável aparece pela primeira vez em 1980 numa publicação de uma ONG internacional intitulada: *Estratégia Mundial para a Conservação*, realizada pela União Internacional para a Conservação da Natureza e dos Recursos (IUCN). Entretanto, este termo só se torna amplamente difundido a partir de 1987 com o chamado Relatório *Brundtland*⁶ (GODARD, 1997). Mas o início da discussão sobre a sustentabilidade do desenvolvimento remonta aos primórdios dos anos 70, com a elaboração do conceito de ecodesenvolvimento, que foi divulgado a partir de 1974 no trabalho de Ignacy Sachs⁷, voltado para discutir as estratégias do ecodesenvolvimento. Assim, Sachs (1980, p. 45) define o ecodesenvolvimento como: “desenvolvimento endógeno e, dependendo de suas forças próprias, submetido à lógica das necessidades do conjunto da população, consciente de sua dimensão ecológica e buscando estabelecer uma relação de harmonia entre o homem e a natureza”.

Ignacy Sachs foi bastante contundente ao afirmar que o conceito de sustentabilidade disseminado pelo modelo de produção capitalista atual está muito aquém de produzir um ambiente saudável para as gerações atuais e as futuras. Por esta razão, este teórico ampliou o conceito de ecodesenvolvimento, criado inicialmente por Maurice Strong em 1973, e difundiu largamente a ideia de um de-

6 De acordo com Reigota (1994), esse relatório foi patrocinado pela primeira-ministra norueguesa Gro Harlem Brundtland, que propiciou a realização de reuniões em várias cidades do mundo, inclusive em São Paulo, visando discutir e encontrar soluções para a problemática ambiental levantada após a Conferência de Estocolmo.

7 Economista polonês radicado na França, tendo sido um dos principais membros do grupo que auxiliou Maurice Strong (que foi o secretário geral da primeira Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento) no preparo das Conferências de Estocolmo e do Rio de Janeiro (ECO-92). De modo geral, a literatura referente ao tema tem associado a divulgação do conceito de ecodesenvolvimento à prática discursiva de Maurice Strong no início da década de 1970. O que é decorrente exatamente das posições teóricas de Sachs que balizaram as ações políticas de Strong no âmbito das Organizações das Nações Unidas, tendo em vista que atuou como um assessor da preparação das grandes Conferências voltadas para o desenvolvimento humano e meio ambiente. É hoje o principal economista mundial do ecodesenvolvimento. É um dos pioneiros da teoria econômica estruturalista do desenvolvimento.

envolvimento endógeno, pautado em uma nova ética da natureza e na solidariedade entre gerações (atuais e futuras), no que tange à conservação dos recursos renováveis como a água, a energia solar, as árvores, entre outros. Assim, definiu que as estratégias de ecodesenvolvimento⁸:

[...] se destinam às ecozonas em particular, com vistas a: (a) fazer uso mais completo dos recursos específicos de cada ecozona, para atender às necessidades básicas de seus habitantes, salvaguardando, ao mesmo tempo, os prospectos em longo prazo, através de gestão racional destes recursos, ao invés da exploração destrutiva dos mesmos; (b) reduzir ao mínimo os efeitos ambientais negativos e, inclusive, utilizar, tanto quanto possível, os produtos de refugio para finalidades produtivas; (c) desenhar tecnologias adequadas à consecução destes objetivos. (SACHS, 1986, p. 98).

A perspectiva de ecodesenvolvimento de Sachs (1993) considera que o desenvolvimento é um processo que deve melhorar as condições de vida das comunidades humanas e, ao mesmo tempo, respeitar os limites da capacidade de carga dos ecossistemas (natureza). Assim afirmou:

Nada de parar o crescimento enquanto houver pobres e desigualdades sociais gritantes; mas é imperativo que esse crescimento mude no que se refere às suas modalidades e, sobretudo, à divisão de seus frutos. Precisamos de outro crescimento para outro desenvolvimento. (SACHS, 1993, p. 232).

O autor tece considerações sobre a possibilidade de crescer sem destruir, difundindo que as estratégias de ecodesenvolvimento poderiam ser concretizadas dentro da sociedade. Estas estratégias de ecodesenvolvimento estão diretamente representadas nas cinco dimensões da sustentabilidade defendidas por Sachs (1993, p. 25-27), a saber:

SUSTENTABILIDADE SOCIAL – Processo de desenvolvimento em que exista maior equidade na distribuição da renda, de modo

⁸ Os princípios filosóficos do ecodesenvolvimento defendido por Sachs estão vinculados às ideias da teoria do self-reliance (autossuficiência, autossustentação), as quais foram defendidas por Mahatma Gandhi no processo de luta pela libertação da Índia contra o domínio inglês (ANDRADE, 2000).

a melhorar substancialmente as condições de vida da população e reduzir a distância entre padrões de vida de abastados e não abastados;

SUSTENTABILIDADE ECONÔMICA - Alocação e gestão mais eficientes dos recursos com um fluxo regular de investimento público e privado. Uma condição fundamental para isso é superar as atuais condições externas, decorrentes de uma combinação de fatores negativos: o ônus do serviço da dívida e do fluxo líquido de recursos financeiros do Sul para o Norte, as relações adversas de troca, as barreiras protecionistas ainda existentes nos países industrializados e, finalmente, as limitações de acesso à ciência e à tecnologia;

SUSTENTABILIDADE ECOLÓGICA - Uso dos recursos potenciais dos vários ecossistemas – com um mínimo de dano aos sistemas de sustentação da vida – para propósitos socialmente válidos. Autolimitação do consumo material pelos países ricos e pelas camadas sociais privilegiadas em todo o mundo. Definição das regras para uma adequada proteção ambiental;

SUSTENTABILIDADE ESPACIAL - Voltada para uma configuração rural-urbana mais equilibrada e para uma melhor distribuição territorial de assentamentos humanos e atividades econômicas;

SUSTENTABILIDADE CULTURAL - Busca das raízes endógenas dos modelos de modernização e dos sistemas rurais integrados de produção, privilegiando processos de mudanças no seio da continuidade cultural e traduzindo o conceito normativo de ecodesenvolvimento em uma pluralidade de soluções particulares, que respeitem as especificidades de cada ecossistema, de cada cultura e de cada local.

É possível dizer que o conceito de ecodesenvolvimento de Ignacy Sachs ampliou a concepção de desenvolvimento, pois além das variáveis econômicas, passou a incorporar variáveis políticas, culturais, sociais, éticas, ecológicas, dentre outras. Já na década de 1980, Ignacy Sachs chamou atenção para a necessidade de uma reflexão profunda e crítica sobre a questão da falta de sustentabilidade socioambiental no desenvolvimento das sociedades capitalistas, demonstrando que esta sustentabilidade deveria ser construída socialmente, ancorada em uma nova forma de pensar a vida em sociedade.

Contudo, o conceito de ecodesenvolvimento não alcança força em sua ampla divulgação. A Declaração de Cocoyoc, resultante da Conferência de 1974 da UNCTAD (Conferência das Nações Unidas

sobre Comércio e Desenvolvimento) e do Programa de Meio Ambiente das Nações Unidas (UNEP), e, também, o Relatório *Que Faire* apresentado no final de 1975 pela Fundação alemã *Dag Hammarskjöld*, reelaboraram a noção de sustentabilidade do desenvolvimento proposta por Ignacy Sachs sem dar visibilidade ao termo ecodesenvolvimento (VIEIRA, 1995). Desta forma, outro conceito passa a ser amplamente divulgado, isto é, o conceito de desenvolvimento sustentável, o qual se torna o conceito preferido no âmbito das organizações internacionais neste contexto, tendo em vista que o mesmo apresenta uma conotação ideológica menos radical que o anterior e mais coerente “com uma fase de experimentação com a ideia de uma nova ordem econômica internacional” (idem, p. 109).

De acordo com Vieira (1995), a partir do chamado Relatório *Brundtland*, que foi apresentado por uma comissão da ONU em 1987, difundiu-se como desenvolvimento sustentável: “aquele que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem as suas próprias necessidades” (p. 98).

Este relatório não acrescentou modificações substanciais ao conceito de desenvolvimento sustentável. Contudo, teve o mérito de reaquecer a discussão sobre a crise ambiental “em escala internacional sobre a caracterização precisa do critério de sustentabilidade” (idem, p. 113).

Godard (1997, p. 122) afirma que a ampla difusão de diversas noções conceituais do termo desenvolvimento sustentável se explica pelo fato de que este termo:

[...] pode satisfazer a projetos e valores de uma grande variedade de atores e de grupos sociais, e que ela prepara o terreno para a formação de novos compromissos em suas relações. Desse ponto de vista, o halo de incerteza que ainda envolve a noção corresponde exatamente à função exercida na fase atual: aproximar problemáticas e interesses diferentes, abrir caminho para novas relações e favorecer reorganizações.

Diante deste contexto, o chamado desenvolvimento sustentável passou a ser bandeira da retórica política dos movimentos ambientalistas, governos, partidos políticos, organizações não go-

vernamentais, empresários, cientistas e outros segmentos organizados da sociedade, diante das evidências dos impactos destrutivos da busca desenfreada do desenvolvimento econômico a qualquer custo, revelados na questão climática (aquecimento global) e erosão da biodiversidade⁹ (processo de extinção de espécies da fauna e flora) decorrente do desmatamento das florestas em todo o mundo, com destaque para a Floresta Amazônica¹⁰.

Depois da realização da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento em 1992 (CNUMAD-92)¹¹, na qual foi assinada a Convenção sobre a Diversidade Biológica (CDB)¹² e, também, da realização do Fórum Global¹³, as discussões sobre a problemática ambiental chegaram à conclusão de que se não for modificado “o atual modelo de desenvolvimento econômico e não se produzir uma aproximação entre critérios ecológicos e processos econômicos, a espécie humana corre sérios riscos de sobrevivência a médio prazo” (LEIS, 1995, p. 24). As indicações da necessidade de transformar a lógica do modelo de desenvolvimento econômico vi-

9 Em termos gerais, biodiversidade significa a variedade de vida existente no planeta.

10 Segundo dados do Sistema de Alerta de Desmatamento (SAD) do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon), “nos últimos 12 meses, de agosto de 2021 a julho de 2022, foram derrubados 10.781 km² de floresta, o que equivale a sete vezes a cidade de São Paulo. Essa foi a maior área devastada dos últimos 15 anos para o período, sendo 3% superior à registrada no calendário passado, entre agosto de 2020 e julho de 2021”.

11 A CNUMAD/92 configurou-se como um encontro de governos convocado pela ONU para tratar da crise ecológica dos bens comuns da humanidade (atmosfera, recursos naturais, diversidade biológica, mares etc.)

12 Conforme Santilli (2004), a partir da CDB ocorreu a alteração no âmbito internacional do status da biodiversidade enquanto patrimônio da humanidade (de livre acesso) para o status de propriedade do país de origem (soberania nacional). Assim, a CDB instituiu mecanismos que objetivam mitigar os efeitos do desequilíbrio de força e de poder econômico e político entre países desenvolvidos (usuários de recursos da biodiversidade, ricos em tecnologia) e países em desenvolvimento (provedores e/ou detentores desses recursos, sendo ricos em biodiversidade e pobres em tecnologia), no que se refere ao acesso aos recursos genéticos mediante acordos mútuos de repartição de benefícios entre as partes contratantes (usuários versus provedores). A partir desta Convenção, o acesso aos recursos genéticos passa a ser regulado por determinados critérios, mediante normas (leis nacionais) que balizam juridicamente a realização de contratos de acesso, que definirão as formas de repartição de benefícios aos detentores dos citados recursos e, também, às populações possuidoras dos conhecimentos tradicionais associados à biodiversidade (populações tradicionais e povos originários). Assim, estas normas também perpassam o campo da proteção do conhecimento científico-tecnológico mediante instrumentos de propriedade intelectual no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC) no contexto da globalização econômica.

13 De acordo com Leis (1995), o Fórum Global convocou mais de 2.500 entidades não governamentais de mais de 150 países, realizando quase 400 reuniões oficiais, além de vários eventos não oficiais. Estima-se que esse Fórum tenha atraído um público aproximado de 500 mil pessoas.

gente estão presentes em todos os temas da Agenda 21¹⁴ aprovados na CNUMAD/92.

Depois da CNUMAD/92 e da difusão das chamadas políticas de desenvolvimento sustentável surge um novo marco legal internacional, baseado no estabelecimento de normas que visam limitar e reverter os impactos destrutivos dos processos econômicos e tecnológicos sobre o meio ambiente. Vários acordos multilaterais globais foram firmados, dentre os quais destaca-se a CDB, que estabeleceu o chamado novo código de conduta no plano internacional para tratar das questões ambientais. Contudo, entende-se que este código de conduta não é consequência somente da conscientização da perda de biodiversidade por parte das nações, mas, principalmente, devido ao valor estratégico da biodiversidade enquanto matéria-prima potencial para o desenvolvimento de biotecnologias modernas¹⁵.

Após essa abordagem histórica dos marcos internacionais da discussão sobre sustentabilidade do desenvolvimento nas sociedades capitalistas, é preciso dizer que neste ensaio se entende que o conceito de desenvolvimento sustentável é uma superação positiva para o capital dos princípios conceituais do ecodesenvolvimento postulados por Ignacy Sachs (1980), os quais representaram uma forte crítica à lógica industrialista vigente num contexto de globalização econômica, a qual denunciou a geopolítica de dependência e as relações desiguais em âmbito mundial entre os chamados países desenvolvidos (norte) e aqueles em processo de desenvolvimento (sul) e suas consequências destrutivas ao meio ambiente (denunciando os efeitos perversos do endividamento externo dos países do sul, como

14 A Agenda 21 Global é um documento desenvolvido para a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento de 1992 (a chamada ECO-92 realizada no Brasil na cidade do Rio de Janeiro). A Agenda inclui uma declaração de objetivos e metas, bem como um elenco de estratégias e ações a serem seguidas para alcançá-las (TRINDADE, 2001).

15 A biodiversidade, enquanto matéria-prima das biotecnologias modernas (uso de engenharia genética para fabricação de produtos em diversas áreas, tais como agricultura, saúde e indústria farmacêutica, entre outras), assume atualmente um caráter estratégico nas relações de mercado, tendo sido altamente valorizada, não tanto pela característica da vida em si, mas, principalmente, pela informação genética nela contida (ALBAGLI, 2003). Diante do novo paradigma técnico-econômico, baseado no uso da informação/conhecimento, a biodiversidade passa a ser alvo de acirrada disputa entre países pelo controle do acesso às informações. Isto é, disputa pelas informações genéticas e, também, pelas informações culturais associadas ao uso da biodiversidade (conhecimentos tradicionais das populações tradicionais indígenas e não indígenas/quilombolas, ribeirinhos, marisqueiros, caiçaras, entre outros).

o Brasil). A narrativa deste autor defendia a necessidade efetiva de construção de um novo paradigma de desenvolvimento que fosse capaz de buscar uma simbiose entre sociedade e natureza, em que a segurança ecológica fosse reconhecida como um importante aspecto da governabilidade do planeta, ao lado da paz e da redução da pobreza.

Historicamente, verificou-se que o termo ecodesenvolvimento caiu em desuso diante da hegemonia do uso do termo “desenvolvimento sustentável” no âmbito das discussões das conferências internacionais sobre meio ambiente. Para Leff¹⁶ (2000, p. 273), esse desuso decorre das fragilidades de “fundamentação teórica e praxiológica das suas estratégias [...] e do discurso ambiental, junto com a ambiguidade de suas propostas perante os processos de mudança social e os ajustes de racionalidade econômica [...]”. Contudo, apesar de sua crítica contundente, Leff também apontou as potencialidades da teoria do ecodesenvolvimento, relativas ao desenvolvimento de ecotécnicas por ecorregião, como a “inovação de tecnologias apropriadas para o aproveitamento sustentável dos recursos e a orientação do sistema educativo para gerar os valores e os conhecimentos necessários para uma gestão participativa e ecologicamente fundamentada dos recursos [...]” (2000, p. 267). Há que se reconhecer que a proposta de Leff (2000) de construção de uma nova racionalidade ambiental e produtiva foi concebida a partir dos fundamentos e estudos da teoria do ecodesenvolvimento, levando-o a difundir a perspectiva da produtividade ecotecnológica.

Leff (2000), em sua obra intitulada “Ecologia, Capital e Cultura: racionalidade ambiental, democracia participativa e desenvolvimento sustentável”, indica que as perspectivas de resolução dos problemas ambientais contemporâneos sinalizam a necessidade de que seja configurada uma nova ordem mundial, mediante a criação de novos sentidos civilizatórios. Assim, defende que a sustentabilidade ecológica seja conjugada com as demandas de equidade e justiça social, mediante a elaboração de uma nova racionalidade produtiva alternativa. Esta nova racionalidade deve incorporar os processos

16 Enrique Leff é um dos principais intelectuais latino-americanos no âmbito da problemática ambiental, sendo amplamente conhecido por sua posição teórica marxista. Ele publicou em 1986 a coletânea da primeira edição de *Ecologia e Capital*. Ele se incorpora decididamente à corrente eco-marxista com sua segunda versão de *Ecologia e Capital*, publicada em 1994 (FOLADORI, 2000).

culturais e ecológicos como fundamentos do próprio processo produtivo.

Neste sentido, Leff defende que seja ultrapassada a visão limitada sobre o ambiente da economia política tradicional, a qual reduz o ambiente a um mero fator de custo de produção. O ambiente deve ser visto (em seu potencial produtivo) como um sistema produtivo fundado nas estruturas funcionais dos ecossistemas e nas suas condições de estabilidade e produtividade. Assim,

a produtividade ecotecnológica sustentável resulta da articulação de processos ecológicos, tecnológicos e culturais que determinam as formas de apropriação da natureza. Esta racionalidade ambiental não se constrói de cima para baixo, como um processo de planificação que imporia às comunidades e às nações as leis de uma nova ordem ecológica global. (idem, p. 200).

A perspectiva de desenvolvimento de Leff (2000) está relacionada com a visão do ecodesenvolvimento de Sachs (1993) em relação à necessidade de autodeterminação dos povos frente as opções tecnológicas voltadas para o desenvolvimento. Ou seja, a produtividade ecotecnológica sob uma perspectiva de sustentabilidade resulta da articulação de processos ecológicos, tecnológicos e culturais que determinam as formas de apropriação e transformação da natureza. Deste modo, verifica-se que esta perspectiva de sustentabilidade está relacionada com as cinco dimensões defendidas por Sachs: sustentabilidade social, sustentabilidade econômica, sustentabilidade ecológica, sustentabilidade espacial e sustentabilidade cultural.

A sustentabilidade aponta para o futuro. A sustentabilidade é uma maneira de repensar a produção e o processo econômico, de abrir o fluxo do tempo a partir da reconfiguração das identidades, rompendo o cerco do mundo e o fechamento da história impostos pela globalização econômica. A crise ambiental está mobilizando novos atores e interesses sociais para a reapropriação da natureza, repensando as ciências a partir de seus impenáveis, internalizando as externalidades no campo da economia. A economia neguentrópica que proponho não surge apenas a partir da faculdade teórica de pensá-la. A nova economia está sendo construída pelos novos movimentos sociais indígenas e camponeses, que estão reconhecendo e reinventando suas cosmovisões, suas tradições e suas práticas produtivas, reposicio-

nando suas identidades nesta configuração do mundo diante da globalização econômica e atribuindo valores culturais à natureza. (LEFF, 2010, p. 31).

As visões de Sachs (1993) e Leff (2000) ressaltam a questão da necessidade de justiça social (garantia de emprego e segurança social), democracia (participação da população na definição dos programas de desenvolvimento) e de respeito à diversidade cultural (diversidade cultural das populações e povos tradicionais) como base para a sustentabilidade de um desenvolvimento ecologicamente prudente e socialmente justo.

Verifica-se que não é esta a perspectiva crítica de compreensão do que seja sustentabilidade do desenvolvimento que fundamenta a “noção de desenvolvimento sustentável” apregoada no discurso oficial no âmbito dos atores políticos nas conferências internacionais sobre desenvolvimento e meio ambiente. O que se percebe é que o capital instrumentalizou o discurso de desenvolvimento sustentável como mediação para garantir sua reprodução ampliada de acumulação mediante mecanismos de tecnologias ditas “limpas” e práticas mitigadoras dos efeitos destrutivos do modo de produção na natureza (sem questionar a máxima de crescimento ilimitado e a racionalidade do modo de produção capitalista). Por esta razão, hoje se vive um processo de ambientalização das políticas públicas no sentido de se buscar cumprir os objetivos da Agenda 21. Mas é preciso desvelar criticamente os efeitos práticos do discurso de desenvolvimento sustentável no enfrentamento da irracionalidade da destruição ambiental em curso no Brasil e no mundo.

No âmbito da formação profissional crítica do Serviço Social brasileiro é preciso correlacionar a temática da desigualdade social e da pobreza com a discussão da sustentabilidade socioambiental do desenvolvimento. Contudo, esta correlação precisa ser mediada e pautada na matriz discursiva contra-hegemônica da noção de desenvolvimento sustentável, a qual é instrumental à perspectiva política neoliberal da globalização. Esta perspectiva contra-hegemônica está fundamentada no pensamento ambiental latino-americano que tem como principal expoente Enrique Leff. Esta matriz discursiva tem como base a equidade social, em que se articulam princípios de ecologia e de justiça social, no sentido de promover a redistribuição mais

equânime das riquezas das sociedades, com base nos princípios ecológicos de limites do potencial de produção dos ecossistemas, para garantir a sobrevivência das futuras gerações, sendo contrária a um modelo de desenvolvimento capitalista autofágico.

SERVIÇO SOCIAL E A SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL: Desafios à formação e ao trabalho profissional na atualidade

É oportuno lembrar que no Serviço Social brasileiro enquanto área de conhecimento existe um consenso de que trabalho e formação profissional devem caminhar à luz da mesma perspectiva teórico-metodológica, mantendo-se assim uma coerência entre o ensino, a pesquisa, a extensão e o trabalho nas diversas instituições que empregam os/as assistentes sociais. Esta orientação implica muitos desafios cotidianos, tanto no campo da formação como do trabalho profissional, uma vez que os assistentes sociais têm um firme posicionamento em favor dos direitos democráticos, da ampliação e consolidação da cidadania, da equidade e da justiça social, dentre outros princípios que balizam esta área do conhecimento e legitimam sua postura crítica à sociedade capitalista de produção. Por esta razão, parte-se do pressuposto que a correlação do serviço social com o debate da sustentabilidade socioambiental precisa ser mediada pela incorporação da perspectiva crítica e contra-hegemônica ao discurso de desenvolvimento sustentável, para que se possa manter a coerência com o projeto ético-político da profissão.

A autora Maria das Graças Silva (2010), em sua tese de doutorado intitulada “Questão Ambiental e Desenvolvimento Sustentável: Um desafio ético-político ao Serviço Social”, analisa a concepção de desenvolvimento sustentável como mecanismo de enfrentamento da questão ambiental, realizando um exame crítico desde a sua introdução pelas agências internacionais, a sua conversão em programa de ação e, por fim, a sua instituição como prática de classe. Ao analisar os fundamentos da questão ambiental, bem como as principais teses explicativas desta, problematiza a relação entre sustentabilidade econômica, social e ambiental, mostrando o predomínio da questão econômica sob os outros domínios no âmbito da sociedade regida

pela lógica do capital. Em sua tese, identificou as principais alternativas de enfrentamento à questão ambiental presentes nos seguintes documentos: Declaração da Conferência da ONU sobre o Meio Ambiente de Estocolmo (1972), Relatório *Brundtland* (1987), Carta da Terra e Agenda 21 Global (Rio 1992) e outros documentos da ONU como o PNUMA (Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente), Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), *Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe* (CEPAL) e Banco Mundial.

A autora defende a tese de que a sustentabilidade ambiental se faz a partir de uma insustentabilidade social, à medida que afeta de forma diferenciada as classes sociais e que o desenvolvimento sustentável configura uma alternativa à “questão ambiental” diante da necessidade de manutenção do capitalismo, mas não a supera (SILVA, 2010, p. 42). Esta insustentabilidade pode ser evidenciada nos próprios padrões de consumo de países capitalistas como os EUA, que precisariam de três planetas para manter o seu estilo de vida. Com isto, os países menos desenvolvidos, que consomem menos recursos, permitem que os países mais desenvolvidos mantenham este estilo de vida, dentro de uma relação desigual de apropriação de recursos. Para amenizar esta situação, a Comissão *Brundtland*, como vimos, desenvolveu o conceito de desenvolvimento sustentável como sendo aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem às suas próprias necessidades. Ele contém dois conceitos-chave: o conceito de necessidades, sobretudo as necessidades essenciais dos pobres do mundo, que devem receber a máxima prioridade e a noção das limitações que o estágio da tecnologia e da organização social impõe ao meio ambiente, impedindo-o de atender às necessidades presentes e futuras (BONDER, 2003).

Um dos instrumentos que foi construído para auxiliar os países a estimarem o quanto de recursos precisam para manter o seu modo e condição de vida foi desenvolvido por Wackernagel e Rees (1996) (*Ecological Footprint Analysis*), conhecido no Brasil como Pegada Ecológica. Trata-se de um:

instrumento que permite estimar os requerimentos de recursos naturais necessários para sustentar uma dada população, ou seja,

quanto de área produtiva natural é necessário para sustentar o consumo de recursos e assimilação de resíduos de uma dada população urbana. (DIAS, 2008, p. 235).

A partir do estudo de Wackernagel e Rees, em 1996, verificaram-se as relações de parasitismo das regiões com economias mais “avançadas” em relação a outras partes do mundo. Assim, o estudo denunciou que “o Japão tem uma pegada ecológica oito vezes maior que o seu território, a Alemanha e a Holanda 15 vezes maior e Londres 120 vezes maior”. Nessa época, “o Canadá e a Austrália eram os únicos países entre os chamados ‘desenvolvidos’ que não possuíam *déficit ecológico*” (DIAS, 2008, p. 237).

Neste contexto, a questão ambiental é entendida como um “conjunto das manifestações da destrutividade ambiental, resultantes da apropriação privada da natureza, mediadas pelo trabalho humano” (SILVA, 2010, p. 144). Compartilhamos da compreensão de Silva (2010) de que o entendimento sobre a questão social é indissociável da questão ambiental. Dentro da ordem do capital, esta compreensão deve estar presente no cotidiano e na formação profissional de assistentes sociais. A autora argumenta que o capital, ao mesmo tempo em que assegura a contínua produção e reprodução da questão ambiental, assim como ocorre com a questão social, se empenha em atenuar suas manifestações. Isto ocorre através da promoção de programas compensatórios, permeados pelo discurso do solidarismo, do respeito aos direitos humanos e da defesa do meio ambiente, mas que encerra contradições inerentes ao modo de produção capitalista. Estas contradições também são evidenciadas no contexto das relações de exploração e opressão entre países “colonizadores” *versus* países “colonizados”, cujas desigualdades persistem e se acentuam sob a égide do capital. Cabe ressaltar que na primeira parte deste capítulo indicamos que Sachs (1986) já advertia a questão da insustentabilidade econômica nas relações internacionais decorrentes dos serviços das dívidas externas entre países desenvolvidos e em desenvolvimento (relações Norte e Sul).

Nesta esteira de pensamento, entendemos que a ordem do capital não consegue superar o fosso social por este gerado sem comprometer a sua dinâmica de acumulação, razão pela qual o debate ambiental tem assumido centralidade nos aspectos do ambiente – de

forte inspiração na ecologia – secundarizando a dimensão social deste. Com isto, naturaliza-se a pobreza ou esta acaba sendo secundarizada nas análises, negando a relação entre estes dois aspectos, a questão social e a questão ambiental. Como consequência, as medidas de enfrentamento à pobreza são paliativas (SILVA, 2010).

Por esta razão, advoga-se a necessidade de que no âmbito da formação profissional do assistente social seja realizada a necessária correlação entre a questão social e a questão ambiental, pois ambas têm uma raiz comum, a insustentabilidade do modo de produção capitalista que, ao mesmo tempo em que explora o trabalho vivo (contradição entre capital e trabalho) se apropria dos recursos naturais de modo destrutivo (insustentabilidade ecológica), produzindo ao mesmo tempo a pobreza e a desigualdade social, assim como os impactos destrutivos na capacidade da natureza de se regenerar e ofertar os serviços ambientais mantenedores da vida no planeta (regulação do clima, regeneração da fauna e flora, água potável, ar limpo e saudável, entre outros serviços). Por esta razão, é preciso hoje no serviço social discutir as questões socioambientais do tempo presente e discutir criticamente o significado da sustentabilidade socioambiental do desenvolvimento nas sociedades contemporâneas.

Cumprе destacar que a década de 1970, além de ter sido um grande marco para a explosão das discussões ambientais pelo mundo, configurou-se também como momento de crise da economia capitalista e, conseqüentemente, de regressão dos direitos sociais consolidados pelo Estado de Bem-Estar Social¹⁷ nos países de economia mais avançada até aquele momento.

17 O *Welfare State* ou Estado de Bem-Estar Social, como bem destaca Pereira (2008), é parte integral do sistema capitalista de produção em um dado momento histórico marcado pelo enfraquecimento da ideologia neoliberal. Para Sachs (2004), no período histórico conhecido como anos dourados do capitalismo, situado entre 1945 e 1975, acreditava-se que a chave para o desenvolvimento consistia na intervenção do Estado como regulador da economia e o responsável em articular políticas de pleno emprego, de seguridade social e de direitos sociais. Este foi um momento marcado pelo crescimento econômico e também por grandes conquistas sociais para a classe trabalhadora. Todavia, como destacam Pereira (2008) e Sachs (2004), o Estado de Bem-Estar Social ficou restrito aos países europeus de maior crescimento econômico. E, ainda assim, mesmo na configuração mais plena do Estado de Bem-Estar Social, permaneceu havendo pobreza e desigualdade. A ideia deste tipo de desenvolvimento é oriunda da década de 1940 e se relaciona com a recuperação da periferia da Europa devastada no pós-guerra. O cerne da questão estava em superar o atraso social e econômico que se evidenciava na industrialização insipiente, na falta de tecnologia e no desemprego e subemprego crônico. Naquele momento, os economistas deram enfoque à ampliação do papel do Estado como solução para o desenvolvimento.

É preciso lembrar que entre as décadas de 1960 e 1980, o Serviço Social brasileiro vinha passando pelo Movimento de Reconceituação, o qual permitiu profundas reflexões, debates, encontros científicos e, como consequência, um redirecionamento processual e gradativo do projeto ético-político, que até aquela época era hegemonicamente conservador. Este redirecionamento se solidificou com mais evidência na década de 1990 com a aprovação da Lei de Regulamentação da Profissão em 1993 (Lei n.º 8.662 de 07 de junho de 1993), com a instituição do Código de Ética Profissional também em 1993 e com a elaboração das Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) para os cursos de graduação em Serviço Social.

Este tripé, que possui quase 30 anos de existência, constitui o cerne do projeto ético-político do serviço social brasileiro atual e, sendo assim, também se configura como substrato do trabalho e da formação crítica no tempo presente. Pensar a sustentabilidade a partir deste tripé pode, inicialmente, parecer algo distante e desconexo, mas quando refletimos sobre a matriz crítica, de corte marxista e marxiano, que norteia o projeto ético-político do Serviço Social, torna-se muito evidente a relação da questão ambiental (ou socioambiental) e da sustentabilidade com a formação e o trabalho dos assistentes sociais.

Aqui merece destaque que, embora a discussão da questão ambiental e da noção de sustentabilidade seja permeada por controvérsias decorrentes da disputa de diversas matrizes discursivas e, mais fortemente, por aquelas ligadas à defesa da globalização econômica de enfoque neoliberal, é importante mencionar que:

Decerto que a visibilidade adquirida pela temática ambiental no início deste milênio constitui uma necessidade, um componente indispensável na formação das atuais e futuras gerações; no entanto, a pseudocriticidade que a norteia acaba por sedimentar o terreno para a sua conversão em mais uma peça ideológica. Na esteira de um discurso que apregoa a adoção de práticas 'ecologicamente corretas' ocultam-se os reais determinantes da 'questão ambiental': o sociometabolismo do capital e a impossibilidade de superação da produção destrutiva pelas vias do progresso técnico. (SILVA, 2010, p. 43).

Como vimos na primeira parte deste capítulo, Sachs (1986), ao discutir as cinco dimensões da sustentabilidade (econômica, social, ecológica, cultural e espacial e/ou geográfica), demonstrou o papel da tecnologia nos impactos ecodestrutivos do ambiente, devido à importação de modelos de desenvolvimento e tecnologias não apropriadas às condições ecológicas e culturais de cada região. Os impactos do progresso técnico sem adequação aos objetivos sociais e ecológicos do desenvolvimento já demonstraram que somente vêm servindo aos interesses de acumulação do capital a qualquer custo (produzindo pobreza e destruição da natureza). Por esta razão, não será o uso de tecnologias ditas “limpas” e mitigadoras de efeitos ecodestrutivos que propiciará a sustentabilidade socioambiental do desenvolvimento. É necessário vontade política dos governantes para implementar ações que verdadeiramente busquem contemplar todas as dimensões da sustentabilidade de modo efetivo, com prudência ecológica e justiça social.

Nesta arena de disputas entre projetos societários distintos, os assistentes sociais, em diferentes espaços sócio-ocupacionais, podem atuar numa perspectiva conservadora, para a manutenção do *status quo* ou através de uma perspectiva crítica (coerente com o projeto ético-político da categoria profissional), mobilizando a população para reivindicar seus direitos, através de processos de reflexão crítica e tomada de consciência para a participação social em movimentos e/ou instâncias de controle social das políticas sociais que afetam o modo e as condições de vida na realidade do tempo presente, em que questões socioambientais se impõem como desafios à profissão de assistente social.

Nesta perspectiva, assistentes sociais podem buscar estimular os diversos atores sociais envolvidos para interagirem de forma articulada e propositiva na formulação de políticas públicas, na construção dos planos municipais de saneamento, nos planos diretores municipais e setoriais, assim como na análise dos estudos e projetos realizados, no acompanhamento das obras em execução e na gestão dos serviços de saneamento, por exemplo. A ideia é que a comunidade seja mais do que a beneficiária passiva dos serviços públicos, seja atuante, defensora e propositora dos serviços que deseja em sua localidade, por meio de canais de comunicação e de diálogo entre a sociedade civil e o poder público (BRASIL, 2009).

No Brasil, no decorrer da década de 1980, foram implementadas várias políticas de regulação pública do meio ambiente, como a Lei n.º 6.938/81 que se refere à Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA), a qual estabelece mecanismos de fiscalização e normatização dos recursos naturais; a criação do SISNAMA – Sistema Nacional do Meio Ambiente, que congrega os órgãos que devem gerir o meio ambiente no país (ARAÚJO *et al.*, 2011). Porém, ocorreram várias fragilidades nas instâncias de controle social como Conselhos Estaduais e Municipais do Meio Ambiente e Conferências. As Conferências Nacionais de Meio Ambiente no Brasil (2003, 2005, 2008) trouxeram várias pautas importantes, mas as dificuldades para instituir a descentralização político-administrativa que possibilite aos Estados e municípios executarem a gestão ambiental foi uma realidade constante.

Araújo *et al.* (2011) pontuam como espaço de atuação de assistentes sociais na gestão ambiental estatal o trabalho junto ao licenciamento ambiental, o qual tem criado campo de ação para diversos profissionais, como o trabalho com comunidades atingidas pelas obras, barragens etc.; a educação ambiental, os estudos socioeconômicos; trabalhos em reassentamentos, entre outros. Estes autores argumentam que o Serviço Social, com sua vertente crítica e com seu acúmulo nos fundamentos teórico-metodológicos marxistas, pode contribuir para a ruptura com visões acríticas e a-históricas da questão ambiental e atuar na gestão do meio ambiente, vinculado aos matizes mais críticos para desvendar as causas concretas da questão ambiental.

Os assistentes sociais que atuam na gestão socioambiental de empresas, muitas vezes, estão investidos da ótica da responsabilidade social empresarial (mas é necessário atuar numa perspectiva crítica de entendimento da sustentabilidade socioambiental). Nesta perspectiva, o exercício profissional é direcionado ao planejamento, execução e monitoramento de programas e projetos socioambientais, com destaque para as atividades de educação ambiental, tendo em vista a formação de uma cultura ambiental para os/as usuários/as dos serviços prestados, às comunidades, aos fornecedores, ao poder público – isto é, nas práticas extramuros nas empresas.

Embora não seja campo exclusivo de atuação dos assistentes sociais, a educação ambiental se expressa através de campanhas

educativas, realização de seminários, oficinas, reuniões e pesquisas com foco em programas voltados ao meio ambiente. Neste contexto, assistentes sociais precisam ter clareza da intencionalidade da ação profissional, balizada pelo nosso projeto ético-político, pois existem projetos antagônicos na sociedade devido às contradições de classe (SILVA, 2010).

Por fim, é preciso dizer que na formação profissional do Serviço Social existe ainda uma lacuna no que se refere à existência de disciplinas específicas sobre a questão socioambiental. O Serviço Social tem grandes desafios neste sentido, tais como incorporar este debate crítico da sustentabilidade de forma transversal nos três núcleos de fundamentos da ABEPSS, abordar este tema no âmbito do ensino, pesquisa e extensão. Um dos caminhos do Serviço Social poderia ser a retomada do trabalho de base com a população visando desenvolver processos de reflexão crítica e desalienação sobre a importância dos processos de mobilização e participação social, juntando forças com os movimentos sociais e populares, comunidades ribeirinhas, povos originários (indígenas) e tradicionais (quilombolas, caiçaras, entre outros) e outras formas de associativismo que foram enfraquecidas com o avanço do conservadorismo e com a repressão a esses movimentos.

Compartilhamos com as autoras Freitas *et al.* (2012) de que soluções paliativas para tratar as questões socioambientais compõem-se em estratégias de fortalecimento do próprio modo de produção. Portanto, precisamos ter entendimento crítico do avanço ecodestrutivo do capital e dos processos de geração de riqueza que, contraditoriamente intensificam a pobreza e a degradação ambiental, para que possamos pensar em estratégias coletivas de enfrentamento às múltiplas expressões da questão socioambiental.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No enfrentamento dos desafios postos ao Serviço Social, o projeto ético-político da profissão, com todo seu teor de criticidade à produção das desigualdades na sociedade capitalista, ganha especial relevo, sendo o motor que dá potência tanto para a formação como para o trabalho profissional no tempo presente. Quando tratamos

da questão ambiental ou socioambiental como alguns preferem, observamos que a sustentabilidade emerge como temática de estudo/pesquisa de forma mais frequente na atualidade. Esta efervescência não ocorre apenas no Serviço Social, mas em outras áreas do conhecimento que também se deparam com as mais variadas expressões da questão social.

Deste modo, é urgente e necessário fazer o debate, expor os contrapontos e evidenciar que as causas dos problemas ambientais estão assentadas na racionalidade e no funcionamento da sociedade capitalista de produção. A sustentabilidade, à luz do pensamento crítico que dialoga como o projeto ético-político do Serviço Social brasileiro, é uma categoria de análise que questiona a racionalidade da economia capitalista, fazendo um movimento muito semelhante ao posicionamento firme que o Serviço Social brasileiro tem tido na defesa da construção de uma nova ordem societária. Ordem esta sem dominação-exploração de classe, etnia e gênero e, obviamente, com outra forma de exploração dos recursos naturais, diferente desta que ora predomina.

Tal qual acontece com outros conceitos e expressões importantes para a formação e para o trabalho de assistentes sociais, a sustentabilidade não se trata de um termo de compreensão unívoca dentro e fora da área de Serviço Social. Na realidade, a sustentabilidade carrega em si muitos dilemas e contradições, tendo em vista a força do pensamento conservador e neoliberal que se coloca sobre ela e a liga com todo o ideário falacioso do desenvolvimento sustentável. Aqui é imprescindível registrar que a sustentabilidade pensada a partir da teoria crítica nada tem a ver com os princípios do desenvolvimento sustentável, ou seja, de forma alguma a sustentabilidade pode ser entendida como mecanismo de equilíbrio entre a racionalidade da economia capitalista e a racionalidade ambiental.

Para Leff (2008), a racionalidade ambiental deseja uma sociedade mais justa socialmente, ela busca primeiramente a preservação da vida, bem diferente da racionalidade do capitalismo. Ideia esta que se conecta ao projeto ético-político do Serviço Social. É a partir desta matriz discursiva crítica e contra-hegemônica ao discurso do desenvolvimento sustentável (instrumental para racionalidade neoliberal), que está ancorada no pensamento ambiental latino-americano (do

qual Leff é um dos principais expoentes), que o Serviço Social precisa se conectar. Não é mais possível negar esta lacuna na formação profissional, é preciso avançar na formação e no trabalho profissional frente às demandas de políticas públicas que efetivamente possam contribuir para a promoção da sustentabilidade socioambiental.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Denise B. M. **O processo de reestruturação e as novas demandas organizacionais do Serviço Social**. In: Capacitação em Serviço Social e Política Social: O trabalho do Assistente Social e as políticas sociais. v. 4. Universidade de Brasília. Brasília, 2000.

ALBAGLI, Sarita. “**Interesse Global no Saber Local: A Geopolítica da Biodiversidade**”. In: Anais do Seminário Saber Local/Interesse Global: Propriedade Intelectual, Biodiversidade e Conhecimento Tradicional na Amazônia. Belém, 2003.

ARAÚJO, Nailsa Maria S.; OLIVEIRA, Ana Régia S.; SILVA, Elaine S. da; MESSIAS, Jailson R. “**Questão ambiental” e política de meio ambiente: desafios ao Serviço Social brasileiro**. Revista de Políticas Públicas, [s. l.], v. 15, n. 1, p. 121-129, 2011. Disponível em: <<https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/511>>. Acesso em: 07 out. 2022.

BONDER, Cíntia. **Desenvolvimento sustentável como uma forma de mitigar o impacto negativo da globalização nas comunidades locais**. p. 1-16. [on-line]. Revista Textos & Contextos, n. 2, dez. 2003.

BRASIL. MINISTÉRIO DAS CIDADES. SECRETARIA NACIONAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL. **Programa de Educação Ambiental e Mobilização Social em Saneamento**. Brasília: Ministério das Cidades, 2009.

DIAS, Genebaldo F. **Educação Ambiental: Princípios e Práticas**. 9. ed. São Paulo: Editora Gaia, 2008.

FREITAS, Rosana de C. M.; NÉLSIS, Camila M.; NUNES, Letícia S. **A crítica marxista ao desenvolvimento (in)sustentável**. Revista Kátalysis, v. 15, n. 1, p. 41-51. Florianópolis, 2012.

GODARD, Olivier. **O desenvolvimento Sustentável: paisagem in-**

lectual. In: Faces do Trópico Úmido: Conceitos e Questões Sobre Desenvolvimento e Meio Ambiente. CASTRO, Edna; PINTON, Florence (Orgs.). Belém: UFPA, 1997.

LEFF, Enrique. **Ecologia, Capital e Cultura**: racionalidade ambiental, democracia participativa e desenvolvimento sustentável. Tradução Jorge Esteves da Silva. Blumenau: Editora da FURB, 2000.

LEFF, Enrique. **Saber Ambiental**: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. Tradução Lúcia Mathilde Endlich Orth. 6. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2008.

LEFF, Enrique. **Da insustentabilidade econômica à sustentabilidade ambiental**. In: Discursos sustentáveis. Tradução Silvana Cobucci Leite. São Paulo: Cortez Editora, 2010.

FOLADORI, Guillermo. **Na busca de uma racionalidade ambiental**. Revista Ambiente & Sociedade, ano 3, n. 6/7, 1º Semestre de 2000/2º Semestre de 2000.

IMAZON - INSTITUTO DO HOMEM E MEIO AMBIENTE DA AMAZÔNIA. **Desmatamento na Amazônia chega a 10.781 km² nos últimos 12 meses, o maior em 15 anos**. Disponível em: <<https://imazon.org.br/imprensa/desmatamento-na-amazonia-chega-a-10-781-km%C2%B2-nos-ultimos-12-meses-maior-area-em-15-anos/#:~:text=Nos%20C3%BAltimos%2012%20meses%2C%20de,2020%20e%20julho%20de%202021>>. Acesso em: nov. 2022.

LEIS, Héctor Ricardo. **Ambientalismo**: um projeto realista-utópico para a política mundial. In: Meio Ambiente, Desenvolvimento e Cidadania: desafios para as ciências sociais. p. 15-44. VIOLA, Eduardo José *et al.* (Orgs.). São Paulo: Cortez Editora, 1995.

PEREIRA, Potyara Amazoneida P. **Política Social**: temas & questões. São Paulo: Cortez Editora, 2008.

REIGOTA, Marcos. **O que é Educação Ambiental**. 62 p. Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.

SACHS, Ignacy. **Stratégies de l'écodéveloppement**. Paris: Lês Editions Ouvrières, 1980.

SACHS, Ignacy. **Ecodesenvolvimento**: crescer sem destruir. São

Paulo: Editora Vértice, 1986.

SACHS, Ignacy. **Estratégias de Transição para o Século XXI**: desenvolvimento e meio ambiente. Coleção Cidade Aberta. Tradução Magda Lopes. São Paulo: Studio Nobel: Fundação do Desenvolvimento Administrativo, 1993.

SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento**: incluyente, sustentável, sustentado. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2004.

SANTILLI, Juliana. **Conhecimentos Tradicionais Associados à Biodiversidade**: elementos para a construção de um regime jurídico *sui generis* de proteção. In: Diversidade biológica e conhecimentos tradicionais. VARELLA, Marcelo D.; PLATIAU, Ana Flávia B. (Orgs.). Belo Horizonte: Editora Del Rey, 2004.

SANTOS, Onélio Luis S. **Considerações sobre a propriedade intelectual no processo de globalização mundial e integração regional com uma sucinta abordagem sobre sua proteção no Mercosul e no Brasil**. Disponível em: <<http://www.NEPI.ADV.BR./index.htm>>. Acesso em: 26 dez. 2003.

SILVA, Maria das Graças e. **Questão Ambiental e Desenvolvimento Sustentável**: um desafio ético-político ao Serviço Social. São Paulo: Cortez Editora, 2010.

TRINDADE, Sérgio C. **Agenda 21**: Estratégia de desenvolvimento sustentável apoiada em processo de decisão participativa. In: Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas. p. 260-269. CAVALCANTE, Clóvis (Org.). São Paulo: Cortez Editora, 2001.

VIEIRA, Paulo F. **A problemática ambiental e as ciências sociais no Brasil (1980-1990)**: contribuição ao mapeamento e à avaliação crítica preliminares do esforço de pesquisa. In: Dilemas Socioambientais e Desenvolvimento Sustentável. HOGAN, Daniel Joseph; VIEIRA, Paulo F. (Orgs.). Campinas: Editora da Unicamp, 1995.

**POLÍTICAS PÚBLICAS E SUA INTERFACE
COM A FORMAÇÃO E O TRABALHO
PROFISSIONAL**

Cilene Sebastiana da Conceição Braga¹

Erica Bomfim Bordin²

Maria do Perpétuo Socorro Rodrigues Chaves³

INTRODUÇÃO

A conjuntura contemporânea é marcada por um movimento conservador, *um tempo de democracia em risco*, no qual as expressões da questão social se agravam de maneira célere, infundindo incertezas e vulnerabilidades sociais, culturais e ambientais. Trata-se de uma crise societária sem precedentes na história, sendo reconhecida pelos riscos que afetam a própria civilização, configurando-se como uma *crise civilizatória*, pois, além de atingir a todos os diferentes quadrantes do planeta, sobretudo, compromete de maneira avassaladora as condições de vida daqueles que se encontram em situação de empobrecimento. Em consequência, amplia a acumulação de riquezas à custa da depredação dos recursos naturais, o que denota uma *crise socioambiental* que por sua magnitude acirra as problemáticas moldadas pelas relações de poder e de expansão do sistema capitalista.

1 Assistente Social com Mestrado e Doutorado em Política Social pela Universidade de Brasília e Pós-Doutorado em Política Social pelo Instituto Universitário de Lisboa - ISCTE/Portugal. Professora Adjunta do curso de Graduação e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Pará. E-mail: cileneelins@yahoo.com.br

2 Assistente Social. Mestre e Doutora em Serviço Social pelo PPGSS/PUCRS. Principais temas de estudo: Sociedade Civil, Política Social, Gestão Social e Teoria Gramsciana. Realiza Estágio Pós-Doutoral no PPGSS/PUCRS, com atividades na área de pesquisa e docência. Professora Colaboradora. E-mail: erica.bordin@puers.br

3 Professora Titular da UFAM, vinculada ao Departamento de Serviço Social, ao PPG Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia e ao PPG em Biotecnologia. Doutora em Política Científica e Tecnológica - UNICAMP e em Processus d'Innovation Changements Organisationnel no Centre International de Recherche Sur l'Environnement et le Développement (CIRED), Paris/França. E-mail: socorro.chaves@pq.cnpq.br

Assim, tendo em vista que no território brasileiro multiplica-se, de maneira avassaladora, a desigualdade social e a fragmentação das forças democráticas, enquanto a diversidade de *fronts* de enfrentamentos relativas à defesa e à garantia de direitos sociais e humanos, por fazer valer a dignidade e a justiça social, requer, cada vez mais, mobilizações e lutas ampliadas e efetivas. O cenário que impera sobre a sociedade brasileira impõe aos setores democráticos do país um complexo desafio de rearticulação e avanço no acionamento das capacidades dos coletivos sociais, na construção de alianças estratégicas para resistir e suplantam a extensa pauta de impasses vigentes.

Importante sinalizar que este texto é resultado de reflexões oriundas de revisão de literatura e de trocas construídas, a partir do desenvolvimento do PROCAD/Amazônia entre as instituições parceiras (UFAM, UFPA, PUCRS) que têm proporcionado aprendizados e construções, por meio de processos de investigações. Ele tem como objetivo apresentar reflexões sobre as políticas públicas e sua interface com a formação e o trabalho profissional do assistente social.

A divisão do texto está construída da seguinte maneira: no primeiro momento, a introdução fazendo destaque para os objetivos e a forma de estruturação do texto; no segundo momento, apresentamos pontuações sobre os desafios conjunturais, no terceiro um debate sobre políticas públicas e sociais e, por último, foram destacadas notas sobre a formação profissional e políticas sociais e considerações finais.

CARACTERIZAÇÃO DA REALIDADE SOCIAL CONTEMPORÂNEA E DESAFIOS CONJUNTURAIS

Os processos de liberalização e de privatização reforçam os mecanismos de centralização e de concentração do capital, em níveis nacional e transnacional. Analisando a raiz e a natureza da crise capitalista, percebe-se que a crise em curso tem caráter duradouro, sustentada na dinâmica de superacumulação da capacidade de produção, que se eleva em ritmo acelerado, gerando uma acumulação de capital fictício em patamares sem precedente na história (CHESNAIS, 2013).

As consequências da ofensiva acirrada pelo capitalismo, em nível global, no campo social, tornam-se mais lesivas aos países e regiões empobrecidos que computam 75% da população mundial com 1,3 bilhão de pessoas na pobreza (PNUD, 2021). Este contingente (sobre)vive em condições de risco e vulnerabilidade social, econômica e ambiental. O sistema engendrado pelo capital busca difundir seu padrão, homogeneizando (*subsunção real e formal*) a produção de bens e de consumo provocando mudanças radicais nas organizações socioculturais tradicionais, nas formas de acesso e de usufruto dos recursos naturais, infligindo alterações na configuração dos ecossistemas do planeta e na vida em sociedade. Os estudos nos diversos campos científicos e as reivindicações da sociedade civil organizada, em nível global, alertam para os impactos deletérios, alguns de caráter irreversível.

A reestruturação produtiva do capital, que emergiu no final do século XX e adentrou com ímpeto o século XXI, impulsionou a instauração da 4ª Revolução Industrial. No cenário global, a trajetória das forças do capital foi sustentada por um leque de avanços científicos como as Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), a robótica, a microeletrônica, a informática que, em conjunto, formam a Indústria 4.0. O movimento provocado pelo *novo paradigma técnico econômico e produtivo* transpôs as fronteiras geopolíticas e alastrou-se em *nível global*, promovendo a transição para a sociedade do conhecimento (CASTELLS, 1999).

Desta forma, se por um lado é notório o avanço científico e tecnológico, por outro se apresenta um quadro de piora da qualidade de vida que conduz os sujeitos sociais a vivenciarem uma experiência paradoxal, na história das sociedades humanas, na qual a relação entre os sujeitos sociais e a natureza é de exploração.

Lyotard (1984) relata que na sociedade atual o conhecimento ganhou *status* de principal força de produção, assim, a geração de conhecimentos tornou-se bastião do sistema capitalista para ampliar seus domínios e garantir com destreza sua continuidade. Esta modalidade de sociedade segue impelida pelo vínculo orgânico entre os interesses do capital e as políticas neoliberais, acirrando o índice de desigualdade social e econômica vigente que, como faces da mesma realidade, não refreiam a exclusão social, mas a nutrem (CHAVES, 2018).

O sistema capitalista, permeado por contradições, faz emergir o movimento antidemocrático e neoliberal que intensifica a questão social. Assim, o Estado e suas instituições pautam-se pela tendência de redução de recursos para viabilizar políticas públicas e sociais, com extinção sistemática de direitos trabalhistas e de cidadania, ostensivamente, obstruindo o acesso aos bens e serviços sociais que aprofundam o grau de pauperização de vastos segmentos sociais (CHAVES, 2018).

A própria Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE)⁴ em documentos produzidos entre 2015 e 2017, apresenta relatos que indicam que o mundo possui capacidade de produção suficiente para erradicar a pobreza por todo o mundo (CHAVES, 2021). De acordo com as informações disponibilizadas, a produção capitalista guarda potencial para atender todas as demandas por alimentos e bens necessários para melhorar a qualidade de vida dos países empobrecidos, e isto pode ser efetuado sem a necessidade de dispor de toda a capacidade de trabalho disponível. No entanto, os avanços tecnológicos e as riquezas produzidas não priorizam esta finalidade e findam por engendrar a redução dos direitos trabalhistas e da empregabilidade.

A nova ordem econômica do capital impõe novas dimensões ao mundo do trabalho ao reduzir a demanda de trabalho vivo ante o trabalho passado, incorporado aos meios de produção (MARX, 1978). Garrido (2016 *apud* CHAVES, 2018) constata que, em todo o mundo, em torno de 30% dos postos de trabalho com direitos sociais estão em ritmo crescente de redução e indica que a permanência desta tendência pode lançar, em aproximadamente uma geração, 70% dos trabalhadores/as no mercado de trabalho informal. A classe trabalhadora, em sua materialidade e existência, vivencia um dos mais agudos dilemas que afetam sua identidade política e acirram o cenário de desigualdade socioeconômica no Brasil.

Iamamoto (2012) indica que o processo de reestruturação produtiva convive com um fordismo incompleto e com formas tradicionais de exploração da força de trabalho que estão enraizadas na formação econômica do país. Na particularidade histórica do Bra-

4 A *Organisation for Economic Co-Operation and Development*, fundada em 1961, é uma organização econômica intergovernamental (com 38 países membros), formada pelas maiores economias do mundo, que objetiva moldar políticas que promovam prosperidade, igualdade, oportunidade e bem-estar.

sil, (re)ascende o conservadorismo político com políticas de caráter (ultra)neoliberal, apoiado pelo reacionarismo religioso que amplia suas investidas com a aprovação do *impeachment* da presidenta do Brasil Dilma, em 2016. O golpe desferido pelas elites no poder sobre as forças democráticas, no país, revela seu caráter reacionário que se sustenta nas raízes do patriarcado conduzindo à eleição de Jair Bolsonaro em 2018. Este governo representa um verdadeiro retrocesso aos avanços e às conquistas obtidas pela classe trabalhadora em suas lutas e resistências.

A postura do governo, entre 2020 e 2021, nos dois primeiros anos da pandemia da Covid-19, foi de recusar-se a atender às necessidades de imunizar a população limitando o sistema de imunização por não prover vacinas. As manipulações baseadas na disseminação de (des)informações, arrojaram o SUS à beira de um colapso e pela explícita negação de direitos patrocinou a morte e sofrimentos cruéis mediante a falta de assistência. A falta de oxigênio em Manaus e nos municípios do Estado do Amazonas, em janeiro de 2021, expôs um dos mais graves exemplos de negligência, descaso e irresponsabilidade do governo do presidente Jair Bolsonaro⁵.

Ao tratar a problematização sobre as relações sociais capitalistas que atuam na estruturação e reprodução dos espaços agrário, urbano e ambiental, nos deparamos com alguns desafios. No meio rural impõe-se a necessidade de desvendar os processos que ampliam a concentração fundiária incidindo na expansão do latifúndio, numa intensa dinâmica de destruição ambiental. Deste modo, o acirramento dos conflitos fundiários e socioambientais afeta a vida humana, as relações sociais e a sociobiodiversidade nos diferentes territórios, ampliando a pauperização da classe trabalhadora do campo, os povos originários (etnias indígenas) e tradicionais (ribeirinhos, quilombolas, pescadores e muitos outros) (Cardoso *et al.*, 2021).

Em relação aos territórios urbanos, Cardoso *et al.* (2021, p. 281) indicam que se tornam domínios repletos de fenômenos e processos, materializando a produção social, desigual e combinada, além de imprimir:

5 Disponível em: <<https://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2022/01/14/ha-um-ano-manaus-enfrentava-caos-por-falta-de-oxigenio-nos-hospitais-veja-fotos.gh.html>>.

[...] a aceleração da urbanização e das contradições que conformam a questão urbana a partir, por exemplo, de indicadores demográficos por renda, cor e raça, grau de escolaridade, trabalho e renda, que expõem as práticas de segregação socioespacial da moradia popular e de amplos segmentos da classe trabalhadora que nela habitam, formando os diversos nomes dos territórios populares: favelas, vilas, alagados, bairros, palafitas, mocambos, loteamentos periféricos.

Assim, o crescimento (des)ordenado das cidades, sob a lógica do capital, segrega as populações em áreas sem saneamento básico, com precariedade de equipamentos urbanos, mananciais poluídos por dejetos residenciais e resíduos industriais. Territórios carentes de investimentos públicos para implementação de políticas urbanas, onde vige a violação dos direitos sociais e humanos como moradia digna e saudável, serviços sociais e saneamento. Para Iamamoto (2012), os governos de orientação neoliberal tendem a erodir a cidadania social, ao patrocinar um franco desmonte do legado de direitos estabelecidos, conquistados ao longo de lutas históricas pelos trabalhadores, numa efetiva regressão da cidadania.

As transformações promovidas pelo movimento histórico de mundialização do capital têm conduzido a contrarreformas trabalhistas e previdenciárias que reforçam os mecanismos de repartição desigual de renda, auferindo maior extensão e intensidade ao processo de desigualdade social entre as classes sociais. O conjunto da classe trabalhadora vivencia a intensificação da exploração nas relações de trabalho, padece da deterioração das condições de existência e da desumanização pelo aviltamento patrocinado pela degradação da vida em sociedade.

Na conjuntura brasileira, as determinações do capitalismo contemporâneo balizadas por um conjunto de contrarreformas institucionais, trabalhistas e previdenciárias de matis privatista, reacionárias e conservadoras, associadas à necropolítica do governo, vêm minando as forças democráticas do país (GERSHENSON; CHAVES; PONTES, 2021). O Estado, sob a égide de um governo conservador/reacionário passa por uma reatualização em seus direcionamentos, no campo neoliberal e, mediante os desafios que se apresentam aos profissionais, faz-se imperativo delinear o processo de constituição e caracterização em termos de arranjo das políticas públicas visando

discutir as demandas relacionadas à construção de competências técnicas dinâmicas e pró-ativas, compromissadas com as lutas sociais em prol de uma nova sociabilidade política.

A CONSTITUIÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Partimos da percepção de que as desigualdades e um direito nascente deram ao Estado uma missão, antes conferida em doses pequenas e pontuais, a de intervir na ordem econômica, política e social, como antes não se podia imaginar. Podemos inferir que entre os desdobramentos deste processo encontra-se a busca de consensos via políticas públicas econômicas e sociais (GURGEL e RIBEIRO, 2011).

A política pública como ramo de conhecimento da ciência política surge nos Estados Unidos e na Europa, no segundo pós-guerra, com o intuito de “entender a dinâmica das relações entre governos e cidadãos, extrapolando o estrito apego às tradicionais dimensões normativas e morais e as minúcias do funcionamento de instituições específicas” (PEREIRA, 2012). Nesta perspectiva, a política pública é compreendida como:

[...] um fluxo de decisões públicas, orientado a manter o equilíbrio social ou a introduzir desequilíbrios destinados a modificar esta realidade. Decisões condicionadas pelo próprio fluxo e pelas reações e modificações que elas provocam no tecido social, bem como pelos valores, ideias e visões dos que adotam ou influem na decisão. É possível considerá-las como estratégias que apontam para diversos fins, todos eles, de alguma forma, desejados pelos diversos grupos que participam do processo decisório. A finalidade última de tal dinâmica – consolidação da democracia, justiça social, manutenção do poder, felicidade das pessoas – constitui elemento orientador geral das inúmeras ações que compõem determinada política. Com uma perspectiva mais operacional, poderíamos dizer que ela é um sistema de decisões públicas que visa a ações ou omissões, preventivas ou corretivas, destinadas a manter ou modificar a realidade de um ou vários setores da vida social, por meio da definição de objetivos e estratégias de atuação e da alocação dos recursos necessários para atingir os objetivos estabelecidos. (SARAIVA, 2006, p. 28).

Este autor destaca que no processo de constituição das políticas públicas “as circunstâncias foram mostrando a conveniência de analisar o funcionamento do Estado por meio de seus fluxos, da sua dinâmica e modificar, assim, a perspectiva – até então privilegiada ou única – de exame de normas e estruturas”. Neste sentido, se faz importante não “se esquecer da preocupação por obter maior conhecimento a respeito das características mais gerais dos sistemas políticos e das relações que se estabelecem entre políticas públicas e política, de um lado, e entre governo e sociedade, de outro” (SARAIVA, 2006, p. 26-27).

Considerando a relação contraditória de consenso e coerção, nos termos de Gramsci, que há no Estado e articulando com o campo social, política pública pode ser entendida como:

[...] uma forma de regulação ou intervenção na sociedade. Articula diferentes sujeitos, que apresentam interesses e expectativas diversos. Constitui um conjunto de ações ou omissões do Estado, decorrente de decisões e não decisões, constituído por jogo de interesses, tendo como limites e condicionamentos os processos econômicos, políticos e sociais. Isto significa que uma política pública se estrutura, se organiza e se concretiza a partir de interesses sociais organizados em torno de recursos que também são produzidos socialmente. [...] é um mecanismo de mudança social, orientado para promover o bem-estar de segmentos sociais, principalmente, os mais destituídos, devendo ser um mecanismo de distribuição de renda e de equidade social. Vista como mecanismo que contém contradições, contrapõe-se à percepção da política pública como mero recurso de legitimação política ou de uma intervenção estatal subordinada tão somente à lógica da acumulação capitalista. (SILVA, 2001, p. 37-38).

Dentre as interpretações conhecidas, destacam-se: a estatista que privilegia o Estado como o produtor exclusivo de política pública, chegando a conceber o termo público como sinônimo de estatal; e a multicêntrica que considera a relação, dialeticamente, contraditória entre Estado (sociedade política) e sociedade civil como o fermento da constituição e processamento da política pública. Nesta abordagem, a política pública não é só do Estado, embora sua participação seja imprescindível, visto que a sociedade exerce papel ativo e decisivo, tendo, assim, o termo público (*res publica*) muito mais abrangência do que o termo estatal (PEREIRA, 2012).

As políticas públicas estão no campo do conhecimento que busca integrar quatro elementos, a saber: a própria política pública, a política (politics), a sociedade política (polity) e as instituições onde as políticas públicas são decididas, desenhadas e implementadas (SOUZA, 2006, p. 40).

No campo específico da política pública, diferentes modelos de formulação e análise foram desenvolvidos visando “entender melhor como e por que o governo faz ou deixa de fazer alguma ação que repercutirá na vida dos cidadãos”. Entre estes modelos de análise, destacamos o ciclo da política pública, “um ciclo deliberativo, formado por vários estágios e constituindo um processo dinâmico de aprendizado” (SOUZA, 2006, p. 28-29). Constitui-se dos seguintes estágios: identificação do problema, definição de agenda, formulação de alternativas, tomada de decisões, implementação e avaliação.

As políticas públicas podem assumir quatro formatos: *políticas distributivas*, quando alocam bens e serviços, nitidamente, concentrados ou focalizados, tendo seus custos dispersos entre os contribuintes; *políticas redistributivas*, que transferem bens materiais, direitos e outros valores diretamente de um grupo ou classe social para outro, sendo ambos claramente identificados, tendo em vista o maior equilíbrio na distribuição de bens; *políticas regulatórias*, que estabelecem imperativos (obrigatoriedades), interdições e condições por meio das quais podem e devem ser realizadas determinadas atividades ou admitidos certos comportamentos; e, por fim, as *políticas constitutivas ou estruturadoras*, que são aquelas que consolidam as regras do jogo político. São as normas e os procedimentos sobre os quais devem ser formuladas e implementadas as demais políticas públicas (RUA, 2013, p. 38-42).

Partindo de outra ênfase de discussão, a autora acima referida traz a diferenciação entre: Políticas de Estado, que seriam políticas duradouras e consolidadas que implicam articulações entre as diferentes áreas setoriais com a intenção de que todas convirjam para os objetivos do Estado, sendo mais permanentes do que aquilo que se restringe ao período no qual um governo exerce o poder; e Políticas de Governo, que podem ser passageiras, vigorando apenas durante o mandato de seus formuladores, podendo não se concentrar em torno de finalidades comuns, à medida que as áreas são distribuídas, a par-

tir de critérios políticos que levam à convergência ou dispersão das políticas públicas (RUA, 2013).

As políticas públicas, tendo como critério o setor de atividade governamental em que operam, podem ser classificadas em: “Políticas Sociais: aquelas destinadas a prover o exercício de direitos sociais”; “Políticas Econômicas: aquelas cujo intuito é a gestão da econômica interna e a promoção da inserção do país na economia externa”; “Políticas de Infraestrutura: aquelas dedicadas a assegurar as condições para a implementação e a consecução dos objetivos das políticas econômicas e sociais”; e as “Políticas de Estado: aquelas que visam garantir o exercício da cidadania, a ordem interna, a defesa externa e as condições essenciais à soberania nacional” – referem-se às áreas relacionadas ao papel de Estado (RUA, 2013, p. 52).

As políticas públicas possuem uma dimensão social, à medida que são destinadas ao bem comum, porém dentre elas temos as políticas sociais, desenvolvidas para concretizar direitos sociais, mesmo que nem sempre de forma plena e coerente com o proposto na legislação. São os direitos sociais que garantem a participação na riqueza coletiva. Eles incluem o direito à educação, ao trabalho, ao salário justo, à saúde, à aposentadoria. A garantia de sua vigência depende da existência de uma eficiente máquina administrativa do Poder Executivo. Além, é claro, de vontade política.

Assim, os direitos sociais permitem às sociedades politicamente organizadas reduzir os excessos de desigualdades produzidos pelo capitalismo e garantir um mínimo de bem-estar para todos. A ideia central em que se baseiam é a da justiça social. Os direitos, muitas vezes, podem existir formalmente, porém ficam esvaziados de conteúdo e servem mais para justificar governos do que para representar cidadãos. A cidadania que costuma se desdobrar em direitos civis⁶, políticos⁷ e sociais é um fenômeno histórico, os caminhos que percorre afetam o produto final, o tipo de cidadão e, portanto, de democracia que se gera (CARVALHO, 2004).

O conjunto das políticas sociais forma o Sistema de Proteção Social “compreendido como uma soma de ações, institucionalizada, ou não, que visa proteger o conjunto ou parte da sociedade

6 Direitos Civis (Século XVIII): direitos à vida, liberdade de pensamento e fé, ir e vir, propriedade privada, liberdade de imprensa, igualdade perante a lei (processo legal, habeas-corpus e petição).

7 Direitos Políticos (Século XIX): direito de votar e ser votado, à associação e à organização.

de riscos naturais e/ou sociais decorrentes da vida em coletividade” (MENDES; WÜNSCH; COUTO, 2009).

Faz-se necessário ter presente que as políticas públicas podem possuir um caráter contraditório, podendo servir a ambos os projetos societários – progressista ou conservador, ou seja, para emancipar sujeitos e fortalecer movimentos sociais que lutem pela conquista de espaços contra-hegemônicos ou para amortecer as contradições e realizar a manutenção do *status quo*, sendo alimentada pela dinâmica do sistema de orientação teórica neoliberal.

São grandes os desafios para efetivação dos direitos sociais via políticas públicas, pois o projeto societário hegemônico que vivemos tem como princípios fragmentar e desqualificar. As tendências são de manutenção da racionalidade gerencial, em detrimento do debate político, onde, apesar do discurso da profissionalização, no que se refere às políticas sociais públicas a diminuição dos gastos é prioridade. Estes processos visam o enfraquecimento e a fragilização dos movimentos contra-hegemônicos. Neste período histórico, marcado por disputas e contradições, a palavra de ordem é resistência. À medida que as conquistas asseguradas, constitucionalmente, são ameaçadas, precisamos nos manter na arena de luta, pois, segundo Gramsci, nenhuma força inovadora se realiza imediatamente, mas com todas as debilidades e forças da vida, com suas contradições e antíteses (GRAMSCI, 1999).

POLÍTICA SOCIAL, TRABALHO PROFISSIONAL E FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL

Tratar da formação da/o assistente social para o trabalho profissional, no campo da política social na contemporaneidade, nos conduz a alguns desafios, levando em consideração o conjunto de crises e mudanças que o Estado capitalista brasileiro sofreu nos últimos anos. Antes de nos definirmos por qualquer abordagem sobre a política social, o trabalho e a formação profissional, partimos da afirmação de que é necessário pensarmos nossas condições e relações de trabalho na sociabilidade capitalista. Não podemos dissociar o trabalho profissional da/o assistente social dessas relações. Assim, existe necessidade de pensarmos no imediato, a expansão de polí-

ticas sociais e o acesso a direitos sociais, mas não podemos perder da memória que nosso horizonte é bem maior que isso, ou seja, fortalecer cotidianamente nosso projeto ético-político e lutar pela construção de uma sociedade ausente de classes, com a superação do capitalismo (BOSCHETTI, 2017).

Posto isto, pontuamos a necessidade de que analisar a profissão na contemporaneidade significa a análise da intensificação das orientações neoliberais, da redução de gastos com a política social e dos ajustes fiscais ampliados no governo do presidente Jair Bolsonaro, os quais têm rebatimentos nas condições e relações de trabalho das/os assistentes sociais. Além disso, não podemos deixar de mencionar as particularidades e desafios das/os assistentes sociais diante do trabalho desenvolvido em tempos pandêmicos que levaram ao enfrentamento de vários limites, tanto de ordem profissional quanto institucional, com o uso de tecnologias (DAL PRÁ; MARTINI; CRUZ, 2021).

Analisar a formação profissional em tempos de acirramento da luta de classes e redução de gastos com o social nos remete a recuperar lutas coletivas que possibilitem uma formação de qualidade, com base nas diretrizes curriculares e no projeto ético-político como resultados dessas construções. Todavia, seus princípios devem ser recuperados, cotidianamente, frente aos inúmeros desafios postos, como: o aumento do número de cursos de Serviço Social, no âmbito privado, principalmente, na modalidade a distância; o rebaixamento da qualidade da formação profissional; a precarização das condições de trabalho docente; as limitações ao desenvolvimento do estágio curricular, entre outros (IAMAMOTO, 2014).

A última pesquisa realizada pelo GT de Política Social, da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), publicada na Revista *Temporalis* n. 21, evidencia a necessidade de pensar, também, no campo da pós-graduação, das pesquisas que vinculem seus objetos de análise às diretrizes da ABEPSS. Analisar estes objetos à luz das contradições do sistema capitalista e da luta de classe e das temáticas de gênero e raça ainda é um desafio (MUSTAFA *et al.*, 2021).

Além destes limites relacionados ao projeto ético-político e às diretrizes curriculares no campo formativo, tanto da graduação

quanto da pós-graduação, o cenário político pelo qual marca a educação, no Brasil, é muito complexo. O aumento da privatização do ensino superior que se expandiu no governo do presidente Lula e as denúncias presentes dentro do Ministério da Educação, durante o atual governo, cabendo registrar que o governo já trocou de Ministro quatro vezes e o último foi trocado em função de denúncias sobre o favorecimento de distribuição de verbas a pastores de igrejas evangélicas (MOREIRA, 2022).

Também é importante pontuar que as crises que envolvem o Ministério da Educação no Brasil, desde o início do governo do presidente Jair Bolsonaro, devem ser relacionadas ao processo de mercantilização da educação que se acirrou a partir do golpe de 2016, mas já vinha sendo desenvolvida de acordo com as diretrizes do Consenso de Washington. Então, não foi algo novo, mas intensificado a partir dos últimos anos.

Este cenário nos levou ao aumento significativo do número de assistentes sociais formados na modalidade de educação a distância. Acompanhando este processo observa-se, também, a ampliação de campo de trabalho para profissionais de Serviço Social, principalmente na área de política social e, em especial, os espaços sócio-ocupacionais das áreas de assistência social e saúde. Destaca-se que, com a consolidação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) que regulamentou a necessidade de contratação de profissionais de Serviço Social, houve forte expansão deste campo de atuação, sendo, hoje, o maior empregador de profissionais de Serviço Social.

Concomitante à expansão do número de profissionais e de espaços sócio-ocupacionais de trabalho, houve também de forma contraditória a redução de gastos com a seguridade social, sendo que grande parte dos recursos foram transferidos para o pagamento dos juros da dívida pública, atendendo dessa forma as necessidades do grande capital em detrimento das necessidades da classe trabalhadora (BOSCHETTI, 2017).

A redução de gastos com o social colocou maiores desafios aos profissionais de Serviço Social, já que essa redução impactou nas condições e relações de trabalho. A falta de estrutura, contratos flexíveis, ausência de concursos, aumento de terceirização, salários baixos e outras inúmeras dificuldades acirraram e se apresentaram, no atual

contexto contemporâneo, aos profissionais, tais como: a garantia e o acesso aos direitos sociais e aos serviços de qualidade. Além desse conjunto de limites institucionais que vão de encontro ao projeto ético-político profissional, ainda temos associado a isso a inserção do uso de tecnologias que atendem demandas institucionais e colocam em xeque o acesso aos direitos sociais, já que, muitas vezes, o uso de plataformas e sistemas prejudica o acesso da classe trabalhadora aos seus direitos. Isso ocorre em função, ora da ausência de conhecimento para manuseio das mesmas, ora pela ausência de condições para acesso à internet. Essa situação iniciou nos espaços de trabalho do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) e do Judiciário de forma vertical, sem a participação de profissionais de Serviço Social, suprimindo, dessa forma, ações de competências profissionais, como atendimento e acolhimento da população usuária.

Com a pandemia da Covid-19, esses desafios aumentaram, pois a expansão do uso de tecnologias se expandiu de forma descontrolada, aumentando e intensificando o trabalho da/o assistente social, o que o colocou inúmeros desafios, causando medo e sofrimento, segundo dados apresentados por Braga *et al.* (2021). Assim, observou-se: dificuldades de aquisição de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs); necessidade de mudança da localização da sala de atendimento do Serviço Social, em função da necessidade de ventilação necessária; o medo do contágio da Covid-19 diante da falta de equipamentos de proteção, entre outros. Destaca-se a imposição de atribuições que não competem ao assistente social como, por exemplo, a comunicação de óbito e a dificuldade de garantir o atendimento aos usuários, por vias remotas, devido à exclusão digital de uma grande parcela do público-alvo das políticas sociais.

O “novo normal” exigiu dos profissionais de Serviço Social e da classe trabalhadora o enfrentamento de várias limitações, tanto no campo do trabalho quanto no espaço da vida privada, que acabou por se tornar público. A exemplo de professores que tiveram que expor sua vida privada, por meio de aulas remotas, sendo duplamente invadida e explorada, uma vez que a maioria dos profissionais de Serviço Social são mulheres. Aumento de jornadas de trabalho e, ao mesmo tempo, vidas privadas expostas.

Desta forma, observa-se que, nos últimos anos, o Serviço Social vivencia um conjunto de lutas e neste conjunto devemos for-

talescer as resistências participando, intensamente, das entidades de defesa de classe, como o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), além de outras organizações. As lutas não podem se limitar a dimensões, apenas imediatas, que também são importantes neste momento de crise. Mas existe a necessidade de fortalecermos, cotidianamente, nosso horizonte profissional por meio da defesa do nosso Projeto Ético-Político.

Mediante a cena dinâmica e multicomplexa de transformações sociais, sob os ditames do capitalismo contemporâneo, faz-se necessário identificar os desafios que se apresentam ao conjunto dos profissionais de Serviço Social, em termos das demandas relacionadas às competências técnicas dinâmicas e pró-ativas, compromissadas com as lutas sociais que atuam em prol de uma nova sociabilidade política. Para tal, se faz imprescindível avançar no que tange ao processo de formação em seus elementos necessários para alcançar uma instrumentalização, a partir da aquisição de conhecimentos qualificados para o exercício da práxis. Pela habilitação acadêmica e técnica pautada nos polos que compõem o tripé da formação: o teórico-metodológico, o de interlocução política e o técnico-operacional.

A crítica social fornece instrumentais teórico-práticos para o exercício do trabalho que permitem identificar as investidas contra o legado de direitos dos trabalhadores, o avanço exponencial do reordenamento das forças reacionárias e conservadoras (radicalismo de direita). Marcada pela privatização da coisa pública, a crise econômica convive com a prolongada crise política, no país, resultando na perda de valores, respeito à vida, insegurança social e institucional, anomia e violência de toda ordem, entre outras manifestações da questão social.

Entretanto, a trajetória de formação e do trabalho profissional não se constitui num caminhar sem percalços, inumeráveis são os desafios que se interpõem, em primeira instância, no plano político-pedagógico, no domínio técnico-científico das Ciências Humanas e Sociais e, mais especificamente, no patamar das Ciências Sociais Aplicadas, a matriz de pensamento que se evoca é o materialismo histórico e dialético pelo prisma dos estudos produzidos por Karl Marx (1818-1883).

Esta linha de pensamento pauta-se pelo enfoque que desvende o significado e as implicações concretas dos conflitos entre as classes sociais, considerando que a prática social resulta da interação construtiva/interpretativa entre consciência e realidade, da inter-relação entre as determinações gerais e particulares do real pelo movimento estrutural da sociedade, em suas dinâmicas macrosociais e nas manifestações sócio-históricas da ação humana individual e coletiva e das possibilidades de transformação do real pela práxis e o seu significado no contexto social, cujo método tem validade que extrapola as iniciativas particulares e alcança patamares coletivos.

A dinâmica da sociedade constitui-se em terreno histórico, no qual os agentes sociais ao imiscuírem-se em suas particularidades regem a trama das relações que lhes permite apreender e instituir a sociabilidade humana. O Serviço Social como profissão, na condição de produto sócio-histórico, ganha sentido e inteligibilidade por estar inserido na dinâmica da sociedade e, de modo simultâneo, ser expressão de seu movimento, além de guardar potencial para engendrar contrapontos.

Portanto, o projeto profissional confere competência técnica para o trabalho que incide sobre as diferentes dimensões do real (social, política, econômica, cultural), com as quais se defronta, cotidianamente, exercendo ações em relação às múltiplas e complexas manifestações da questão social. Assim, as/os assistentes sociais exercem os seus trabalhos pautados em saberes adquiridos ao longo de sua formação, mas balizados pela divisão de classes no palco da sociedade, em relação às quais se posicionam, quer do ponto de vista explicativo quer interventivo, considerados nesta abordagem como dimensões de uma mesma totalidade.

O Serviço Social, no fluxo histórico para manter a hegemonia do projeto profissional, engendrou um ideário libertário regido por princípios e premissas que balizam o compromisso ético-político dos profissionais, voltado para a ruptura com o conservadorismo, sob o signo de valores (liberdade, igualdade, democracia, cidadania, respeito aos direitos sociais e humanos) para atuar nos embates, desdobramentos e controvérsias que confrontam os paradigmas clássicos e investir em novas elaborações críticas que fundamentem o combate à alienação e dignifiquem o gênero humano.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No fluxo de correlações de forças e sujeito às forças do mercado que condicionam o mundo do trabalho e a realização dos propósitos/compromissos profissionais de assistentes sociais, enquanto trabalhadoras e trabalhadores condicionados pelas determinações das atribuições institucionais vivenciam os limites e/ou potencialidades dos recursos materiais, financeiros, humanos e técnicos disponíveis e necessários para efetivação do trabalho.

Portanto, o repto que se apresenta às/aos assistentes sociais é como consolidar uma forma civilizatória que cultive, sobretudo, a universalização do direito à vida com qualidade. Tal empreitada pressupõe a defesa de um projeto societário com o estabelecimento de um desenvolvimento que seja socialmente equitativo, culturalmente diverso, politicamente democrático e ecologicamente durável.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Roberta F. C.; CUNHA, Marinez Gil N.; CAVALCANTE; Lidiany de L.; FERNANDEZ, Cristiane B. **Serviço Social, Políticas Públicas e Sustentabilidade**. São Paulo: Alexa Cultural Editora; Manaus: EDUA, 2020.

BRAGA, Cilene Sebastiana da C. *et al.* **Projetos societários em tempos de pandemia e o exercício profissional de Assistentes Sociais do Pará**. Revista de Políticas Públicas, v. 25, n. 1, p. 212-227, 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.18764/2178-2865.v25n1p212-227>>. Acesso em: 01 ago. 2022.

BOSCHETTI, Ivanete. **Agudização da barbárie e desafios ao Serviço Social**. Revista Serviço Social & Sociedade, n. 128, p. 54-71. São Paulo, jan./abr. 2017. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0101-6628.093>>. Acesso em: 01 ago. 2022.

CARDOSO, Isabel Cristina da C.; LUSA, Mailiz G.; CHAVES, Maria do Perpétuo Socorro R.; SILVA, Matheus Thomaz da. **Diretrizes Curriculares e Produção de Conhecimento sobre Questões Agrária, Urbana e Ambiental**. Revista Temporalis, ano 21, n. 42, p. 277-292. Brasília, jul./dez. 2021.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. 5 ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2004.

CASTELLS, Manuel. **A Era da Informação**: Economia, Sociedade e Cultura. v. 3. São Paulo: Editora Paz & Terra, 1999.

CHAVES, Maria do Perpétuo Socorro R. **Pobreza X Inclusão Social**: dilemas e desafios político, social e ambiental. Revista ESMAT - Escola Superior da Magistratura Tocantinense, v. 10, n. 15, p. 105-129, jan./jun. Palmas: ESMAT, 2018.

CHESNAIS, François. **As raízes da crise econômica mundial**. Revista Em Pauta, v. 11, n. 31, p. 21-37. Rio de Janeiro, 2013.

DAL PRÁ, Keli Regina; MARTINI, Débora; CRUZ, Suzane P. da. **A pandemia da Covid-19 e o pandemônio do (tele)trabalho**: reflexões a partir da experiência das/os assistentes sociais na área da saúde. Revista Emancipação, v. 21, p. 1-17. Ponta Grossa, 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.5212/Emancipacao.v.21.2118056.027>>. Acesso em: 01 ago. 2022.

GERSHENSON, Beatriz; CHAVES, Maria do Perpétuo Socorro R.; PONTES, Reinaldo N. **Análise de Conjuntura do Contexto Atual de Retração de Direitos e seus Impactos na Formação e Trabalho do Assistente Social**. In: PROCAD Amazônia 2: formação e trabalho do Assistente Social no Norte e no Sul do Brasil. CUNHA, Marinez Gil N.; PRATES, Jane C.; PINHEIRO, Hamida Assunção (Orgs.). São Paulo: Alexa Cultural Editora; Manaus: EDUA, 2021.

GURGEL, Claudio R. M.; RIBEIRO, Agatha Justen G. **Marxismo e Políticas Públicas**. In: Anais do 35º Encontro Anual da ANPOCS. Caxambu, 2011. São Paulo: ANPOCS, 2011.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere, Volume 1** - Introdução ao estudo da filosofia - A filosofia de Benedetto Croce. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1999.

IAMAMOTO, Marilda V. **A formação acadêmico-profissional no Serviço Social brasileiro**. Revista Serviço Social & Sociedade, n. 120, p. 609-639. São Paulo, out./dez. 2014. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0101-6628.001>>. Acesso em: 01 ago. 2022.

LYOTARD, Jean-François. **The Postmodern Condition**. Manches-

ter: Manchester University Press, 1984.

MARX, Karl. **O Capital**. São Paulo: Editora Ciências Humanas, 1978.

MENDES, Jussara Maria Rosa; WÜNSCH, Dolores S.; COUTO, Berenice R. **Proteção Social**. In: Dicionário de Trabalho e Tecnologia. CATTANI, Antônio David; HOLZMANN, Lorena (Orgs.). Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

MOREIRA, Letícia. **Relembre quais foram os ministros da Educação do governo Bolsonaro**. *Jornal Último Segundo* [on-line]. São Paulo, 31 mar. 2022. Disponível em: <<https://ultimosegundo.ig.com.br/politica/2022-03-31/relembre-ministros-educacao-governo-bolsonaro-polemicas.html>>. Acesso em: 01 ago. 2022.

MUSTAFA, Patrícia Soraya *et al.* **Política Social e as Diretrizes Curriculares**: contribuições do GTP Serviço Social e Política Social. *Revista Temporalis*, ano 21, n. 42, p. 230-245. Brasília, jul./dez. 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.22422/temporalis.2021v21n42p230-245>>. Acesso em: 01 ago. 2022.

PEREIRA, Potyara Amazoneida P. **Discussões conceituais sobre política social como política pública e direito de cidadania**. In: *Política Social no capitalismo: tendências contemporâneas*. 2. ed. BOSCHETTI, Ivanete *et al.* (Orgs.). São Paulo: Cortez Editora, 2012.

RUA, Maria das Graças. **Para Aprender Políticas Públicas**. 2013. Curso Desenvolvimento de material didático ou instrucional [on-line]. Brasília: IGEPP, 2013. Disponível em: <http://igepp.com.br/uploads/ebook/ebook-para_aprender_politicas_publicas-2013.pdf>. Acesso em: jul. 2017.

SARAIVA, Enrique. **Introdução à teoria da Política Pública**. In: *Políticas Públicas*. SARAIVA, Enrique; FERRAREZI, Elisabete (Orgs.). Brasília: ENAP, 2006.

SOUZA, Celina. **Políticas Públicas**: uma revisão da literatura. *Revista Sociologias*, ano 8, n. 16, p. 20-45. Porto Alegre, jul./dez. 2006.

- SEÇÃO II -
FUNDAMENTOS DA FORMAÇÃO
PROFISSIONAL EM DEBATE

**QUESTÃO SOCIAL E SUAS EXPRESSÕES
NA REALIDADE SÓCIO-HISTÓRICA
BRASILEIRA:
Desafios ao trabalho profissional do
Assistente Social**

Beatriz Gershenson¹
Marinez Gil Nogueira Cunha²
Nádia Socorro Fialho Nascimento³

INTRODUÇÃO

O tema da questão social tem centralidade inequívoca na produção de conhecimentos de cariz crítico no Serviço Social brasileiro. No entanto, há que se reconhecer que persistem incompreensões e simplificações que limitam ou confundem o entendimento da chamada questão social, seja pela renúncia à apreensão de suas bases ontológicas ou pela evocação, ainda presente, de uma nova questão social quando considerados os diferentes estágios de desenvolvimento do capitalismo. Em meio a estas incompreensões e simplificações

1 Doutora em Serviço Social pela PUCRS (2003). Professora Titular de Serviço Social na Escola de Humanidades da PUCRS. Coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisas em Ética e Direitos Humanos. Lattes: <<http://lattes.cnpq.br/4635554227009868>>. ORCID: <<https://orcid.org/0000-0002-4118-9749>>. E-mail: beatrizg@pucrs.br

2 Assistente Social. Professora Doutora vinculada ao Departamento de Serviço Social da Universidade Federal do Amazonas (UFAM) e ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia (PPGSS/UFAM). Pós-Doutoranda em Serviço Social pela PUCRS. Coordenadora Geral do Projeto PROCAD Amazônia, do qual se origina este livro. Líder do Grupo de Pesquisa sobre Gestão Social, Direitos Humanos e Sustentabilidade na Amazônia (GEDHMAM/UFAM). Lattes: <<http://lattes.cnpq.br/1025592413685937>>. ORCID: <<https://orcid.org/0000-0001-9415-0285>>. E-mail: marinezgil@ufam.edu.br

3 Doutora em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professora da Faculdade de Serviço Social (FASS) e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Pará (PPGSS/UFPA). Membro do Grupo de Pesquisa em Políticas Urbanas e Movimentos Sociais na Amazônia (GPPUMA). Lattes: <<http://lattes.cnpq.br/0757907626776627>>. ORCID: <<https://orcid.org/0000-0002-9680-7006>>. E-mail: fialho@ufpa.br

mais grave ainda é a cegueira do pensamento conservador às contradições sociais que, inegavelmente, não só podem como devem ser caracterizadas como questão social. Nesta apertada síntese, é preciso mantermos a análise orientada aos nexos causais, às determinações primeiras que dizem das raízes do fenômeno da questão social, que reclamam o reconhecimento de que sua natureza é inerente à relação entre capital e trabalho, necessariamente exploradora do trabalho excedente.

Em meio a polêmicas, dada a agudização em curso da crise capitalista, é fundamental reiterar a necessidade de apreensão crítica da questão social, não apenas para decifrar suas expressões gerais e particulares na realidade brasileira, como também para melhor situar as refrações que suas expressões implicam para o trabalho do/a assistente social.

Assim, a partir de revisão bibliográfica, este capítulo busca resgatar, sinteticamente, o debate sobre a gênese da questão social na sociedade capitalista e suas particularidades na realidade sócio-histórica brasileira, problematizando a agudização de suas expressões como desafios ao trabalho profissional do/a assistente social. Em linhas largas, este texto procura manter acesa a chama sobre a atualidade do legado do pensamento de Karl Marx para desvendar as raízes da questão social, reconhecendo sua centralidade nos fundamentos do Serviço Social, bem como atualizar o debate sobre os desafios que suas expressões colocam para os/as assistentes sociais.

A GÊNESE DA QUESTÃO SOCIAL NA SOCIEDADE CAPITALISTA

O Serviço Social brasileiro, desde o último terço do século XX, ao fincar os pés na tradição marxista para ancorar a matriz explicativa, tanto da realidade quanto da profissão (YAZBEK, 2021), tem na questão social um dos fenômenos angulares para a apreensão crítica da relação do trabalho e da formação profissional com o real concreto na sociabilidade do capital. Vale dizer que a questão social, tomada como fenômeno social inerente à forma de produção e reprodução da vida em uma sociedade regida pelo sistema do capital, está no centro do debate contemporâneo do significado social do

Serviço Social e de seus fundamentos (CLOSS, 2020), podendo ser ainda considerada “a razão de ser da profissão” na divisão social e técnica do trabalho (SOUZA; TELLES, 2021, p. 45).

A chamada vertente de “intenção de ruptura” com o tradicionalismo conservador da profissão, presente nos fundamentos do Serviço Social desde os anos 1970 (NETTO, 2004), ao providenciar uma sólida interlocução com a teoria social crítica, pavimentou o caminho para que a questão social passasse a ser considerada como base da inscrição sócio-histórica da profissão na realidade, reconhecendo suas expressões como a matéria-prima do trabalho de Assistentes Sociais (IAMAMOTO, 2008a, 2008b). Nesta direção, é importante que se saliente não ser a questão social, em si, o objeto do Serviço Social, como muitas vezes propalado, e sim suas expressões. Isto porque, como se verá a seguir, a questão social é inerente ao sistema capitalista e sua superação somente ocorrerá com a superação deste sistema. São as manifestações cotidianas das expressões da questão social que convocam a atuação dos assistentes sociais, especialmente considerando a mediação do Estado nas respostas a elas destinadas visando alcançar tanto a coesão quanto o controle social, necessários para a reprodução dos interesses do capital.

Uma acurada revisão teórica sobre a abordagem da questão social pelo Serviço Social irá necessariamente reconhecer como inaugural a contribuição de Iamamoto e Carvalho (2012) na análise da sua gênese, a partir do referencial marxista, conceituando-a como “expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade. [...] É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2012, p. 77).

Enfatizando a questão social como parte e expressão das relações sociais capitalistas, Iamamoto cunhou o conceito mais citado de questão social no Serviço Social:

A questão social diz respeito ao conjunto das expressões de desigualdades engendradas na sociedade capitalista madura, impen-sáveis sem a intermediação do Estado. Tem sua gênese no caráter coletivo da produção, contraposto à apropriação privada da própria atividade humana – o trabalho – das condições necessárias

à sua realização, assim como de seus frutos. [...] expressa, portanto, disparidades econômicas, políticas e culturais das classes sociais, mediatizadas por relações de gênero, características étnico-raciais e formações regionais, colocando em causa as relações entre amplos segmentos da sociedade civil e o poder estatal. [...] Este processo é denso de conformismos e resistências, forjados ante as desigualdades, expressando a consciência e a luta pelo reconhecimento dos direitos sociais e políticos de todos os indivíduos sociais. (IAMAMOTO, 2001, p. 17).

Netto (2001; 2012) traz um alerta quanto à apropriação do termo questão social pela classe burguesa, que desde a segunda metade do século XIX passa a utilizá-lo para tornar naturais as contradições próprias da ordem do capital, na qual o crescimento da riqueza e da pobreza são consentâneos e tidos como inevitáveis, uma vez que a sociedade sob a égide do capital se estrutura com base na desigualdade entre as classes sociais. É inegável, no entanto, que considerada fenômeno inerente à natureza do sistema do capital, a questão social tem os fundamentos explicativos da gênese na lei geral da acumulação do capital e na teoria do valor-trabalho. Assim, o uso da expressão questão social não se dá livre de ressalva, principalmente, quando considerada sua origem conservadora.

Seja como for, mesmo em meio a disputas teóricas e políticas, considera-se que a chamada questão social emerge na primeira metade do século XIX, quando o enraizamento do capitalismo expõe ao escárnio quem paga o preço pela acumulação do capital: a classe trabalhadora, em cujas costas recai seu impacto destrutivo. Conforme a formulação de Marx (2013), é absoluto e geral o mecanismo que permite a expansão ilimitada do capital – a extração de mais-valia – que decorre da apropriação privada do mais valor que se dá a partir da expropriação do valor-trabalho produzido socialmente. Ou seja, a constituição da acumulação se dá por meio da manutenção da pobreza, o que requer reconhecer que o desenvolvimento capitalista forja necessariamente a questão social. De acordo com Netto: “[...] diferentes estágios capitalistas produzem diferentes manifestações da ‘questão social’; esta não é uma sequela adjetiva ou transitória do regime do capital: sua existência e suas manifestações são indissociáveis da dinâmica específica do capital tornado potência social dominante” (2001, p. 49).

Para a compreensão da dimensão universal da análise da questão social, como forçosa consequência das relações de exploração do capital sobre o trabalho, é necessário que se observe as mediações com dimensões mais concretas em uma dada realidade considerando sua formação sócio-histórica. Isto implica ultrapassar o nível universal de análise alcançando suas dimensões histórico-concretas. Não por outra razão, Netto (2001) também alerta para a necessidade de considerar-se a lei geral da acumulação capitalista, diante de seu caráter universal e mundializado, em suas objetivações particulares, seja na cultura, na geopolítica ou nas particularidades nacionais.

Há que se ter em conta, portanto, o desafio que se coloca para o Serviço Social em articular a apreensão da questão social em suas manifestações, até certo ponto já assentadas teoricamente a partir do legado marxista e de sua abordagem radical (aquela que vai à raiz) e suas novas expressões, o que supõe, como propõe Netto:

[...] a pesquisa das diferencialidades histórico-culturais (que entrelaçam relações de classe, geracionais, de gênero e de etnia constituídas em formações sociais específicas) que se cruzam e se tencionam na efetividade social. Em poucas palavras, a caracterização da “questão social”, em suas manifestações já conhecidas e em suas expressões novas, tem de considerar as particularidades histórico-culturais e nacionais. (NETTO, 2012 p. 48-49).

Abraçar tal desafio em nada se confunde com a vertente teórica que afirma que o processo histórico do capitalismo produz uma nova questão social, sob o risco de romper-se a conexão intrínseca entre este fenômeno e a estrutura mesma da ordem do capital, o que terminaria por afastar as bases ontológicas do entendimento sobre a questão social. A introdução do debate acerca de uma nova questão social considerando os diferentes estágios históricos de desenvolvimento do capitalismo, mesmo sendo tema ainda polêmico no interior do Serviço Social, carrega como consequência o rompimento do vínculo entre a questão social e a essência mesma do sistema do capital (PIMENTEL, 2012).

Aprender a questão social no solo da história, considerando suas particularidades nas diversas formações sociais, em sua necessária articulação com a totalidade social, sem negligenciar seus

fundamentos ontológicos, supõe a recusa de abordagens fragmentárias, a-históricas, focalistas e despolitizadoras. Neste mesmo espectro de análise, não se pode negar a reivindicação que vem sendo feita por forças do campo intelectual da esquerda no sentido de que o Serviço Social avance no debate considerado “clássico” da questão social, a partir de um questionamento de seus pressupostos abstratos e generalistas, e também eurocentristas, o que repercutiria em uma “dificuldade de elaboração sobre as manifestações particulares das contradições entre o capital e o trabalho, na América Latina e no Brasil”, manifestando-se, inclusive, pelo “alheamento de reconhecidos intelectuais marxistas a elementos como gênero e raça, sem os quais se torna impossível explicar a sociedade capitalista, em particular no Brasil” (SOUZA; TELLES, 2021, p. 46-47).

Nesta direção, as autoras propõem uma aproximação menos abstrata do movimento concreto da questão social nas realidades latino-americana e brasileira, convidando ao enfrentamento de questões relativas às formas particulares de luta de classes nestas realidades específicas, ou ainda que considerem:

a relação entre a estrutura social que se forjou, ao longo dos últimos 500 anos, e as manifestações atuais cada vez mais profundas da violência, da miséria e da opressão, desigualmente incidentes entre os sujeitos sociais, a partir da complexificação das relações marcadas pelo patriarcado e pelo racismo. (SOUZA; TELLES, 2021, p. 48).

Assim, desocultar o que Fraser e Jaeggi (2013, p. 5) se referem como terrenos ocultos, a exemplo de “subordinação de gênero e de raça, imperialismo e dominação política, depredação ecológica” enquanto elementos estruturais ínsitos à sociedade capitalista – portanto determinantes da questão social, são esforços que mais recentemente passam a ser feitos na produção de conhecimento do Serviço Social brasileiro. São movimentos de sucessivas e novas aproximações que, certamente, trarão rebatimentos no adensamento e no acúmulo do debate dos fundamentos do Serviço Social brasileiro, no qual, como já referido, a questão social tem centralidade.

PARTICULARIDADES DA QUESTÃO SOCIAL NA REALIDADE SÓCIO-HISTÓRICA BRASILEIRA

Para Iamamoto (2008a), é pelos fundamentos da particularidade da formação sócio-histórica da sociedade brasileira que se pode apreender a “produção e reprodução da questão social e as várias faces que assume nessa sociedade” (p. 72). A isso acrescentaríamos, na mesma linha de análise, que no capitalismo dos monopólios – em sua fase de financeirização –, a ‘questão social’ apresenta particularidades próprias no território brasileiro. Com um passado comum aos países latino-americanos, a inserção do Brasil ao mercado mundial capitalista foi marcada pela sua subordinação ao movimento histórico do capital, o que remonta ao processo de acumulação primitiva e foi reforçado, como destacado por Fialho Nascimento (2006), quando as colônias dominadas pelas nações imperialistas se especializaram na “exportação de matérias-primas necessárias à acumulação de capital” (p. 13). Disso resultaram fontes extras de lucro sobre regiões-nações onde se obteve/obtem força de trabalho e matérias-primas a baixos custos, aprisionando “os países do chamado Terceiro Mundo, entre os quais se destaca o Brasil e nele, como caso exemplar, a Amazônia” (FIALHO NASCIMENTO, 2006, p. 13).

Esta inserção do Brasil ao mercado mundial consolidou-se com uma industrialização tardia e um projeto desenvolvimentista que lograram redefinir a inserção do país no contexto da divisão internacional do trabalho no pós-segunda guerra mundial. O esgotamento do nacional-desenvolvimentismo, o fim dos chamados anos gloriosos do capitalismo ainda no final da década de 1960 e a introdução do projeto neoliberal – com a emergência do regime de acumulação financeirizado – alteraram o contexto político mundial e, em especial, o latino-americano do final dos anos 1990, agravando as condições de vida da população brasileira. Mesmo com a ascensão de governos progressistas, como os de Lula e Dilma (2003-2010 e 2011-2016) no Brasil, os traços da formação social brasileira conformaram:

o sucesso da dominação burguesa desde sempre, apesar do período de conciliação de classes e de enfrentamento à pobreza, [...], denominada por alguns autores de neodesenvolvimentis-

mo, expressa especialmente nos PTRCs, no aumento do salário-mínimo e nas Políticas Sociais com destaque para a Assistência Social. Contexto que se caracterizou pela combinação de ‘medidas de natureza oposta’ e a articulação de dubiedades que permearam a política social brasileira. De um lado, observou-se a tendência a focalizar e privatizar e de outro a perspectiva de construção de direitos garantidos constitucionalmente. (YAZBEK, 2019, p. 410).

Em meio a estas contradições, os avanços na formulação e implementação de políticas públicas de corte social foram seguidos, nos governos posteriores – golpista e conservador –, de uma redução de investimentos na esfera social. Exemplo disso foi a aprovação do Projeto de Emenda Constitucional/PEC n.º 241/2016 – conhecida como a PEC do Teto de Gastos, transformada em Emenda Constitucional (EC) n.º 95/2016 a partir de sua aprovação – que teve como desdobramentos a precarização e mesmo a ausência da oferta de políticas públicas, com destaque para os serviços e benefícios prestados no âmbito da assistência social.

Ao corte de recursos institucionalizado pela EC n.º 95/2016 somou-se, no ano de 2019, a deflagração da pandemia do novo coronavírus, processos esses que se deram no rastro de mais uma crise do sistema do capital, deflagrada ainda em 2008⁴ e que contribuíram para o processo de degradação das condições de vida da maior parte da população brasileira. Dados da pesquisa sobre a situação da pobreza nas metrópoles brasileiras, coordenados por Salata e Ribeiro (2022) e apresentados no Boletim Desigualdade nas Metrôpoles, informam que no período de 2014 a 2021 houve um aumento no percentual da população em situação de pobreza – de 12,5 milhões para 19,8 milhões de pessoas – e que os mais baixos rendimentos dentre todas as Regiões Metropolitanas (RM) foram registrados em Aracaju (R\$ 271), João Pessoa (R\$ 267), Grande São Luís (R\$ 251), Recife (R\$ 246) e Manaus (R\$ 246). Já as Regiões Metropolitanas que registraram os mais altos rendimentos – entre o estrato dos 40% mais pobres – foram as de São Paulo (R\$ 500), Distrito Federal (R\$ 531), Curitiba (R\$ 581), Porto Alegre (R\$ 619) e Florianópolis (R\$ 761).

4 Para uma apreensão da crise numa perspectiva de totalidade, que relaciona seus aspectos econômicos e geopolíticos, bem como sua dimensão cultural, ver a obra de Iure Tonelo, publicada pela Boitempo Editorial em 2021 e referenciada neste texto.

Acompanhando o quadro de pobreza, dados da Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede PENSSAN, 2022), referente ao período de novembro de 2021 e abril de 2022, informam que o quadro de fome se agravou de tal modo no país ao ponto de contarmos, hoje, com 33,1 milhões de pessoas passando fome. Este número sobe para 125,2 milhões quando contabilizados os números de insegurança alimentar leve, moderada e grave e tem relação direta com os baixos níveis de renda da população. No Quadro 1, a seguir, pode ser observada a distribuição da insegurança alimentar nos estados que integram o projeto PRO-CAD/Amazônia (do qual este livro se origina), e que, em função de processos da formação histórica brasileira – que guardam relação não apenas com determinantes econômicos, como também políticos e culturais –, apresentam diferentes níveis de segurança e insegurança alimentar.

Quadro 1 – Níveis de Insegurança Alimentar no Pará, Amazonas e Rio Grande do Sul.

| Estados | Segurança Alimentar | Insegurança Alimentar Leve | Insegurança Alimentar Moderada | Insegurança Alimentar Grave |
|-------------------|----------------------------|-----------------------------------|---------------------------------------|------------------------------------|
| Amazonas | 21,8% | 27,5% | 17,0% | 26,0% |
| Pará | 29,5% | 25,8% | 22,4% | 30,0% |
| Rio Grande do Sul | 52,4% | 22,2% | 11,3% | 14,1% |

Fonte: Elaboração a partir do 2º Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil (VIGISAN).

Uma maior aproximação a estes dados revela que a questão da fome se manifesta atravessada por recortes socioespaciais, de gênero, étnico-raciais, geracionais, dentre outros. No contexto das cidades brasileiras, onde se concentra 85% da população, a apropriação privada da terra produz, entre outros fenômenos, a segregação e precariedade das habitações e a fome – assim como a pobreza –, atinge de forma desigual as regiões do Brasil, reiterando-se os resultados dos processos históricos que conformaram a sociedade brasileira e que, como mencionado anteriormente, não têm relação apenas com fa-

tores econômicos, mas também políticos e culturais. Têm-se, assim, os piores índices de fome localizados nas regiões Norte e Nordeste, onde eles alcançam 25,7% e 21%, respectivamente, sendo mais elevados que os 15% da média nacional e os 10% da região Sul (Rede PENSSAN, 2022). A mesma desigualdade se revela na comparação do quadro de fome entre o rural e o urbano, pois, no caso do primeiro, a insegurança alimentar alcança mais de 60% dos domicílios estando 18,6% deles em situação de insegurança alimentar grave. No geral, a insegurança alimentar tem ainda cor, gênero e idade nos domicílios brasileiros, onde em 53% deles quem passa fome são pessoas autodeclaradas pretas/pardas, 19,3% são domicílios comandados por mulheres e dobrou de 9,4% em 2020 para 18,1% em 2022 o número de famílias com crianças menores de 10 anos que passam fome (Rede PENSSAN, 2022).

Pelo alcance da pesquisa realizada pela Rede PENSSAN, que abrangeu a área urbana e a área rural, é possível verificar que mesmo as famílias de agricultores/as e pequenos/as produtores/as do campo brasileiro convivem com a pobreza e que a fome alcançou 21,8% desses lares. Soma-se a isso o quadro de grave violação de direitos humanos presentes nesse espaço com agressões ao meio ambiente – expresso em queimadas, desmatamentos e contaminação da terra, dos rios e das florestas –, históricos processos de expropriação de populações originárias e tradicionais num cenário de extrema agudização da violência. Exemplo dessa violência são os assassinatos seletivos de lideranças dos/as trabalhadores/as rurais e do movimento indígena, defensores de direitos humanos, dentre outros sujeitos sociais que resistem ao avanço do grande capital na exploração, por exemplo, de *commodities*. Dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT), disponibilizados no Mapa de Conflitos, informam que no período de 2011 a 2020 foram registrados, somente na Amazônia, mais de 07 mil conflitos com mais de 02 mil vítimas e 300 assassinatos (CPT, 2022).

AS EXPRESSÕES DA QUESTÃO SOCIAL COMO DESAFIOS À INTERVENÇÃO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL

O Serviço Social é considerado uma especialização do trabalho social, em que o profissional assistente social atua diretamente

na formulação, operacionalização, acompanhamento e avaliação de políticas sociais direcionadas para intervenção nas expressões da questão social.

Como vimos anteriormente, as expressões da questão social se referem às chamadas sequelas do processo de exploração da força de trabalho, que são engendradas pelas formas de controle político-econômico a que as classes trabalhadoras estão submetidas sob a lógica da produção capitalista. Portanto, é preciso entender a questão social a partir de uma abordagem crítico-dialética das estruturas de produção e de reprodução do sistema capitalista, desvelando as relações com o Estado⁵ enquanto mediação fundamental para manutenção da acumulação do capital por meio das políticas sociais, as quais se constituem como solo do espaço sócio-ocupacional do Serviço Social.

Do ponto de vista histórico da profissão no Brasil, a partir da instauração e consolidação do chamado movimento de reconceituação⁶ da profissão, a partir de 1970, sob os aportes da teoria social crítica marxiana, configurou-se uma direção social para a atuação dos profissionais de Serviço Social na defesa dos direitos da classe trabalhadora, tanto no campo da formação e/ou do trabalho profissional, por meio de expressiva articulação com os movimentos sociais e da classe trabalhadora no enfrentamento das expressões da questão social mediante as políticas sociais (BOSCHETTI, 2017).

Esse direcionamento crítico da profissão no Brasil, a partir do movimento de reconceituação, teve como base a apropriação do fundamento teórico do marxismo sobre a dimensão ontológica do trabalho, que propiciou no âmbito da categoria profissional a compreensão de que a questão social é um fenômeno social que tem sua raiz na relação contraditória e interdependente entre capital e trabalho que se expressa na desigualdade social no sistema capitalista. A

5 Partindo da interpretação teórica marxiana acerca do Estado, o mesmo é compreendido como elemento indispensável na manutenção das relações sociais sob a lógica do capital nas sociedades de classes. Para Marx (2013), o Estado capitalista assume uma função fundamental de garantir a manutenção da supremacia dos interesses do capital, sendo o elemento de mediação da relação contraditória entre o capital e o trabalho, por meio da criação das condições necessárias para o capital manter sua acumulação de modo ampliado, assim como exercendo o controle sociopolítico sobre as classes trabalhadoras visando reprimir as ameaças desta classe à ordem social vigente.

6 O movimento que foi historicamente registrado como Reconceituação do Serviço Social, o qual Netto (2015) definiu como movimento de renovação –, resultou na mudança, obviamente, da direção da formação e do trabalho profissional de maneira substancial.

citação apresentada a seguir demonstra esse entendimento conceitual:

Questão social apreendida como o conjunto das expressões das desigualdades sociais da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação de seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade. (IAMAMOTO, 2008b, p. 27).

O direcionamento crítico da profissão de Serviço Social com base na teoria social crítica foi expresso no projeto ético-político materializado no Código de Ética de 1993, na Lei de Regulamentação da Profissão (Lei n.º 8.662, de 07 de junho de 1993) e Diretrizes Curriculares de 1996 da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS. Este direcionamento fomenta a compreensão de que a questão social deve ser reconhecida como um fenômeno social e, portanto, histórico. Assim, entende-se que questão social “é mais do que expressões de pobreza, miséria e ‘exclusão’. Condensa a banalização do humano, que atesta a radicalidade da alienação e a invisibilidade do trabalho social – e dos sujeitos que o realizam [...]” (IAMAMOTO, 2008a, p. 125).

Sob o direcionamento crítico-hegemônico do projeto ético-político da categoria profissional, as expressões da questão social são compreendidas como objeto da intervenção profissional, que se materializa pela inserção dos assistentes sociais em processos de trabalho nas políticas sociais. Portanto, a gestão democrática nas políticas sociais é um compromisso previsto no seu Código de Ética de 1993⁷, que está em vigor. É necessário que os profissionais busquem efetivar a democratização da gestão junto às diversas políticas, em coerência com a concepção de democracia⁸ que sustenta o seu Código de Ética, o qual entende que a democracia é um processo necessariamente vinculado à construção de uma nova ordem societária mediada pela socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida (CFESS, 1993).

7 Conforme nosso Código, é necessário realizar a defesa do aprofundamento da democracia enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida.

8 Chauí (2007, p. 146) afirma que “[...] a democracia é um sistema que mantém equilíbrio entre as demandas dos cidadãos e as ofertas do Estado. Cada vez que um Estado é capaz de responder satisfatoriamente às demandas da cidadania, o regime é democrático”.

É sabido que na ordem do sistema capitalista a raiz da questão social é a relação contraditória entre capital-trabalho que engendra a desigualdade social. As pressões sociais das classes trabalhadoras, no sentido de buscar respostas concretas às manifestações da questão social, têm impellido o Estado a responder essas pressões de modo parcial, focalizado e individualizado no âmbito da hegemonia do neoliberalismo, visando desassociar a esfera política da esfera econômica por meio da ideologia do chamado Estado mínimo.

No cenário da dinâmica global do capitalismo, verificou-se que a reestruturação produtiva pós-crise de 1973 vem sendo conduzida em combinação com o ajuste neoliberal, o qual fomentou a desregulamentação de direitos, incentivou o corte dos gastos sociais e pavimentou a trilha da desresponsabilização do Estado, sob a ideologia do mérito individual, em relação à prestação de serviços sociais à população. O neoliberalismo defende vorazmente o argumento da necessidade de conter o *déficit* público diante da escassez de recursos. Assim, para os defensores do neoliberalismo, a política social “entra no cenário como paternalismo, como geradora de desequilíbrio, como algo que deve ser acessado via mercado, e não como direito social” (BEHRING, 2003, p. 200).

No Brasil, o sistema de proteção social por meio das políticas sociais se consolidou legalmente de modo democrático na Constituição de 1988, contudo, a mesma foi aprovada já em período de ascensão global da hegemonia neoliberal, o que impediu o avanço da universalização do acesso aos bens e serviços sociais. Mas são inegáveis os avanços ocorridos na perspectiva da garantia legal dos direitos sociais.

O aprofundamento do neoliberalismo no Brasil se viabiliza pelo golpe de 2016 (com o *impeachment* de Dilma Rousseff), o que estabeleceu as bases do projeto ultraneoliberal do governo de Bolsonaro (2019-2022), a partir da instauração das contrarreformas deletérias para os direitos dos trabalhadores e pelo desfinanciamento das políticas sociais. O aprofundamento do projeto ultraneoliberal no governo Bolsonaro ocorre no quadro mais amplo de crise financeira global, de pandemia da Covid-19 e da inserção periférica do país no mercado mundial, agudizando a relação de dependência do Brasil e intensificando as contradições advindas do aumento da pobreza e desigualdade social.

Por esta razão, é imperioso concordar com Barroco (2011) que assinala que nos tempos atuais não se pode negar diante das particularidades sócio-históricas do Brasil e da conjuntura neoliberal que vem se consolidando no século em curso, a perda significativa de direitos (trabalhistas e previdenciários) e o acirramento do neoconservadorismo, o que demonstra que é imperiosa a necessidade de se lutar por direitos e por democracia.

É nesta luta pelo avanço da democracia que a categoria dos assistentes sociais brasileiros é chamada a fazer valer os princípios do seu Código de Ética profissional de 1993, na defesa do aprofundamento da democracia enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida. Portanto, o trabalho profissional na atualidade exige uma postura ético-política que subsidie uma atuação crítica frente aos desafios da intervenção profissional nas expressões da questão social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A necessidade de se considerar a lei geral da acumulação capitalista enquanto dimensão universal da análise da questão social, tomando as relações de exploração do capital sobre o trabalho como centro desta análise, não implica em deixar de considerar a atenção às mediações com a realidade concreta das diferentes formações sócio-históricas. Para se alcançar as dimensões histórico-concretas da questão social na realidade brasileira é indispensável a apreensão das objetivações particulares das formas de subjugação do trabalho pelo capital considerando, indispensavelmente, as repercussões do imperialismo e da dominação política dos países do centro do capital em suas profundas conexões com o colonialismo, o escravismo, as subordinações de gênero e de raça e todas as formas de hierarquização da vida social, que guardam direta correspondência com a natureza desigual e exploradora da ordem do capital.

Uma vez que a ordem social burguesa é a base sócio-histórica que produz, compulsoriamente, a questão social, é necessário que se proceda à compreensão dos processos que determinaram o desenvolvimento capitalista e seus (re)arranjos históricos mantenedores da mesma lógica de exploração do trabalho pelo capital. Nesta lógica,

a compreensão deste processo deve evitar a naturalização das expressões da questão social o que, no limite, reforça o ideário reformista. Junte-se a isto, como anteriormente mencionado, a necessidade da imperiosa tarefa de apreensão das suas particularidades nas formações econômico-sociais periféricas que, no caso dos países latino-americanos, como é o caso do Brasil, têm um passado de colonização e um presente de dominação imperialista.

Neste contexto, buscando manter-se a coerência com o direcionamento crítico hegemônico do projeto ético-político da categoria profissional, é preciso desvelar as particularidades das expressões da questão social, entendendo-as como objeto da intervenção profissional. A compreensão crítica da realidade das demandas dos/as usuários/as dos serviços sociais públicos é, indubitavelmente, importante para a qualificação da inserção dos/as assistentes sociais em processos de trabalho nas políticas sociais. Portanto, é imperioso que o/a profissional esteja na linha de frente da defesa da gestão democrática das políticas sociais enquanto um compromisso político previsto no seu Código de Ética de 1993 em vigor. A busca da efetivação da democratização da gestão junto às diversas políticas é crucial para a própria defesa da ampliação da democracia, princípio basilar que sustenta o Projeto Ético Político da categoria. Contudo, é preciso não perder de vista um horizonte mais amplo, entendendo que a busca do aprofundamento da democracia deve ser mediada pelo processo de defesa da ampliação da participação política e de luta para a construção de uma nova ordem societária com justiça social.

As contradições da ordem do capital que se particularizam na realidade de nosso país não permitem que os/as assistentes sociais recuem nem um centímetro no campo de seus fundamentos, cujas lentes analíticas portam o inconformismo com as desigualdades ínsitas à ordem do capital, o que exige fortalecer a atualidade do legado marxiano e marxista, seja para a leitura crítica da realidade quanto da própria profissão. A reflexão contida neste capítulo pretendeu contribuir com o conjunto dos esforços que a categoria profissional segue colocando em marcha, na mesma direção da participação nas lutas históricas por outra sociabilidade, sem exploração ou opressão de qualquer natureza.

REFERÊNCIAS

BARROCO, Maria Lúcia S. **Barbárie e neoconservadorismo**: os desafios do projeto ético-político. Revista Serviço Social & Sociedade, n. 106. São Paulo, 2011.

BEHRING, Elaine R. **Brasil em Contra-Reforma**: desestruturação do Estado e perda de direitos. São Paulo: Cortez Editora, 2003.

BOSCHETTI, Ivanete. **Agudização da barbárie e desafios ao Serviço Social**. Revista Serviço Social & Sociedade, n. 128, p. 54-71 [online]. 2017.

BRASIL. **Emenda Constitucional n.º 95, de 15 de dezembro de 2016**. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc95.htm>. Acesso em: 01 out. 2022.

CHAUÍ, Marilena. **Cultura e democracia**: o discurso competente e outras falas. 12. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2007.

CLOSS, Thaisa T. **Fundamentos históricos, teóricos e metodológicos do Serviço Social**: das origens aos dias atuais. Porto Alegre: Editora CRV, 2020.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA; AGÊNCIA PÚBLICA. **Mapa dos Conflitos**. Disponível em: <<https://mapadosconflitos.apublica.org/mapa>>. Acesso em: 01 out. 2022.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Código de Ética Profissional do Assistente Social**. Brasília: CFESS, 1993.

FIALHO NASCIMENTO, Nádia S. **Amazônia e desenvolvimento capitalista**: elementos para uma compreensão da “questão social” na região. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Escola de Serviço Social/ESS/UFRJ. Rio de Janeiro, 2006.

FRASER, Nancy; JAEGGI, Rahel. **Capitalismo em debate**: uma conversa na teoria crítica. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.

IAMAMOTO, Marilda V. **A questão social no capitalismo**. Revista Temporalis, n. 3 (jan/jul 2001). Brasília: ABEPSS, Grafile, 2001.

IAMAMOTO, Marilda V. **A questão social no capitalismo**. In: Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social. 2 ed. São Paulo: Cortez Editora, 2008a.

IAMAMOTO, Marilda V. **O Serviço Social na contemporaneidade:** trabalho e formação profissional. São Paulo: Cortez Editora, 2008b.

IAMAMOTO, Marilda V.; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e serviço social no Brasil:** esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 16. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2012.

MARX, Karl. **O Capital:** crítica da economia política. Livro I: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.

NETTO, José Paulo. **Cinco notas a propósito da “Questão Social”.** Revista Temporalis, n. 3. Brasília, 2001.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social:** uma análise do Serviço Social no pós-64. 7 ed. São Paulo: Cortez Editora, 2004.

NETTO, José Paulo. **Crise do capital e consequências societárias.** Revista Serviço Social & Sociedade, n. 111, p. 413-429. São Paulo, jul./set. 2012.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social:** uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. 17. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2015.

PIMENTEL, Edlene. **Uma “nova questão social”?** Raízes materiais e humano-sociais do pauperismo de ontem e de hoje. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

REDE BRASILEIRA DE PESQUISA EM SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL/PENSSAN. **2º Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil (VIGISAN).** Disponível em: <<https://pesquisassan.net.br/2o-inquerito-nacional-sobre-inseguranca-alimentar-no-contexto-da-pandemia-da-covid-19-no-brasil/>>. **Acesso em: 15 set. 2022.**

SOUZA, Cristiane Luiza S. de; TELES, Heloísa. **Pressupostos para uma análise histórico-estrutural da questão social no Brasil.** Revista Temporalis, ano 21, n. 42, p. 44-61. Brasília, jul./dez. 2021.

SALATA, André Ricardo; RIBEIRO, Marcelo G. **Boletim Desigualdade nas Metrôpoles.** n. 09. Porto Alegre, 2022. Disponível em: <https://www.pucrs.br/datasocial/wp-content/uploads/sites/300/2022/07/boletim_desigualdade_nas_metropoles_01.pdf>. **Acesso em: 15 set. 2022.**

TONELO, Iuri. **No entanto, ela se move: a crise de 2008 e a nova dinâmica do capitalismo**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2021.

YAZBEK, Maria Carmelita; BRAVO, Maria Inês; RAICHELIS, Raquel. **40 anos da virada do Serviço Social: história, significados**. Revista Serviço Social & Sociedade, n. 136, p. 407-415. São Paulo, set./dez. 2019.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Os fundamentos do Serviço Social e o enfrentamento ao conservadorismo**. Revista Libertas, v. 20, n. 2, p. 293-306. Juiz de Fora, jul./dez. 2021.

A TRANSVERSALIDADE DA ÉTICA E DA PESQUISA NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Lucilene Ferreira de Melo¹
Cristiane Bomfim Fernandez²
Welson de Souza Cardoso³

INTRODUÇÃO

A ética e a pesquisa são dimensões fundantes à formação acadêmica dos assistentes sociais brasileiros, sobretudo, em nível de graduação. Ao longo do tempo, assumiram diferentes nuances e importância no Serviço Social e, conseqüentemente, na formação. A necessidade da transversalidade da ética e da pesquisa na formação profissional e no projeto de formação profissional guarda relação com a concepção inovadora de currículo proposta pela ABEPSS em 1996, pautada na teoria social crítica.

Assim sendo, nosso objetivo é refletir como a ética e a pesquisa são postuladas pelas Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996,

1 Assistente Social com Doutorado em Ciências Biológicas pelo INPA. Pós-Doutorado em Serviço Social pela UFRN. Professora do Departamento de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia – PPGSS/UFAM. Atuante no grupo de pesquisa Gestão Social, Direitos Humanos e Sustentabilidade na Amazônia - GEDHS/UFAM. ORCID: <<https://orcid.org/0000-0002-8667-1846>>. E-mail: lucilenefmelo@yahoo.com.br

2 Assistente Social. Professora do Departamento de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas. Doutora em Política Social pela Universidade de Brasília. Líder do Grupo de Estudo e Pesquisa em Processo de Trabalho e Serviço Social na Amazônia (GETRA). Bolsista de Produtividade em Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq (Nível 2). Lattes: <<http://lattes.cnpq.br/2022338716203801>>. ORCID: <<https://orcid.org/0000-0003-1474-8987>>. E-mail cristiane@ufam.edu.br

3 Estatístico. Mestre em Serviço Social e Doutor em Ciências Socioambientais. Professor e Pesquisador do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e da Faculdade de Serviço Social do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Pará (UFPA). Lattes: <<http://lattes.cnpq.br/3892611396039907>>. ORCID: <<https://orcid.org/0000-0003-1680-9376>>. E-mail: cardoso@ufpa.br

no sentido de reforçar a transversalidade da ética e da pesquisa para a formação crítica e de qualidade, voltadas para o desenvolvimento/ fortalecimento de posturas comprometidas com o projeto ético-político da profissão.

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica inserida no projeto intitulado “A Formação e o Trabalho Profissional do Assistente Social: aproximações e particularidades entre Amazônia e sul do Brasil”, realizado pelo Programa Nacional de Cooperação Acadêmica na Amazônia (PROCAD/Amazônia) e envolve os Programas de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS) da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), da Universidade Federal do Pará (UFPA) e da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS).

O texto apresenta três seções. A primeira contempla um breve panorama da formação profissional em Serviço Social, das origens das Escolas de Serviço Social no Brasil ao chamado movimento de renovação ou reconceitualização do Serviço Social, destacando o direcionamento social dos currículos da época; a segunda adensa o debate da ética e da pesquisa na formação profissional em Serviço Social e a terceira sinaliza a ética e a pesquisa no Documento da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social⁴ (ABEPSS) em que constam as diretrizes para os cursos de Serviço Social.

PANORAMA DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL

O Serviço Social brasileiro surge no final dos anos 1930 e início dos anos 1940 para responder às necessidades da sociedade, particularmente a questão social da época. Conflitos entre Estado e manifestações sociais, oriundos da classe operária em ascensão, obrigam o Estado a dar uma solução às intensas demandas desta classe, todavia, muito além da força – caso de polícia –, era preciso responder com políticas. Segundo Yamamoto (2001, p. 17), “a questão social tem a ver com a emergência da classe operária e seu ingresso no cenário político [...] exigindo o seu reconhecimento como classe pelo bloco do poder e, em especial, pelo Estado”.

⁴ Este documento é “produto de um amplo e sistemático debate realizado pelas Unidades de Ensino a partir de 1994, quando a XXVIII Convenção Nacional da Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social - A ABESS, ocorrida em Londrina - PR, em outubro de 1993, deliberou sobre os encaminhamentos da revisão do Currículo Mínimo vigente desde 1982” (ABEPSS, 1997).

Diante do reconhecimento da questão social, ou seja, torna-se caso de política, o Estado se une à Igreja Católica para enfrentar suas expressões. Como afirma Yazbek (2009), a institucionalização e legitimação do Serviço Social como profissão é uma ferramenta usada pelo Estado, empresariado e Igreja Católica para enfrentar e regular a questão social. Esta assume diferentes significados ao longo da história, pois não há uma concepção única, portanto, é importante destacar a compreensão predominante no Serviço Social – é aquela que se refere às desigualdades econômicas e sociais, à exploração, ao pauperismo da classe trabalhadora que reage ante a dominação capitalista exigindo políticas (PEREIRA, 2001; IAMAMOTO, 2001).

É neste cenário que surgem as primeiras escolas de Serviço Social. Em 1932, foi criado o Centro de Estudos e Ação Social (CEAS) após um curso de formação para moças coordenado por uma professora da Escola de Serviço Social da Bélgica. Este curso teve uma boa aceitação de jovens católicas que criaram uma associação de ação social (YAZBEK, 2001). Em 1936, foi criada a primeira escola em São Paulo, imprimindo assim uma formação profissional que embasava a orientação do pensamento e ação profissional (CARDOSO, 2017). A formação profissional ocorreu a partir da influência europeia, por meio do modelo franco-belga e vinculado à ação social da Igreja Católica. Segundo Aguiar (2011), em 1937 foi fundada no Rio de Janeiro a segunda escola de Serviço Social, também com uma forte influência da Igreja Católica.

É importante ressaltar que os currículos vigentes à época apontavam uma direção social e uma perspectiva ética marcada pela influência do pensamento positivista e da doutrina social da igreja – o tomismo e o neotomismo. Noutras palavras, a referência era o pensamento conservador, marcado por uma formação doutrinária e moral. “Os dez primeiros currículos (1936-1945) apresentam disciplinas que expressam um projeto pedagógico demarcando a perspectiva de uma ética tradicional/conservadora na profissão” (idem, p. 327).

Nos anos 40, há uma forte influência norte-americana, materializada no Serviço Social por meio das metodologias de caso, grupo e comunidade. A ética que perpassava a profissão era conservadora. A intervenção profissional se voltava para integrar/ajustar o indivíduo à sociedade (PIANA, 2009). Nesse cenário, surge

o trabalho do Assistente Social no Desenvolvimento de Comunidade, partindo da ótica de que as populações eram “desajustadas” e, portanto, precisavam ser “integradas” à sociedade (AGUIAR, 2011).

Em 1946, foi fundada a Associação Brasileira das Escolas de Serviço Social (ABESS), em 1947 ocorreu o I Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais e em 13 de junho de 1953 a formação do assistente social em nível superior foi regulamentada pela Lei n.º 1.899 (ALMEIDA, 2009). Ainda em 1947 foi promulgado o primeiro Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais (GUEDES, 2016). Observam-se, então, movimentos da categoria impactando a formação dos assistentes sociais marcando a história da profissão. A ABESS, inicialmente, tem uma forte influência da Igreja Católica, mas ao longo do tempo assume outra configuração, sempre desempenhando um papel marcante nos rumos da direção da formação profissional.

Nos anos 60, tem início o processo de questionamento ao Serviço Social tradicional que detinha em seus primórdios a identidade atribuída pela Igreja e pelo capitalismo. Segundo Yazbek (2009), ocorre um amplo movimento de renovação na América Latina em níveis teórico, metodológico, operativo e político que “impõe aos assistentes sociais a necessidade de construção de um novo projeto comprometido com as demandas das classes subalternas [...]” (p. 171). Alinhada a este pensamento, Piana (2009) afirma que a primeira crise ideológica ocorreu em algumas escolas de Serviço Social em meados de 1960, com o aparecimento da proposta de transformação da sociedade. A profissão começa a perceber “a dimensão política da sua prática, e o modelo vigente baseado na visão funcionalista do indivíduo e com funções integradoras não é mais de interesse da realidade latino-americana [...]” (ibidem, p. 94).

Este questionamento deve ser compreendido a partir do contexto vivenciado em toda a América Latina, marcado por ditaduras militares. O Serviço Social vai modificar o seu olhar sobre a realidade da formação acadêmica e do trabalho profissional, mas ainda bem arraigado à modernização capitalista. Um dos expoentes desta reflexão sobre o processo de renovação do Serviço Social no Brasil é Netto (1990). Ele sinaliza três perspectivas neste processo – a modernizadora, a reatualização do conservadorismo e a intenção de ruptura. Sendo esta última vertente marcada pela interlocução com a tradição marxista.

O projeto do fim dos anos 1970 e início dos anos 1980 se aproxima da teoria marxista, e acontece numa disputa pela hegemonia da direção ético-política. Segundo Carvalho (1986), na formação profissional do assistente social no Brasil ocorre “um enfrentamento entre as diferentes tendências progressistas na busca da hegemonia no encaminhamento do projeto educacional” (p. 22). A luta se dá pela democratização da universidade e da sociedade brasileira inserida num contexto das relações sociais. Segundo a autora, a diversidade de posicionamentos no processo de formação profissional ultrapassa a polêmica funcionalismo X dialética e foca nas diferentes forças políticas, cujas propostas para a transformação da sociedade brasileira são diferentes.

Em 1982, foi aprovado pelo Ministério de Educação e Cultura (MEC) o novo Currículo Mínimo expressando a nova feição da profissão em busca de uma superação do conservadorismo. E prosseguindo a construção coletiva da categoria formata-se um projeto ético-político do Serviço Social na década de 1990 materializado no Código de Ética (1993), na Lei de Regulamentação da Profissão (1993) e nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS (1996) para os cursos de Serviço Social, bem como outros documentos posteriores emanados das entidades da categoria (ABEPSS, CFESS/CRESS e ENESSO) que reafirmam o projeto ético-político.

O diálogo do Serviço Social com o marxismo, desde as aproximações iniciais até os dias atuais, tem reflexos na formação profissional dos assistentes sociais. No passado e no presente, um importante debate permeia a profissão, de um lado um projeto de Serviço Social hegemônico com uma nítida direção social e, de outro, a necessidade de garantir o pluralismo, pois hegemonia não significa monopólio, exclusividade. Como conviver democraticamente com posicionamentos de divergências ideológicas, políticas e assegurar a hegemonia do projeto do Serviço Social vigente? A inquietação de Carvalho (1986, p. 27) nos parece bem atualizada: “É a questão do pluralismo que, de fato, está a exigir uma reflexão mais consistente, que possibilite sua exata compreensão e viabilização, evitando equívocos que vêm perpassando muitos debates acerca da formação profissional em Serviço Social”

Esta breve trajetória da profissão constitui o cenário para o debate da ética e da pesquisa na formação profissional, como será visto a seguir.

A ÉTICA E A PESQUISA NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL

No intuito de fundamentar a discussão sobre o tema, o ponto de partida consiste em elucidar os aspectos conceituais e sinalizar a direção sobre a compreensão da ética e da pesquisa na formação profissional em Serviço Social.

Neste sentido, Sánchez Vázquez (1984, p. 25) faz a seguinte definição: “[...] A ética é a teoria ou ciência do comportamento moral dos homens em sociedade, ou seja, é a ciência de uma forma específica do comportamento humano”. Nesta acepção, a ética possui relação estreita com a moral, sobre a qual realiza reflexões filosóficas. Portanto, a ética constitui a ciência e a moral seu objeto.

Santos (2012, p. 53) define a moral como “um conjunto de normas e valores que surgem de maneira mais ou menos espontânea para regular o comportamento dos membros de uma sociedade ou grupo social”. Daí desprende-se que a moral faz parte da sociabilidade humana e possui essa função social de regulamentar a vida dos indivíduos a partir de regras e normas, de acordo com o contexto histórico.

Observa-se que a ética ocupa um lugar diferenciado da moral, evidenciada por Dalberio (2012): “A ética busca questionar os fundamentos da moral e, conseqüentemente, a sua validade para o indivíduo e para a coletividade. A ética também analisa, na ação e na reflexão, como são os conflitos valorativos do cotidiano” (p. 8). Neste sentido, a ética mobiliza o ato de pensar sobre a moral, conduzindo a reflexão sobre a fundamentação da moral, contextualizada em uma determinada época e buscando averiguar suas implicações nas relações humanas e sociais, em geral no bojo de um movimento de crítica e contraposição ao instituído.

Para uma aproximação com a formação profissional em Serviço Social brasileiro é importante mencionar sua fundamentação na tradição marxista, após o chamado Movimento de Reconceituação do Serviço Social. De acordo com Santos (2019), o marxismo foi o “aporte teórico da ética de ruptura” (p. 455), demarcando uma passagem da orientação conservadora para a da vertente crítica, demarcando e favorecendo a construção do projeto ético-político profissional, cujos valores éticos e princípios políticos estão postos no

Código de Ética do/a Assistente Social de 1993 (BARROCO, 2010) e em outros instrumentos jurídico-políticos, incluindo as diretrizes curriculares que, para Santos (2019), foi um dos avanços éticos na década de 1990 para a formação profissional.

Cabe ainda a indagação sobre o que é marxismo? Uma ciência, uma teoria, uma filosofia, uma ética? Para Sánchez Vázquez (1997), o marxismo consiste numa ‘filosofia da práxis’.

[...] o marxismo é, em primeiro lugar, uma **crítica do existente**, [...] males sociais; é [...], em segundo lugar, um projeto, ideia ou **utopia de emancipação social**, humana, [...] em terceiro lugar, **conhecimento da realidade** (capitalista) a transformar e das possibilidades de transformação inscritas nela, assim como das condições necessárias, das forças sociais e dos meios adequados para levar a cabo essa transformação. [...] finalmente, o marxismo distingue-se por sua vontade de realizar o projeto; isto é, por sua vinculação com a prática. (p. 322-323, grifo nosso).

No marxismo, a crítica ao capitalismo é sua característica principal, mas não apenas isso, pois a teleologia é de transformação/superação desta sociabilidade com vistas à emancipação humana. Compreende-se que o marxismo articula a interpretação, o planejamento e a práxis revolucionária, tendo como ponto de partida as contradições reais de existência da sociedade burguesa e no horizonte um novo projeto de sociedade sem qualquer forma de exploração.

Em relação aos fundamentos éticos adotados pelo Serviço Social à luz do marxismo, a ética é aprendida como práxis humana (BARROCO, 2009). “A práxis encontra sua expressão dentro deste campo de atuação: deve-se deixar o ponto de vista do indivíduo (ética) e, relativizando os limites desta subjetividade, tomar o ponto de vista da luta de classes (práxis)” (CRESSONI, 2011, p. 201).

A formação defendida pela ABEPSS (1996) se sustenta a partir da tríade ensino, pesquisa e extensão. A indissociabilidade do tripé se apresenta à formação como um dispositivo jurídico-político, pois também tem sua disposição na Constituição do Brasil de 1988 no mesmo patamar de importância no processo de formação profissional. Embora, em relação à extensão, ainda haja um processo em andamento para a sua curricularização visando atender ao dispositivo constitucional e à Resolução n.º 07/2018/CNE/MEC. Nota-se, ainda,

que tais atividades acadêmicas requerem investimentos para a indissociabilidade e uma profunda reflexão em tempos de precarização e desfinanciamento das universidades brasileiras.

No entendimento de Yamamoto (2015), a exigência do tripé ensino, pesquisa e extensão [...] “representa um avanço na formação do assistente social que, historicamente, privilegiou o ensino, em detrimento da pesquisa e da extensão (p. 71). Cabe destacar que enquanto componente curricular a pesquisa foi inserida nos projetos pedagógicos dos cursos de Serviço Social do Brasil a partir da década de 1980. Quanto à extensão, ela também figura como uma atividade acadêmica⁵, apesar de não estar incorporada nos projetos pedagógicos dos cursos de Serviço Social no mesmo patamar da pesquisa.

Moraes (2017) faz uma síntese do atual significado da pesquisa para o Serviço Social. Na visão do autor, “na atualidade, é entendida como uma atribuição profissional que se expressa na formação e no trabalho do assistente social” (p. 391), uma vez que está posta no arcabouço jurídico-político do Serviço Social contemporâneo que regulamenta a formação e o trabalho profissional.

A pesquisa na formação profissional é realizada, tanto na graduação quanto na pós-graduação, sendo nesta última com mais aprofundamento. No trabalho profissional, as pesquisas vêm fazendo parte desde a década de 1980 e são um importante elemento de posicionamento ético e de ações qualificadas (MORAES, 2017).

Neste sentido, uma concepção de pesquisa coerente com a formação profissional em Serviço Social não somente vislumbra uma produção de conhecimento sobre o real, mas também oferece subsídios para a formação e o trabalho profissional. Demo sinaliza nesta direção quando afirma: “pesquisa é entendida tanto como procedimento de fabricação de conhecimento quanto como procedimento de aprendizagem (princípio científico e educativo), sendo parte integrante de todo processo reconstrutivo de conhecimento” (DEMO, 2000, p. 20).

Guerra (2009) reforça a noção de pesquisa como “um processo sistemático de ações, visando investigar/interpretar, desvelar um objeto que pode ser um processo social, histórico, um acervo teórico ou documental” (p. 8). Com isso, a autora demarca que para produ-

⁵ Lembra-se da experiência de extensão denominada de o “Método BH” (ABEPSS, 2021, p. 14).

zir conhecimento científico é necessária a mediação da pesquisa com todo o seu rigor.

Em contrapartida, a pesquisa na formação profissional contribui para o desenvolvimento da postura investigativa nas/nos futuras/os assistentes sociais como parte das exigências das competências e atribuições profissionais (MORAES, 2015) e poderoso instrumento de interpretação das expressões da questão social com as quais lidam no cotidiano profissional.

Neste contexto, a pesquisa é um precioso recurso de produção de conhecimento, de reflexão crítica sobre as contradições capitalistas e instrumentalização para consolidar ou prospectar valores éticos comprometidos com a construção de uma sociedade sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero, como indicado no oitavo princípio do Código de Ética do/a Assistente Social (CFESS, 1993), dando continuidade ao processo deflagrado pela categoria profissional ao realizar a chamada “intenção de ruptura” com o conservadorismo, a partir da década de 1970, tendo como marco o III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), no bojo do Movimento de Reconceituação, um processo que ao longo dos anos 1980 e 1990 (BARROCO, 2009) construiu “[...] um novo *ethos*, marcado pelo posicionamento de negação do conservadorismo e de afirmação da liberdade”⁶ (p. 17). Por consequência, possui um horizonte de transformação da sociedade capitalista.

Muitos desafios se impõem à transversalidade da ética e da pesquisa na formação profissional. Para Santos, (2019) um dos desafios éticos consiste em preparar profissionais, “com uma direção social convergente com o projeto ético-político” (p. 460), ou seja, materializar no contexto da formação a ruptura realizada com o conservadorismo e fundamentar a partir da “adoção de uma teoria social crítica que possibilite a apreensão da totalidade social em suas dimensões de universalidade, particularidade e singularidade” (ABEPSS, 1996, p. 61).

A formação profissional é realizada por meio do trabalho humano, não há uma postura neutra no processo, portanto, deve ser pautada na teoria social crítica, tendo por base a liberdade (BARRO-

6 Chauí (2000, p. 467) apresenta a liberdade como “a consciência simultânea das circunstâncias existentes e das ações que, suscitadas por tais circunstâncias, nos permitem ultrapassá-las”.

CO, 2010), pois ela consiste em: “simultaneamente ter capacidade de escolha consciente dirigida a uma finalidade e capacidade prática de criar condições para a realização objetiva das escolhas e para que novas escolhas sejam criadas” (idem, p. 28).

Importante ressaltar que no exercício da liberdade no processo educativo, valores éticos individuais de docentes e discentes são confrontados com a direção ético-política da profissão e podem conflitar ou convergir. Mas a formação constitui-se num momento privilegiado para o tensionamento entre a dimensão individual (estudantes) e coletiva (profissão), para que assim os valores éticos da profissão se tornem o *ethos* deste futuro profissional. Na perspectiva de Barroco (2010), “o produto do trabalho constitui a objetivação do sujeito” (p. 24), ou seja, no processo há uma possível transformação pelos sujeitos partícipes no trabalho.

Além destes sujeitos principais na formação profissional, as condições objetivas da realidade são intervenientes, tais como a conjuntura brasileira de desfinanciamento das universidades públicas, a precarização do ensino superior, as condições de trabalho docente, as condições de vida dos discentes, os cursos oferecidos a distância, a disputa de projetos ético-políticos, entre outros que se fazem presentes, como é reconhecido nos pressupostos da formação profissional pela ABEPSS.

O processo de trabalho do Serviço Social é determinado pelas configurações estruturais e conjunturais da questão social e pelas formas históricas de seu enfrentamento, permeadas pela ação dos trabalhadores, do capital e do Estado, através das políticas e lutas sociais. (ABEPSS, 1996, p. 6).

Assim, destaca-se e reforça-se que nesta perspectiva, a formação em Serviço Social deve ter como propósito efetivar um perfil profissional dotado de postura crítica, investigativa, propositiva e emancipadora das relações estabelecidas na sociabilidade capitalista, comprometida com o projeto ético-político da profissão.

A ÉTICA E A PESQUISA NAS DIRETRIZES DA ABEPSS PARA OS CURSOS DE SERVIÇO SOCIAL

As Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social - ABEPSS para o curso de Serviço Social de 1996 orienta a formação na graduação, ela consiste num “projeto de formação profissional, coletivamente construído, ao longo dos anos 80 e 90 [século XX] sob a coordenação da ABESS” (ABEPSS, 1996, p. 6) e constitui-se num dos documentos que fundamentam o projeto ético-político do Serviço Social brasileiro.

Para o entendimento da importância das Diretrizes Curriculares da ABEPSS (1996) na formação profissional em Serviço Social no Brasil é necessário demarcar o seu processo de construção. A XXVIII Convenção Nacional da Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social - ABESS é um dos marcos para as diretrizes curriculares da ABEPSS de 1996. Nessa convenção, foram deliberados, em outubro de 1993, em Londrina - PR, os encaminhamentos da revisão do Currículo Mínimo vigente desde 1982 (ABEPSS, 1997). A partir de então, particularmente entre 1994 e 1996, as unidades acadêmicas foram mobilizadas para uma avaliação da formação profissional e produzir um diagnóstico que deu origem a uma proposta, aprovada na XXIX Convenção Nacional da ABESS. Em continuidade a essa construção coletiva, por meio das oficinas, foi elaborado o documento “Proposta básica para o projeto de formação profissional: novos subsídios para o debate”. E, por último, as proposições oriundas das unidades de ensino geraram documentos regionais que sistematizados pelas entidades da categoria da época produziram o documento “Proposta Nacional de Currículo Mínimo para o Curso de Serviço Social”, aprovada em assembleia geral da ABESS em novembro de 1996 (ABESS/CEDEPSS, 1997), cujo documento foi revisado em 1999 para compor as diretrizes curriculares da área junto ao Ministério da Educação (IAMAMOTO, 2014).

Entretanto, as Diretrizes Curriculares para os cursos de Serviço Social, aprovadas pelo MEC (Resolução n.º 15, de 13 de março de 2002), de acordo com Iamamoto (2014), descaracterizam: “a direção social da formação profissional, os conhecimentos e habilidades considerados essenciais ao desempenho do assistente social” (p. 616).

Assim, a observância das Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996 é uma resistência política, por ser um projeto de formação profissional de cunho coletivo e por contemplar uma concepção de formação emancipatória, consubstanciando-se nos princípios do projeto ético-político da profissão.

No processo de formação profissional, as Diretrizes Curriculares para o Curso de Serviço Social (1996) apresentam a ética e a pesquisa como princípio fundamental (ABEPSS, 1996):

[...] 2. Rigoroso trato teórico, histórico e metodológico da realidade social e do Serviço Social, que possibilite a compreensão dos problemas e desafios com os quais o profissional se defronta no universo da produção e reprodução da vida social. [...] 5. Estabelecimento das dimensões investigativa e interventiva como princípios formativos e condição central da formação profissional e da relação teoria e realidade; [...] 8. Indissociabilidade nas dimensões de ensino, pesquisa e extensão. (ABEPSS, 1996, p. 6-7).

A este respeito Guerra; Backx; Repetti (2013) enfatizam: “[...] a formação tem na pesquisa a mediação fundamental na relação entre teoria e realidade, [...] através dela se possam captar as medições que tecem o exercício profissional” (p. 228).

A pesquisa representa para o projeto de formação profissional um mecanismo que possibilita rupturas e aquisições. O rompimento relaciona-se ao pragmatismo arraigado ao Serviço Social conservador e as aquisições conectam-se, sobretudo, com o desenvolvimento da postura investigativa no processo de formação e com o novo *ethos* profissional que nega o conservadorismo. De acordo com a ABEPSS (1996):

A postura investigativa é um suposto para a sistematização teórico-prática do exercício profissional, assim como para a definição de estratégias e o instrumental técnico que potencializam as formas de enfrentamento da desigualdade social. Tais mediações exigem não só a postura investigativa, mas o estreito vínculo com os modos de pensar/agir dos profissionais. (p. 13-14).

Sobre a ética nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS para o curso de Serviço Social (1996) encontra-se, primeiramente, a éti-

ca profissional figurando como o décimo princípio, dentre os onze, com a seguinte expressão: “10. Ética como princípio formativo perpassando a formação curricular” (ABEPSS, 1996, p. 7).

Tal condição de ser/estar no rol dos princípios da formação profissional, tanto a ética quanto a pesquisa imprimem à formação profissional potencialidades para a construção de um perfil profissional em consonância com a direção ético-política e intelectual assumida na formação profissional em Serviço Social no Brasil, ocupando assim um lugar fundante na formação profissional.

Esta posição, da ética e da pesquisa, as insere na lógica curricular das diretrizes na formação profissional, perpassando os três núcleos de fundamentação, constitutivos da Formação Profissional: “Núcleo de Fundamentos teórico-metodológicos da vida social, Núcleo de Fundamentos da particularidade da formação sócio-histórica da sociedade e Núcleo de fundamentos do trabalho profissional” (ABEPSS, 1996, p. 8). Estes núcleos “se traduzem pedagogicamente através do conjunto dos componentes curriculares, rompendo, assim, com a visão formalista do currículo, antes reduzida às matérias e disciplinas (ABEPSS, 1996, p. 9).

Nesta direção, os projetos pedagógicos dos cursos de Serviço Social do Brasil organizam as matérias, “[...] expressões de áreas de conhecimento necessárias à formação profissional [...] em: disciplinas, seminários temáticos, oficinas/laboratórios, atividades complementares e outros componentes curriculares” (ABEPSS, 1996, p. 8). Portanto, a ética e a pesquisa não são restritas a uma configuração de disciplina, mas como um conteúdo transversal que deve compor os componentes curriculares.

Diante disto, observa-se que as Diretrizes Curriculares da ABEPSS (1996) propõem uma formação a partir de “uma lógica curricular inovadora”, “[...] um desafio político e uma exigência ética: construir um espaço por excelência do pensar crítico, da dúvida, da investigação e da busca de soluções” (ABEPSS, 1996, p. 8). Tal lógica é reforçada no pressuposto central das diretrizes por ter no horizonte a almejada qualidade na formação, como está denotado pela ABEPSS (1996):

O pressuposto central das diretrizes propostas é a permanente construção de conteúdo (teórico-ético-político-cultural) para a

intervenção profissional nos processos sociais que estejam organizados de forma dinâmica, flexível, assegurando elevados padrões de qualidade na formação do assistente social. (p. 8).

A organização dos projetos pedagógicos dos cursos de Serviço Social do Brasil a partir dos três núcleos de fundamentação, contemplando os princípios que fundamentam a formação profissional, e com diretrizes que implicam capacitação teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, dá consistência a uma formação profissional orientada pela ABEPSS sem enrijecimento curricular, pois a “flexibilidade de organização dos currículos plenos” (ABEPSS, 1996, p. 6) possibilita a dinamicidade do currículo e uma capacidade de acompanhar as mudanças científicas, tecnológicas e sociais. Tal flexibilidade não estabelece ressonância com formações aligeiradas ou sem a vivência da ética e da pesquisa.

Entretanto, Guerra; Backx; Repetti (2013) nos lembram que: “A organização curricular dependerá, portanto, mais das forças presentes no interior de uma UFA (instituição formadora) do que qualquer ação controladora e/ou fiscalizadora por parte da ABEPSS [...] (p. 213)”. Neste sentido, a formação possível deve ser pensada a partir da realidade de cada instituição formadora, considerando as questões políticas inerentes à proposta da ABEPSS e a viabilidade técnica, de infraestrutura para a sua realização e condições de trabalho docente, entre outros.

Neste sentido, a realidade das instituições formadoras mostra-se como limitante, considerando que “dois terços dos cursos de graduação ocorrem em IES privadas, nas quais – em geral – não há condições objetivas para garantir o desenvolvimento do tripé indissociável ensino, pesquisa e extensão (GUERRA; BACKX; REPETTI, 2013, p. 225), limitando a transversalidade da pesquisa.

No ementário disponível nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS (1996) a ética se constitui em disciplina denominada de Ética Profissional, mas também é conteúdo em outras, como Filosofia, e no componente curricular obrigatório Estágio Supervisionado, neste mais focada no Código de Ética Profissional (1993).

Destaca-se o conteúdo que deve ser abordado na formação profissional na disciplina Ética Profissional:

Os fundamentos ontológicos sociais da dimensão ético-moral da vida social e seus rebatimentos na ética profissional. O processo de construção de um *ethos* profissional, o significado de seus valores e as implicações ético-políticas de seu trabalho. O debate teórico-filosófico sobre as questões éticas da atualidade. Os Códigos de Ética profissionais na história do Serviço Social brasileiro. (ABEPSS, 1996, p. 18).

O desafio da ética profissional é perpassado pelo debate dos fundamentos filosóficos centrados na ontologia do ser social, pois há temas polêmicos no seio da categoria profissional que geram pontos de tensão. Se, por um lado, a direção social da formação profissional e da profissão expressa claramente seu projeto coletivo-ético-político (*dever ser profissional*), por outro é preciso que a categoria manifeste seu compromisso com ele, uma espécie de anuência. Podemos ter um paradoxo, pois ao mesmo tempo em que temos uma direção social, também precisamos garantir o pluralismo teórico-metodológico-político. A categoria dos assistentes sociais é heterogênea, há pensamentos e valores éticos conflitantes. Cardoso (2013, p. 87) refere-se à esfera moral-prática, “[...] ao comportamento do profissional em si, à forma como a profissão aparece socialmente na sua ação cotidiana individual ou coletiva, às escolhas profissionais diante da realidade concreta [...]”.

A pesquisa figura como uma disciplina, faz parte do rol das atividades complementares e constitui-se como o substrato do Trabalho de Conclusão de Curso. Assim é sinalizado o seu conteúdo pela ABEPSS (1996):

Natureza, método e processo de construção de conhecimento: o debate teórico-metodológico. A elaboração e análise de indicadores socioeconômicos. A investigação como dimensão constitutiva do trabalho do assistente social e como subsídio para a produção do conhecimento sobre processos sociais e reconstrução do objeto da ação profissional. (p. 18).

Ressalta-se que a pesquisa, além de um conteúdo, deve possibilitar a realização de processos mediadores como a relação teoria e realidade a partir da tríade ensino, pesquisa e extensão. Também deve contemplar na graduação a vivência da pesquisa como realiza-

ção do princípio formativo da dimensão investigativa, o qual contribui para a postura investigativa no futuro profissional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo histórico do Serviço Social brasileiro se desenvolve sob uma trajetória de luta e confrontos à lógica da sociabilidade capitalista, não sendo diferente no que tange à formação profissional, que desde as diretrizes da ABEPSS de 1996 vem se pautando numa teoria social crítica na contramão do direcionamento do ensino superior no país, de viés ultraneoliberal.

As diretrizes da ABEPSS de 1996 expressam uma nova lógica curricular na formação profissional em Serviço Social no Brasil. A construção das diretrizes está associada à história contemporânea da profissão e constitui-se num dos alicerces do projeto ético-político do Serviço Social brasileiro. Neste sentido, o respeito aos direcionamentos da ABEPSS de 1996 representa ancorar a formação na direção do fortalecimento e consolidação do projeto ético-político, concretizando a intenção de ruptura ao conservadorismo que marcou fortemente o Serviço Social desde as suas origens.

A ética e a pesquisa, objetos desta reflexão, eixos transversais na proposta de formação gestada pela ABEPSS, representam por excelência a lógica da inovação curricular que não enquadra os conteúdos necessários à formação a uma forma, possibilita vivências distribuídas ao longo da formação como pesquisas, extensão, estágios e Trabalho de Conclusão de Curso, entre outras que contribuem para forjar o *ethos* profissional antagônico ao conservadorismo e ao capitalismo, além da postura investigativa imperiosa ao trabalho profissional.

Mesmo que o cenário se mostre tão adverso à formação postulada pelas Diretrizes Curriculares da ABEPSS, sobretudo pela ofensiva ultraneoliberal com o viés mercantil incisivo no ensino superior e todos os seus desdobramentos, resistir a tudo isto é vital para a qualidade da formação e fortalecimento do projeto ético-político da profissão.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Antonio Geraldo. **Serviço Social e Filosofia: das origens a Araxá**. São Paulo: Cortez Editora, 2011.

ALMEIDA, Ney Luiz T. de. **Magistério, direção e supervisão acadêmica**. In: CFESS, Serviço Social – Direitos Sociais e Competências Profissionais. CFESS, ABEPSS, 2009.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL - ABEPSS. **Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social**. Rio de Janeiro: ABEPSS, 1996.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO EM SERVIÇO SOCIAL - ABEPSS; CENTRO DE EDUCAÇÃO E PESQUISA EM POLÍTICAS SOCIAIS. **Diretrizes gerais para o Curso de Serviço Social** (com base no currículo mínimo aprovado em Assembleia Geral extraordinária de 8 nov. 1996). Cadernos ABESS, ed. esp., n. 7, p. 58-76. São Paulo: Cortez Editora, nov. 1997.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL - ABEPSS. **Documento preliminar acerca da curricularização da extensão**. Brasília, 26 maio 2021.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Resolução n.º 15, de 13 de março de 2002**. Estabelece as Diretrizes Curriculares para os cursos de Serviço Social.

BRASIL. **Resolução n.º 07, de 18 de dezembro de 2018**. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regulamenta o disposto na Meta 12.7 da Lei n.º 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024 e dá outras providências.

BARROCO, Maria Lúcia S. **Fundamentos éticos do Serviço Social**. In: Serviço Social: Direitos sociais e competências profissionais. v. 1. CFESS. Unidade III. Brasília: CFESS, 2009.

BARROCO, Maria Lúcia S. **Ética e Serviço Social: fundamentos sócio-históricos**. 3. ed. Coleção Biblioteca Básica de Serviço Social, v. 4. São Paulo: Cortez Editora, 2010.

CARDOSO, Priscila Fernanda Gonçalves. Ética e formação profissional em Serviço Social: do conservadorismo à emancipação. Revista *Katálysis*, v. 20, n. 3, p. 325-334. Florianópolis, set./dez. 2017.

CARDOSO, Priscila Fernanda G. Ética e projetos profissionais: os diferentes caminhos do Serviço Social no Brasil. Campinas: Editora Papel Social, 2013.

CARVALHO, Alba Maria P. de C. **O projeto da formação profissional do assistente social na conjuntura brasileira**. In: O processo de formação do Assistente Social. Caderno ABESS, n. 1. São Paulo: Cortez Editora, 1986.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). Código de Ética profissional dos assistentes sociais 1947. Brasília: CFESS. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_1947.pdf>. Acesso em: 19 ago. 2022.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Código de Ética Profissional dos(as) Assistentes Sociais**. Brasília, 1993.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Regulamentação da Profissão de Assistente Social**. Lei n.º 8.662. Brasília: CFESS, 1993.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à filosofia**. São Paulo: Editora Ática, 2000.

CRESSONI, André de G. **O conceito de práxis e a crítica da ética normativa segundo György Lukács**. Revista *Filosofia e Educação*, [s. l.], v. 3, n. 1, p. 194-202, 2011. DOI: 10.20396/rfe.v3i1.8635477. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rfe/article/view/8635477>>. Acesso em: 22 ago. 2022.

DALBERIO, Osvaldo. Ética, moral e valores do professor e do aluno. Revista *Triângulo*, v. 4, n. 1. Uberaba, 2012. DOI: 10.18554/rt.v4i1.228. Disponível em: <<https://seer.uftm.edu.br/revistaeletronica/index.php/revistatriangulo/article/view/228>>. Acesso em: 22 ago. 2022.

DEMO, Pedro. **Metodologia do Conhecimento Científico**. São Paulo: Editora Atlas, 2000.

GUERRA, Yolanda. **A dimensão investigativa no exercício pro-**

fissional. In: Serviço Social: direitos e competências profissionais. CFESS/ABEPSS. Brasília, 2009.

GUERRA; Yolanda; BACKX, Sheila; REPETTI, Gustavo. **O lugar da pesquisa na formação profissional:** algumas questões a partir dos relatórios das regionais da ABEPSS. Revista Temporalis, ano 13, n. 25, p. 205-232. Brasília, jan./jun. 2013.

GUEDES, Olegna de S. **Expressões do conservadorismo nos códigos de ética dos assistentes sociais de 1947 e 1965.** Revista Textos & Contextos, v. 15, n. 1, p. 28-42. Porto Alegre, jan./jul. 2016.

IAMAMOTO, Marilda V. **O serviço social na contemporaneidade:** trabalho e formação profissional. 26. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2015.

IAMAMOTO, Marilda V. **A questão social no capitalismo.** Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Revista Temporalis, ano 2, n. 3, jan./jul. 2001. Brasília: ABEPSS, Graflin, 2001.

IAMAMOTO, Marilda V. **A formação acadêmico-profissional no Serviço Social brasileiro.** Revista Serviço Social & Sociedade, n. 120, p. 609-639. São Paulo, out./dez. 2014.

MORAES, Carlos Antonio de S. **A particularidade da dimensão investigativa na formação e prática profissional do assistente social.** Revista Serviço Social & Sociedade [on-line]. n. 122, p. 294-316, 2015. ISSN 2317-6318. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0101-6628.024>>. Acesso em: 28 ago. 2022.

MORAES, Carlos Antonio de S. **Pesquisa em Serviço Social:** concepções e críticas. Revista Katálysis, v. 20, n. 3, p. 390-399. ISSN 1982-0259. Florianópolis, set./dez. 2017.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social.** São Paulo: Cortez Editora, 1990.

PEREIRA, Potyara Amazoneida P. **Questão social, Serviço Social e Direitos de Cidadania.** Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Revista Temporalis, ano 2, n. 3, jan./jul. 2001. Brasília: ABEPSS, Graflin, 2001.

PIANA, Maria Cristina. **A construção do perfil do assistente social no cenário educacional** [on-line]. 233 p. Available from SciELO

Books. ISBN 978-85-7983-038-9. São Paulo: Editora UNESP; Editora Cultura Acadêmica, 2009.

SANTOS, Débora R. **Princípios do Código de Ética do/a Assistente Social**: 25 anos de história. Revista Praia Vermelha, v. 29, n. 1 (especial), p. 451-471. Rio de Janeiro, 2019.

SANTOS, José Manuel. **Introdução à Ética**. p 31-59. Lisboa: IFP e FCT, 2012.

SÁNCHEZ VÁZQUEZ, Adolfo. **Filosofia da práxis**. Tradução Luiz Fernando Cardoso. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1997.

SÁNCHEZ VÁZQUEZ, Adolfo. **Ética**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1984.

YAZBEK, Carmelita. **Os fundamentos históricos e teóricos e metodológicos do Serviço Social brasileiro na contemporaneidade**. In: Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais. CFESS, ABEPSS, 2009.

O MÉTODO MARXIANO E A INDISSOCIABILIDADE ENTRE TEORIA E PRÁTICA: Contribuições ao Serviço Social

Carla Oliveira Jacques¹

Roberta Ferreira Coelho de Andrade²

Jane Cruz Prates³

INTRODUÇÃO

Inicialmente, é preciso destacar que o método e a teoria marxiana não podem ser analisados de forma dicotomizada. Marx não dedicou nenhuma obra acerca de seu método, embora, no conjunto de sua produção, apresente elementos metodológicos que permitiram àqueles que se debruçam sobre sua obra identificar movimentos, cuidados, categorias fundamentais para materializar o método materialista dialético e histórico que caracteriza seu processo de investigação e exposição. O pensador alemão vale-se, para dar visibilidade a seu método, da observação de seus críticos, cuja expressão encontra-se no 2º posfácio da edição da obra *O Capital* (1989). Após a detalhada descrição acerca do movimento por ele realizado, afirma, logo a seguir que:

1 Assistente Social vinculada à Secretaria de Planejamento e Gestão do Rio Grande do Sul (SPGG-RS). Mestra e Doutoranda em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), integrante do Núcleo de Estudos em Políticas e Economia Social (NEPES). E-mail: carla.jacques@acad.pucrs.br

2 Doutora em Sociedade e Cultura na Amazônia pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Pós-Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Professora Associada do Departamento de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia da UFAM. Líder do Grupo de Pesquisa Estudos de Sustentabilidade, Trabalho e Direitos na Amazônia (ESTRADAS). E-mail: roberta_ufam@yahoo.com.br

3 Doutora em Serviço Social pela PUCRS (2003). Pós-Doutora em Serviço Social pela PUC-SP (2016). Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS desde 2010. Coordenadora do Núcleo de Pesquisa em Políticas e Economia Social – NEPES (a partir de 2019). Líder do Grupo de Estudos sobre Teoria Marxiana, Ensino e Políticas Públicas – GETEMPP (desde 2008). E-mail: jprates@pucrs.br

A investigação tem de se apoderar da matéria, em seus pormenores, de analisar suas diferentes formas de desenvolvimento e perquirir a conexão íntima que há entre elas. Só depois de realizado esse trabalho, é que se pode descrever, adequadamente, o movimento real. Se isto se consegue, ficará espelhada, no plano ideal, a vida da realidade pesquisada [...] o ideal não é mais do que o material transposto para a cabeça do ser humano e por ela interpretado. (MARX, 1989, p. 16).

O aprofundamento do debate sobre método, em Marx, é um eixo fundamental para a reafirmação e o fortalecimento do Serviço Social em sua perspectiva crítica. Tal posicionamento deve pautar-se em bases sólidas da leitura de Marx, sob o risco de cairmos em processos já vivenciados pela profissão de um marxismo sem Marx (IAMAMOTO, 2006) ou de uma leitura positivista do método (QUIROGA, 1991). A devida apropriação do método marxiano é, também, pressuposto para não incorreremos nos descaminhos extensamente explorados por Iamamoto (2003; 2006; 2007) no que se refere ao messianismo, ao fatalismo e ao teorismo e na acertada crítica realizada a partir do movimento de reconceituação ao ecletismo⁴.

É neste contexto que se torna relevante a compreensão de que a atualidade da obra de Marx se estabelece no que ela é capaz de desvendar, enquanto estruturante da sociabilidade capitalista, ao mesmo tempo em que nos indica caminhos para compreender o movimento dos processos sócio-históricos, afinal, “não se pode conceber o mundo como um conjunto de coisas acabadas, mas como um conjunto de processos” (MARX; ENGELS, 1963, p. 195). Associadamente, entre estrutura e dinâmica há a invariável intencionalidade dos sujeitos que buscam não somente explicar o mundo, mas transformá-lo⁵.

Sob a orientação marxiana, o presente capítulo busca estabelecer subsídios para que possamos realizar uma fecunda interconexão do método de Marx com a formação e o trabalho profissional, proposta central deste livro. Para tanto, partimos do método, em Marx, para situar como teoria e prática são pensadas de modo indissociável na teoria social marxiana e como esta compreensão orienta a formação e o trabalho profissional do(a) assistente social.

4 Netto (2001) elucida que ao nos aproximarmos de modo superficial e enviesado ao marxismo, a profissão acabou por potencializar o uso de referenciais ecléticos.

5 Acrescentam Marx e Engels (2007, p. 537): “O defeito fundamental de todo o materialismo anterior – inclusive o de Feuerbach – está em que só concebe o objeto, a realidade, o ato sensorial, sob a forma de objeto ou de contemplação, mas não como atividade sensível humana, como prática”.

O MÉTODO EM MARX

A apreensão do método de Marx pelo Serviço Social ganha maturidade após um significativo salto qualitativo estabelecido entre o currículo mínimo de 1982 e a materialização das Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) de 1996, sobretudo pela compreensão de que não há um método do Serviço Social (JACQUES, 2022). Isto significou um avanço no sistema de mediações realizado entre as obras de Marx e os elementos que particularizam a profissão e que a tornam socialmente necessária, fazendo com que o método marxiano se tornasse parte estruturante dos Fundamentos do Serviço Social (ibidem). Entende-se que esta apreensão é de grande importância para pensarmos as lacunas a serem preenchidas e os desafios a serem enfrentados no tempo presente.

Na introdução à contribuição à crítica da economia política, Marx deixa explícito que o objeto a considerar “é, em primeiro lugar, a produção material. Como os indivíduos produzem em sociedade, a produção de indivíduos, socialmente determinada, é naturalmente o ponto de partida” (MARX, 2008, p. 237). A concepção aqui posta é de que o indivíduo é um ser social, que se objetiva, socialmente, pelo trabalho, transformando a si próprio, o outro e a natureza a partir do trabalho:

O homem é, no sentido mais literal, um *zoon politikon* (animal político); não é simplesmente um animal social, é também um animal que só na sociedade se pode individualizar. A produção realizada por um indivíduo isolado, fora do âmbito da sociedade [...] é um absurdo tão grande como a ideia de que a linguagem se pode desenvolver sem a presença de indivíduos que vivam juntos e falem uns com os outros. (MARX, 2008, p. 239).

Assim se expressa a centralidade da categoria trabalho, para a compreensão materialista do método de Marx, na medida em que esta categoria marxiana se caracteriza enquanto atividade vital, vida genérica, “vida engendradora da vida” (MARX, 2010, p. 84):

O modo pelo qual os homens produzem seus meios de vida depende, antes de tudo, da própria constituição dos meios de

vida já encontrados e que eles têm de reproduzir. Esse modo de produção não deve ser considerado meramente sob o aspecto de ser a reprodução da existência física dos indivíduos. [...] O que eles são coincide, pois, com sua produção, tanto com o que produzem como também com o modo como produzem. O que os indivíduos são, portanto, depende das condições materiais de sua produção. (MARX; ENGELS, 2007, p. 87).

A constituição dos indivíduos sociais na perspectiva do método de Marx perpassa o binômio condições – modos de vida. As condições objetivas da vida social são o chão histórico, onde se constroem os modos de vida dos seres sociais, isto é, “nas relações que estabelece, no significado que atribui a estas relações, na sua linguagem, representações” (PRATES, 2003, p. 4). As necessidades do ‘estômago e da fantasia’ (MARX, 1989) e a forma como estas são supridas (ou não) objetiva e subjetivamente no circuito da produção, da distribuição e do consumo são, corretamente, abordadas por Marx, que sintetiza:

fome é a fome, mas a fome que é saciada com carne cozida e consumida com faca e garfo é diferente da fome do que devora carne crua e a come com a mão, com unhas e dentes. Por conseguinte, o que a produção produz objetiva e subjetivamente não é só o objeto do consumo; é também o modo de consumo. A produção cria, pois, o consumidor. (MARX, 2011, p. 47).

Na produção, há certos elementos de continuidade, porém as formas e as condições sociais se alteram e se particularizam, sempre determinadas, historicamente (formas particulares de produção)⁶. Com isso, Marx realiza a crítica à Economia Política clássica, a qual toma como ponto de partida o indivíduo isolado e sem determinações sociais, tal como é, supostamente, posto pela natureza. Sob essa ótica historicamente determinada, é possível questionar uma concepção de esferas autônomas e independentes, as quais estariam sujeitas “a leis eternas da natureza, independentes da história; o que é uma boa ocasião para insinuar que as relações burguesas são leis naturais e indestrutíveis da sociedade in abstracto” (MARX, 2008, p. 242). Não por acaso, a época que gera esse ponto de vista fragmen-

⁶ Se não há produção, em geral, também não há, igualmente, produção universal. A produção é sempre um ramo particular da produção (MARX, 2011, p. 54).

tado e imediato é, exatamente, aquela em que as relações sociais alcançam seu mais alto grau de desenvolvimento: o modo de produção capitalista, sendo este o eixo central da análise sob a perspectiva da contradição.

Neste contexto, parece-nos nítido que diferentemente das leituras vulgares do método marxiano, não há como correlacionar o pensamento de Marx a um viés estruturalista. Isto se deve, sobretudo, pela inexorável dialética presente nas lentes utilizadas por Marx para compreensão da realidade em sua totalidade. Em que pese a contribuição dos estruturalistas para dar maior visibilidade às determinações advindas da estrutura, a ausência da contradição dialética, como contrários em luta, limitava esta análise, dando-lhe uma conotação determinística do tipo fatídica, o que se contrapõe à lógica dialética.

Outro ponto basilar explicitado por Marx se refere ao duplo caráter da categoria trabalho na sociabilidade capitalista, o qual se expressa a partir da inter-relação do trabalho útil-concreto, caracterizado pela dimensão positiva ou qualitativa que produz valor de uso indispensável à produção e reprodução humana para satisfazer, socialmente, suas necessidades físicas e espirituais; e do trabalho abstrato, caracterizado por sua dimensão negativa ou quantitativa, desenvolvida a partir do modo de produção capitalista e que gera um valor de troca, no qual se concentra a finalidade de produção de mais-valia. Assim, o ser social, em seu caráter inerentemente interligado ao trabalho útil-concreto, tem sua dimensão, essencialmente, genérica ocultada, pois é a partir do valor de troca que vende sua força de trabalho, transformando-se ele próprio em mercadoria.

Esta apropriação capitalista do sentido do trabalho – como valor de troca e não valor de uso – desmobiliza a consciência dos sujeitos, gerando o processo de estranhamento do trabalho:

Na medida em que o trabalho estranhado 1) estranha do homem a natureza, 2) [e o homem] de si mesmo, de sua própria função ativa, de sua atividade vital, ela estranha do homem o gênero [humano]. Faz-lhe da vida genérica apenas um meio da vida individual. Primeiro, estranha a vida genérica, assim como a individual. Segundo, faz da última em sua abstração um fim da primeira, igualmente em sua forma abstrata e estranhada. (MARX, 2010, p. 84).

Segundo Marx (2010, p. 85), o trabalho estranhado inverte “a relação a tal ponto que o homem, precisamente, porque é um ser consciente, faz da sua atividade vital, da sua essência, apenas um meio para sua existência”. Desse modo, a produção e a reprodução social se referem às formas como as condições materiais de existência humana são produzidas e reproduzidas em um determinado contexto sócio-histórico, processo que, no modo de produção capitalista, se particulariza, sobretudo, a partir da diáde exploração da força de trabalho – estranhamento do trabalho. Destaca-se nesse ponto a importância do debate entre forma e conteúdo no método marxiano, tal como sintetizado por Marx em ‘Glosas marginais ao Manual de Economia Política de Adolph Wagner’:

Em primeiro lugar, eu não parto de “conceitos”, portanto, do “conceito do valor” e, assim, não tenho por que decompor esse “conceito”. Meu ponto de partida é a forma social mais simples em que se apresenta o produto do trabalho na sociedade atual, que é a “mercadoria”. Começo analisando-a sob a forma em que se apresenta. Descubro que a “mercadoria” é, por um lado, em sua forma natural, um *objeto útil*, ou seja, um *valor de uso* e, por outro lado, a *personificação do valor de troca* e, desse ponto de vista, “valor de troca” em si. Uma análise mais minuciosa dessa última revela que o valor de troca não é mais que uma “forma fenomênica”, um modo de representação independente do valor contido na mercadoria, passando depois à análise do valor. [...] Não separo o valor, em valor de uso e valor de troca, como opostos, numa decomposição abstrata; apenas afirmo que a forma social concreta do produto do trabalho, a mercadoria, é, por uma parte, valor de uso, e por outra, “valor”, não valor de troca, pois este não é mais que uma forma de manifestar-se, e não seu próprio conteúdo. (MARX, 2020, p. 60).

Para o autor, o conhecimento teórico é o conhecimento do objeto – em sua estrutura e dinâmica real e objetiva, que independe das representações ou consciência do pesquisador. Pela teoria se reproduz, em pensamento (concreto pensado), o movimento do real – sendo nesse ponto, a inversão da dialética hegeliana proposta por Marx. É a partir desse pressuposto que é possível nos afastarmos de uma incursão positivista do método marxiano, centralizado na discussão de conceitos e categorias que não se articulam com a realidade objetiva dos processos sociais. Nessa ótica, o autor nos ensina:

na elaboração do mundo objetivo [é que] o homem se confirma, em primeiro lugar e efetivamente, como ser genérico. Esta produção é a sua vida genérica operativa. Através dela a natureza aparece como sua obra e sua efetividade (Wirklichkeit). O objeto do trabalho é, portanto, a objetivação da vida genérica do homem: quando o homem se duplica não apenas na consciência, intelectual[mente], mas operativa, efetiva[mente], contemplando-se, por isso, a si mesmo num mundo criado por ele. (MARX, 2010, p. 85).

Assim, a teoria é o movimento real do objeto – o qual possui existência objetiva, independente da consciência dos sujeitos sobre ele – reproduzido e interpretado no plano da abstração. Marx na Introdução da obra *Grundrisse* refere que o concreto é “o ponto de partida efetivo e, em consequência, também o ponto de partida da intuição e da representação” (MARX, 2011, p. 70-71). A apreensão da totalidade, assim, é permeada por sucessivas aproximações com o objeto para a superação de sua aparência imediata ou, como coloca Marx (2011, p. 70), da “representação caótica do todo”, para, a partir de então, chegar

a conceitos cada vez mais simples; do concreto representado [chegaria] a conceitos abstratos [Abstrakta] cada vez mais finos, até que tivesse chegado às determinações mais simples. Daí teria de dar início à viagem de retorno [...] mas desta vez não como a representação caótica de um todo, mas como uma rica totalidade de muitas determinações e relações. (ibidem).

A compreensão deste movimento dialético nos faz superar uma concepção etapista ou cronológica da história, invertendo a lógica positivista de que o mais simples explica o mais complexo, uma vez que “somente quando uma forma mais complexa se desenvolve e é conhecida é que se pode compreender inteiramente o menos complexo – é o presente, pois, que esclarece o passado” (NETTO, 2009, p. 22).

Todos os elementos analíticos expostos, até aqui, convergem para a insuprimível necessidade de transformação objetiva da realidade, como sinalizada por Marx. Sob quais pressupostos Marx expressa a indissociabilidade entre teoria e prática? Quais as mediações realizadas pela profissão com este debate? São questões como estas que buscaremos destrinchar nas próximas seções.

A INDISSOCIABILIDADE ENTRE TEORIA E PRÁTICA

Marx e Engels (2007), em *A Ideologia Alemã*, já nos sinalizam que “a divisão do trabalho só surge, efetivamente, a partir do momento em que se opera uma divisão entre o trabalho material e o intelectual” (p. 35). Isto nos demonstra que a falsa dicotomia entre teoria e prática é eixo significativo do sociometabolismo do capital. Mészáros (1980 *apud* JACQUES, 2022), por sua vez, explicita que a grande diferença de Marx para os pensadores de seu tempo se tratava da crítica ao idealismo especulativo e do materialismo contemplativo:

Ele [Marx] estava consciente do fato que o desenvolvimento problemático da filosofia, enquanto universalidade alienada, era a manifestação de uma contradição objetiva [...]. Assim, quando chegou à conclusão – no repúdio crítico da impotência das meras interpretações filosóficas – que o problema não tinha sua origem no interior da própria filosofia, mas no conjunto das relações entre ela e o mundo real. (MÈSZÁROS, 1980, p. 161 *apud* JACQUES, 2022, p. 188).

Não por acaso, Marx e Engels (2007) explicitam sua crítica a Ludwig Feuerbach no que se refere à sua concepção de conhecimento sensível, posto que este “não toma o mundo sensível como atividade *prática*, humana sensível” (p. 538). A crítica dos autores a uma leitura do ‘indivíduo abstrato’ de Feuerbach assenta-se na compreensão de que a própria dimensão sensível dos seres sociais é, também, um produto social, pertencente a uma determinada forma de sociedade. Assim, quando Feuerbach busca decompor o conceito de autoalienação religiosa⁷, Marx e Engels (2007) sinalizam que “o principal resta ainda por fazer” (*ibidem*), sendo necessária a busca das contradições e o tensionamento interno dos fundamentos da religião no mundo concreto, para, em seguida, ser revolucionado, objetivamente, mediante a eliminação da contradição⁸. Por conseguinte,

7 Desdobramento do mundo em um mundo religioso, imaginário, e outro real (MARX; ENGELS, 2007).

8 Aqui se explicita o salto qualitativo proveniente do movimento dialético, uma vez que “a contradição é destruidora e ao mesmo tempo inaugura o novo; é insuportável, porque é tensionada pelo conflito, na medida em que os opostos estão em disputa; quando se acirra, torna-se insuportável e, por isso, instiga a superação” (PRATES; CARRARO, 2017, p. 168).

afirmam os autores, “depois de descobrir, por exemplo, na família terrena o segredo da sagrada família, é preciso criticar teoricamente aquela e transformá-la praticamente” (ibidem). Para os autores, a verificação da validade do conhecimento ou da construção do que se conceitua como verdadeiro se configura, exatamente, a partir de sua concretude na realidade social:

a questão de saber se ao pensamento humano cabe alguma verdade objetiva (*gegenständliche Wahrheit*) não é uma questão teórica, mas uma questão prática. É na prática que o homem tem que provar a verdade, isto é, a realidade e o poder, a natureza [terrena] de seu pensamento. A disputa acerca da realidade ou não realidade do pensamento – que é isolado da prática – é uma questão puramente escolástica. (MARX; ENGELS, 2007, p. 537).

A apreensão da modificação das circunstâncias e da atividade humana só pode ser racionalmente compreendida enquanto prática transformadora, daí o caráter inerentemente ético-político da conclusão realizada pelos autores: não basta interpretar o mundo de diferentes maneiras, como fizeram os filósofos que os precederam; “o que importa é transformá-lo” (ibidem, p. 539).

A correlação intrínseca entre conhecimento e prática também se expressa na Introdução à Crítica do Direito de Hegel, quando Marx (2010b), corretamente, nos lembra que:

A arma da crítica não pode, é claro, substituir a crítica da arma, o poder material tem de ser derrubado pelo poder material, mas a teoria também se torna força material quando se apodera das massas. A teoria é capaz de se apoderar das massas tão logo demonstra *ad hominem*, e demonstra *ad hominem* tão logo se torna radical. Ser radical é agarrar a coisa pela raiz. Mas a raiz, para o homem, é o próprio homem. (MARX, 2010b, p. 151).

Resta nítido que o método de Marx não só não deixa margens para que a cisão entre o trabalho material e o intelectual não se perpetue, mas também nos mune com as armas necessárias para o enfrentamento da falsa dicotomia entre teoria e prática. O caráter inter-relacional do conhecimento com a objetividade é dimensão essencial da luta de classes e da construção de possibilidades de emancipação política e humana⁹.

⁹ “Assim como a filosofia encontra suas armas materiais no proletariado, o proletariado encontra na filosofia as suas armas espirituais, e tão logo o relâmpago do pensamento tenha penetrado profundamente nesse ingênuo solo do povo, a emancipação dos alemães em

A RELAÇÃO ENTRE TEORIA E PRÁTICA NA FORMAÇÃO E NO TRABALHO PROFISSIONAL

A teoria marxiana enfatiza a necessária interconexão entre objetividade e subjetividade, quantidade e qualidade, teoria e prática. Marx (1989) apresenta esses elementos aos pares na obra *O Capital*, para dar visibilidade a essa indissociabilidade. Lefebvre (1991) esclarece que no processo de análise dialética é preciso ir ao fragmento, partindo do universal (dedução) para aprofundar aspectos da particularidade e singularidade, mas é imprescindível realizar o caminho de volta (indução), retomando a universalidade para não privar esses elementos das múltiplas determinações que o condicionam. O entendimento, diz Lefebvre (1991), precisa fragmentar para aprofundar, mas a razão necessita fazer o movimento de volta para chegar ao concreto pensado, ao complexo mais amplo, no qual os dados aprofundados precisam ser mediados para ampliar o sentido. Este processo dedutivo e indutivo que separa e une sistematicamente é o que caracteriza o movimento de produção do conhecimento.

Nesta direção, a teoria marxiana traz ao Serviço Social uma leitura diferente sobre a relação teoria e prática¹⁰, porque preceitua sua unidade, que não pode ser confundida com identidade, como alerta Santos (2019), pois, ainda que estejam em relação, em reciprocidade, “cada qual possui uma especificidade, uma natureza, um âmbito” (p. 204). Nesta direção, a autora adverte que a separação, o trato compartimentalizado de teoria e prática conduz à perda de sua essência, visto que a teoria parte de um mundo real, é uma abstração de algo que existe efetivamente. A prática é, como ensina a teoria marxiana, critério de verdade, sendo assim o fundamento da teoria. Reconhecendo teoria e prática como “unidade na diversidade”, a aproximação do Serviço Social com a teoria marxiana conduz a formação e o trabalho profissional a um contínuo processo de retroalimentação. No mesmo sentido, articula formação e trabalho como

homens se completará” (MARX, 2010b, p. 156).

10 Diferente no sentido de que não parte do princípio de que a teoria será apreendida e “aplicada” na prática. Esta compreensão instrumental não considera o movimento dialético da realidade, a possibilidade de emergência de novas demandas e, ainda, a capacidade de reinvenção e construção de novas alternativas de intervenção. A orientação que permeia o projeto ético-político do Serviço Social brasileiro se sustenta numa racionalidade crítica, como nos ensina Guerra (2017).

unidades indissociáveis, razão pela qual as Diretrizes Curriculares dão direção a ambos os processos.

Desde a década de 1990, a profissão construiu e assumiu um projeto ético-político de direção social crítica, que reconhece teoria e prática numa relação dialética, intrínseca, recíproca. Ao fazê-lo, compromete-se em fazer com que esta compreensão permeie a formação e o trabalho profissional. Transcender a abstração, dar materialidade a esse projeto e a essa relação teórico-prática constitui um grande desafio à profissão.

A indissociabilidade de teoria e prática, na formação profissional, está explicitada nas Diretrizes Gerais para os Cursos de Serviço Social (DC) da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS, 1996), as quais conduzem o processo formativo a partir de núcleos de fundamentação que reúnem um conjunto de conhecimentos teórico-metodológicos, éticos, políticos, culturais. Tais núcleos

apresentam níveis de abstração distintos, mas compõem uma unidade articulada. É uma unidade que reforça a relação trabalho e formação, uma vez que, mesmo estando em um documento da formação profissional, tal unidade expressa também os elementos necessários ao trabalho da/o assistente social. Trata-se de uma unidade que respeita os níveis de abstração de cada núcleo de Fundamentação, uma unidade que se articula e respeita a autonomia intelectual que cada núcleo contempla. (TEIXEIRA, 2019, p. 31).

Para Santos (2019, p. 205), a unidade entre teoria e prática é assegurada na formação profissional a partir de duas bases: “1) ao trabalhar com a ideia de fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social”; 2) ao sustentar a relação de unidade entre formação e exercício profissional”. Sob esse espírito, nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS e na Política Nacional de Estágio – PNE (ABEPSS, 2010), teoria e prática são compreendidas em unidade. Por isso, postulam um ensino teórico-prático, desenvolvido de modo transversal, ao longo de todo o processo de formação que tem no estágio supervisionado um momento privilegiado que não pode ser compreendido como o único momento da relação entre teoria e prática.

Santos (2019) explica que, embora se reconheça o estágio como “atividade integradora do currículo”, não se pode esperar que a/o discente construa mediações por si só. Precisa de supervisão acadêmica e de campo, o que, novamente, nos remete à relação entre formação e trabalho profissional. Entretanto, ao falarmos da supervisão que potencializa o ensino teórico-prático, estamos concordando com a autora quanto à imprescindibilidade do compromisso da/o assistente social que desenvolve, dentre suas atribuições, a formação de discentes. O estágio enquanto momento fundamental de relação teoria e prática requer “reflexão teórica, política e técnico-operativa do que está sendo experienciado” (p. 207).

O trabalho profissional se realiza na materialidade objetiva, lida com relações concretas que se dão entre as pessoas, a partir de um conjunto de conhecimentos, métodos e técnicas que permitem a incidência sobre o objeto do seu trabalho: as refrações da questão social. A prática, o mundo real e a materialidade objetiva são fontes que nutrem a teoria, que possibilitam questionar o conhecimento existente e gerar rupturas epistemológicas que desencadeiam a produção de novas teorias. Nesse espírito, depreende-se que a prática¹¹ é ponto de partida, mas também de chegada, que põe em xeque o conhecimento instituído e refunda a teoria. Assim, teoria e prática seguem num processo dialético de tese, antítese e síntese, como nos ensina o método marxiano, segundo o qual a teoria não é dogma, por isso pode ser questionada e reelaborada.

Para um trabalho qualificado, competente e capaz de responder às demandas sociais e aos compromissos assumidos pela profissão em seu projeto ético-político, é preciso dispor de uma formação profissional sólida, alicerçada pela unidade dialética entre as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, tal qual expressa nas DCs de 1996.

Entende-se que esta linha de raciocínio reforça o pressuposto de que os Fundamentos do Serviço Social conformam as “bases analítico-interventivas da unidade realidade-profissão” (JACQUES, 2022, p. 174). A partir de fundamentos consistentes, é possível apreender

¹¹ A prática a que aludimos diz respeito ao mundo real, à materialidade objetiva, não sendo entendida como sinônimo de trabalho profissional. Por isso, em todo o capítulo, não fazemos o uso do termo prática profissional, porque concordamos com Yamamoto (2006) que o Serviço Social desenvolve um trabalho profissional em meio a processos de trabalho que se constroem nos vários espaços sócio-ocupacionais junto a outras profissões.

a dinâmica social, captar sua lógica e seus determinantes, em suas múltiplas determinações, de modo a oferecer respostas profissionais que sejam resultantes de reflexões, de mediações e não produto da imediatividade. O trabalho profissional se dá numa sociedade que está em movimento e requer respostas que considerem esta dinamicidade da vida social. Por isso, as respostas “prontas” e padronizadas não dão conta da diversidade de demandas que se apresentam nos espaços sócio-ocupacionais.

Dito isto, à luz da discussão de método, em Marx, efetuada nas seções anteriores, é fundamental asseverar que tomar a realidade como ponto de partida e ponto de chegada (como concreto pensado) não é uma orientação exclusiva aos pesquisadores, aos docentes e discentes no âmbito acadêmico, visto que o trabalho profissional desenvolvido sem considerar a realidade é alvo fácil do messianismo ou do fatalismo, nos termos de Yamamoto (2006). Por outro lado, um trabalho profissional que não reflete sobre a realidade, que não busca apreender suas múltiplas determinações, se vê impossibilitado de construir respostas profissionais efetivas, sólidas e qualificadas, caindo com facilidade nas armadilhas do imediatismo.

Então, se há uma orientação teórico-metodológica crítica para a formação e o trabalho profissional que postula a indissociabilidade entre teoria e prática, o que fomenta a dicotomia? Prates e Carraro (2017) explicitam que são inerentes à lógica capitalista a divisão, a fragmentação, a alienação, o apelo ao procedimentalismo. De algum modo, há uma ilusão na sociedade de que os cursos de formação (de todos os níveis) vão oferecer a “teoria” que será reproduzida *ipsis litteris* na “prática”. No seio da categoria também há profissionais que nutrem esse anseio. Por isso, o famoso jargão de que “na prática a teoria é outra”, o qual revela uma expectativa frustrada de que a teoria ofereça todas as respostas possíveis para a prática ou que a prática seja uma reprodução perfeita da teoria. Esta leitura destoa, completamente, da matriz marxiana, segundo a qual a realidade está em contínuo movimento e a teoria, enquanto movimento do pensamento, faz aproximações sucessivas a esta realidade.

No campo da formação, vimos que a transversalidade do ensino teórico-prático é um caminho indispensável. No âmbito do trabalho profissional, o planejamento e a avaliação das atividades,

as reuniões de estudo e discussão com a equipe, a supervisão de estágio, a formação continuada, o desenvolvimento de atividades de pesquisa com base nos dados disponíveis nos próprios espaços sócio-ocupacionais, o intercâmbio com a universidade, a promoção e a participação em eventos científicos e profissionais permitem um movimento interessante de diálogo entre teoria e prática, de revisita aos fundamentos do trabalho profissional, de troca de experiências, de questionamento e construção do conhecimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O método em Marx e a teoria social marxiana são fundamentais para orientar a formação e o trabalho profissional, porque oferecem elementos basilares para a leitura e a transformação da realidade. Ao pensarmos em teoria e prática à luz desta matriz, precisamos reafirmar um princípio fundamental: não podemos hierarquizar esta relação! Assim como a teoria tem a capacidade de iluminar a prática, indicar novas possibilidades de interpretação e intervenção na realidade, igualmente a prática é desencadeadora de rupturas epistemológicas e de questionamento das interpretações já existentes, o que reitera o princípio da relação dialética e do movimento do real.

Às/aos assistentes sociais está lançado o desafio de dar materialidade a esta relação, tanto na formação quanto no trabalho profissional. No âmbito acadêmico, por meio de um ensino teórico-prático transversal que permeie todo o processo formativo e não se restrinja ao estágio supervisionado, com reforço à imprescindibilidade do planejamento e avaliação das atividades realizadas, fomentando debates sobre demandas que surgem nos diferentes espaços sócio-ocupacionais e possibilidades de respostas profissionais.

Na esfera do trabalho, compreender o método marxiano enquanto elemento estruturante dos fundamentos da profissão se torna essencial, posto que viabiliza aos profissionais bases analítico-interativas para desocultar as múltiplas determinações que condicionam cada espaço sócio-ocupacional e os processos de trabalho onde se inserem, à luz da totalidade, identificando forças em disputa, elementos de captura da subjetividade dos trabalhadores e forças emancipatórias, o que traz profundidade teórico-metodológica na apreen-

são do objeto e dos objetivos profissionais¹² (JACQUES, 2022). Os distintos espaços sócio-ocupacionais demandam ao Serviço Social intervenções em resposta às refrações da questão social, “mas estas solicitações não podem definir nossas bases analítico-interventivas” (ibidem, p. 180), ainda que condicione os meios e fins do trabalho profissional.

Apesar das determinações e limites inerentes à condição de estarmos inseridos na divisão social do trabalho, o processo de produção e reprodução social que nos torna socialmente necessários enquanto profissão é “atravessado por contradições, espaço emergente para as demandas da profissão na perspectiva crítico-dialética” (ibidem, p. 181). Assim, entende-se que o aprofundamento constante da profissão na apreensão do método de Marx é alicerce para que o projeto ético-político do Serviço Social, com sua respectiva hegemonia crítica, se mantenha e se fortaleça, se explicitando como base insuprimível da interconexão entre profissão e realidade e da devida unidade entre formação e trabalho profissional.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL - ABEPSS. **Diretrizes Gerais para o curso de Serviço Social**. Rio de Janeiro, 1996. Disponível em: <<https://www.abepss.org.br/diretrizes-curriculares-da-abepss-10>>. Acesso em: 26 ago. 2022.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL - ABEPSS. **Política Nacional de Estágio**. Brasília, 2010. Disponível em; <<https://www.abepss.org.br/politica-nacional-de-estagio-da-abepss-11>>. Acesso em: 26 ago. 2022.

GUERRA, Yolanda. **Racionalidades e Serviço Social: o acervo técnico-instrumental em questão**. In: A dimensão técnico-operativa no

12 Entende-se aqui que os objetivos profissionais “se expressam, sobretudo nos princípios fundamentais do Código de Ética da profissão, e situam-se indissociavelmente com o acesso à garantia de distintos direitos individuais, coletivos, sociais e políticos, não tomados em sua forma abstrata-formal, mas sim conformados no tensionamento material da luta de classes, buscando garantir e alargar seus horizontes por meio das contradições da reprodução social, permitindo a construção de estratégias para o tensionamento de processos de emancipação política e das formas possíveis de explicitação de sua indissociabilidade com a emancipação humana” (JACQUES, 2022, p. 182).

Serviço Social: desafios contemporâneos. 3 ed., p. 181-201. SANTOS, Cláudia Mônica dos; BACKX, Sheila; GUERRA, Yolanda (Orgs.). São Paulo: Cortez Editora, 2017.

IAMAMOTO, Marilda V. **O Serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 12. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2006.

IAMAMOTO, Marilda V. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social**. 9. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2003.

IAMAMOTO, Marilda V. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. São Paulo: Cortez Editora, 2007.

JACQUES, Carla O. **Fundamentos do serviço social na contemporaneidade: contribuições à perspectiva dialético-crítica da profissão**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Escola de Humanidades - PUCRS, 2022. Disponível em: <<https://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/10093>>. Acesso em: 24 ago. 2022.

LEFEBVRE, Henri. **Lógica Formal/Lógica Dialética**. São Paulo: Editora Civilização Brasileira, 1991.

MARX, Karl. **O Capital: Livro I. O processo de produção do capital**. v. 1. Rio de Janeiro: Editora Bertrand do Brasil, 1989.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. 2. ed. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2008.

MARX, Karl. **Manuscritos econômicos-filosóficos**. 4 reimpressão. São Paulo: Boitempo Editorial, 2010.

MARX, Karl. **Crítica da Filosofia do direito de Hegel**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2010b.

MARX, Karl. **Grundrisse**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.

MARX, Karl. **Últimos escritos econômicos**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2020.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Obras Escolhidas**. v. 3. Rio de Ja-

neiro: Editora Vitória, 1963.

NETTO, José Paulo. **O Serviço Social e a tradição marxista**. Revista Serviço Social & Sociedade, n. 30, 1989.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e serviço social**. 3. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2001.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao método da teoria social**. In: Serviço Social: direitos e competências profissionais. p. 667-696. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método em Marx**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2015.

PRATES, Jane C.; CARRARO, Gissele. “**Na prática a teoria é outra” ou separar é armadilha do capitalismo?** Revista Argumentum, [s. l.], v. 9, n. 2, p. 161–171, 2017. DOI: 10.18315/argum.v9i2.15424. Disponível em: <<https://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/15424>>. Acesso em: 24 ago. 2022.

QUIROGA, Consuelo. **Invasão positivista no marxismo: manifestações no ensino da metodologia no Serviço Social**. São Paulo: Cortez Editora, 1991.

SANTOS, Cláudia Mônica dos. **Na prática a teoria é outra? - Mitos e dilemas na relação entre teoria, prática, instrumentos e técnicas no Serviço Social**. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2013.

SANTOS, Cláudia Mônica dos. **Unidade teoria/prática**. In: Dicionário crítico: estágio supervisionado em Serviço Social. MESQUITA; Andréa P.; GUERRA, Yolanda; GONÇALVES, André de M. (Orgs.). Fortaleza: Socialis Editora, 2019.

TEIXEIRA, Rodrigo José. **Fundamentos do Serviço Social: uma análise a partir da unidade dos Núcleos de Fundamentação das Diretrizes Curriculares da ABEPSS**. 2019. 331 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2019.

A NECESSÁRIA ARTICULAÇÃO ENTRE GRADUAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO

Joana Valente Santana¹

Solange Maria Gayoso da Costa²

Rodrigo dos Santos Nunes³

A pós-graduação em Serviço Social no Brasil tem se posicionado firmemente em defesa do projeto ético-político da profissão e busca manter uma direção teórica na perspectiva crítica e dialética, no sentido de criticar radicalmente a ordem burguesa, construindo estratégias teóricas e políticas, pela mediação da pesquisa e da produção do conhecimento. Este posicionamento tem sua raiz nas Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) que orienta a formação em Serviço Social. Assim, o presente capítulo busca refletir sobre a indissociabilidade entre a graduação e a pós-graduação em Serviço Social e discute os aspectos que, na processualidade histórica, articulam ambos os níveis de formação.

1 Assistente Social. Doutora em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Docente da Faculdade e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS) da Universidade Federal do Pará (UFPA). Coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisas Cidade, Habitação e Espaço Humano (GEP-CIHAB). Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq. Coordenadora Adjunta da Área de Serviço Social na CAPES (2018-2022). ORCID: <<https://orcid.org/0000-0003-4033-1317>>. E-mails: joanavalentesantana@ufpa.br e joanavalentesantana@gmail.com

2 Assistente Social. Doutora em Ciências Socioambientais pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos – NAEA/UFPA. Professora Associada I da Faculdade de Serviço Social (FASS) e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Pará (PPGSS/UFPA). Coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisas Sociedade, Território e Resistência na Amazônia (GESTERRA). Bolsista de Produtividade PQ-2/CNPq. ORCID: <<https://orcid.org/0000-0002-5542-3663>>. E-mail: solgayoso@ufpa.br

3 Assistente Social. Pós-Doutorando (PNPD/CAPES) pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PPGSS/PU-CRS). Integrante do Grupo de Estudos em Teoria Marxiana, Ensino e Políticas Públicas (GTEMPP), vinculado ao Núcleo de Estudos em Políticas e Economia Social (NEPES). Editor assistente da Revista Textos & Contextos (Porto Alegre). ORCID: <<http://orcid.org/0000-0002-4523-8165>>. E-mails: rodrigo.s.nunes@hotmail.com e rodrigo.nunes@pu-crs.br

O texto foi desenvolvido com base em levantamento bibliográfico e documental. Está estruturado em duas seções. A primeira discute o posicionamento da ABEPSS e de pesquisadores da Área de Serviço Social sobre o tema da articulação entre Graduação e Pós-Graduação no Serviço Social brasileiro. A segunda seção demonstra as estratégias e atividades de articulação entre graduação e pós nos Programas de Pós-Graduação (PPG) em Serviço Social, tomando por base as reflexões de autores da área de Serviço Social, bem como um levantamento realizado na Plataforma Sucupira, com o objetivo de verificar nos Relatórios dos Programas de Pós-Graduação em Serviço Social, no Norte e no Sul do Brasil, atividades de integração entre graduação e pós-graduação executadas nos PPGs. O levantamento buscou, também, verificar as disciplinas obrigatórias ofertadas pelos PPGs (PUCRS, UFPA e UFAM), cujos conteúdos têm correspondência com tópicos de estudo definidos nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS. Ao final, são apresentadas as considerações finais.

ARTICULAÇÃO ENTRE GRADUAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO NO SERVIÇO SOCIAL

O Serviço Social brasileiro vem construindo processos de articulação entre a Graduação e a Pós-Graduação. A Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social - ABEPSS vem pautando uma vinculação entre estes dois níveis de formação (graduação e pós-graduação), conforme assinala Guerra (2011):

Criada desde 1946 como ABAS, vigorando por anos como ABESS, a atual ABEPSS explicita, desde a sua nomenclatura que tem como princípio e compromisso a relação orgânica entre graduação e pós-graduação, por entender que na consolidação da pós-graduação localizam-se as condições para a qualificação da graduação. Assim, a pós-graduação aporta contributos teórico-metodológicos à graduação que, por sua vez, requalificada, torna-se insumo do desenvolvimento da pós-graduação. (GUERRA, 2011, p. 127).

O documento da ABEPSS que discute o fortalecimento dos Programas de *Pós-Graduação* em Serviço Social no Brasil apresenta um item específico sobre a “Articulação entre graduação e pós-graduação em Serviço Social”, sendo considerado que:

A articulação entre a graduação em Serviço Social e os programas de pós-graduação vinculados à área do Serviço Social na CAPES sempre foi objeto de debates e proposições nos eventos da área e constituiu um objetivo assegurado nas Diretrizes Curriculares para os cursos de graduação. A ênfase nesta articulação decorre do entendimento de que a formação no âmbito dos programas de pós-graduação constitui espaço privilegiado de pesquisa, mas também de preparação de profissionais docentes/pesquisadores para o ensino superior, voltado tanto para os cursos de graduação em Serviço Social quanto para os cursos de mestrado e doutorado da área. Neste sentido, a articulação entre graduação e pós-graduação se revela necessária e estratégica para assegurar a formação com qualidade e comprometida com valores e princípios fundantes do Projeto Ético-Político Profissional [...]. (ABEPSS, 2015, p. 14).

Parece fundamental que pensemos a relação entre a Graduação e a Pós-Graduação atravessadas por várias dimensões, vistas em totalidade, que perpassam os aspectos formativos e interventivos, onde se situam o ensino, a pesquisa, a extensão, a produção de conhecimento, o exercício profissional do assistente social e o trabalho docente na formação de assistentes sociais, mestres e doutores, dentre outros. Estas dimensões, por sua vez, são mediadas pelo modo de ser do Serviço Social, que se orienta por um Projeto Ético-Político, cuja inserção na sociedade se posiciona em uma perspectiva crítica, onde os estudos, a pesquisa e intervenção (em qualquer espaço) devam apreender as contradições da ordem burguesa, onde os processos de exploração do trabalho pelo capital avançam, produzindo desemprego, subemprego, pobreza e miséria, nutrindo todas as formas de dominação contra as mulheres, as pessoas pretas, os indígenas, os quilombolas, os ribeirinhos, as crianças e adolescentes, os jovens pretos da periferia, os moradores de rua, os idosos, enfim, todas as pessoas que, no cotidiano, sofrem várias formas de dominação e carências humanas. As argumentações de Ortiz (2016) corroboram com estas afirmações.

Deste modo, nossa pós-graduação emerge a partir de problemas (mais tarde transformados em objetos de pesquisa) postos pela profissão e sua ação cotidiana no universo institucional. Sua relação orgânica com a esfera do ensino de graduação nasce desta autoimplicação. O exercício e a formação profissional tra-

zem problemas e processos que se tornam objetos de pesquisa desenvolvida em larga escala pela pós-graduação, que fazendo o caminho de volta retroalimenta os debates e reflexões da categoria profissional e suas entidades. Com efeito, a articulação entre graduação e pós-graduação é inexorável e necessária, não somente porque esta contribui com a formação docente daquela, mas principalmente porque tem sido esta relação (entre graduação e pós-graduação) que anima e fundamenta a produção de conhecimento. (ORTIZ, 2016, p. 162).

Desta feita, parece consenso que a pesquisa cumpre um papel essencial no sentido de apreender as (vivas) contradições postas (e sempre atualizadas) na realidade, sendo uma substância que alimenta a formação graduada e pós-graduada. Embora se considere que hajam níveis diferenciados, a pesquisa é um dos componentes da formação que expressa a articulação entre a graduação e a pós-graduação. Conforme afirma Prates (2017):

A pesquisa é um importante instrumento de intervenção social, não só por propiciar a obtenção de dados sobre a realidade e desocultar relações, contradições, mascaramentos, mas também por ser espaço para o desenvolvimento de processos sociais emancipatórios, pois sujeitos se capacitam, organizam, mobilizam, se informam, ampliam consciência ao longo do processo, se o processo é valorizado enquanto tal e se a participação do conjunto dos sujeitos envolvidos é priorizada. (PRATES, 2017, p. 3).

A estreita relação entre graduação e pós-graduação pode ser atestada, também, pelo papel que cumprem os Programas de Pós-Graduação na formação de novos quadros docentes para os cursos de graduação em nível nacional. As pesquisas desenvolvidas pelos grupos de pesquisa, bem como nas teses de doutorado dos futuros docentes, notadamente as que se alinham à perspectiva do Projeto Ético-Político do Serviço Social, têm a capacidade de fortalecer a formação de natureza crítica, em nível de graduação. Esta perspectiva se posiciona no combate ao avanço do pensamento conservador que está em constante disputa na formação dos discentes. A este respeito, assinala Ortiz (2016):

Desde os anos 80, quando a pós-graduação brasileira em Serviço Social recebeu os influxos da renovação profissional, observa-se

que muito ela (a pós-graduação) tem incidido sobre a formação profissional a partir da inserção de novos professores nos quadros dos programas de pós, em muitos casos, alterando completamente sua direção social e política. Muitos desses quadros próximos à tradição marxista e ao pensamento marxiano oxigenaram a produção bibliográfica e as pesquisas em geral, trazendo importantes contribuições à formação profissional e ao exercício da profissão como um todo. Tais programas formaram um quadro valioso de professores e pesquisadores que ampliaram nosso acervo bibliográfico, incidindo positivamente sobre nossa produção de conhecimento. (ORTIZ, 2016, p. 162).

Neste sentido, a formação de pesquisadores em Programas de Pós-Graduação, em nível de excelência, tem potencialidades de contribuição com a formação na graduação. Os docentes com o curso de Mestrado e, principalmente, com o de Doutorado portam a capacidade de desenvolver projetos de ensino, pesquisa e extensão, além de produzirem conhecimentos que retornam para as atividades de ensino, por meio das disciplinas obrigatórias e eletivas, assim como cursos, minicursos, seminários. Nestas atividades, há possibilidades de serem discutidas, de forma aprofundada, com os estudantes de graduação, temáticas que atualizam as expressões da questão social e todas as formas de dominação existentes na sociedade, problematizando conteúdos que articulem as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa para o exercício profissional do Assistente Social. A este respeito, argumentam Garcia, Nogueira, Forti e Santana (2018):

[...] o trabalho profissional (nos variados campos de intervenção) somente pode ser aprendido mediante a radical interpretação das mediações constituintes e constitutivas da vida social na ordem burguesa; a apreensão dessas mediações permite ao trabalho profissional uma atuação qualificada e propositiva, tanto no atendimento aos cidadãos, via políticas sociais, quanto no apoio às lutas sociais. A unidade dialética destas dimensões permite o fortalecimento da área de Serviço Social em nível disciplinar e, ao mesmo tempo, a produção de conhecimentos. Ao aprofundar o estudo das mediações vinculadas à ordem burguesa, contribui, em leque ampliado, com a luta pela emancipação humana. (GARCIA, NOGUEIRA, FORTI; SANTANA, 2018, p. 1.025).

Outro aspecto a ser destacado sobre a intrínseca relação entre graduação e pós-graduação se refere ao lugar que ocupam os Grupos de Estudos e Pesquisas⁴ como um espaço que agrega docentes pesquisadores, doutorandos/as, mestrandos/as, egressos dos programas de pós-graduação, discentes de iniciação científica, orientandos/as de Trabalhos de Conclusão de Graduação e Assistentes Sociais. Sem dúvida, as atividades desenvolvidas nestes grupos têm enorme potencialidade de trocas de vários níveis formativos pela mediação dos estudos de textos; oferta de disciplinas; desenvolvimento de pesquisas (desde a discussão dos fundamentos até a pesquisa de campo), onde participam alunos de graduação e pós-graduação; realização de seminários; desenvolvimento de projetos e oferta de cursos de extensão, muitos destes voltados à formação continuada de Assistentes Sociais. Enfim, as vivências nos Grupos de Estudos e Pesquisas podem contribuir para o crescimento intelectual dos discentes de graduação e de pós-graduação, cujos aprendizados de pesquisa, tanto podem ser utilizados no exercício profissional quanto nas pesquisas, em nível de mestrado e/ou doutorado.

Argumenta-se, ainda, que a Associação Científica do Serviço Social, a ABEPSS, pela sua própria estrutura organizacional⁵, expressa a articulação entre a graduação e a pós-graduação e, como tal, deve ser fortalecida dada a histórica contribuição desta entidade para o

4 Santana, Stampa e Carvalho (2020) realizaram um levantamento no Diretório de Pesquisa do CNPq e encontraram, no ano de 2019, 313 grupos de pesquisa com participação de docentes permanentes dos 36 Programas de Pós-Graduação da Área de Serviço Social. As principais temáticas desses grupos foram Serviço Social, Trabalho e Políticas Sociais. As autoras afirmam que os temas de pesquisa dos 313 grupos “revelam o modo de ser da produção científica da área de Serviço Social, cujo conhecimento é voltado à defesa dos direitos sociais da classe trabalhadora, dado que os temas de pesquisa estão inscritos na materialidade da vida social: trabalho, políticas sociais, políticas públicas, educação, saúde, famílias, gênero, raça, etnia, movimentos sociais, crianças/adolescentes, direitos humanos, formação profissional, questão social e sociedade. Vale destacar que um importante número de grupos de pesquisa se dedica ao tema dos estudos da teoria social marxiana, a qual vem orientando as discussões em torno da direção social teórico-metodológica da área de Serviço Social, a partir do Movimento de Reconceituação” (p. 79-80).

5 Composição da Diretoria Nacional: Presidente; Secretária; Tesoureiro; Coordenação Nacional de Graduação; Coordenação Nacional de Pós-Graduação; Coordenação de Relações Internacionais; Suplentes Docentes; Representante Nacional discente de Pós-Graduação. Composição da Diretoria Regional: Vice-Presidente Regional; Coordenador Regional de Graduação; Representante Discente de Graduação (Titular); Coordenador Regional de Pós-Graduação; Suplente Docente da Gestão; Representante de Supervisores de Estágio; Representante Discente de Pós-Graduação; Docente Suplente da Diretoria Regional; Representante Discente de Graduação (Suplente); Representante Discente Pós-Graduação (Suplente) (ABEPSS, 2022).

Serviço Social brasileiro como profissão e Área de Conhecimento, mantendo um posicionamento teórico-político em defesa do ensino superior de qualidade face à grave conjuntura de desmonte da educação superior no Brasil.

ESTRATÉGIAS E ATIVIDADES DE ARTICULAÇÃO ENTRE GRADUAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO NOS PPGS DE SERVIÇO SOCIAL

No intuito de discutir a formulação dos projetos pedagógicos e matrizes curriculares da graduação em Serviço Social em consonância com as diretrizes do Ministério da Educação (MEC), Andrade, Prates, Grossi e Gomes (2021) analisaram os projetos pedagógicos de 06 Instituições de Ensino Superior (IES) dos Estados do Rio Grande do Sul (RS), Pará (PA) e Amazonas (AM), demonstrando que, nessas instituições, a proposta de formação profissional está de acordo com as diretrizes da ABEPSS.

Segundo as autoras, pode-se verificar nos projetos pedagógicos das referidas instituições a proposta de uma formação generalista e crítica, sendo necessário avançar para um melhor reconhecimento das particularidades regionais e locais, que são fundamentais para a qualificação do conjunto que envolve os processos de ensino, pesquisa e extensão, de modo a atender com mais efetividade as demandas da sociedade. Assim, são construídos desafios de formar profissionais habilitados a responder às expressões da questão social.

[...] No âmbito da universidade, tem sido um desafio permanente propiciar uma formação consistente, fundamentada em reflexões densas e na colaboração entre os diversos níveis da formação graduada e pós-graduada, e entre múltiplas áreas, para que as problematizações sobre o tempo presente não se restrinjam à superficialidade e possam contribuir de modo efetivo com a sociedade [...]. (PRATES; REIS; ANDRADE, 2021, p. 18).

Neste âmbito, a universidade é desafiada a contribuir em processos que contemplem as dimensões investigativa e interventiva. Antemão, se revela, neste contexto, a necessária articulação entre graduação e pós-graduação, para estrategicamente produzir conhe-

cimentos e assegurar a formação com qualidade e comprometida com os valores e princípios fundantes do Projeto Ético-Político Profissional, de modo a potencializar a apreensão crítica da realidade, pelos profissionais, professores e pesquisadores formados nestas instituições.

Entende-se que, para tanto, a explicitação da estrutura e da dinâmica dos fenômenos estudados precisa ser contemplada de modo contextualizado e desvendadas as contradições e transições que as conforma. Entre as diversas estratégias para atingir este objeto, os Grupos e Núcleos de pesquisa têm se conformado em espaços, por excelência, para materializar a articulação entre graduação e pós-graduação, as interfaces interdisciplinares, a aproximação a processos de internacionalização e intercâmbios culturais, através de pesquisas e parcerias. (PRATES; REIS; ANDRADE, 2021, p. 18).

Assim, a relevância da possibilidade de articulação com a pós-graduação deve ser destacada. “Tempos sombrios requerem esforço enorme da ciência no desafio de oferecer elementos para que as ameaças ao conhecimento sejam rebatidas!” A chance de “combater a mediocridade” estará presente enquanto tivermos intelectuais dispostos a colocá-la em xeque (COUTO, 2021, n. p.).

É intrínseca a relação entre graduação e pós-graduação em Serviço Social. Nas últimas décadas, as organizações coletivas da categoria elaboraram documentos que balizam o trabalho e a formação de assistentes sociais, em suas amplas dimensões, considerando os aspectos formativos e interventivos.

As competências para a formação e o trabalho desenvolvidos na Graduação – uma vez que o Serviço Social é reconhecido como uma profissão – são fundamentais para a inserção desse profissional no mundo do trabalho, com um instrumental suficiente, não só para dar conta das demandas do mercado, mas para questionar espaços, demandas e processos na relação com o contexto [...]. (ANDRADE; PRATES; GROSSI; GOMES, 2021, p. 86).

Achados de pesquisas e de estudos consistentes têm subsidiado profissionais que atuam também nas políticas sociais. Neste contexto, “a interface com os movimentos sociais, com as lutas so-

ciais e com as diferentes formas de organização dos trabalhadores é essencial” (ANDRADE; PRATES; GROSSI; GOMES, 2021. p. 87). A contribuição nos processos de consultoria, assessoria, planejamentos, gestão e em mobilização de coletivos são essenciais.

O fortalecimento do diálogo entre pesquisa e extensão, e de que as avaliações sejam realizadas em conjunto com a sociedade, são urgentes para subsidiar os processos de resistência às desigualdades e desvendar a contradição implícita nas políticas sociais. As determinações do objeto profissional são constituintes e constituídas pela prática, se transformadas em teoria refletida e orientada por valores da ciência, democracia e direitos humanos (SANTOS, 2013).

Em possível resposta aos desafios impostos à formação, Jane Prates e Erica Bordin (2021) chamam a atenção para o papel formador dos Grupos e Núcleos de pesquisa, tanto para a graduação quanto para a pós-graduação. No entanto, as autoras destacam que “a pesquisa é a alma da pós-graduação” (PRATES; BORDIN, 2021, p. 139).

No intuito de se discutir sobre as conexões entre a graduação e a pós-graduação, foi realizado, para efeito deste capítulo, um levantamento no Relatório dos Programas de Pós-Graduação da área de Serviço Social existentes nas regiões Norte e Sul (PUCRS, UFRGS, UFT, UFPA, UFAM), registrados na Plataforma Sucupira da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, a fim de se identificar as atividades dos grupos de pesquisa dos referidos PPGs, as formas de integração entre graduação e pós-graduação, os projetos e atividades de pesquisa e extensão, como também consultorias e assessorias à gestão de políticas públicas e em interfaces com os movimentos sociais e outras formas de organizações coletivas de trabalhadores e estudantes (Quadro 1).

Quadro 1 – Atividades de integração entre graduação e pós-graduação executadas nos PPGs das regiões norte e sul do Brasil.

| EIXO | ATIVIDADES |
|----------|--|
| PESQUISA | Projetos de pesquisa; Produção de artigos, <i>papers</i> , trabalhos para apresentação em eventos (resumos, pôsteres, trabalhos completos); Oficinas de treinamento em atividades de pesquisa; Iniciação científica; Reuniões regulares de grupos de pesquisa. |
| EXTENSÃO | Cursos para capacitação de profissionais de serviço social, movimentos sociais e outros coletivos; Cursos para capacitação de membros de conselhos gestores de políticas públicas (profissionais, gestores e sociedade civil); Seminários de Formação Profissional; Lives; Assessoria aos movimentos sociais, Ongs, instituições governamentais, empresas e comunidades tradicionais; Cines-debates; Rodas de conversas; Produção de materiais voltados ao atendimento das demandas dos movimentos sociais e outros coletivos (cartilhas, livros, mapas/cartografias sociais, aplicativos e games). |
| ENSINO | Encontros regulares de grupos de estudos; Realização de atividades de ensino docência pelos estudantes dos PPGs nas turmas de graduação (aulas e coorientações de estudantes de graduação em atividades de pesquisa e extensão). |

Fonte: CAPES, Plataforma Sucupira (2022)⁶.

Observou-se que os PPGs dos Programas, onde foi realizado o levantamento, vêm desenvolvendo atividades diversas que têm se constituído em espaços de excelência para a articulação entre graduação e pós-graduação, qualificando a formação dos estudantes de ambos os cursos ao articular, de forma sistemática e criativa, o tripé ensino, pesquisa e extensão. Identificou-se, ainda, a presença de egressos dos PPGs, que continuam participando, tanto das atividades de pesquisa quanto de extensão.

O quantitativo de atividades de extensão, envolvendo agentes sociais governamentais e não governamentais e movimentos sociais e coletivos da sociedade civil organizada, demonstra que os PPGs

⁶ Disponível em: <<https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/>>. Acesso em: 06 set. 2022.

têm ampla inserção social e vêm produzindo conhecimento científico com vistas à transformação da realidade concreta.

Outro dado importante para identificação sobre as conexões entre a graduação e a pós-graduação pode ser verificado a partir das vinculações entre as disciplinas obrigatórias ofertadas nos PPGs e os tópicos de estudo definidos nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS, que orientam a formação de bacharéis em Serviço Social. Neste sentido, foi feito um levantamento no Relatório dos Programas de Pós-Graduação da área de Serviço Social (PUCRS, UFPA e UFAM) (Quadro 2).

Quadro 2 – Disciplinas obrigatórias ofertadas na PUCRS, UFPA e UFAM e correspondência com tópicos de estudo definidos nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS.

| PPG | Disciplinas Obrigatórias | Correspondência com os tópicos de estudo das Diretrizes Curriculares da ABEPSS |
|--------------|---|---|
| PUCRS | <ul style="list-style-type: none"> - Economia Política, Estado e Sociedade - Economia, Estado e Mercado - Pesquisa Social - Correntes Filosóficas Contemporâneas - Fundamentos do Serviço Social - A Questão Social e as Políticas Sociais - Serviço Social e Transformações Societárias | <ul style="list-style-type: none"> - Economia Política - Pesquisa em Serviço Social - Filosofia - Fundamentos Históricos e Teórico-metodológicos do Serviço Social - Política Social - Desenvolvimento Capitalista e Questão Social - Classes e Movimentos Sociais - Serviço Social e Processos de Trabalho |

| | | |
|-------------|---|---|
| UFPA | <ul style="list-style-type: none"> - Teorias Sociais e Serviço Social - Formação Socioeconômica do Brasil e da Amazônia - Trabalho e Relações Sociais na Atualidade - Serviço Social e Política Social na Amazônia - Seminário de Metodologia da Pesquisa Social - Estudos Avançados em Teorias Sociais e Serviço Social - Estudos avançados em Formação Socioeconômica do Brasil e da Amazônia - Seminário de Pesquisa I - Seminário de Pesquisa II | <ul style="list-style-type: none"> - Sociologia - Formação Sócio-Histórica do Brasil - Trabalho e Sociabilidade - Serviço Social e Processos de Trabalho - Fundamentos Históricos e Teórico-metodológicos do Serviço Social - Política Social - Classes e Movimentos Sociais - Serviço Social e Processos de Trabalho - Pesquisa em Serviço Social |
| UFAM | <ul style="list-style-type: none"> - Sustentabilidade e Serviço Social na Amazônia - Fundamentos teórico-metodológicos da pesquisa - Questão Social, Estado e Cidadania - Fundamentos do Serviço Social na contemporaneidade - Orientação Dissertação I - Orientação Dissertação II - Orientação Dissertação III - Orientação Dissertação IV | <ul style="list-style-type: none"> - Pesquisa em Serviço Social - Desenvolvimento Capitalista e Questão Social - Trabalho e Sociabilidade - Formação Sócio-Histórica do Brasil - Fundamentos Históricos e Teórico-Metodológicos do Serviço Social - Serviço Social e Processos de Trabalho |

Fonte: CAPES, Plataforma Supcupira (2022)⁷.

A partir do cotejamento entre as ementas das disciplinas obrigatórias e os tópicos, antes aludidos, foi possível identificar que em 11 dos 17 tópicos houve uma importante consonância entre estas disciplinas ofertadas aos discentes dos três PPGs e as Diretrizes Curriculares da ABEPSS⁸. Com relação às disciplinas eletivas, observou-se intensa relação e cotejamento com as temáticas trabalhadas nos grupos de pesquisa que subsidiam, ainda, as atividades de extensão; também nas disciplinas eletivas é permitida a matrícula de estudantes nas modalidades especiais e/ou ouvintes, possibilitando que estudantes de graduação e egressos possam participar (Quadro 3).

⁷ Disponível em: <<https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/>>. Acesso em: 06 set. 2022.

⁸ Não foram identificadas correspondências mais diretas entre as referidas disciplinas e os seguintes tópicos: Teoria Política; Antropologia; Psicologia; Direito e Legislação Social; Administração e Planejamento em Serviço Social; Ética Profissional.

Quadro 3 – Disciplinas eletivas ofertadas na PUCRS, UFPA e UFAM.

| PROGRAMAS | DISCIPLINAS ELETIVAS |
|------------------|---|
| PPGSS / PUCRS | Pobreza, Exclusão Social e Política Social; Introdução à Teoria Marxiana e o Método em Marx; Análise de Discurso e Análise de Conteúdo; Desenvolvimento Econômico na América Latina; Estado e Teorias da Justiça; Gestão Social e Sociedade Civil; Ensino e Prática Docente no Serviço Social; Organizações, Processos e Movimentos Sociais; Fundamentos Básicos da Análise de Discurso na Pesquisa Qualitativa; Família, Historicidade e Política Social; Gestão Social: Tendências e Perspectivas; Inclusão Produtiva e Economia Solidária; Educação na Saúde e Intersetorialidade; La Educación y las Desigualdades Sociales en América Latina; Human Rights and Social Policies; A Etapa de Análise dos Dados na Pesquisa Social; Expressões de Violência e Estratégias de Enfrentamento; Gênero, Trabalho e Envelhecimento; A Categoria do Cotidiano em Agnes Heller; História do Serviço Social; Avaliação de Políticas Sociais; O Liberalismo Político de Rawls e seus Críticos; Política Social Pública: Interseccionalidade e Determinantes Sociais em Saúde; Política de Assistência Social e SUAS; Proteção Social nas Infâncias, Adolescências e Juventudes; Políticas de Ensino Superior e Formação em Serviço Social; Políticas Sociais: Conceitos e Configurações; Trabalho e Crise Estrutural do Capital; Política de Saúde e SUS; Território e Cidade; Sociedade Civil e Esfera Pública; Serviço Social e Marxismo no Século XXI; Produção do Conhecimento e Serviço Social; Violência, Poder e Prática Institucional. |

| | |
|--------------|--|
| PPGSS/ UFPA | Fundamentos Teórico-Metodológicos em Serviço Social; Sociedade, Natureza e Território; Questão Urbana e Política Habitacional na Amazônia; Urbano-Rural e Movimentos Sociais no Brasil e na Amazônia; Conjuntura e Temas Contemporâneos em Serviço Social; Estado e Sociedade no Capitalismo Contemporâneo; Desenvolvimento e Direitos Humanos na Amazônia; Imperialismo, Desigualdade Regional e Conflitos na Pan-Amazônia; Interdependência das Relações Sociais de Classe, Gênero, Raça/Etnia, Idade e Interterritorialidade; Trabalho e Políticas Públicas na Amazônia; Metodologia da Pesquisa; Tópicos Especiais em Política Social; Tópicos Especiais em Serviço Social; Tópicos Especiais em Teorias Sociais; Tópicos Especiais em Pesquisa. |
| PPGSS / UFAM | Formação Socioeconômica e Cultural da Amazônia; Expressões Contemporâneas do Trabalho; Cidade, Sustentabilidade Urbana e Políticas Públicas; Gênero, Trabalho e Lutas Sociais; Diversidade Cultural e Ambiental na Amazônia; Gestão Social, Direitos Humanos e Sustentabilidade na Amazônia; Dimensão Teórico-Prática no Serviço Social; Gestão das Políticas Públicas e Reinvenção do Controle Social; Tópicos Especiais em Serviço Social; Tópicos Especiais em Questões Socioambientais. |

Fonte: CAPES, Plataforma Sucupira (2022).

Observa-se que os PPGs vêm construindo processos de relação orgânica entre ensino, pesquisa e extensão, com base na teoria crítica, criando espaços e estratégias diversas voltadas à produção de conhecimento e à intervenção na realidade social. Nesta perspectiva dialética, apreendem-se as contradições do modo de produção da sociedade burguesa e seus impactos transformados em objetos de pesquisa e do exercício profissional. O desvendamento das mediações do real, uma busca pela essência, movimento e aparência do objeto. Assim, de modo materialista e histórico, desvendam-se processos subalternizadores ou potenciais e emancipatórios.

[...] a participação sistemática nos grupos de investigação estimula a construção do *habitus científico*, a consciência sobre a necessidade da educação permanente, o exercício do trabalho em equipe, além da aprendizagem sobre os temas estudados, teoria

e metodologia de pesquisa e uma apropriação mais densa sobre o referencial crítico que fundamenta o ensino e o trabalho profissional do assistente social no Brasil. (PRATES; BORDIN, 2021, p. 142).

Assim, a pós-graduação deve ser estimulada com vistas a ampliar a produção de conhecimento e, com isso, qualificar o ensino na graduação, de modo a estreitar e intensificar cada vez mais esta articulação. Por um lado, a ampliação na produção de conhecimentos, por outro a qualificação no ensino, pode e deve, também, ser efetivada no conjunto das disciplinas. Já o adensamento destes processos deve ser potencializado em espaços como os núcleos e grupos de pesquisa, “especialmente num contexto de precarização generalizada” (PRATES; BORDIN, 2021, p. 164).

Frente a negação da ciência e, especialmente, ao rechaço aos referenciais de orientação crítica, faz-se muito necessária a articulação da pesquisa e do ensino na busca pelo desvendamento das manifestações e do aprofundamento das desigualdades, mas também das raízes desta intrínseca contradição, que está na gênese da sociedade burguesa e, principalmente, as possíveis estratégias de seu enfrentamento. Manifestações que nos interpelam a partir de diferentes níveis e dimensões da realidade, exigindo respostas e equacionamentos, que só o conhecimento solidamente construído, através da mediação da pesquisa, pode nos oferecer (MARTINELLI, 2021, p. 9). Nesta articulação é que se viabiliza o constante aprimoramento intelectual para desvendar e responder às demandas do tempo presente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reflexões empreendidas neste texto buscaram refletir sobre a articulação entre graduação e pós-graduação, demonstrando que, ainda que se considere que haja distinção entre a formação profissional graduada e formação em nível de pós-graduação, a base da formação é a mesma: os princípios do projeto ético-político que defende a vida, a democracia, os direitos sociais, a ciência, a preservação da natureza, a defesa do direito à igualdade e à diferença, visto que o Serviço Social brasileiro construiu, historicamente, um projeto profissional orientado a um projeto de sociabilidade para além da

sociedade burguesa, inscrito na defesa intransigente dos direitos humanos.

A intrínseca relação entre graduação e pós-graduação é atestada por várias dimensões: a inserção social dos programas de pós-graduação voltados ao monitoramento de políticas públicas; a realização dos cursos de extensão ofertados pelos programas de pós-graduação voltados a assistentes sociais; a participação de discentes de graduação em projetos de iniciação científica; a formação de pesquisadores nos programas de pós-graduação que se inserem como docentes em cursos de graduação; as atividades dos Grupos de Pesquisa, dentre elas a realização de pesquisas sobre o trabalho profissional nas áreas de saúde, assistência social, educação, habitação, espaço sociojurídico, sobre a questão étnico-racial, gênero, movimentos sociais, direitos humanos, questão agrária, urbana e ambiental, dentre vários outros temas de estudos, como a financeirização do capital, financiamento público, ultraneoliberalismo. Estas dimensões são apontamentos da unidade dialética entre a formação graduada e pós-graduada.

Na conjuntura em que vivemos os espaços de educação e as instituições de ensino superior são espaços de luta, de humanização, de formação intelectual, política e humana. Por este motivo, o ensino, a pesquisa e a extensão em nível de graduação e pós-graduação, cuja produção de conhecimento deve-se voltar para os interesses de toda a sociedade, são fundamentais na luta em defesa da vida, da classe trabalhadora e da emancipação humana.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Roberta F. C. de; PRATES, Jane C.; GROSSI, Patrícia K.; GOMES, Vera Lúcia B. **Caminhos da Graduação e da Pós-Graduação em Serviço Social no norte e no sul do Brasil**: aproximações e particularidades In: PROCAD Amazônia 2: formação e trabalho do Assistente Social no norte e no sul do Brasil. CUNHA, Marinez Gil N.; PRATES, Jane C.; GOMES, Vera Lúcia B.; PINHEIRO, Hamida Assunção (Orgs.). São Paulo: Alexa Cultural Editora; Manaus: EDUA, 2021.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL - ABEPSS. “**Contribuição da Abepss para o fortalecimento dos Programas de Pós-Graduação em Serviço Social no Brasil**”. ABEPSS, 2015.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL - ABEPSS. **Diretorias Nacional e Regionais**. Disponível em: <<https://www.abepss.org.br>>. Acesso em: 13 ago. 2022.

COUTO, Berenice R.. **Contracapa**. In: Serviço Social, Economia e Marxismo. PRATES, Jane C.; REIS, Carlos Nelson; ANDRADE, Roberta F. C. de. (Orgs.). São Paulo: Alexa Cultural Editora; Manaus: EDUA, 2021.

GARCIA, Maria Lúcia T.; NOGUEIRA, Vera Maria R.; FORTI, Valéria Lucilia; SANTANA, Joana Valente. **Avaliação de livros na área de serviço social: reflexões (im)pertinentes**. Revista de Políticas Públicas, v. 22, n. 2, p. 1.009-1.028, 2018.

GUERRA, Yolanda. **A Pós-Graduação em Serviço Social no Brasil: um patrimônio a ser preservado**. Revista Temporalis, ano 11, n. 22, p.125-158. Brasília, jul./dez. 2011.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Prefácio**. In: Serviço Social, Economia e Marxismo. PRATES, Jane C.; REIS, Carlos Nelson; ANDRADE, Roberta F. C. de (Orgs.). São Paulo: Alexa Cultural Editora; Manaus: EDUA, 2021.

ORTIZ, Fátima G. **Considerações sobre a Pós-Graduação em Serviço Social no Brasil**. Revista Praia Vermelha, v. 26, n. especial, p. 147-166. Rio de Janeiro, 2016.

PRATES, Jane C. **A pesquisa e a extensão no processo de ensino-aprendizagem da Graduação e Pós-Graduação em Serviço Social**. Revista Textos & Contextos, v. 16, n. 1, p. 1-8. Porto Alegre, jan./jul. 2017.

PRATES, Jane C.; BORDIN, Erica B. **Grupos e núcleos de pesquisa para a formação e suas estratégias frente à Covid-19**. In: Desafios à formação em Serviço Social em tempos de Covid-19. ANDRADE, Roberta F. C. de; PRATES, Jane C. (Orgs.). Boa Vista: Editora IOLE, 2021.

PRATES, Jane C.; REIS, Carlos Nelson; ANDRADE, Roberta F. C. de. **Apresentação.** In: Serviço Social, Economia e Marxismo. PRATES, Jane C.; REIS, Carlos Nelson; ANDRADE, Roberta F. C. de (Orgs.). São Paulo: Alexa Cultural Editora; Manaus: EDUA, 2021.

SANTANA, Joana V.; STAMPA, Inez; CARVALHO, Denise B. B. de. **A Pós-Graduação em Serviço Social no contexto ultraneoliberal.** In: Serviço Social: formação, pesquisa e trabalho profissional em diferentes contextos. 1 ed. JOAZEIRO, Edna Maria G.; GOMES, Vera Lúcia B. (Orgs.). Teresina: EDUFPI, 2020.

SANTOS, Cláudia Mônica dos. **Na prática a teoria é outra?** Mitos e dilemas na relação entre teoria, prática, instrumentos e técnicas no Serviço Social. 3 ed. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2013.

- SEÇÃO III -

**O TRABALHO NO SETOR DE SERVIÇOS E
AS PARTICULARIDADES DO TRABALHO
PROFISSIONAL DO/A ASSISTENTE SOCIAL**

**O LUGAR DOS SERVIÇOS NO MODO DE
PRODUÇÃO CAPITALISTA:
uma análise a partir da produção marxiana**

Jane Cruz Prates¹

Pedro Alberto Cardoso Samuel²

Vera Lúcia Batista Gomes³

INTRODUÇÃO

No presente capítulo, pretende-se debater a área dos serviços e sua análise, com base na teoria do valor-trabalho, um dos eixos fundamentais que constituem a teoria marxiana, a partir da qual se fundamenta este debate. Parte-se do momento presente, problematizando dados concretos que dão visibilidade à magnitude da área dos serviços como espaço de oferta de empregos formais e informais e sua contribuição para a produção do PIB na realidade brasileira. Na sequência, pretende-se, a partir da mediação da obra de Marx e de autores contemporâneos que a interpretam, analisar a temática do chamado trabalho improdutivo e, particularmente, dos serviços e sua

1 Doutora em Serviço Social pela PUCRS (2003). Pós-Doutora em Serviço Social pela PUC-SP (2016). Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS desde 2010. Coordenadora do Núcleo de Pesquisa em Políticas e Economia Social – NEPEs (a partir de 2019). Líder do Grupo de Estudos sobre Teoria Marxiana, Ensino e Políticas Públicas – GETEMPP (desde 2008). E-mail: jprates@pucrs.br

2 Advogado. Mestre em Política Social e Serviço Social pela UFRGS. Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social na PUCRS. Pesquisador do Núcleo de Estudos em Políticas e Economia Social (NEPEs). Lattes <<http://lattes.cnpq.br/3670132908997428>>. ORCID: <<https://orcid.org/0000-0001-8119-9960>>. E-mail: pedro.samuel.adv@gmail.com

3 Assistente Social. Mestre em Serviço Social (UFPA). Doutora em Sociologia do Trabalho pela Université de Picardie Jules Verne-Amiens/France. Docente do curso de Graduação e Pós-Graduação em Serviço Social/UFPA. Coordenadora Local na UFPA do projeto PRO-CAD/Amazônia, do qual se origina este livro. Líder do Grupo de Pesquisa Trabalho, Estado e Sociedade na Amazônia/GEP_TESA/PPGSS-UFPA. Temas de pesquisa: transformações no mundo do trabalho, trabalho profissional do assistente social, saúde do trabalhador, política de trabalho, emprego e renda etc. Lattes: <<http://lattes.cnpq.br/9114006776434389>>. ORCID: <<https://orcid.org/0000-0002-8146-5082>>. E-mails: veragomesbelem@hotmail.com e veralucia@ufpa.br

relação com a produção do valor, buscando contemplar, pelo menos em parte, as polêmicas que cercam este debate. Em relação aos serviços, mediam-se reflexões acerca dos espaços ocupacionais, onde há maior concentração de trabalhadores no Brasil, sendo as áreas de tele-serviços e de transporte. E, ainda, busca-se apontar alguns aspectos relativos à saúde do trabalhador como consequência deste processo de intensa precarização, em particular na área de serviços. Por fim, pretende-se justificar nossas conclusões que reconhecem parte dos serviços como trabalho produtivo e parte como improdutivo.

A partir do século XX, as atividades denominadas de serviços, ou seja, aquelas que não produzem diretamente mercadoria passaram a ocupar um espaço quantitativamente expressivo em todo e qualquer país do mundo. Em qualquer lugar do planeta o número de trabalhadores assalariados inseridos no chamado terceiro setor é substantivo e crescente (MACHADO, 2017).

No Brasil, o setor de serviços é responsável por 68% dos empregos no país e por 63% da composição do Produto Interno Bruto (PIB). Atualmente, as maiores empresas do setor são da área dos transportes, das telecomunicações e do varejo (MANS, 2018).

Marx já destacava em Grundrisse (2011) a tendência da sociedade capitalista em fazer crescer, cada vez mais, o número de trabalhadores alocados em atividades não produtoras de mercadoria, em função da crescente produtividade do trabalho. Afirma o autor que quando uma classe de indivíduos “é forçada a trabalhar mais do que o necessário para a satisfação da sua necessidade – é porque [há] trabalho excedente, de um lado, do outro é posto não trabalho e riqueza excedente” (MARX, 2011, p. 325). Em Teorias de Mais-Valia, Marx afirma que:

A outra causa de ser grande o número dos sustentados por renda é a circunstância de ser grande a produtividade dos trabalhadores produtivos, isto é, seu produto excedente que os serviços consomem. Neste caso, em vez de o trabalho dos trabalhadores produtivos não ser produtivo por haver tantos serviços, há tantos serviços por ser ele tão produtivo. (MARX, 1974, p. 272).

Nesta parcela da economia, conhecida como serviços ou terceiro setor, estão algumas das principais atividades econômicas

do país, tais como o comércio varejista, a administração pública, o transporte, as atividades financeiras e imobiliárias, a saúde, a educação, entre outras políticas sociais estruturantes. Logo, este é o setor mais importante na economia brasileira.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022) subdividiu a grande área dos serviços em oito áreas: comércio; alojamento e alimentação; transportes; comunicações; serviços financeiros; atividades imobiliárias e serviços prestados às empresas; administração pública e outras atividades de serviços. O grande setor dos serviços abriga, segundo o IBGE, mais de 55 milhões de brasileiros com carteira assinada, além de grande contingente de trabalhadores informais. Conforme o Ministério da Economia, o setor de serviços domina as carteiras assinadas no país e dentre as 50 maiores empregadoras brasileiras oito delas são focadas em teleatendimento.

Segundo o IBGE (2022), no índice acumulado do primeiro semestre de 2022, em relação a igual período do ano anterior, o setor de serviços teve um crescimento da ordem de 8,8%, com quatro das cinco atividades apontando taxas positivas e crescimento em 66,9% dos 166 tipos de serviços investigados. Entre os setores, a contribuição mais significativa ficou com o ramo de transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio (13,9%).

Conforme o Instituto, no mesmo período, os Estados que apresentaram maior impacto positivo foram, respectivamente, São Paulo (10,4%), seguido por Minas Gerais (11,3%), Rio Grande do Sul (15,4%), Bahia (10,6%) e Paraná (5,5%). As áreas que apresentaram maior crescimento foram transporte e comunicação, seguidas dos serviços prestados a famílias (IBGE, 2022).

A TEORIA MARXIANA E A COMPLEXIDADE DOS SERVIÇOS NO TEMPO PRESENTE

Os dados apresentados na introdução do presente capítulo mostram a magnitude dos serviços na contemporaneidade, área que à época de Marx era bem mais reduzida, isso fez com que, embora o autor analisasse este setor da economia e considerasse que os dados dele decorrentes, por serem ínfimos em termos de magnitude, não fossem tratados com centralidade no debate relativo à produção do

valor. Porém, Marx, em diversas de suas obras, traz elementos que nos permitem problematizar este setor.

Machado (2017) aporta reflexões importantes sobre o lugar dos serviços na produção marxiana, destacando que uma das principais correntes de autores que analisam a obra do pensador alemão para fundamentar este debate o faz a partir das diferenças entre trabalho produtivo e improdutivo. O autor afirma que nas Teorias da Mais-Valia e também no Capítulo VI inédito de *O Capital*, Marx resume a questão ao fato dos trabalhadores produzirem ou não mais-valia, tornando indistintos os trabalhadores empregados pela indústria ou pelo setor de serviços. Mas, como contraponto, vale-se da argumentação de Murray que questiona:

Se fosse verdade que os serviços fossem improdutivos e, por isso, representassem uma dedução da mais-valia global produzida pelo capital industrial, teríamos uma redução da taxa média de lucro em função dessa dedução. Mais ainda. Como os serviços englobam, hoje, a maior fatia do capital em grande parte dos países, teríamos o absurdo de que a maioria das empresas vive de transferência da mais-valia de uns poucos setores produtivos, o que, no mínimo, colocaria em cheque a validade da lei da queda tendencial da taxa de lucro que Marx expõe no Terceiro Livro de *O Capital*. Afinal, para sustentar o setor dos serviços a taxa média de lucro teria que ter crescido permanentemente ao longo das últimas décadas. (MURRAY, 1998 *apud* MACHADO, 2017, n. p.).

Para Marx, um “serviço é nada mais que o efeito útil de um valor de uso, seja da mercadoria, seja do trabalho” (MARX, 1996, p. 310). Portanto, o efeito útil do trabalho de qualquer trabalhador é um serviço. Nesse sentido, a expressão serviço não traduz nenhuma particularidade da sociedade capitalista. Por isso, Marx diz que o “serviço é o trabalho sob o aspecto exclusivo de valor de uso [...], do mesmo modo que na palavra ‘produto’ se suprime a natureza da mercadoria e a contradição nela contida” (MARX, 1980, p. 937). Trata-se aqui de uma análise geral sem o desdobramento acerca do conjunto de relações que não se explicitam de imediato, mas que estão ocultas no processo. Marx esclarece que:

Quando o dinheiro se troca diretamente por trabalho, sem produzir capital e sem ser, portanto, produtivo, compra-se o traba-

lho como serviço, o que de modo geral não passa de uma expressão para o valor de uso especial que o trabalho proporciona como qualquer outra mercadoria. (MARX, 1980, p. 398).

E conclui dizendo que na “mera prestação de serviços temos apenas consumo de renda e não produção de capital” (MARX, 2011, p. 212).

Machado (2017) ressalta a diferença radical do trabalho na área dos serviços em relação ao trabalho de um camponês proprietário de seu produto. Apesar de ambos não produzirem capital, como bem esclarece Marx, no caso do serviço existe consumo de renda, enquanto no caso do camponês existe produção de valor materializado na sua mercadoria.

Na mesma direção afirma Marx, na obra *Grundrisse*, que no caso dos serviços a “troca não é um ato de enriquecimento, não é ato de criação de valor, mas de desvalorização dos valores existentes em sua posse” (MARX, 2011, p. 384). E complementa, logo a seguir, afirmando que consumir dinheiro não é o mesmo que produzir dinheiro.

Nesta direção conclui Machado (2017), fundamentado na obra marxiana, que o setor de serviço não vive de capital, mas de renda, o que o diferencia do conjunto da classe trabalhadora. Note-se que a partir da expressão do próprio Marx (2011), esta diferenciação parece separar o trabalhador que não produz diretamente mercadorias do conjunto da classe trabalhadora. Contudo, na obra *O Capital*, ao tratar sobre classe social, a afirmação de Marx é taxativa quanto à existência inicialmente de três classes sociais: dos trabalhadores, dos capitalistas e dos latifundiários. Mais tarde, os últimos passarão a compor a classe dos capitalistas, configurando a existência de apenas duas classes, a de trabalhadores e capitalistas. Esclarece, ainda, que o que determina esta conformação não é o valor da renda ou salário, mas o lugar de onde ela provém, se do trabalho assalariado que constitui a classe trabalhadora ou do lucro e da renda da terra, no caso da classe burguesa ou capitalista (MARX, 1996).

Na verdade, o debate realizado pelo autor centra-se no papel destas atividades para a ampliação ou não da riqueza no modo de produção capitalista, em que a utilidade do produto ou do serviço para a sociedade é secundarizada pelo capitalista, na medida em que sua única preocupação é com a produção de mais-valor.

Machado argumenta, com base em Marx, o fato de, nas prestações de serviços pessoais, o valor de uso a ser consumido enquanto tal, “sem passar da forma de movimento para a forma de coisa” (MARX, 2011, p. 383 *apud* MACHADO, 2017, n. p.), faz com que os serviços não criem riqueza alguma, mas tão somente permitam ao seu executor consumir, mediante seu serviço, uma quota da riqueza produzida, ainda que com a mediação do dinheiro. Exatamente por isso a produção de serviços não se configura como produtora de riqueza, mas como consumidora de riqueza.

Portanto, o modo de produção capitalista, de início, alarga a noção de trabalho produtivo em relação aos modos de produção anteriores, considerando que:

o caráter cooperativo do próprio processo de trabalho amplia [...] necessariamente o conceito de trabalho produtivo e de seu portador, do trabalhador produtivo” [...] por “outro lado, [...] o conceito/o de trabalho produtivo se estreita. A produção capitalista não é apenas produção de mercadoria, é essencialmente produção de mais-valia”. (MARX, 1996, p. 136).

Contudo, complementa Marx (1996, p. 136) agora, para “trabalhar produtivamente já não é necessário [...] pôr pessoalmente a mão na obra; basta ser órgão do trabalhador coletivo, executando qualquer uma de suas subfunções”. O caráter contraditório do capital e de seu desenvolvimento explicita sistematicamente sua contradição intrínseca, o duplo caráter assumido pelo trabalho no modo de produção capitalista. Portanto, no capitalismo, na “categoria de trabalhadores produtivos figuram naturalmente os que, seja como for, contribuem para produzir a mercadoria, desde o verdadeiro trabalhador manual até o gerente, o engenheiro (distintos do capitalista)” (MARX, 1974, p. 136).

Machado (2017) ressalta o alargamento da noção de trabalho produtivo e sua relevância do ponto de vista histórico, considerando que, em sociedades como a da Grécia antiga, o pensamento e a ciência permaneciam, geralmente, à margem do processo de trabalho, sendo considerados, portanto, improdutivos. Agora, um trabalhador intelectual, desde que inserido no trabalho coletivo de uma empresa capitalista produtora de mercadorias, é um trabalhador produtivo.

Em Teorias da Mais-Valia, Marx aprofunda esta questão ao afirmar que “só o trabalho que produz capital é trabalho produtivo” (MARX, 1974, p. 136). Nesse sentido, fica também esclarecido o seu entendimento sobre trabalho improdutivo: “É trabalho que não se troca por capital, mas diretamente por renda, ou seja, por salário ou lucro” (ibidem). Portanto, para Marx, as definições de trabalho improdutivo e produtivo “não decorrem da qualificação material do trabalho (nem da natureza do produto, nem da destinação do trabalho como trabalho concreto), mas da forma social determinada, das relações sociais de produção em que ele se realiza” (ibidem). Logo, trata-se de uma definição de trabalho que não deriva de seu conteúdo ou resultado, mas que é determinada pela forma social onde é realizado.

O exemplo utilizado por Marx melhor explicita o processo quando se refere a um ator que trabalha para um empresário capitalista, produzindo mais valor do que recebe sob a forma de salário, contudo, esclarece Marx, “um alfaiate que vai à casa do capitalista e lhe remenda as calças, fornecendo-lhe valor de uso apenas, é trabalhador improdutivo” (MARX, 1974, p.137). Por esta razão, Marx observa que:

Todo serviço é produtivo para quem o vende. [...] Falsificar documentos é produtivo para quem é pago por isso. Assassinar é produtivo para quem é pago pelo homicídio. O negócio de sico-fanta, delator, malandro, parasita, bajulador é produtivo, desde que tais “serviços” sejam remunerados. (MARX, 1974, p. 275).

Portanto, uma atividade pode ser produtiva para o vendedor sem ser absolutamente produtiva para a sociedade. Um camponês que produz para o seu consumo, seu trabalho é certamente produtivo em relação a ele próprio, no entanto não o é para a sociedade que nada recebe, menos ainda para o capital, pois não há acumulação do trabalho não pago na forma da mais-valia (MACHADO, 2017). Logo, para Marx: “Trabalho produtivo e improdutivo são sempre olhados a partir do ângulo do dono do dinheiro, do capitalista” (MARX, 1974, p. 137). E Machado (2017) esclarece que do ponto de vista de um capitalista individual pouca diferença faz se seu capital é empregado na indústria automobilística, em uma universidade privada ou em um

circo. O que interessa é a mais-valia e o lucro que este consegue obter por meio da exploração do trabalho assalariado.

No entanto, a riqueza adentra na esfera do serviço na medida em que é redistribuída por meio da circulação de mercadorias, ou seja, na medida em que tais serviços são consumidos por capitalistas e trabalhadores.

Marx por diversas vezes explicita que está se referindo à produtividade em relação à sociedade. Por exemplo, em *O Capital*, após ilustrar com o caso de um agente comercial que trabalha oito horas para pagar seu salário, cedendo duas horas excedentes ao seu empregador, diz que “a sociedade não paga essas duas horas de trabalho excedentes, embora tenham sido gastas pelo indivíduo que o executa” (MARX, 2015, p. 212). No entanto, “a sociedade não se apropria, por meio desse trabalho, de nenhum produto ou valor adicional” (ibidem). Mais adiante diz ainda que “a divisão do trabalho, a autonomização de uma função, não a converte em criadora de produto e de valor, se ela não o é em si, ou seja, já antes de sua autonomização” (MARX, 2015, p. 214). Fica evidenciado aqui que Marx se refere à produtividade do trabalho em relação à sociedade e não ao capitalista individual (MACHADO, 2017).

No Capítulo *Inédito de O Capital*, referindo-se à universidade privada e aos demais capitais individuais, Marx diz que existe apenas troca simples de mercadoria, motivo pelo qual a “fábrica de ensino” não produz valor, mas recebe valor da sociedade pelo serviço que ela oferece (MARX, 2015).

Machado (2017) ressalta que, para Marx, os trabalhos que só se desfrutam como serviços não se transformam em produtos separáveis dos trabalhadores, razão pela qual existem independentemente deles como mercadorias autônomas e, embora possam ser explorados de forma diretamente capitalista, constituem grandezas insignificantes *se os compararmos com a massa da produção capitalista*.

O referido autor esclarece que isto não ocorre em função da materialidade da mercadoria, mas pelo fato desta materialidade constituir o suporte que permite a mercadoria expressar a propriedade social de ser valor. Já no caso dos serviços, produção e consumo coincidem, de maneira que a forma do valor é posta como forma simplesmente evanescente (MACHADO, 2017). Dal Rosso (2014),

por sua vez, afirma que a mesma atividade profissional pode ser produtiva e organizada sob a forma de uma exploração do trabalho vivo por indivíduo ou empresa ou improdutiva se significa simplesmente a troca de serviços por dinheiro, como acontece com muitos profissionais liberais e científicos que operam individualmente e são autônomos. Esta dupla perspectiva já estava presente na cabeça de Marx ao afirmar que “um trabalho de idêntico conteúdo pode ser, portanto, produtivo e improdutivo” (MARX, 1974, p. 75).

Em relação ao fato de ser trabalho material ou imaterial, argumenta que, conforme Marx, o critério definidor do valor do trabalho consiste na capacidade de gerar diretamente mais-valia, e não na materialidade ou imaterialidade do conteúdo ou do produto. Complementa afirmando que Marx critica aqueles que veem a produção do valor somente nos trabalhos com conteúdo material, justificando que adviria de uma concepção fetichista que considera a qualidade de ser produtivo como decorrência inerente aos repositórios materiais destas determinações. Adviria, portanto, de uma concepção limitada segundo a qual só é produtivo o trabalho que resulta em um produto material (DAL ROSSO, 2014).

Marx apresenta como exemplo a compra de um produto do trabalho de um alfaiate, seja um terno pronto ou o seu serviço para fazê-lo, afirmando que isto é totalmente indiferente, importa saber se a relação é de troca simples de serviço ou objeto por dinheiro, ou se de trabalho que visa aumentar o valor do capital, no último caso de uma empresa de confecção, à qual o alfaiate se vincula como trabalhador assalariado. “A diferença entre o trabalho produtivo e o improdutivo consiste tão somente no fato de o trabalho trocar-se por dinheiro como dinheiro ou por dinheiro como capital” (MARX, 1974, p. 78-79).

Prossegue distinguindo entre situações que envolvem mercadorias que existem isoladamente em relação ao produtor e situações em que o produto não é separável do ato de sua produção. O primeiro caso de produção não material, mas que o produto se separa do executante, é representado pelo caso de livros, quadros e produtos artísticos, como ressalta Dal Rosso (2014). Estes casos representam formas de transição para o modo de produção apenas formalmente capitalista. O segundo caso é exemplificado pelo médico e pelo

professor, e, nele, o modo capitalista de produção só tem lugar de maneira limitada. Em ambos, a relação capitalista encontra-se sob uma forma restrita ou representa formas de transição. Contudo, adverte o autor, na sociedade contemporânea já não são mais formas de transição nem limitadas, são atividades inteiramente capitalistas. São exemplos as empresas de saúde e de ensino às quais se vinculam estes profissionais.

Analisando a evolução do emprego entre 1950 e 2005 no Brasil, Dal Rosso (2014) afirma que a absorção da mão de obra pela indústria se manteve praticamente constante representando um percentual de 20% da população absorvida pelo mercado de trabalho. No mesmo período, o contingente absorvido pela agricultura e em outras atividades primárias sofre uma queda de 62% para 19% do emprego da mão de obra. No caso dos serviços, o movimento é inverso, crescendo de 20% para 63%, no mesmo período, ou seja, um crescimento da ordem de 43%. Esclarece o autor que o entrecruzamento da linha de empregos na agricultura e da linha de ocupação em serviços teria ocorrido por volta de 1975, durante a ditadura militar, a partir de uma política econômica desenvolvimentista que acelerou a modernização e a capitalização das atividades extrativas e do rural, o que teve como consequência os massivos deslocamentos migratórios, com expulsão de trabalhadores do campo para a cidade. Portanto, o Brasil realizou a transição da predominância do emprego no setor primário para o emprego no setor terciário sem experienciar o emprego industrial, característica comum entre os países de capitalismo periférico, como os da América Latina, da África e de boa parte da Ásia (DAL ROSSO, 2014).

Esse processo implicou num deslocamento de grande contingente da massa trabalhadora para a periferia do sistema⁴, situação similar na atualidade aos operadores de teleatendimento⁵. Atividades

4 O aprofundamento do processo de reestruturação produtiva teve como base o uso de novas tecnologias para aumento da produção e redução de custos, aliado a novas formas de gerenciamento do trabalho em um processo de substituição do trabalho vivo pelo trabalho morto (ANTUNES e BRAGA, 2009).

5 A partir do crescimento do número de Call Centers e, conseqüentemente, de trabalhadores de telemarketing dá-se início à formação de uma nova categoria de trabalhadores, denominada de infoproletariado. Trata-se de trabalhadores que vendem sua força de trabalho e têm como principal ferramenta o computador ou outro dispositivo informacional, compostos, além dos profissionais do telemarketing, daqueles ligados à produção de softwares (ANTUNES e BRAGA, 2009).

consideradas de baixo valor agregado e, ainda assim, exploradas por empresas capitalistas, organizadas segundo a fórmula taylorista. “O trabalho do teleoperador torna-se objeto de uma regulação tecnológica [...]. A base técnica proporciona a oportunidade de a empresa fixar os ritmos produtivos [...], a intensificação dos ritmos e o aumento do controle pelos supervisores e coordenadores” (BRAGA, 2006, p. 7-8). O autor considera os teleoperadores como parte da “renovação da própria condição proletária contemporânea” (idem, p. 1). E vincula o processo de surgimento destes trabalhadores:

[...] à desestruturação da empresa fordista em benefício de um modelo de organização das relações de produção orientado pela generalização do processo de terceirização, pela compressão dos níveis hierárquicos, pelo desenvolvimento de estratégias gerenciais objetivando a mobilização permanente da força de trabalho, pela cooperação constrangida dos assalariados, pela administração por metas, assim como pela fragmentação da relação salarial. Trata-se da empresa neoliberal [...]. Por meio das terceirizações logrou-se dispersar as concentrações operárias e facilitar a destruição das “antigas” relações políticas - além de fazer com que os novos empregos “derrapassem” para os serviços. (BRAGA, 2006, p. 5-6).

Dal Rosso (2014) questiona, destacando a centralidade de sua preocupação analítica, se os operadores de teleatendimento poderiam ser considerados trabalhadores que produzem valor ou não. Naturalmente, na perspectiva do setor de atividade, a resposta seria negativa, uma vez que estão alocados entre serviços considerados não produtivos de valor.

Contudo, ressalta o autor que a divisão do trabalho mantém vinculações entre estes setores, mesmo que classificados separadamente por agências de coletas de dados. Nesta linha de raciocínio, os serviços específicos, como os dos teleoperadores, constituem parte de um processo maior, cujas atividades “derraparam para os serviços”. Logo, pertencer ao campo da produtividade ou da não produtividade depende da rede de relações econômicas na qual os teleoperadores estão envolvidos. Portanto, quando estes trabalhadores são organizados como partes de um processo maior produtivo de mercadorias vinculadas à produção de valores, este conjunto de trabalhadores faz

parte do coletivo de um trabalhador geral produtivo (DAL ROSSO, 2014).

Outro segmento de serviços para o qual o uso de novas tecnologias tem caráter central é o de transporte por aplicativo, tanto de pessoas quanto de mercadorias⁶. A indústria de transportes, em que pese não produtora de mercadorias, localizada na esfera da circulação e distribuição, está inserida dentro de um processo maior de produção de valor, mas que, para Antunes, realiza uma nova produção de valor. Segundo o autor:

[...] estamos presenciando o advento de novas formas de extração do mais-valor também nas esferas da produção não material ou imaterial, espaço por excelência dos serviços que foram privatizados durante a longa fase de vigência do neoliberalismo. Lembremos que a principal transformação da empresa flexível, e mesmo do Toyotismo, não foi a conversão da ciência em principal força produtiva, mas sim a imbricação progressiva entre trabalho e ciência, imaterialidade e materialidade, trabalho produtivo e improdutivo. (ANTUNES, 2018, 44).

A tendência que se apresenta, segundo Antunes (2018), na reestruturação da produção com alto incremento tecnológico é de ampliação destas atividades imateriais, com a ampliação do uso de mecanismos complexos de extração de valor, tanto na esfera material quanto imaterial, com este último assumindo proeminência cada vez maior nas cadeias produtivas de valor, tanto porque articula a interação entre trabalho vivo e trabalho morto quanto porque permite reduzir o tempo de circulação do capital.

Na mesma direção, Dal Rosso (2014) afirma que isto é de fundamental importância, aqueles trabalhadores que operam para empresas de circulação, comércio e finanças localizam-se em espaços apenas de circulação das mercadorias, não sendo possível reconhecê-los como trabalhadores industriais de valores imateriais, já que operam apenas no terreno da circulação de mercadorias.

6 Sem qualquer reconhecimento do vínculo empregatício ou proteção social, os trabalhadores ficam à disposição, aguardando serem chamados, recebendo tão somente pelo trabalho realizado. Além disso, utilizam seus próprios instrumentais de trabalho, como o celular e o automóvel, arcando com os custos de manutenção. Em contrapartida, a empresa disponibiliza o aplicativo (software) que gerencia toda a atividade, indicando quanto o obreiro irá receber, como e quando irá executar a atividade.

Neste sentido, é possível afirmar que o critério do assalariamento não é suficiente para determinar a produtividade ou não de valor de um determinado setor de atividades e, portanto, para caracterizar os trabalhadores que o conformam como produtivos ou improdutivos, na medida em que o assalariamento prevalece mesmo quando não há produção de mercadorias como nos mais diversos serviços de saúde, educação, assistência social, ofertados pelo Estado, na medida em que os trabalhadores que o realizam não são assalariados para obter lucros como na empresa capitalista, mas para ofertar serviços geralmente gratuitos ou, melhor dito, custeado pelos impostos pagos pelo conjunto da população.

A partir disto, conclui o autor, em função da complexidade dos setores, que nem todos os serviços podem ser considerados improdutivos de valores, pois isto depende, para além do assalariamento, das redes a que se vinculam. Por fim, ressalta a importância de mediar a teoria marxiana do valor-trabalho a partir das determinações e características do trabalho no tempo presente. Nesta direção, há de se considerar não só a redução e precarização dos postos de trabalho, mas a queda na renda dos trabalhadores nos diferentes setores.

Segundo dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, divulgados na Nota de Conjuntura 17 (2022), os rendimentos habituais reais médios sofreram uma queda da ordem de 8,7% no primeiro trimestre de 2022 em comparação com o mesmo trimestre de 2021, sendo o quarto trimestre consecutivo de queda interanual na renda. O IPEA, com base na PNAD/Contínua, analisa este dado considerando o tipo de vínculo em que se verifica que os trabalhadores do setor público tiveram o pior impacto da queda nos rendimentos no período, da ordem de 12,9% e 10,9%, da renda habitual e efetiva, respectivamente. Os trabalhadores por conta própria mostraram uma deterioração da renda no início de 2022, com quedas das rendas efetivas e habituais de 2,8% e 6,4%, respectivamente (IPEA, 2022, nota de conjuntura 17).

Se considerada a questão de gênero, o estudo mostra que os rendimentos efetivos e habituais recebidos pelas mulheres, nos quatro últimos trimestres, tiveram quedas superiores às dos homens (4,7% contra 3,1% da renda efetiva no segundo trimestre de 2022

e 6% contra 4,1% da renda habitual). E este processo foi mais acentuado nas populações de menor renda que, durante as crises, sofrem de modo mais contundente as desigualdades que se ampliam (IPEA, 2022).

Este conjunto de dados mostra que a crise vem ampliando o empobrecimento e a miserabilidade na totalidade da classe trabalhadora, trazendo impactos profundos àqueles que dependem de seu trabalho para sobreviver, principalmente, aqueles trabalhadores que vivem do trabalho informal.

O SETOR DE SERVIÇOS E A INFORMALIDADE

A informalidade é outro aspecto a ser considerado. O relatório da Organização Internacional do Trabalho (OIT) intitulado “Mulheres e homens na economia informal: uma foto estatística” apresenta estimativas comparáveis sobre o tamanho da economia informal e um perfil estatístico do setor, usando critérios de mais de 100 países. A distribuição geográfica do emprego no setor informal mostra um cenário impressionante. Na África, 85,8% do emprego é informal. A proporção é de 68,2% na Ásia e no Pacífico, de 68,6% nos Estados Árabes, de 40% nas Américas, e pouco acima de 25% na Europa e na Ásia Central (OIT, 2018).

De maneira geral, 93% do emprego informal do mundo estão nos países emergentes e em desenvolvimento, e cabe destacar que “dos 2 bilhões de trabalhadores informais do mundo, pouco mais de 740 milhões são mulheres” (CARAVIERI e PIRES, 2016 n. p.), mas ressaltando que elas se concentram nos mercados informais em países de baixa e média renda, onde estão em situação de maior vulnerabilidade. Ao considerar-se o contexto latino-americano, é preciso ressaltar que um grande e crescente contingente de trabalhadores encontra-se, atualmente, submetido a intenso processo de exploração de sua mão de obra, em péssimas condições de trabalho. Contudo, esta realidade não é nova. Conforme destacam Caravieri e Pires (2016, n. p.):

durante o período colonial houve uma intensa exploração dos indígenas americanos, sobretudo, por meio da encomienda, da mita e da yanaconazo nas terras sob domínio espanhol e traba-

lho escravo nos domínios portugueses. Um ponto importante a ser destacado relativamente a esse período diz respeito à íntima conexão entre o processo de exploração da mão de obra indígena da América Latina e africana e a emergência e consolidação do capitalismo na Europa Ocidental.

O incremento tecnológico central na Indústria 4.0 faz com que se amplie ainda mais a exploração do trabalho, cada vez mais precária, tanto aos infoproletários quanto aos demais setores produtivos, na medida em que grande parte do trabalho utiliza tecnologia informacional. E a expansão da Indústria 4.0 “significará a ampliação dos processos produtivos ainda mais automatizados e robotizados em toda a cadeia de valor, de modo que a logística empresarial será toda controlada digitalmente” (ANTUNES, 2020, p. 14).

E, para Antunes (2020), o processo de automatização/robotização terá como consequência a ampliação do trabalho morto e, conseqüentemente, a redução do trabalho vivo, com a substituição de atividades manuais por automatizadas, tornando este cada vez mais residual, aumentando, assim, o contingente de trabalhadores intermitentes, sem qualquer proteção trabalhista e social.

Por fim, ressalta-se que este processo avassalador impacta de modo crucial a saúde dos trabalhadores, entendido como um campo do saber que visa compreender as relações entre o trabalho e o processo saúde/doença. Assim, considera-se:

a saúde e a doença como processos dinâmicos, estreitamente articulados com os modos de desenvolvimento produtivo da humanidade em determinado momento histórico. Parte do princípio de que a forma de inserção dos homens, mulheres e crianças nos espaços de trabalho contribui decisivamente para formas específicas de adoecer e morrer. (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2022, n. p.).

Nesta acepção, o trabalho tem sido reconhecido como importante fator de adoecimento, de desencadeamento e de crescente aumento de distúrbios psíquicos. Os determinantes do trabalho que desencadeiam ou agravam distúrbios psíquicos irão, geralmente, se articular a modos individuais de responder, interagir e adoecer, ou seja, as cargas do trabalho vão incidir sobre um sujeito particular

portador de uma história singular preexistente com o trabalho. O processo de sofrimento psíquico não é, muitas vezes, imediatamente visível. Seu desenvolvimento acontece de forma “silenciosa” ou “invisível”, embora também possa eclodir de forma aguda por desencontros, diretamente ocasionados pelo trabalho (idem).

No Brasil, a saúde do trabalhador é concebida como:

o conjunto de atividades do campo da saúde coletiva que se destina, por meio das ações de vigilância epidemiológica e vigilância sanitária, à promoção e proteção da saúde dos trabalhadores, assim como visa à recuperação e reabilitação da saúde dos trabalhadores submetidos aos riscos e agravos advindos das condições de trabalho. (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2022, s. d.).

Neste sentido, Franco, Druck e Seligmann-Silva (2011) afirmam que pesquisas e atuações no campo da precarização social do trabalho apontam diferentes expressões da precarização, com repercussões para a saúde do trabalhador, especialmente, as LER/DORT (Lesões por Esforços Repetitivos/Distúrbios Osteomusculares Relacionados ao Trabalho), aliando-se a isto, as ameaças aos direitos sociais do trabalho e previdenciários. A precarização do trabalho, segundo Alves (2007, p. 115), “é uma forma de ser sócio-histórica da condição ontológica da força de trabalho como mercadoria”. Nas últimas décadas, devido à crise estrutural do capital e ao novo patamar de luta de classes, expresso pela ofensiva do capital na produção e reprodução do social por meio das ideologias do neoliberalismo e do pós-modernismo, o processo de precarização do trabalho aparece sobre o neologismo de flexibilização do trabalho (idem).

Assim, as novas formas de controle sociometabólicas do capital, com base na ideologia da empresa, passaram a constituir os “dispositivos morais de escolhas existenciais no novo capitalismo flexível” (ALVES, 2007, p. 204-205).

O conjunto dos trabalhadores, quando consegue vender sua força de trabalho, se insere “em diferentes modalidades de vínculos e condições de trabalho que se viabilizam a partir de ambientes de trabalho que articulam menor desenvolvimento tecnológico a jornadas mais extensas, maior insegurança e vulnerabilidade” (ANTUNES e PRAUN, 2015, p. 21).

Mesmo os trabalhadores que atuam com maquinário mais avançado, dotado de maior tecnologia,

encontram-se cada vez mais expostos à flexibilização e à intensificação do ritmo de suas atividades, expressas não somente pela cadência imposta pela robotização do processo produtivo, mas, sobretudo, pela instituição de práticas pautadas pela multifuncionalidade, polivalência, times de trabalho interdependentes, além da submissão a uma série de mecanismos de gestão pautados na pressão psicológica voltada para o aumento da produtividade. (ANTUNES e PRAUN, 2015, p. 411).

Configura-se, então, um mapa de acidentes e de doenças oriundas do trabalho,

cujo tipo e grau de incidência evidencia, de uma perspectiva ampla, parte das diferenças entre o centro e a periferia do sistema. Quanto mais frágil a legislação protetora do trabalho e a organização sindical na localidade, maior o grau de precarização das condições de trabalho, independentemente do grau de “modernização” das linhas de produção ou ambientes de trabalho como um todo. (ibidem).

Para este autor, trata-se de uma nova reconfiguração do trabalho formada pela ampliação de grandes contingentes de trabalhadores precarizados ou desempregados subsumidos às novas formas de:

expressão de extração de sobretrabalho e da mais-valia, conjuntamente com aqueles setores que atuam inseridos em ambientes de trabalho que fazem uso das chamadas Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), dos trabalhadores e trabalhadoras em *call centers*, *telemarketings*, supermercados, empresas de *fast-food* etc., o que denominamos como novo proletariado de serviços, que ganha papel de destaque nas lutas sociais e do trabalho no mundo contemporâneo. (ANTUNES e PRAUN, 2015, p. 412).

Esta condição aviltante foi considerada por Sato (2003), citado por Antunes e Praun (2015), como um dos principais fatores para a

maior incidência do processo de adoecimento, da progressiva diminuição ou ausência do mínimo de controle dos trabalhadores sobre o processo de trabalho. Para esta autora, a referida ausência constitui-se um risco real para o desenvolvimento de diferentes formas de adoecimento que se desdobram em “problemas osteoarticulares, distúrbios gastrintestinais, alterações cardiovasculares, distúrbios de saúde mental e acidentes de trabalho” (p. 41). A propósito, Praun (2021), citada por Motta (2021), esclarece que as formas assumidas pelo trabalho têm repercutido negativamente na saúde dos trabalhadores, afirmando que as metas estão a serviço da ampliação da produtividade e da intensidade do trabalho, onde menos trabalhadores fazem mais atividades que antes, em menor espaço de tempo. Com efeito, “os resultados têm sido a formação de um contingente crescente de adoecidos, homens e mulheres esgotados e inseguros quanto ao futuro” (idem, n. p.).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Retomando sob a forma de síntese as reflexões apontadas ao longo deste capítulo, destaca-se inicialmente que um trabalho de idêntico conteúdo pode ser produtivo ou improdutivo, dependendo do modo como é realizado. Se organizado por indivíduo ou empresa sob a forma de uma exploração do trabalho vivo, será produtivo, mas se simplesmente basear-se na troca de serviços por dinheiro, como acontece com muitos profissionais liberais e científicos que operam individualmente e são autônomos, neste caso caracteriza-se como improdutivo. Em relação ao fato de ser trabalho material ou imaterial, é importante reiterar que o critério definidor do valor do trabalho consiste na capacidade de gerar diretamente mais-valia e não na materialidade ou imaterialidade do conteúdo ou do produto. Como vimos com Dal Rosso (2014), o Brasil fez a transição da predominância do emprego no setor primário para o emprego no setor terciário sem conhecer a experiência de transformar-se em sociedade industrial. Este tem sido também o destino da maior parte das sociedades subdesenvolvidas. Este processo implicou num deslocamento de grande contingente da massa trabalhadora para a periferia do sistema, situação similar na atualidade aos operadores de teleaten-

dimento que, embora sejam atividades consideradas de baixo valor agregado, são exploradas por empresas capitalistas.

Na mesma direção, Antunes adverte que as novas formas de extração do mais-valor englobando a esfera imaterial, que caracterizam os serviços que foram privatizados durante a longa fase de vigência do neoliberalismo, não significaram, como afirmam os cognitivistas, “a conversão da ciência em principal força produtiva, mas sim a imbricação progressiva entre trabalho e ciência, imaterialidade e materialidade, trabalho produtivo e improdutivo” (ANTUNES, 2018, p. 44), o que resultou na ampliação do uso de mecanismos complexos de extração de valor. Por outro lado, aqueles trabalhadores que operam para empresas de circulação, comércio e finanças, pelo fato de se localizarem na esfera da circulação das mercadorias não é possível reconhecê-los como trabalhadores industriais de valores imateriais. Neste sentido, é possível afirmar que o critério do assalariamento não é suficiente para determinar a produtividade ou não de valor de um determinado setor de atividades e, portanto, para caracterizar os trabalhadores que o conformam como produtivos ou improdutivos, na medida em que o assalariamento prevalece mesmo quando não há produção de mercadorias. Nesta direção, há de se considerar não só a redução e precarização dos postos de trabalho, mas a queda na renda dos trabalhadores nos diferentes setores.

Segundo a OIT (2018), a média remuneratória do trabalho formal é pequena (2,28 salários-mínimos em média) e o trabalho informal apresenta um contingente de trabalhadores com menor remuneração, pois quase a metade ganha menos que um salário e somente 15% ganham entre 1,81 e 3,63 salários. Destaca, ainda, que 93% do emprego informal do mundo estão nos países chamados emergentes e em desenvolvimento. Este quadro dramático se agrava, conforme afirma Antunes (2018), com a expansão da Indústria 4.0, uma vez que prevê a ampliação dos processos produtivos ainda mais automatizados e robotizados em toda a cadeia de valor, de modo que a logística empresarial seja toda controlada digitalmente.

A nova reconfiguração do trabalho formada pela ampliação de grandes contingentes de trabalhadores precarizados ou desempregados, subsumidos às novas formas de expressão de extração de sobretrabalho, é fator que contribui para a maior incidência do pro-

cesso de adoecimento, da progressiva diminuição ou ausência do mínimo de controle dos trabalhadores sobre os processos de trabalho. Os estudos sobre saúde do trabalhador mostram que problemas osteoarticulares, distúrbios gastrintestinais, alterações cardiovasculares, distúrbios de saúde mental e acidentes de trabalho têm crescido consideravelmente, uma vez que as metas estão a serviço da ampliação da produtividade e da intensificação do trabalho, desconsiderando a saúde da “mercadoria” força de trabalho.

A redução de postos, exigindo que menos trabalhadores acumulem mais atividades, em menos espaço de tempo, tem resultado na formação de um contingente crescente de adoecidos, homens e mulheres esgotados e inseguros quanto ao futuro. Produtivo ou improdutivo, material ou imaterial, formal ou informal, o trabalho que deveria servir ao desenvolvimento humano tem sido contraditoriamente e progressivamente um elemento estruturante dos processos de adoecimento, em particular na área dos serviços, setor que hoje abarca a maioria da população. Mas se o trabalho é ontológico ao ser social, como superá-lo? O trabalho, na concepção ampliada marxiana, é condição humana em qualquer forma de sociabilidade, porém não o trabalho explorado, precário, alienado, assalariado, como se constitui no modo de produção capitalista.

REFERÊNCIAS

ALVES, Giovanni. **Dimensões da Restauração Produtiva**: Ensaios de sociologia do trabalho. 2. ed. Londrina: Editora Praxis; Canal 6 Editora, 2007.

ANTUNES, Ricardo; PRAUN, Luci. **A sociedade dos adoecimentos no trabalho**. In: Revista Serviço Social & Sociedade, n. 125, p. 407-427. São Paulo, jul./set. 2015.

ANTUNES, Ricardo. **O Privilégio da Servidão**: O novo proletariado de serviços na era digital. 1. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2018.

ANTUNES, Ricardo; BRAGA, Ruy. **Infoproletários**: degradação real do trabalho virtual. São Paulo: Boitempo Editorial, 2009.

ANTUNES, Ricardo. **Uberização, trabalho digital e Indústria 4.0**. 1. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2020.

BRAGA, Ruy. **Uma sociologia da condição proletária contemporânea**. Revista Tempo Social, v. 18, n. 1, p. 133-152. São Paulo, 2006.

CARAVIERI, Juliana M. G.; PIRES, Julio Manuel. **O trabalho humano na América Latina: evolução histórica e condições atuais**. Cadernos Prolam/USP, v. 15, ed. 27, p. 11-26, 2016. Acesso em: 20 mar. 2022.

DAL ROSSO, Sadi. **Teoria do valor e trabalho produtivo no setor de serviços**. CADERNO CRH, UFBA, 2014. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ccrh/a/LNyXcnzg953bTSgV6Lc7Jrw/?lang=pt#:~:text=Em%20princ%C3%ADpio%2C%20para%20Marx%2C%20o,n%C3%ADvel%20de%20valores%20de%20uso>>.

FRANCO, Tânia; DRUCK, Graça; SELIGMANN-SILVA, Edith. **As novas relações de trabalho, o desgaste mental do trabalhador e os transtornos mentais no trabalho precarizado**. Revista Brasileira de Saúde Ocupacional, v. 35, n. 122, p. 229-248. São Paulo, dez. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0303-76572010000200006&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: set. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **PNAD Contínua - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua**. IBGE, 2021. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9173-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-trimestral.html?edicao=31478&t=destaques>>. Acesso em: 19 nov. 2022.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA. **NÚMERO 56 - NOTA DE CONJUNTURA 17 – 3º TRIMESTRE DE 2022**. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/cartadeconjuntura/wp-content/uploads/2022/09/220901_cc_56_nota_17_rendimentos_e_horas_trabalhadas.pdf>.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA. **Estudo aponta diminuição nos postos de trabalho em 2015**. 10 maio 2016b. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=27713>. Acesso em: 16 dez. 2020.

MANS, Matheus. **Setor de serviços emprega 55 milhões de brasileiros**. Yahoo Finanças. Disponível em: <<https://br.noticias.yahoo.com/setor-de-servicos-emprega-55-milhoes-de-brasileiros-080051828-ht>>.

ml?guccounter=1&guce_referrer=aHR0cHM6Ly93d3cuZ29vZ2xLLmNvbS8&ghttps://www.ilo.org/brasilia/noticias/WCMS_627643/lang--pt/index.htm, 2018>.

MACHADO, Gustavo. **O lugar dos “serviços” em O Capital de Marx**. 2017 Disponível em: <<https://teoriaerevolucao.pstu.org.br/o-lugar-dos-servicos-em-o-capital-de-marx/>>.

MARX, Karl. **Teorias da Mais-Valia. História crítica do pensamento econômico**. v. 1. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1974.

MARX, Karl. **Teorias da Mais-Valia. História crítica do pensamento econômico**. v. 2. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1980.

MARX, Karl. **O Capital: Crítica da Economia Política**. São Paulo: Editora Abril Cultural, 1996.

MARX, Karl. **O Capital Livro II**. Rio de Janeiro: Boitempo Editorial, 2015.

MARX, Karl. **Grundrisse**. Rio de Janeiro: Boitempo Editorial, 2011.

MARX, Karl. **Capítulo Inédito D’o Capital**. Porto: Editora Escorpião, 1975.

MINISTÉRIO DA SAUDE. **Saúde do Trabalhador**. Cadernos de Atenção Básica, n. 5. Disponível em: <https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/saude_trabalhador_cab5_2ed.pdf>. Acesso em: 30 set. 2022.

MOTTA, Cláudia. **Para Além da Covid: Pressão por metas e medo de desemprego desencadeiam adoecimento durante a pandemia**. Brasil de Fato/Rede Brasil Atual. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2021/04/07/pressao-por-metas-e-medo-de-desemprego-desencadeiam-adoecimento-durante-a-pandemia>>. Acesso em: 05 out. 2022.

MURRAY, Patrick. **Beyond the “commerce and industry” picture of capital**. In: *The Circulation of Capital: Essays on Volume Two of Marx’s Capital*. ARTHUR, C.; REUTEN, G. (Eds.). London: Macmillan Publishers, 1998.

OIT - ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **OIT: quase dois terços da força de trabalho global estão na economia informal**. Disponível em: <https://www.ilo.org/brasilia/noticias/WCMS_627643/lang--pt/index.htm,2018>. Acesso em: jul. 2022.

CONDIÇÕES DE TRABALHO E AS REPERCUSSÕES NA SAÚDE DO/DA TRABALHADOR/TRABALHADORA NO BRASIL

Maria Isabel Barros Bellini¹

Vera Lúcia Batista Gomes²

Fernanda Xavier Arena³

INTRODUÇÃO

A centralidade do trabalho na vida das pessoas, assim como as profundas mudanças que vêm ocorrendo no mundo do trabalho, nas últimas décadas, cada vez mais tem imposto que pesquisadores e estudiosos se debrucem nesta temática. O trabalho é parte da condição humana com repercussões singulares e diferenciadas, podendo se constituir fonte de expressão, de satisfação, de criatividade, de relações sociais dignificantes ou ser um potencializador de processos de alienação, de exploração, de opressão, destruição de criatividade e embrutecedor.

1 Docente na Graduação e Pós-Graduação no Curso de Serviço Social da Escola de Humanidades da PUCRS. Pesquisadora Produtividade do CNPq. Coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisa em Trabalho, Saúde e Intersetorialidade/NETSI/PPGSS/PUCRS. Coordenadora do Núcleo de Pesquisa da Escola de Saúde Pública/ Secretaria Estadual de Saúde/RS. Lattes: <<http://lattes.cnpq.br/2580883296650341>>. ORCID: <<https://orcid.org/0000-0003-1680-5009>>. E-mails: maria.bellini@pucrs.br e maria-bellini@saude.rs.gov.br

2 Assistente Social. Mestre em Serviço Social (UFPA). Doutora em Sociologia do Trabalho pela Université de Picardie Jules Verne-Amiens/France. Docente dos cursos de Graduação e Pós-Graduação em Serviço Social/UFPA. Coordenadora Local na UFPA do projeto PRO-CAD/Amazônia, do qual se origina este livro. Líder do Grupo de Pesquisa Trabalho, Estado e Sociedade na Amazônia/GEP_TESA/PPGSS-UFPA. Temas de pesquisa: transformações no mundo do trabalho, trabalho profissional do assistente social, saúde do trabalhador, política de trabalho, emprego e renda etc. Lattes: <<http://lattes.cnpq.br/9114006776434389>>. ORCID: <<https://orcid.org/0000-0002-8146-5082>>. E-mails: veragomesbelem@hotmail.com e veralucia@ufpa.br

3 Pós-Doutoranda na Escola de Humanidades da PUCRS, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Membro do Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre Trabalho, Saúde e Intersetorialidade (NETSI), com interesse de pesquisa em temas voltados à qualidade de vida profissional em diferentes âmbitos laborais. Lattes: <<http://lattes.cnpq.br/8459611643719600>>. ORCID: <<https://orcid.org/0000-0002-4675-1630>>. E-mail: fernanda.xavier@pucrs.br

Na literatura que embasou este artigo, identificou-se o entendimento de trabalho como a capacidade que um indivíduo possui de alterar o estado de materiais advindos da natureza, acarretando melhorias na sua utilidade. O trabalho, como toda atividade humana que modifica a natureza de uma dada matéria, incorpora nela o valor de uso desta força de trabalho tendo em vista, primordialmente, a manutenção dos meios de sobrevivência. Não tendo como finalidade única ser um meio de sobrevivência material, o trabalho é, também, uma forma de socialização, de construção da identidade e de status social. Nesta perspectiva, este artigo, ao refletir sobre a relação trabalho e saúde, enfoca as repercussões das condições de trabalho que podem promover a saúde ou podem desencadear o adoecimento do/da trabalhador/trabalhadora.

O trabalho é um dos elementos que compõem a determinação social da saúde compreendendo o processo saúde-doença “como um processo dialético, sendo, no modo de produção capitalista, uma expressão de contradição e desigualdade. E, neste sentido, entendem-se como implicados, estruturalmente, os aspectos biológicos, econômicos, sociais e culturais” (SILVA e BICUDO, 2022, p. 120). Simplificando, o dia a dia de trabalho expõe os/as trabalhadores/trabalhadoras a agentes de risco que podem ser físicos, químicos, ergonômicos, biológicos, psicossociais relacionados à organização do trabalho com possíveis prejuízos à saúde (BRASIL, 2018). Assim, é possível afirmar que, apesar de o trabalho ser reconhecido como uma atividade produtora de identidade e subjetividade humana, as suas condições não repercutem somente como fonte de satisfação e prazer, mas também como fonte de sofrimento ou mesmo de adoecimento (DEJOURS, 2015). No Brasil, nas últimas décadas, transformações econômicas e sociais têm culminado no agravamento das condições de trabalho resultando na incidência de doenças ocupacionais e acidentadas (ANTUNES e PRAUN, 2015).

De acordo com Blanch (2003), o termo condições de trabalho diz respeito à combinação de acontecimentos e/ou circunstâncias relacionadas à atividade laboral, que repercutem na experiência do trabalho, nas relações interpessoais, na qualidade de vida e de saúde e na ocorrência de danos físicos e psicossociais no trabalhador. Deste modo, a categoria condições de trabalho se apresenta como um obje-

to de estudo relevante no campo da saúde do trabalhador e permite a compreensão sobre como o trabalho pode refletir nos processos de saúde/adoecimento. As mudanças nas relações de trabalho e nos processos de produção alavancados pela globalização e pelas novas tecnologias têm conduzido a uma maior segmentação de mercados e de distribuição dos polos produtivos entre países centrais e periféricos, agravando o desemprego estrutural, o crescimento do trabalho informal e do trabalho autônomo, particularmente, nos países periféricos (ANTUNES e PRAUN, 2015; LUCCA, 2019).

De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD/ Contínua), o ano de 2019 revelou a maior taxa de informalidade, desde 2016, alcançando 41,1% da população economicamente ativa (IBGE, 2020a), ou seja, quatro em cada dez trabalhadores se encontravam em situação de uma ocupação informal, sem proteção social (IBGE, 2020b).

Este capítulo, amparado em produções científicas, aprofunda reflexões sobre as condições de trabalho e as suas repercussões na saúde como possibilidade/impossibilidade do/da trabalhador/trabalhadora de criar, participar, se expressar, exercer autonomia, se sentir pertencente e produtivo. O item 2 apresenta a metodologia utilizada descrevendo o processo de seleção dos artigos que amparam a elaboração deste artigo. O item 3 aborda a relação entre condições de trabalho e saúde do/da trabalhador/trabalhadora identificando algumas repercussões na integridade física, emocional e cognitiva do/da trabalhador/trabalhadora. Finalmente, apresentam-se as conclusões.

AS CONDIÇÕES DE TRABALHO E A RELAÇÃO COM A SAÚDE DO TRABALHADOR: algumas aproximações

As condições de trabalho são o estofa para o desenvolvimento de sentido no trabalho. Esta afirmação se ampara em estudos que apontam que as condições, até mesmo as adversas, contribuem para dar sentido ao fazer profissional (D'ACRI, 2003; MORIN, TONELLI, PLIOPAS, 2007; TOLFO e PICCININI, 2007). Estudos realizados por D'Acri (2003), citados por Tolfo e Piccinini (2007), evidenciam que trabalhadores da indústria têxtil de amianto, apesar das condições adversas, referem sentimentos como alegria e participação pela

realização do trabalho. Em relação ao trabalho com amianto e o impacto à exposição na população adulta, identifica-se o desenvolvimento das seguintes patologias:

adocimento por mesotelioma maligno, asbestose, câncer de pulmão, entre outros; a mortalidade por mesotelioma em trabalhadores conferiu prevalência significativa para o estudo. [...] O impacto do amianto ultrapassa os aspectos biológicos, trazendo alterações psicoemocionais significativas na saúde da população. (BARAN; PAIANO; DAS MERCÊS, 2016, p. 1).

O relato de sentimentos positivos em uma atividade laboral com graves repercussões na saúde instiga indagações: é resultado do desconhecimento dos efeitos perniciosos de algumas atividades laborais na saúde e na vida? Expressa uma autopercepção equivocada sobre a própria saúde e seus cuidados? É a naturalização dos processos de adocimento no/pelo trabalho? Configura o denominado presenteísmo mascarando a insegurança no trabalho? Enfim, tantas são as indagações e as diferentes possibilidades de compreensão que não se esgotam nem se responderão neste artigo. Todavia, é importante destacar que “adoecer, assim como o acesso à saúde (compreendida em sentido ampliado) e também as formas de morrer são expressões individuais e coletivas” (SILVA e BICUDO, 2022, p. 121), o que impõe aprofundar estas reflexões, ainda que as respostas possam ser difusas.

Os processos de trabalho e as suas condições têm importância fundamental pela mediação nas relações homem & natureza e dos homens (no sentido genérico) entre si, assumindo a dimensão de determinação dos processos de saúde/adocimento (SILVA e BICUDO, 2022). Pesquisas que incidiram sua atenção sobre sentidos e significados do trabalho reiteram que a sua importância não está condicionada unicamente à sobrevivência e à segurança (TOLFO, PICCININI, 2007; MORIN, TONELLI, PLIOPAS, 2003), mas também está condicionada à utilidade e aos valores como “variedade na natureza das tarefas, aprendizagem, autonomia, reconhecimento” (TOLFO, PICCININI, 2007, p. 40).

Para adensamento da temática, realizou-se análise da produção científica existente na base de dados SCIELO, durante o período

de julho a agosto de 2022, utilizando-se dos descritores “saúde do trabalhador” e “condições de trabalho”. Para seleção dos estudos, os critérios de inclusão foram: a) artigos publicados em revistas científicas; b) estudos realizados com trabalhadores; c) produções publicadas nos últimos cinco anos e, d) não limitação quanto ao idioma de publicação. O caminho metodológico iniciou com a busca na base de dados e o cruzamento dos descritores com a identificação e exclusão das referências duplicadas. Das referências que resultaram dessa primeira seleção, uma nova seleção foi realizada, a partir da revisão dos títulos e resumos, apontando aqueles que cumpriam os critérios de inclusão, os quais foram lidos na íntegra elegendo os estudos de interesse, sendo que outras dúvidas quanto à inclusão/exclusão de artigos foram superadas a partir de consenso entre os autores.

No processo rigoroso de seleção dos artigos, inicialmente foram encontradas 557 referências, destas 360 foram excluídas, pois não correspondiam ao período determinado (últimos cinco anos), restando 197 artigos, dos quais 59 foram excluídos por duplicidade. Com a leitura de títulos e resumos, dos 138 estudos restantes excluíram-se outros 40 artigos que não especificavam a categoria profissional ou área de trabalho que abordavam, não se adequando aos critérios de inclusão. Dos 98 artigos que se adequaram aos critérios estabelecidos, foi realizada a leitura na íntegra, sendo considerados relevantes 30 para a discussão das condições de trabalho na relação com os processos de saúde e adoecimento, ou seja, na saúde e/ou integridade física, emocional e cognitiva do trabalhador. O detalhamento da seleção dos estudos e as características específicas dos estudos encontram-se detalhadas na Tabela 1 (Apêndice). Nas análises dos artigos selecionados, as categorias identificadas foram: presenteísmo, insegurança no trabalho e autopercepção sobre a saúde e, a partir destas, algumas subcategorias se destacaram, as quais serão abordadas a seguir.

REPERCUSSÕES DAS CONDIÇÕES DE TRABALHO NA SAÚDE DO/DA TRABALHADOR/TRABALHADORA

Neste subcapítulo, problematizam-se as repercussões na integridade física, emocional e cognitiva, presenteísmo, insegurança no

trabalho e autopercepção do/da trabalhador/trabalhadora. A relação entre condições de trabalho e saúde do/da trabalhador/trabalhadora se manifesta de maneiras diversas atingindo não apenas a saúde física, mas também os aspectos cognitivos e a saúde emocional. Os fatores presentes nas condições de trabalho que resultam em processos de adoecimento são desencadeados por: relações de competitividade e pressão, receio de perda do emprego, má remuneração, sobrecarga de trabalho, fadiga, atividades repetitivas e má postura física, carga excessiva, horários mal distribuídos, descanso irregular, condições ambientais adversas (barulho, temperatura inadequada, luminosidade, manuseio de produtos perniciosos a saúde...) e tantos outros.

Repercussões na integridade física, emocional e cognitiva

Nas produções analisadas, a prevalência das lesões por esforço repetitivo e distúrbio osteomuscular relacionadas ao trabalho tiveram destaque em diferentes campos de trabalho, como no setor de transporte (SIMÕES; ASSUNÇÃO; MEDEIROS, 2018), de reciclagem (COELHO *et al.*, 2018), de pesca artesanal (RÊGO *et al.*, 2018; SILVA *et al.*, 2021), de trabalhadoras/es domésticos (FERREIRA *et al.*, 2019), de manutenção e limpeza/cantoneiros (SILVEIRA; SILVA; RIBEIRO, 2018), de educação (PARRA-GIORDANO *et al.*, 2022) e de saúde (CARGNIN *et al.*, 2019; SILVA *et al.*, 2018).

Os estudos sobre as condições de trabalho no campo destacaram as jornadas extensas e cansativas em uma mesma posição física (agachado, em pé), a sobrecarga física exagerada, a exposição ao sol e aos agrotóxicos. As repercussões na saúde de movimentos repetitivos são problemas posturais que afetam o sistema corpóreo e produzem fortes dores e a exposição a agrotóxicos e praguicidas provoca graves problemas renais e hepáticos (MANZOLI; IGUTI; MONTEIRO, 2018; OLIVEIRA *et al.*, 2021; SILVÉRIO *et al.*, 2020). Algumas destas patologias são irreversíveis, cronificam sintomas, provocam sofrimento e oneram o sistema de saúde em longo prazo.

Os estudos com docentes de educação superior (D'OLIVEIRA *et al.*, 2020) referem diversas atividades, desenvolvimento de pesquisas, participação em reuniões deliberativas e orientações de

estudante, que consomem energia psicossomática destes profissionais reverberando em acometimentos, tanto psíquicos quanto físicos (BORSOI, 2012). Estas atividades não são vistas como prejudiciais e a repercussão na saúde docente é invisível à própria comunidade acadêmica e à comunidade externa. Alterações na qualidade do sono foram identificadas no trabalho docente (FREITAS *et al.*, 2021), no trabalho da enfermagem (SILVA *et al.*, 2022) e no da aviação regular (PELLEGRINO e MARQUEZE, 2019). As jornadas irregulares no trabalho de pilotos e as frequentes “mudanças nos horários das escalas, pressão psicológica e estresse” (PELLEGRINO e MARQUEZE, 2019, p. 2) aumentam a fadiga, a irritabilidade e diminuem a atenção colocando em risco a segurança do voo. Esta exposição prolongada aos estressores do trabalho pode ser associada a “sintomas osteomusculares e ao envelhecimento funcional precoce” (PELLEGRINO e MARQUEZE, 2019, p. 9). Estas constatações impõem a consideração rigorosa quanto à distribuição da carga horária e dos horários de trabalho.

Estudo sobre o trabalho *offshore* – aqui ligado à indústria do entretenimento (turismo, cruzeiros marítimos) – contrariando a ideia de uma atividade laboral prazerosa e aventureira, revela a presença de sintomas emocionais importantes como alterações da percepção temporal, ansiedade, dificuldade de adaptação, estresse, desmotivação, frustração, medo de acidentes, solidão, saudades da família e de amigos e sintomas físicos como dores físicas, exaustão, anemia, perda de peso, sonolência, distúrbios de sono, abuso de álcool e desenvolvimento de doenças relacionadas a longas jornadas em pé com períodos de descanso reduzidos. Os aspectos positivos são vivências de sociabilidade (festas no navio, confraternização com colegas, possibilidades de encontros sexuais), salário conveniente, possibilidade de viajar (OLIVEIRA-MONTEIRO; PETERLEVITZ; SCACHETTI, 2018).

Porém, se o trabalho é, também, uma possibilidade de construir relações de proximidade, familiaridade e pertencimento, no estudo sobre o trabalho *offshore*/cruzeiro marítimo estes aspectos não foram observados, o que informa sobre as particularidades deste tipo de atividade laboral. As condições de trabalho são caracterizadas por jornadas irregulares com troca de turnos e de navios, sem contra-

tos de trabalho firmemente combinados e, muitas vezes, com prazos indefinidos para pagamento de salários. A instabilidade cotidiana e as constantes trocas de navio não fomentam a construção de vínculos consistentes de amizade e de confiança, volatilizando as relações sociais podendo, portanto, “indicar um estado psicológico de maior defesa emocional, diante do confinamento e da instabilidade das relações” (OLIVEIRA-MONTEIRO, PETERLEVITZ, SCACHETTI, 2018, p. 7) que incide em “fragilidades e/ou ausência de um sentido de pertinência a determinada categoria profissional, para além de ser tripulante de cruzeiro marítimo – condição que sobrepujou e praticamente diluiu identidades profissionais nas manifestações coletadas” (OLIVEIRA-MONTEIRO, PETERLEVITZ, SCACHETTI, 2018, p. 7).

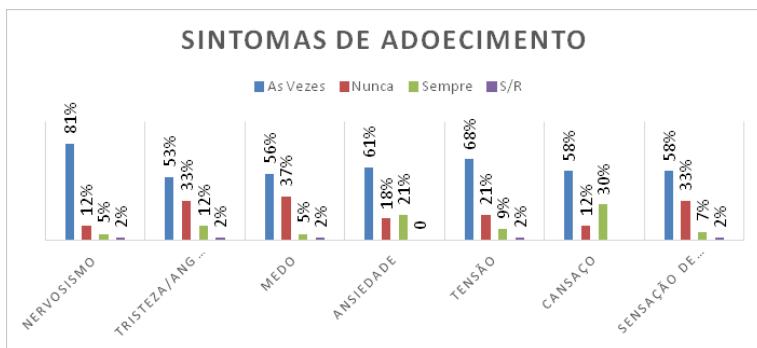
O sofrimento mental destacado nos artigos foi relacionado à sobrecarga laboral e às relações de trabalho (ALBUQUERQUE *et al.*, 2018; FERREIRA *et al.*, 2020; JULIO *et al.*, 2022), ao desconhecimento das funções no trabalho (GUIMARÃES, OLIVEIRA e SILVA, 2020), à falta de reconhecimento profissional (BUSS *et al.*, 2019) e à insuficiência de recursos humanos, materiais e/ou econômicos (PASCOAL *et al.*, 2021). Estudo com trabalhadores da política de assistência social constatou que o envolvimento emocional com os problemas da população usuária e o sentimento de impotência frente as situações de extrema pobreza vividas pela população e a escassa possibilidade de alterar esta realidade gera sofrimento mental (GUIMARÃES, OLIVEIRA E SILVA, 2020), resultando em tratamento medicamentoso, impactando na vida pessoal e afetiva (FERREIRA *et al.*, 2019). A produção de sofrimento pelas condições e relações de trabalho das/os assistentes sociais é repercussão das transformações societárias engendradas pelo capital a partir da década de 1970 e suas metamorfoses no âmbito da produção e do Estado capitalista.

A expansão do número de postos de trabalho para as/os assistentes sociais brasileiros, no final dos anos 1980, com a implementação de uma gama de serviços relacionados às políticas públicas e sociais, não representou condições éticas e técnicas de trabalho favoráveis para esta categoria profissional. Ao contrário, observou-se, a partir de então, em virtude da adoção da agenda regressista neoliberal no país, uma expansão dos postos de trabalho aliada à intensa preca-

rização das condições e relações de trabalho. Assim, um mercado de trabalho com condições e relações laborais instáveis, desgastantes e precarizadas tem implicado processos de sofrimentos da classe trabalhadora, em geral, assim como dos/as assistentes sociais. O trabalho cotidiano tem se realizado em meio à violência, muitas vezes, por assédio no trabalho, falta de segurança e autonomia, sobrecarga e intensificação do trabalho e em condições instáveis, portanto, pouco satisfatórias, incrementando o sofrimento. A exposição a estes constrangimentos se manifesta física e mentalmente como: distúrbios de sono, medo e crises de choro, sentimento de impotência, angústia, ansiedade, fadiga e alterações de metabolismo, entre outros.

Em pesquisa empírica realizada com assistentes sociais que atuam na área de seguridade social, na Região Norte do Brasil, particularmente, nos Estados do Amazonas, do Acre e do Pará, foi constatado que as condições de trabalho têm afetado significativamente a saúde destes profissionais, conforme pode ser evidenciado no Gráfico 1, a seguir:

Gráfico 1 – Sintomas de saúde com maior frequência nas/os assistentes sociais pesquisadas/os que atuam na seguridade social, nos Estados do Acre, Amazonas e Pará.



Fonte: Pesquisa de Campo GEP-TESA/PPGSS/ICSA/UFPa – 2016-2019.

O Gráfico 1 mostra os sintomas de sofrimento das/os assistentes sociais, sendo que os maiores percentuais apontam: 81% (nervosismo), 68% (tensão), 61% (ansiedade) e 58% (cansaço), além dos

sentimentos de tristeza e medo. Estes sintomas podem ter relação com as condições de trabalho que as/os mesmas/os estão submetidas/os, tais como: sobrecarga de trabalho, imposição de normas institucionais por parte da gestão, como verbalizado pela participante: “as verticalizações das relações entre gestão e servidores com muitas cobranças, sem dar a devida estrutura para desenvolver o trabalho de forma satisfatória” (assistente social/área da saúde 1). O envolvimento com tarefas administrativas como “preencher o prontuário eletrônico requer muito tempo do/a profissional na frente do computador, o que nos afasta das enfermarias” (assistente social 2).

As transformações no mundo do trabalho têm provocado uma exaustão e degradação do próprio trabalho. Os profissionais de Serviço Social, diante do quadro de desmonte das políticas sociais, de alienação e do não reconhecimento enquanto pertencente à classe trabalhadora, vivenciam este processo de sofrimento. A intensificação do trabalho resulta em transtornos psíquicos, psicossomáticos, depressão, esgotamento profissional, entre outros, aumentando o risco do desenvolvimento de graves sintomas psíquicos (FRANCO, DRUCK e SELIGMANN-SILVA (2010). O aparecimento destes sintomas de desgaste mental pode ser entendido enquanto uma determinação do trabalho no modo de produção capitalista, no qual a(o)s assistentes sociais de todas as áreas de atuação podem ser acometidos (VICENTE, 2015).

Insegurança e Violência no Trabalho

A insegurança no contexto laboral também aparece nos artigos analisados, sendo abordada por trabalhadores de distintas áreas como: saúde (TSUKAMOTO *et al.*, 2019), transporte (GREGGO *et al.*, 2022), política de assistência social (GUIMARÃES, OLIVEIRA; SILVA, 2020), indústria (PIE *et al.*, 2020), âmbito rural (OLIVEIRA *et al.*, 2021).

O estudo de Greggo *et al.* (2022) aborda a percepção de motoristas de aplicativos sobre condições de trabalho e saúde durante o contexto da pandemia da Covid-19 e o sentimento de insegurança no trabalho, resultado da exposição a diferentes situações de violência (agressão verbal, vandalismo do veículo, assédio sexual, roubo/

furto, agressão física, entre outros) e da exposição ao contágio pela Covid-19. O sentimento de insegurança no trabalho pode desencadear sintomas físicos (exemplos: sintomas osteomusculares) e sintomas emocionais (ansiedade, tristeza, medo, entre outros) e soma-se à violência patrimonial, identificada em um dos estudos (GUIMARÃES, OLIVEIRA; SILVA, 2020), como

qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazerem as necessidades de sobrevivência da pessoa. (BRASIL, 2006).

Estudos que centram na saúde do trabalho apontam que as situações de insegurança e exposição a situações de violência resultam de diferentes fatores: problemas organizacionais abrangendo problemas de gestão; processos de trabalho deficientes e a alta demanda populacional que busca atendimento; fatores humanos que se referem às ações, sentimentos do/da trabalhador/trabalhadora com repercussões positivas ou negativas, agravando ou prevenindo situações de violência; tipos de violências: verbal, física, psicológica etc.; e perfil dos usuários atendidos (FERNANDES e PASSOS, 2018) e, ainda, a escassez de recursos humanos e materiais leva a exposição a situações de violência (STURBELLE *et al.*, 2019).

O estudo de Pie *et al.* (2018), com trabalhadores de um hospital público referência em trauma, identificou registros de 277 eventos de violência entre os 170 trabalhadores que afirmaram ter sofrido violência, seja um tipo de violência (35%, n=94) ou mais (28,2%, n=76), no período de 12 meses. O estudo aponta que 15,2% (n=42) dos trabalhadores sofreram violência física; 48,7% (n=135) sofreram violência psicológica; 24,9% (n=69) sofreram assédio moral; 8,7% (n=24) sofreram discriminação racial e 2,5% (n=7) sofreram assédio sexual. Estes dados impõem a urgência em discutir o fenômeno de naturalização da violência no cotidiano dos espaços de trabalho, propondo ações efetivas de cuidado e proteção da saúde dos trabalhadores.

A insegurança no trabalho se materializa no presenteísmo e, embora pesquisas apontem maior prevalência deste fator entre os

trabalhadores mais idosos (PIE et al., 2020) e associem “com maior vulnerabilidade quanto à insegurança no emprego e maior dificuldade de recolocação no mercado de trabalho” (PIE et al., 2020, p. 10), a pesquisa apontou maior prevalência entre os trabalhadores mais jovens. Este resultado permite inferir que o presenteísmo em trabalhadores jovens denuncia vínculos empregatícios temporários, preocupação em criar e garantir lugar no mercado de trabalho e preocupação com a manutenção do emprego (PIE et al., 2020). Estes cenários fomentam sentimentos de insegurança, de abandono, de desamparo e de indignação.

A insegurança no trabalho também é evidenciada no estudo de Oliveira et al. (2021) como um aspecto singular em que os trabalhadores rurais concentraram as avaliações negativas nas relações socioprofissionais entendidas como “interações hierárquicas coletivas intra e intergrupos e externas que ocorrem no universo do trabalho” (OLIVEIRA et al., 2021, p. 6), o que pode revelar “uma possibilidade de adoecimento destes trabalhadores decorrente da Organização do Trabalho caracterizada pela divisão das tarefas, normas e controles rígidos e ritmo de trabalho intenso” (OLIVEIRA et al., 2021, p. 6).

Com efeito, o presenteísmo e a insegurança no trabalho se potencializam como resultado da denominada “cultura do presenteísmo”, muito presente em “organizações, nas quais o absenteísmo é evitado por causa da forte competitividade e a presença assídua é critério de valorização na carreira, podendo representar mecanismo de pressão para que o trabalhador evite o afastamento, apesar de suas limitações” (PIE et al., 2020, p. 10).

Presenteísmo

Vivências relacionadas ao presenteísmo também foram identificadas nos estudos (D’OLIVEIRA *et al.*, 2020; FERREIRA *et al.*, 2020) e este é entendido como o ato de trabalhar mesmo estando enfermo ou ir para o trabalho apesar de uma condição de adoecimento que demandaria ao trabalhador a sua ausência ou o absenteísmo e, conseqüentemente, geraria perda da produtividade laboral (DEW e TAUPO, 2009; HEMP, 2004). O presenteísmo se materializa na permanência do trabalhador na atividade laboral “mesmo percebendo

limitações que reduzem a capacidade laborativa. Tais limitações se expressam pelo sofrimento psíquico ou físico, comprometendo o bem-estar dentro e fora do trabalho” (PIE et al., 2020, p. 2). Trata-se da situação em que o/a trabalhador/trabalhadora, mesmo sem condições físicas, cognitivas e emocionais para exercer as suas atividades laborais, permanece trabalhando, o que pode potencializar processos de adoecimento no trabalho. Em virtude das condições laborais e ritmos de trabalho intenso, profissionais (independentemente da categoria que estão inseridos) abdicam o cuidado com a própria saúde e permanecem nos espaços de trabalho.

Pie et al. (2020, p. 9) referem que a alta prevalência do presenteísmo está relacionada às “ocupações que combinam fatores de risco ocupacionais, alta carga de trabalho, estresse, baixos salários e maior absenteísmo”. Certamente é possível associar a estes fatores outras condições que reforçam o presenteísmo, quais sejam: endividamento, receios provocados pelo contexto social e econômico que precarizam os vínculos de trabalho, intimidação e sofrimento mental.

Autopercepção e Autocuidado da Saúde

O estudo realizado por Lopes *et al.* (2021) informa que, mesmo quando o trabalho expõe a diversos tipos de riscos (cortes, quedas, afogamentos, entre outros agravos) não há compreensão – por parte dos trabalhadores – de que estas atividades são perigosas ou danosas à saúde. Já a pesquisa realizada por Rêgo *et al.* (2018) revela que, embora, sejam reconhecidos os riscos aos quais estão sujeitas, as trabalhadoras apontam a necessidade de garantir a subsistência de sua família, existindo uma relação de agradecimento pelo trabalho que executam.

No âmbito da educação, em virtude da alta demanda de trabalho laboral, os docentes consideram seus hábitos de vida como pouco saudáveis, registrando-se o sedentarismo e a alimentação inadequada (D’OLIVEIRA *et al.*, 2020; PARRA-GIORDANO *et al.*, 2022). Em relação à atenção à própria saúde, Pelegrino e Marqueze, em estudo comparativo entre pilotos, observaram que:

há maior proporção de pilotos com capacidade moderada ou baixa entre os que praticavam menos de 150 minutos de ati-

vidade física por semana, referiam horas de sono insuficiente, sono agitado, sonolência excessiva, insônia, maior percepção de fadiga, cochilos não intencionais durante o trabalho, o que os predispunha a uma possibilidade maior para desenvolver apneia obstrutiva do sono. (PELEGRINO E MARQUEZE, 2019, P. 4).

Os artigos analisados apontam que há ainda uma compreensão de saúde dos trabalhadores limitada à ausência de doenças e insuficiência nos cuidados, o que reduz as possibilidades de prevenção e mitigação. O estudo de Batista *et al.* (2021) corrobora esta constatação informando que, embora os trabalhadores identificassem a influência dos fatores laborais na sua saúde e as possibilidades de realizar ações preventivas, demonstraram pouco estímulo quanto à prática de autocuidado, aportando como fatores impeditivos: situações pessoais, cansaço, falta de tempo e limitações derivadas da rotina de trabalho. Estudos de Arena, Marques e Bellini (2022) informam que as estratégias de autocuidado, tanto pessoal como organizacional, são fatores protetores da saúde de trabalhadores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As análises das produções sobre as condições de trabalho e as repercussões na saúde do trabalhador apontam elementos para a elaboração de programas e ações voltados para a promoção da saúde de trabalhadores e trabalhadoras com conseqüente redução dos agravos à saúde em vários segmentos de trabalho. As condições de trabalho com a intensificação das rotinas e jornadas extenuantes, sobrecarga de atividades e responsabilidades, baixos salários, vivências de violência no espaço laboral e outras expressões abordadas no artigo geram insegurança, naturalização dos processos de adoecimento, falta de cuidado, presenteísmo, depressão e esgotamento profissional, tendo relação direta com a crise contemporânea do capital, em nível mundial e, em particular, no Brasil.

As transformações no mundo do trabalho têm provocado exaustão e degradação do próprio trabalho, especialmente para os profissionais de Serviço Social que, diante do quadro de desmonte das políticas sociais, de alienação e não reconhecimento quanto ao pertencimento à classe trabalhadora, vivenciam um processo de so-

frimento e desgaste mental. Trabalhadores e trabalhadoras podem até reconhecer as repercussões das condições de trabalho na sua saúde física e mental, porém não têm encontrado amparo no contexto socioeconômico atual para melhorar as condições de trabalho e/ou investir em autocuidado recorrendo ao atendimento à saúde e à medicalização depois de configurado um quadro de adoecimento, por vezes irreversível.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Guilherme S. C. de *et al.* **Exploração e sofrimento mental de professores:** um estudo na rede estadual de ensino do Paraná. Revista Trabalho, Educação e Saúde, v. 16, p. 1.287-1.300, 2018.

ANTUNES, Ricardo; PRAUN, Luci. **A sociedade dos adoecimentos no trabalho.** Revista Serviço Social & Sociedade, p. 407-427, 2015.

ARENA, Fernanda X.; MARQUES, Nadianna Rosa; BELLINI, Maria Isabel B. **A fadiga por compaixão no contexto pandêmico:** uma revisão de escopo. Anais do V Seminário Internacional de Políticas Públicas, Intersetorialidade e Família, 2021, EdiPUCRS. Acesso em: <<https://editora.pucrs.br/edipucrs/acessolivre/anais/sipinf/assets/edicoes/2021/artigo/92.pdf>>.

BARAN, Fátima Denise P.; PAIANO, Lara Adrienne G.; MERCÊS, Nen Nalú A. das **Impacto da exposição ao amianto na saúde da população adulta:** revisão integrativa. Revista Cogitare Enfermagem, v. 21, n. 2, 2016.

BATISTA, Adriana Maria F. *et al.* **Condições de trabalho de caminhoneiros:** percepções sobre a saúde e autocuidado. Physis: Revista de Saúde Coletiva, v. 31, 2021.

Blanch, Josep M. **Condiciones de trabajo.** In: Teoría de las relaciones laborales: fundamentos. p. 42-44. Blanch, Josep M.; Espuny, Maria Jesus; DURÁN, Carolina Gala; MARTÍN, A. (Eds.). Barcelona: Editorial UOC, 2003.

BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Lei n.º 11.340, de 07 de agosto de 2006.** Lei Maria da Penha. Coíbe a violência doméstica e

familiar contra a mulher. Brasília, 2006.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. SECRETARIA DE ATENÇÃO À SAÚDE. Secretaria de Vigilância em Saúde. **Saúde do trabalhador e da trabalhadora**. 136 p.

Cadernos de Atenção Básica, n. 41. Brasília: Ministério da Saúde, 2018.

BORSOI, Izabel Cristina F. **Labor and productivity: health and lifestyle of professors at public Higher Education institutions**. Cadernos de Psicologia Social do Trabalho, v. 15, n. 1, p. 81-100, 2012.

BUSS, Pamela B. S. *et al.* **Prazer e sofrimento em trabalhadores de Enfermagem da sala de recuperação pós-anestésica**. Revista Mineira de Enfermagem, v. 23, p. 1-7, 2019.

CARGNIN, Zulamar A. *et al.* **Dor lombar inespecífica e sua relação com o processo de trabalho de enfermagem**. Revista Latino-Americana de Enfermagem, v. 27, 2019.

COELHO, Alexa P. F. *et al.* **Condições de trabalho no contexto de catadoras de materiais recicláveis: desafios e perspectivas para o trabalho seguro**. Revista Mineira de Enfermagem, v. 22, p. 1-8, 2018.

D'ACRI, Vanda. **Trabalho e saúde na indústria têxtil de amianto**. Revista São Paulo em Perspectiva, v. 17, n. 2, jun. 2003.

DEJOURS, Christophe. **A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho**. 6. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2015.

DEW, Kevin; TAUPO, Trina. **The moral regulation of the workplace: presenteeism and public health**. Revista Sociology of Health & Illness, v. 31, n. 7, p. 994-1010, 2009.

D'OLIVEIRA, Camila A. F. B. *et al.* (Orgs.). **Configurações do mundo do trabalho e o processo saúde-doença dos trabalhadores docentes de enfermagem**. Revista Enfermagem UERJ, v. 28, p. 33-123, 2020.

FERNANDES, Ana Paula da F. da C.; PASSOS, Joanir P. **Delineamento da violência sofrida pela equipe de enfermagem na emergência hospitalar**. Revista Enfermagem UERJ, p. e26877-e26877, 2018.

FERREIRA, Carolina N. L. *et al.* **Perceptions of domestic workers**

on labor rights and impacts on their working and health conditions. Revista Texto & Contexto Enfermagem, v. 29, 2019.

FREITAS, Aline M. C. *et al.* **Qualidade do sono e fatores associados entre docentes de educação superior.** Revista Brasileira de Saúde Ocupacional, v. 46, 2021.

FRANCO, Tânia; DRUCK, Graça; SELIGMANN-SILVA, Edith. **As novas relações de trabalho, o desgaste mental do trabalhador e os transtornos mentais no trabalho precarizado.** Revista Brasileira de Saúde Ocupacional. 2010. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0303-76572010000200006>>. Acesso em: 20 ago. 2022.

GREGGO, João Pedro *et al.* **Percepção de motoristas de Uber sobre condições de trabalho e saúde no contexto da Covid-19.** Revista Saúde em Debate, v. 46, p. 93-106, 2022.

GUIMARÃES, Ana Paula D.; OLIVEIRA, Helian; SILVA, Jandira M. da. **Violência relacionada ao trabalho e apropriação da saúde do trabalhador:** sofrimento anunciado no Sistema Único de Assistência Social. Physis: Revista de Saúde Coletiva, v. 30, p. e300224, 2020.

HEMP, Paul. **Presenteeism:** at work-but out of it. Harvard Business Review, v. 82, n. 10, p. 49-58, 2004.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Desemprego cai para 11,8 com informalidade atingindo maior nível da série histórica.** Disponível em: <<https://censo2020.Ibge.Gov.Br/2012-agencia-de-noticias/noticias/25534-desemprego-cai-para-11-8-com-informalidade-atingindo-maior-nivel-da-serie-historica.Html>>. Acesso em: 17 set. 2022a.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **PNAD Contínua:** Taxa de desocupação é de 14,1 e taxa de subutilização é de 29 no trimestre encerrando em novembro de 2020. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/29934-pnad-continua-taxa-de-desocupacao-e-de-14-1-e-taxa-de-subutilizacao-e-de-29-0-no-trimestre-encerrado-em-novembro-de-2020>>. Acesso em: 17 set. 2022b.

JULIO, RAYARA DE S. *ET AL.* **Prevalência de ansiedade e depressão em trabalhadores da Atenção Primária à Saúde.** Cadernos Bra-

sileiros de Terapia Ocupacional, v. 30, 2022.

LOPES, Isabelle Bernardina da S. *et al.* **Saúde das trabalhadoras da pesca artesanal: cenários desconhecidos do Sistema Único de Saúde (SUS).** Revista Brasileira de Saúde Ocupacional, v. 46, 2021.

LUCCA, Sérgio Roberto de. **Trabalho e sofrimento psíquico: histórias que contam esta história.** São Paulo: Atarukas Editorial, 2019.

MANZOLI, Stênio T.; IGUTI, Aparecida Mari; MONTEIRO, Ines. **Condições de trabalho e saúde de plantadores de verduras de um município brasileiro.** Revista Trabajo y Sociedad, n. 30, p. 269-284, 2018.

MORIN, Estelle; TONELLI, Maria José; PLIOPAS, Ana Luisa V. **Trabalho e seus sentidos.** Revista Psicologia & Sociedade; 19, edição especial 1, p. 47-56, 2007

OLIVEIRA-MONTEIRO, Nancy R. de; PETERLEVITZ, Gustavo C. L.; SCACHETTI, Rodolfo Eduardo. **Queixas e benefícios associados ao trabalho embarcado: relatos on-line de trabalhadores de cruzeiros marítimos.** Revista Brasileira de Saúde Ocupacional, v. 43, 2018.

OLIVEIRA, Jeane Cristina A. X. de; CORRÊA, Áurea Christina de P.; CEZAR-VAZ, Marta Regina; MARCON, Samira R.; ROSA, Isabele T. M.; DALPRÁ Luanna A. e S. **As condições de trabalho e suas repercussões na qualidade de vida de trabalhadores rurais.** Revista da Escola de Enfermagem da USP, v. 55, 2021.

PARRA-GIORDANO, Denisse. *et al.* **Problemas de salud enfermedad generados por el proceso de trabajo de la enfermeira docente.** Revista Ciencia y Enfermería, v. 28, 2022.

PASCOAL, Francilene F. da S. *et al.* **Sobrecarga em trabalhadores de saúde de um complexo hospitalar psiquiátrico no Nordeste brasileiro.** Escola Anna Nery Revista de Enfermagem, v. 25, 2021.

PELLEGRINO, Pollyanna; MARQUEZE, Elaine Cristina. **Aspects of work and sleep associated with work ability in regular aviation pilots.** Revista de Saúde Pública, v. 53, 2019.

PIE, Ana Clara S. *et al.* **Fatores associados ao presenteísmo em trabalhadores da indústria.** Revista Brasileira de Saúde Ocupacional, v. 45, 2020.

RÊGO, Rita F. *et al.* **Vigilância em saúde do trabalhador da pesca artesanal na Baía de Todos os Santos:** da invisibilidade à proposição de políticas públicas para o Sistema Único de Saúde (SUS). Revista Brasileira de Saúde Ocupacional, v. 43, 2018.

SILVA, Letícia B.; BICUDO, Valéria. **Determinantes sociais e determinação social do processo saúde-doença:** discutindo conceitos e perspectivas. In: Trabalho e saúde: diálogos críticos sobre crises [on-line]. 1. ed. SANTOS, Tatiane Valeria C. dos; SILVA, Letícia B.; MACHADO, Thiago de O. (Orgs.). Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2022.

SILVA, Thaís P. D. da *et al.* **Desconforto musculoesquelético, capacidade de trabalho e fadiga em profissionais da enfermagem que atuam em ambiente hospitalar.** Revista da Escola de Enfermagem da USP, v. 52, 2018.

SILVA, Rafaela A. da *et al.* **Sintomas musculoesqueléticos em catadoras de marisco.** Revista Brasileira de Saúde Ocupacional, v. 46, 2021.

SILVA, Andressa Fernanda *et al.* **Qualidade do sono, variáveis pessoais e laborais e hábitos de vida de enfermeiros hospitalares.** Revista Latino-Americana de Enfermagem, v. 30, 2022.

SILVEIRA, Renata Cristina da P.; SILVA, Flávia M. da; RIBEIRO, Isabely Karoline da S. **Perfil laboral e exposição ocupacional de cantoneiros de recolha de resíduos sólidos de um município do Brasil.** Revista de Enfermagem Referência, v. 4, n. 17, p. 73-83, 2018.

SILVÉRIO, Alessandra Cristina P. *et al.* **Assessment of Primary Health Care for rural workers exposed to pesticides.** Revista de Saúde Pública, v. 54, p. 09, 2020.

SIMÕES, Mariana Roberta L.; ASSUNÇÃO, Ada A.; MEDEIROS, Adriane M. de. **Dor musculoesquelética em motoristas e cobradores de ônibus da Região Metropolitana de Belo Horizonte, Brasil.** Revista Ciência & Saúde Coletiva, v. 23, p. 1.363-1.374, 2018.

STURBELLE, Isabel Cristina S. *et al.* **Violência no trabalho em saúde da família:** estudo de métodos mistos. Revista Acta Paulista de Enfermagem, v. 32, p. 632-641, 2019.

TOLFO, Susana da Rosa; PICCININI, Valmíria. **Sentidos e significados do trabalho:** explorando conceitos, variáveis e estudos empíricos brasileiros. Revista Psicologia & Sociedade, v. 19, edição especial 1, p. 38-46, 2007.

TSUKAMOTO, Sirlene Aparecida S. *et al.* **Violência ocupacional na equipe de enfermagem:** prevalência e fatores associados. Revista Acta Paulista de Enfermagem, v. 32, p. 425-432, 2019.

VICENTE, Damares. **Desgaste mental de assistentes sociais:** um estudo na área da habitação. Revista Serviço Social & Sociedade, n. 123. p. 562-581, jul./set. São Paulo: Cortez Editora, 2015.

APÊNDICE

Tabela 1 – Características gerais dos estudos analisados (n=30).

| Autores | ano | País | Área de trabalho | Revista | Fator/repercussão no trabalhador |
|---------------------------|------|--------|------------------|--|---|
| Albuquerque <i>et al.</i> | 2018 | Brasil | Educação | Revista Trabalho, Educação e Saúde | Impactos na saúde (sofrimento mental) |
| Batista <i>et al.</i> | 2021 | Brasil | Transporte | Physis: Revista de Saúde Coletiva | Autopercepção de saúde (percepção de saúde limitada) |
| Buss <i>et al.</i> | 2019 | Brasil | Saúde | Revista Mineira de Enfermagem | Impactos na saúde (sofrimento mental) |
| Cargnin <i>et al.</i> | 2019 | Brasil | Saúde | Revista Latino-Americana de Enfermagem | Impactos na saúde (dor lombar inespecífica) |
| Coelho <i>et al.</i> | 2018 | Brasil | Reciclagem | REME: Revista Mineira de Enfermagem | Impactos na saúde (dor, distúrbio musculoesquelético, doenças crônicas e afecções infectocontagiosas) |

| | | | | | |
|-----------------------------|------|--------|--|---|--|
| Dal Pai <i>et al.</i> | 2018 | Brasil | Saúde | Revista Texto & Contexto Enfermagem | Insegurança/Violência no trabalho |
| D'Oliveira <i>et al.</i> | 2020 | Brasil | Educação | Revista Enfermagem UERJ | Autopercepção de saúde (hábitos não saudáveis) Presenteísmo |
| Fernandes e Passos | 2018 | Brasil | Saúde | Revista Enfermagem UERJ | Insegurança/Violência no trabalho |
| Ferreira <i>et al.</i> | 2019 | Brasil | Trabalhadoras domésticas | Revista Texto & Contexto Enfermagem | Impactos na saúde (distúrbios osteomusculares e sofrimento mental) impactos nas relações pessoais e familiares |
| Freitas <i>et al.</i> | 2021 | Brasil | Educação | Revista Brasileira de Saúde Ocupacional | Impactos na saúde (qualidade do sono) |
| Greggo <i>et al.</i> | 2022 | Brasil | Transporte | Revista Saúde em Debate | Insegurança/Violência no trabalho Impactos na saúde |
| Guimarães, Oliveira e Silva | 2020 | Brasil | Trabalhadores da Política de Assistência | Physis: Revista de Saúde Coletiva | Impactos na saúde (sofrimento do trabalhador) Insegurança/Violência no trabalho (violência indireta, institucional e patrimonial) |
| Julio <i>et al.</i> | 2022 | Brasil | Saúde | Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional | Impactos na saúde (ansiedade, depressão, sobrecarga laboral) |
| Lopes <i>et al.</i> | 2020 | Brasil | Pesca artesanal | Revista Brasileira de Saúde Ocupacional | Autopercepção de saúde (percepção de saúde limitada) Impactos na saúde (cortes, quedas e afogamentos) |

| | | | | | |
|--|------|--------|----------------------------|---|---|
| Manzoli, Iguti e Monteiro | 2018 | Brasil | Trabalhadores Rurais | Revista Trabajo y Sociedad | Impactos na saúde (dor musculoesquelético e exposição aos agrotóxicos) |
| Oliveira <i>et al.</i> | 2021 | Brasil | Trabalhadores Rurais | Revista da Escola de Enfermagem da USP | Impactos na saúde |
| Oliveira-Monteiro, Peterlevitz e Scachetti | 2018 | Brasil | Offshore/cruzeiro marítimo | Revista Brasileira de Saúde Ocupacional | Impactos na saúde |
| Parra-Giordano <i>et al.</i> | 2022 | Chile | Educação | Revista Ciencia y Enfermería | Impactos na saúde (distúrbios osteomusculares e alimentação inadequada) |
| Pascoal <i>et al.</i> | 2021 | Brasil | Saúde | Escola Anna Nery Revista de Enfermagem | Impactos na saúde (sobrecarga laboral) |
| Pellegrino e Marqueze | 2019 | Brasil | Pilotos/Aviação | Revista de Saúde Pública | Impactos na saúde (descanso e qualidade do sono) |
| Pie <i>et al.</i> | 2020 | Brasil | Trabalhadores da indústria | Revista Brasileira de Saúde Ocupacional | Impactos na saúde (presenteísmo) |
| Rêgo <i>et al.</i> | 2018 | Brasil | Pesca artesanal | Revista Brasileira de Saúde Ocupacional | Impactos na saúde (prevalência das lesões por esforço repetitivo e distúrbio osteomuscular) |
| Silva <i>et al.</i> | 2018 | Brasil | Saúde | Revista da Escola de Enfermagem da USP | Impactos na saúde (desconforto osteomuscular) |

| | | | | | |
|-----------------------------|------|--------|----------------------|---|---|
| Silva <i>et al.</i> | 2021 | Brasil | Pesca artesanal | Revista Brasileira de Saúde Ocupacional | Impactos na saúde (prevalência das lesões por esforço repetitivo e distúrbio osteomuscular) |
| Silva <i>et al.</i> | 2022 | Brasil | Saúde | Revista Latino-Americana de Enfermagem | Impactos na saúde (qualidade do sono) |
| Silvério <i>et al.</i> | 2020 | Brasil | Trabalhadores Rurais | Revista de Saúde Pública | Impactos na saúde (dor musculoesquelético e exposição aos agrotóxicos e doenças renais e hepáticas) |
| Simões, Assunção e Medeiros | 2018 | Brasil | Transporte | Revista Ciência & Saúde Coletiva | Impactos na saúde (dor musculoesquelética) |
| Souza, Assunção e Pimenta | 2019 | Brasil | Transporte | Revista Brasileira de Epidemiologia | Impactos na saúde (obesidade) |
| Sturbelle <i>et al.</i> | 2019 | Brasil | Saúde | Acta Paulista de Enfermagem | Insegurança/Violência no trabalho |
| Tsukamoto <i>et al.</i> | 2019 | Brasil | Saúde | Acta Paulista de Enfermagem | Insegurança/Violência no trabalho (violência ocupacional) |

DIREITOS HUMANOS E SERVIÇO SOCIAL

Adriana Azevedo Mathis¹
Beatriz Gershenson²
Lidiany de Lima Cavalcante³

INTRODUÇÃO

A perspectiva contemporânea dos direitos humanos no Brasil rumou não apenas em direção aos processos de apagamento e invisibilidade, mas para a sua demonização, sobretudo quando os alicerces de interpretação são alavancados pela extrema direita, com a movimentação de falanges ideológicas que fomentaram a legitimação das plataformas de violência, exclusão, marginalização e dominação na ótica do capital, frente ao cenário devastador fomentado por discursos de ódio que potencializam a concretização da necropolítica, em que algumas vidas valem menos e outras nada valem.

1 Assistente Social. Doutora em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Pós-Doutora na Universidade Livre de Berlim/Alemanha. Professora Associada da Faculdade de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Pará (UFPA). Coordenadora do Grupo de Pesquisa Trabalho, Direitos Humanos e Seguridade Social (TRADHUSS). Lattes: <<http://lattes.cnpq.br/4097998262711403>>. ORCID: <<https://orcid.org/0000-0002-7841-2086>>. E-mail: aazevedo@ufpa.br

2 Graduação em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) (1982). Graduação em Ciências Jurídicas e Sociais pela UFRGS (1985). Especialização em Direitos Humanos pela ESMPU/UFRRGS e Doutorado em Serviço Social pela PUCRS (2003). Professora Titular de Serviço Social na Escola de Humanidades da PUCRS, onde atua como pesquisadora, orientadora de Mestrado e Doutorado. Coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisas em Ética e Direitos Humanos. Lattes: <<http://lattes.cnpq.br/4635554227009868>>. ORCID: <<https://orcid.org/0000-0002-4118-9749>>. E-mail: beatrizg@pucrs.br

3 Graduação em Serviço Social pelo Centro Univeristário do Norte (Uninorte). Mestrado em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônica e Doutorado em Sociedade e Cultura na Amazônia pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Pós-Doutoranda em Serviço Social pela PUCRS. Professora do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia e da Graduação em Serviço Social da UFAM. Coordenadora do Laboratório de Estudos de Gênero e Saúde Mental (LEG/UFAM). Lattes: <<http://lattes.cnpq.br/6833372279403809>>. ORCID: <<https://orcid.org/0000-0003-0477-6386>>. E-mail: lidiany@ufam.edu.br

No bojo desta realidade, o Serviço Social é uma profissão que atua na defesa intransigente dos direitos humanos e, para isso, deve evidenciar uma postura ética e comprometida com a classe trabalhadora da qual faz parte. Daí emerge a necessidade da reflexão que ora se apresenta, a qual objetiva ponderar os desafios dos direitos humanos na cena contemporânea em tempos de necropolítica e ascensão da extrema direita. Através de uma reflexão teórica, apresentam-se ponderações críticas ao cenário contemporâneo ultraneoliberal em que o país está mergulhado, os desafios da população pobre, negra e de periferia, assim como o compromisso ético-político do profissional de Serviço Social frente ao processo de agudização da barbárie, fomentado pelas agruras do capital.

PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL E DIREITOS HUMANOS NA CENA CONTEMPORÂNEA

Estas breves linhas são escritas na ressaca dos vagalhões que empurraram o cenário nacional ao abismo antidemocrático e ultraneoliberal instaurado no Brasil desde o golpe de 2016, que providenciou as condições de possibilidade para a ascensão do assim chamado “bolsonarismo” ao poder. O rastro de destruição que se instalou em tudo aquilo que esta perversa formação política tocou é inconteste: da subjetividade humana, capturada pelo ressentimento e pelo ódio em relação aos “debaixo”, passando pelo desmantelamento das frágeis conquistas civilizatórias de proteção social, possíveis no âmbito de democracias liberais, promessa de fato nunca cumprida em nosso país, não apenas por termos passado ao largo de um Estado de bem-estar social, como também por terem se mantidos intocados os traços autocráticos que são constitutivos de uma sociabilidade autoritária, própria de nossa formação social. Como refere Moreira,

a autocracia burguesa [...] não está restrita aos períodos de suspensão da democracia formal e das liberdades legais no Brasil [...] compõe um nexó sócio-histórico da formação social brasileira, pós-consolidação do poder burguês, estruturante de uma democracia do tipo restrita – herdada do passado e repaginada no presente. (2019, p. 541).

É certo que a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva para o exercício da presidência da República do Brasil, a contar de 2023, não significa a ruptura com os interesses do capital em termos de projeto societário. No entanto, chega-se a esta quadra histórica com um consenso das forças progressistas a respeito da necessidade de se colocar um limite ao ideário e às práticas de contornos, claramente conservadores e com laivos fascistas inequívocos, próprios de uma sociedade sem lei, em que a satisfação dos interesses pessoais é a medida de tudo (CASARA, 2021). Aliás, o mesmo autor refere que a ilimitação é um dos signos da racionalidade que se enraizou no solo histórico do Brasil – a racionalidade neoliberal – que nos trouxe até aqui. A falta de limites à liberdade de uns – os que valeriam mais – contra os outros, inclusive para destilar abertamente o ódio contra os que valeriam menos e, portanto, seriam menos humanos, como preconceito não só de classe, mas também de raça e gênero, traduzindo a própria noção burguesa de direito que se baseia na separação entre os homens, direito este que se materializa na propriedade privada (MARX, 2010). Esta separação está na base da percepção do outro como inimigo, como aquele que limitaria minha liberdade.

A racionalidade neoliberal conformou massas movidas pelo ódio a partir do roubo da subjetividade em favor de um imaginário social que, como aparato ideológico, corrobora a naturalização e reprodução de relações baseadas na banalização da vida humana em que os interesses econômicos, ou seja, os interesses de acumulação ilimitada do capital se colocam acima de tudo. E, como um modo de ver e pensar o mundo, tal racionalidade gera um novo registro de normal, uma normatividade, cujas imagens chaves **são a empresa e a concorrência.**

O ideal de liberdade que sustenta tal racionalidade é o do homem como empreendedor de si mesmo, que leva as pessoas a se perceberem como uma empresa, passando a ver os outros, por mais próximos que sejam, como concorrentes, inimigos, alguém a ser vencido e destruído (CASARA, 2021, DARDOT; LAVAL, 2016). Não por outra razão, na análise de Dardot e Laval (2016), o principal registro do neoliberalismo é a utilização de técnicas de poder inéditas sobre as condutas e as subjetividades. “Ele não pode ser reduzido à expansão espontânea da esfera mercantil e do campo de acumulação do capital” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 21).

No entanto, o apelo deste ideal pela liberdade, como destaca Rafael (2020), é uma “doce ilusão”, pois a liberdade pressuposta é aquela de “poder se vender, transmutada na amarga e real condição de se aprisionar”, o que é próprio da noção de “liberdade jurídico-burguesa que, na particularidade brasileira, tem suas expressões aprofundadas nas condições de vida de mulheres, negras, negros e outros segmentos populacionais que são afetados de forma mais perversa no capitalismo dependente” (p. 113).

A satanização dos direitos humanos é parte e expressão do caldo de cultura conservadora que embalou as mais hostis manifestações do neoliberalismo ultra-autoritário ou neofascista que seguem presentes e pedindo passagem em uma sociedade polarizada. Estamos confrontados, como sociedade e como profissionais do Serviço Social, a participarmos da luta pela recomposição dos direitos humanos no Brasil, cujos desafios são imensos e supõem a articulação de forças políticas para fortalecer a democracia e participar das disputas pela democracia que queremos e pelos direitos humanos, cuja defesa intransigente está na esfera do inegociável. O projeto ético-político do Serviço Social, concebido como uma orientação hegemônica no interior da profissão, tem nos valores do Código de Ética Profissional (CFESS, 1993) os claros compromissos requeridos à categoria profissional para sua materialização, reconhecendo a liberdade como valor ético central; participando da defesa intransigente dos direitos humanos e adotando a recusa do autoritarismo; defendendo o aprofundamento da democracia; empenhando-se na eliminação de todas as formas de preconceito; articulando-se à luta geral da classe trabalhadora; comprometendo-se com a qualidade dos serviços prestados à população e com o seu próprio aprimoramento intelectual e, sobretudo, orientando-se para a construção de uma outra ordem societária, sem exploração ou dominação de qualquer ordem que seja.

É certo que a democracia que sustenta a tomada de posição ético-política de cariz crítico do Serviço Social brasileiro, desde as últimas décadas do século passado, não pode ser confundida com uma democracia qualquer. Da mesma forma, a noção de direitos humanos que sustenta o projeto ético-político profissional não pode ser tomada de modo genérico e abstrato. Há que se reconhecer que a natureza “anticapitalista do projeto ético-político do Serviço Social

e seu compromisso com a emancipação humana” é que mobiliza os profissionais em sua participação nas lutas pela “defesa das conquistas democráticas, dialeticamente *pari passu* com a denúncia de seus limites postos para a maioria e com a construção de uma democracia incompatível com a ordem do capital” (MOREIRA, 2019, p. 555).

Ao reconhecer que democracia e direitos humanos são categorias em disputa em nossa sociedade, os assistentes sociais, mais do que nunca como no tempo presente, são desafiados à defesa da democracia “enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida” (CFESS, 1993). Já a defesa intransigente dos direitos humanos supõe confrontar o

ideal universalizante dos direitos humanos, forjado pelos interesses dos países centrais, que não apenas oculta trajetórias de lutas que são apagadas e silenciadas (epistemicídio) em favor da imposição de uma noção de cidadania burguesa (bem como impõe limites à noção de humano e de quem tem direitos a ter direitos), “cujos limites são funcionais à reprodução dos interesses do capital”. (GERSHENSON, 2021, p. 7-8).

Nesta direção, é fundamental o diálogo como pensamento crítico dos direitos humanos que, através de Flores (2009), os considera como resultados provisórios de lutas sociais, iniciadas em face das dificuldades verificadas no acesso a determinados materiais e imateriais necessários para uma vida digna. Por ser fruto de lutas, não seria concessão, nem do Estado ou da ordem internacional, mas fruto de conquistas por aqueles que, buscando acessar estas condições, encontram barreiras aparentemente intransponíveis relacionadas à classe, raça, gênero, orientação sexual, entre outros marcadores sociais que são próprios da hierarquização da vida social na sociabilidade da ordem do capital.

Ao participarem deste campo de disputa, no dizer de Neisa (2019, p. 629):

los profesionales orientados por el proyecto ético-político profesional del Servicio Social de cariz emancipador, deberán asumir un claro papel de intelectuales orgánicos en la lucha cultural por los valores y principios del humanismo, la razón crítica y la

democracia, como sustentos para confrontar el irracionalismo y el relativismo absoluto, gestados en un ambiente de barbarie y depredación. Los profesionales comprometidos con el proyecto ético-político profesional de inspiración emancipadora deberán asumir la lucha, no sólo en el plano de la emancipación política; limite de la organización profesional, si no en la lucha por la emancipación humana como fundamento ético y político para la superación real de la “cuestión social” y las secuelas que ésta genera, para ello deberán superar (Aufhebung) los límites profesionales y actuar en las organizaciones de la clase trabajadora.

Esta direção social crítica que sustenta o projeto ético-político profissional está na base das condições de possibilidades históricas dos assistentes sociais tomarem parte nas lutas urgentes e insurgentes por direitos humanos na cena contemporânea.

AS VIOLAÇÕES DOS DIREITOS HUMANOS TÊM CLASSE, RAÇA E GÊNERO

Os desafios que alavancam a negação e criminalização dos Direitos Humanos na realidade brasileira atingem diretamente as populações mais vulnerabilizadas. Trata-se de um cenário que emerge com vigor e tem sua expressão de legitimação a partir de 2018, com a ascensão do bolsonarismo ao poder. A face da pobreza no Brasil tem cor e gênero e, de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD (2022), 29,6% da população brasileira têm renda familiar abaixo de R\$ 497,00 ao mês, ou seja, cerca de 62,9 milhões de pessoas encontram-se na linha da pobreza. A pesquisa evidencia ainda que o Estado com menor índice de pobreza é Santa Catarina, com 10,16% da população e o Maranhão com mais de 57% da população na referida condição. O dado reflete que, entre os anos de 2019 e 2021, mais de nove milhões de pessoas tiveram a estratégia de sobrevivência comprometida e passaram a fazer parte do grupo populacional que se encontra em situação de pobreza.

Sobre a taxa de homicídios, o Atlas da Violência (IPEA, 2019) mostrou que entre 2015 e 2017 houve estabilidade com relação à morte violenta da população branca, com dados entre 15 e 16 homicídios por 100 mil habitantes. Já com a população negra, no mesmo período, houve elevação de 37,2 para 43,4 por 100 mil habitantes. A

banalização da vida abre as cortinas do teatro da vida para mais um 'ato'. Neste bojo, a população pobre, negra e periférica sente primeiro os efeitos deletérios da desigualdade. Ainda sobre os homicídios, os dados do IPEA relacionados ao Mapa da Violência (2019) apontam que o menor índice de crescimento está nos Estados de Roraima (100), Amapá (236) e Mato Grosso do Sul (275). Já entre as localidades com maior índice tem-se a Bahia (4.522), o Rio de Janeiro (3.576) e o Ceará (3.348).

Quando o recorte da violência apresenta a face do recorte de gênero e raça, ponderam-se os seguintes dados do Atlas da Violência (2019): o menor índice de homicídios de mulheres não negras está em Alagoas com 0,23 por 100 mil habitantes e o maior índice está em Roraima com 16,65 por 100 mil habitantes. A maior queda se apresentou no Maranhão com - 58,76% e o maior crescimento em Sergipe +145,09%. A taxa de homicídios de mulheres não negras saltou no Brasil de 3,11 por 100 mil habitantes em 2015 para 3,18 por 100 mil habitantes em 2017. Quanto às taxas de homicídios de mulheres negras, refletem-se os seguintes dados: o menor índice está no Paraná com 1,86 por 100 mil habitantes. O maior índice foi encontrado no Rio Grande do Norte com 11,40. A maior queda em 2017 foi registrada em São Paulo com - 75,95% e o maior crescimento mais uma vez no Rio Grande do Norte com 1.006,60%. Houve um salto no Brasil de 7,58 para 11,40 por 100 mil habitantes (IPEA, 2019).

Nas taxas de homicídios de homens não negros, os menores índices estão em Alagoas, assim como os dados das mulheres não negras. O referido Estado apresenta 7,87 casos por 100 mil habitantes; o maior índice está no Acre com 86,01. A maior queda foi registrada em São Paulo com 72,73% e o maior crescimento na Bahia com 398,82% (idem, 2019).

A pesquisa aponta, ainda, a situação de homicídios em relação aos homens negros, os dados mostram que o menor índice de homicídios está em São Paulo, com 23,63 por 100 mil habitantes. O maior índice registrado está no Rio Grande do Norte com 165,96 por 100 mil habitantes. A maior queda foi registrada em São Paulo com - 81,65% e o maior crescimento está no Rio Grande do Norte com 875,66%.

Os dados revelam que as informações sobre homens e mulheres vítimas de homicídio se diferenciam quando analisados os recor-

tes de raça. A questão da cor preta ou parda revela os mecanismos de violência, sobretudo na população pobre e periférica.

Na Pesquisa de Opinião Pública DataSenado, realizada em 2012, 62,3% dos entrevistados afirmaram que jovens negros morrem na mesma quantidade que os brancos no Brasil. Entretanto, os dados do IPEA gerenciados no Mapa da Violência ressaltam a extensão das expressões da questão social, caracterizadas pelas violências desencadeadas em homicídio, e como há diferenças no que tange aos aspectos relacionados à raça. Na mesma pesquisa DataSenado, 55,6% dos entrevistados responderam que o homicídio de um jovem negro choca menos do que o ocorrido com um jovem branco. O dado mostra a realidade vivenciada pela população negra no Brasil, onde vidas perdidas 'valem menos' que as outras, o que conduz à ponderação de Chauí (2001) ao ressaltar que no Brasil há uma crença de que a população não discrimina, não detém preconceitos e não se caracteriza como racista, entretanto trata-se de um mito fundador alicerçado em uma base autoritária, já que se olvida as potenciais discriminações ou as referidas ocorrem de maneira velada.

Um músico teve o carro alvejado com mais de 80 tiros. Uma criança de oito anos foi baleada nas costas dentro de uma Kombi. Um adolescente de 14 anos morre dentro de casa em momento de operação policial. Ao indagar o que há em comum com as vítimas, evidencia-se que são pobres, negros e de periferia, silenciados por um aparelho policial que primeiro mata e depois pergunta.

Outro recorte se refere à população LGBTI (lésbica, gay, bissexual, transexual e intersexual), pois, de acordo com o Relatório do Grupo Gay da Bahia (2019), uma pessoa LGBTI morreu de forma violenta a cada 20 horas no Brasil. Desse quantitativo, o segmento mais vulnerabilizado é o de pessoas transgêneros. Conforme a Associação Nacional de Travestis e Transexuais – ANTRA (Benevides, 2022), em 2019 foram registrados 124 homicídios contra a população transgênero, seguidos por 175 em 2020 e 140 registros em 2021. Ainda conforme o relatório, entre os anos de 2008 e 2021, o Brasil registrou a média de 123,8 homicídios por ano, sendo o país com maiores índices de mortes violentas do referido segmento em números absolutos no mundo, dado também corroborado pela Transgender Europe (2018) ao contabilizar mais de 1.500 mortes.

Com o avanço da extrema direita no Brasil, as faces da violência, pobreza e opressão se legitimam, sobretudo contra a população mais vulnerabilizada. Mergulhamos no processo de agudização da barbárie, asseverada pelo neoconservadorismo que age sob a onda reacionária alicerçada pela necropolítica e, de acordo com Mbembe (2016), sinaliza que algumas vidas valem menos que outras diante das plataformas políticas governamentais. Urge o reconhecimento dos direitos humanos de forma equânime, assim como o compromisso do trabalho profissional do Assistente Social no enfrentamento às respectivas expressões da questão social, que se colocam na ordem da sociabilidade capitalista.

MIGRAÇÃO E DIREITOS HUMANOS NA AMAZÔNIA

Nas últimas décadas, o fenômeno da migração nacional e internacional tem ocupado lugar de destaque na mídia escrita e falada, com a presença de vários autores da academia e de fora dos centros universitários discutindo, principalmente, “A crise dos refugiados” na Europa. Também este tema tem sido objeto de análise de diversas áreas do saber com estudos teóricos e pesquisas empíricas em curso.

Contudo, não precisa ser um *expert* na matéria para saber que os deslocamentos, tanto de refugiados quanto de emigrantes, traduzem o anseio de uma nova vida em outro país, repleta de expectativas de trabalho e realizações de desejos e projetos nem sempre materializados na prática. Ao cruzarem as fronteiras de seus países de origem, esses estrangeiros se deparam com o desconhecido, atravessam espaços vazios, imprecisos, vivem situações de extrema vulnerabilidade, são submetidos a cenas de violência e convivem com sentimentos de medo e insegurança.

Conforme o direito internacional, os estrangeiros devem “gozar de direitos” e estarem “sujeitos a deveres” dispostos em leis. Porém, nos limites desta apresentação, não cabe entrar na polêmica sobre a adequação ou não do uso do termo “refugiado” pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados – ANCTUR, conforme a Convenção sobre o Estatuto dos Refugiados de 1951 e o Protocolo sobre o Estatuto de Refugiados de 1967 que diferencia o emigrante do refugiado, definido assim como: “alguém que temendo ser

perseguido por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas se encontra fora do país de sua nacionalidade e não pode ou, em virtude desse temor, não quer se valer da proteção desse país”.

Diante da complexidade dos movimentos dos trabalhadores em âmbito global e perante o agravamento das situações dos emigrantes ao redor do mundo, provocado pela intensificação dos deslocamentos e fluxos migratórios em larga escala, entre países e entre regiões do globo, caberia uma série de questionamentos sobre a forma diferenciada que o direito internacional se refere aos refugiados e aos emigrantes.

Importa sinalizar que, mesmo que esta diferenciação esteja inscrita em lei, tanto os refugiados se deslocam “para salvar suas vidas e garantir sua liberdade” como os emigrantes se deslocam “para melhorar as suas perspectivas de vida e trabalho”. Desse modo, ambos apresentam necessidades e demandam de proteção dos Estados nacionais com relação ao respeito, à proteção, à garantia e à promoção dos direitos humanos.

Acreditamos em uma concepção teórica que compreende os direitos humanos e sociais como um processo de lutas políticas e conquistas sociais da classe mais subalternizada, marcada por conflitos sociais e atravessada por interesses divergentes.

Neste sentido, com todos os avanços registrados no marco legal e todas as conquistas civilizatórias realizadas na realidade efetiva da maioria dos seres humanos, nas várias regiões do mundo, ainda persiste uma diferenciação entre a igualdade política no plano jurídico-legal e a efetivação dos direitos humanos.

Por esta razão, apesar de existirem dispositivos legais que garantem os direitos dos refugiados e emigrantes, particularmente no Brasil, existem direitos no plano legal que não são plenamente efetivados na realidade ou efetivados de forma parcial.

Independentemente da conceituação sobre tipo de imigração, seja imigração econômica, pelo trabalho e para o trabalho; ou seja, em um processo migratório analisado a partir de outras razões políticas, culturais, de gênero, que envolvem uma série de subjetividades, podem-se identificar dois tipos de refugiados e emigrantes: 1) aqueles que fazem parte de uma sociedade protegida e de direitos; e

2) aqueles que fazem parte de uma sociedade que não está protegida e sem direitos.

Neste sentido, os emigrantes mais qualificados teriam acesso a direitos de estrangeiros garantidos em lei, apresentam *status* diferenciado e assumem a condição de cidadão no país de acolhimento, completamente distintos daqueles emigrantes não qualificados ou com reduzida escolaridade, que têm seus direitos sistematicamente violados, são submetidos a condições deploráveis e insalubres de trabalho, com extensas jornadas de trabalho, baixos salários e com ausência de proteção social do trabalho.

Nos anos 2000, o Brasil ocupa uma posição central no fluxo migratório internacional e inicia uma nova fase aberta para o recebimento de estrangeiros, na sua grande maioria, oriundos da periferia do capitalismo. Atraídos pela imagem difundida no exterior do Brasil, de país emergente, vários são os estrangeiros que se deslocam para nossas terras em busca de trabalho, emprego, saúde, educação e estabilidade.

Deste modo, no Brasil, a não efetivação ou pouca efetivação dos direitos concernentes aos refugiados e emigrantes tem a ver com questões externas e internacionais que compreendem as mobilidades dos trabalhadores a partir do processo de globalização e da reestruturação produtiva de cunho neoliberal, onde a questão da redução dos custos trabalhistas se impõe, via flexibilização, terceirização e precarização da força de trabalho que assume um lugar central na dinâmica do capitalismo atual.

Também parece claro que se identificam dificuldades internas por parte do governo brasileiro, principalmente, no que se refere à operacionalização de uma política de imigração, operada pelo Estado, a partir do fundo público que envolve determinadas ações e atividades inseridas no planejamento estatal, as quais se desdobram em planos, programas e projetos que não são realizados ou parcialmente realizados na realidade cotidiana da população.

Importa sinalizar que os direitos humanos e sociais estão diretamente relacionados às obrigações positivas e negativas do Estado. Sendo assim, o descumprimento ou omissão do Estado, relativo à sua obrigação positiva mediante a implantação de políticas públicas, compromete a satisfação e a proteção de direitos humanos, haja vista

que a obrigação positiva por parte do Estado implica a observância de normas e regulamentos estabelecidos por ele, assim como a realização de ações e intervenções através de políticas públicas.

No que diz respeito à política migratória do Brasil, de acordo com alguns resultados de pesquisas realizadas, principalmente com os refugiados haitianos, registram-se problemas em relação à informação, orientação, organização e monitoramento dos espaços de acolhimento onde são recebidos os refugiados.

Ainda conforme a pesquisa citada, identificam-se contradições entre o discurso governamental e o que está inscrito na lei (Resolução n.º 97/2012 do Conselho Nacional de Imigração (CNIg), órgão do Ministério do Trabalho “que recebe, abriga e documenta, mas não assegura a permanência e proteção definitiva desses trabalhadores” (MAMED; LIMA, 2015).

Como afirmam Mamed e Lima (2015, p. 55), ao se referirem aos trabalhadores haitianos: “na Amazônia acreana vem se configurando uma espécie de mercado da força de trabalho pobre, negra e barata, como limitadas possibilidades de resistência às formas de exploração, opressão e violência que o trabalho precário oferece”.

Esta mesma situação se identifica no sudeste do Pará, na região de Carajás, com o intenso fluxo migratório, principalmente de migrantes maranhenses, em busca de trabalho para fugir dos mais diversos tipos de situações de violência, escassez e fome. São migrantes, frequentemente, atraídos pelas promessas do modelo de desenvolvimento vigente, baseado na extração de *commodities* minerais e no discurso da “geração de riqueza e emprego”. Na prática, o que se observa é o fenômeno da terceirização, subcontratação, precarização e da exploração de mão de obra barata para trabalhar, principalmente na área da Construção Civil, com o registro de inúmeras violações de direitos trabalhistas e sem proteção ao trabalho.

Devido à intensidade do fluxo migratório na região, identificam-se problemas em registrar os dados relativos ao crescimento populacional e à densidade demográfica. Neste sentido, a intensificação do fluxo migratório e o crescimento populacional provocam o aumento das taxas de urbanização e densidade demográfica, o que implica a necessidade de ampliação de vários serviços públicos.

Em outros trabalhos, evidenciaram-se os problemas decorrentes da ausência de planejamentos dos municípios paraenses, lo-

calizados no entorno dos projetos minero-metalúrgicos e da pouca participação da sociedade civil organizada para pensar os problemas e os impactos negativos socioambientais provenientes deste modelo de desenvolvimento extrativista, tais como: os resíduos, as contaminações, as doenças, as mortes etc.

Portanto, independentemente da vontade e do livre arbítrio de cada agente técnico diretamente responsável pela formulação, implementação e execução da política, particularmente o assistente social, o quadro de intenso processo migratório na região dificulta qualquer tipo de planejamento, organização e implementação de ações e intervenções de políticas públicas na área da educação, saúde e assistência social. Também é digno de nota o aumento da violência sistêmica, da exploração sexual infantil e do tráfico de drogas na região.

Contudo, são estrangeiros não só os refugiados e emigrantes caribenhos (haitianos, senegaleses), latino-americanos, asiáticos, africanos e de outras nacionalidades. Também são tratados como estrangeiros os nossos migrantes que se deslocam no Brasil, oriundos das variadas regiões brasileiras, e cruzam o país de Norte a Sul em busca de trabalho para fugir de situações de violência, fome e extrema escassez. São estrangeiros porque em determinado momento abandonam suas raízes, suas histórias, suas lutas, seus costumes para se adequarem às exigências e normas do local e/ou se adaptarem a outros contextos culturais diferentes de seus países de origem.

A origem da palavra estrangeiro vem do latim e significa: *étranger*, estranho, de fora, do exterior, que não é do lugar, o “outro” que se apresenta como aquele que é diferente. Proponho refletir sobre o “outro” a partir de dois pontos de vista éticos, considerando a discussão dos princípios orientadores da profissão que estão nos códigos de ética da categoria.

1) Ponto de vista baseado em uma reflexão ética pautada em uma visão tradicional da profissão, que parte de motivações individuais e prerrogativas religiosas, influenciada pelos pressupostos filosóficos neotomistas e influenciada pelo neofuncionalismo (presente nos três primeiros códigos de ética da categoria). Pensar o “outro” baseado na orientação do “não julgamento”, do “não envolvimento”, “distanciamento” presente nos três primeiros códigos de ética da profissão.

2) Ponto de vista de uma ética a partir de uma perspectiva histórica com possibilidades de realização mais coletiva, (presente no Código de 1993/atual). Pensar o outro, colocar-se no lugar do “outro”, fugir da tão falada neutralidade profissional no exercício da prática do Serviço Social significa ter empatia com a causa do “outro” e evitar qualquer tipo de intolerância racial, sexual, étnica, estética, religiosa, política e social, significa firmar um compromisso tácito com a igualdade e liberdade que está posta no Código de 1993.

Os emigrantes/refugiados estão demandando liberdade de movimento, liberdade de circulação. Sabemos que não existe uma liberdade absoluta. Sartre (1989), em sua fase marcadamente marxista, afirma que: “a minha liberdade é a liberdade dos outros e aí está o caráter social da liberdade”. O conceito de liberdade com perspectiva histórica e dialética apresenta limitações em uma dimensão prática no capitalismo.

A construção desta ética com perspectivas históricas e dialéticas nos ajuda a pensar, não somente a situação dos refugiados/emigrantes, nos ajuda a refletir sobre todas as expressões da vida e do ser social, marcadas pelos atos cotidianos e por uma dimensão prática. Neste sentido, preferimos a ideia de construção de pontes entre os mais diferentes estratos da classe trabalhadora do que da construção de muros que separam e alimentam o ódio, a violência e estimulam uma série de brutalidades com todo tipo de sexismo e racismo que envolvem, não somente os refugiados e emigrantes, mas toda a sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos tempos sombrios que atravessam o período devastado de forma ainda mais singular pelo ultraneoliberalismo, a satanização dos direitos humanos é sustentada pelo conservadorismo em flerte com o neofascismo, os quais tomam conta da sociedade brasileira. Vislumbra-se o escancarar das expressões da questão social, da forma mais agudizada com que as agruras do capital possam evidenciar. A polarização política e a crise ética civilizatória traduzem-se em números que coisificam pessoas e secundarizam formas de violações nas mais diversas expressões, sobretudo quando envolve

pobres, negros, de periferia e imigrantes.

Urge que o profissional de Serviço Social, em suas bases de intervenção e reflexão, possa materializar o compromisso com o projeto ético-político, pautado nas demandas urgentes e emergentes que a categoria movimenta. Trata-se de ir além dos mecanismos de resistência, para construir patamares de luta que possam alavancar possibilidades de construções políticas orgânicas de direitos humanos em nome da classe trabalhadora.

REFERÊNCIAS

BENEVIDES, Bruna G. (Org.). **Dossiê Assassinatos e Violência contra Travestis e Transexuais Brasileiras em 2021**. Brasília: Distrito Drag; ANTRA, 2022.

CASARA, Rubens. **Contra a miséria neoliberal**. São Paulo: Editora Autonomia Literária, 2021.

CHAUÍ, Marilena. **Brasil: mito fundador e sociedade autoritária**. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2001.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Código de Ética do Assistente Social**. Brasília, 1993.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. 1. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2016.

FLORES, Joaquim H. **A Reinvenção dos Direitos Humanos**. Florianópolis: Editora Boiteux, 2009.

GERSHENSON, Beatriz. **Disputas teóricas e políticas em torno dos direitos humanos**. In: Direitos humanos em tempos de Pandemia da COVID 19. SILVA, Cleyton César S. (Org.). X Jornada Internacional de Políticas Públicas. Maranhão: UFMA, nov. 2021.

INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS E APLICADAS – IPEA. **Atlas da Violência: retrato dos municípios brasileiros 2019**. Disponível em: <<https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/9489>>. Acesso em: 22 ago. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA –

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua**. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9171-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-mensal.html?=&t=destaques>>. Acesso em: set. 2022.

MARX, Karl. **Sobre a questão judaica**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2010.

MAMED, Leticia Helena; LIMA, Eurenice O. de. **Trabalho, Precarização e Migração**: o processo de recrutamento de haitianos na Amazônia acreana pela agroindústria brasileira. Revista Novos Cadernos NAEA da UFPA, v. 18, n. 1, 2015.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. Arte & Ensaios. Revista do P. GAV/EBA/UFRJ, n. 32, dez. 2016.

MOREIRA, Carlos Felipe N. **O projeto ético-político do Serviço Social no atual contexto antidemocrático brasileiro**. Revista Praia Vermelha, v. 29, n. 2, p. 529-558. Rio de Janeiro, 2019.

MOTT, Luiz; MICHELS, Eduardo. **Relatório 2018**: Assassinatos de LGBT no Brasil [*on-line*]. Brasil: Grupo Gay da Bahia – GGB, 2019. Citado em: 01 maio 2017. Disponível em: <<https://homofobiamata.files.wordpress.com/2017/01/relatc3b3rio-2016-ps.pdf>>.

Transgender Europe (TGEU). **TMM Update Trans Day of Remembrance 2018** [*on-line*]. Berlin: Transgender Europe (TGEU), nov. 2018. Citado em: 30 mar. 2019.

NEISA, Ricardo. P. **Capitalismo contemporâneo, fascismo y encrucijada del proyecto ético político del Servicio Social**. Revista Praia Vermelha, v. 29, n. 2, p. 619-638. Rio de Janeiro, 2019.

RAFAEL, Josiley C. **Trabalho, Questão Social e Opressões**: contribuições ao debate sobre violência de classe, raça e gênero no Brasil. Revista Gênero, Niterói, v. 20, n. 2, p. 110-131, 1º sem. 2020.

SARTRE, Jean-Paul. **O existencialismo é um humanismo**. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1989.

TENDÊNCIAS DO CONSERVADORISMO NO TRABALHO PROFISSIONAL

Maria Antônia Nascimento¹
Lidiany de Lima Cavalcante²
Patrícia Krieger Grossi³

INTRODUÇÃO

A bibliografia concernente à produção brasileira do Serviço Social brasileiro tem chamado a atenção para a relação seminal entre o capitalismo monopolista e a profissão, condição que torna imbricada a relação entre esta e o conservadorismo. Neste contexto, a/o profissional do Serviço Social tende a se destacar na elaboração, gestão e, principalmente, na execução das políticas sociais, entendidas como mediação fundamental na luta de classe, em que o consenso em torno desse antagonismo, ao mesmo tempo em que dilui a potencialidade de sedição⁴ da classe trabalhadora, se caracteriza pela provisoriade, elucidando a condição histórica das políticas sociais.

1 Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP). Professora da Faculdade de Serviço Social (FASS) e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Pará (PPGSS/UFPA). Líder do Grupo Estudos e Pesquisas “Trabalho, Estado e Sociedade na Amazônia” (GEP-TESA). Lattes: <<http://lattes.cnpq.br/2918467728101022>>. ORCID: <<https://orcid.org/0000-0002-2931-1967>>. E-mail: mariaant@ufpa.br

2 Assistente Social. Doutora em Sociedade e Cultura na Amazônia. Professora do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas. Coordenadora do Laboratório de Estudos de Gênero. Membro do Grupo de Pesquisa em Gestão Social, Direitos Humanos e Sustentabilidade na Amazônia (GEDHMAM/UFAM). Lattes: <<http://lattes.cnpq.br/6833372279403809>>. ORCID: <<https://orcid.org/0000-0003-0477-6386>>. E-mail: lidiany@ufam.edu.br

3 PhD em Serviço Social pela Universidade de Toronto (Canadá). Professora Adjunta da Graduação e Pós-Graduação em Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Gerontologia Biomédica da PUCRS. Líder do Grupo de Estudos e Pesquisa em Violência – NEPEVI. Pesquisadora Produtividade em Pesquisa do CNPq 1C. Lattes: <<http://lattes.cnpq.br/4275343111687273>>. ORCID: <<https://orcid.org/0000-0002-0851-639X>>. E-mail: pkgrossi@pucrs.br

4As negociações esdrúxulas a que se assiste hoje no Congresso Nacional brasileiro para aprovação de Emenda Constitucional que regulamente benefícios emergenciais, em ano eleitoral, são uma ilustração dessa hipótese analítica concernente às políticas sociais.

No Brasil, o exame da relação Estado e sociedade, sob orientação marxista, tem como uma das referências Florestan Fernandes, no livro “A Revolução Burguesa: ensaios de interpretação sociológica” (1975). Para este autor, a revolução burguesa que se constituiu no Brasil não guarda semelhança com as experiências europeias que, de alguma forma, tinham como horizonte a igualdade, em contraposição à resistência à ampliação dos direitos e à democratização da sociedade.

O Estado, como uma das mediações necessárias da luta de classes, para Fernandes (1975), no Brasil, em raras conjunturas históricas, não confirmou a hipótese de Karl Marx e Frederick Engels⁵, por conseguinte, afastando-se da relativização proposta por Antonio Gramsci⁶ (2002). Qualquer tentativa de mudar o curso da história de exploração e dominação pela mobilização dos segmentos organizados da classe trabalhadora e dos povos originários, indígenas e quilombolas, tem resultado em retrocessos, identificados por Fernandes (1975) como “revolução pelo alto”, em que segmentos da classe burguesa interpelam, por meio de acordos, a sociedade civil organizada, em defesa da superação dos privilégios, chegando a casos extremos, como ao que estamos assistindo nos últimos três anos.

A ilustração da natureza provisória das políticas sociais no país, que confirma a particularidade do capitalismo, nessa paragem analisada por Fernandes (1975), pode ser observada pelo retrocesso do governo federal concernente ao enfrentamento no passado recente das desigualdades sociais. A gestão atual do país vem transformando a proteção social, materializada pela seguridade social na

5 A hipótese de Karl Marx e Friedrich Engels, em relação ao Estado como comitê executivo da classe burguesa, foi explicitada nos seguintes termos, no livro “O Manifesto do Partido Comunista”, de 1848: “já que o Estado é uma forma na qual os indivíduos de uma classe dominante fazem valer seus interesses comuns [...], disso decorre que todas as instituições comuns passam através da mediação do Estado e recebem uma forma política” (MARX; ENGELS, *apud*, COUTINHO, 1985, p. 18).

6 Segundo Carlos Nelson Coutinho (1985), esse posicionamento ganhou outra dimensão com o debate da ampliação da teoria de Estado e do conceito de revolução como processo, em que Antônio Gramsci figura como um dos principais interlocutores, devido à particularidade da relação Estado e Sociedade vivenciada, na Itália, no período de sua análise. O aprofundamento da tese seminal de Marx e Engels, por este autor, se expressa pela forma como a categoria hegemonia e sociedade civil são refletidas. A elaboração do escritor italiano permitiu uma relativização da tendência do Estado posto por Marx e Engels, na mencionada obra, uma vez que a ampliação processada por Gramsci remete ao caráter contraditório do Estado em decorrência da potencialidade da luta de classes ou do que comumente se define como correlação de forças.

Constituição Federal de 1988, em benesses geridas pelos “fundamentalistas do mercado e os fundamentalistas ideológicos” (LEHER, SARDINHA, 2021, p. 3), expressões do conservadorismo reacionário.

Este capítulo objetiva discorrer sobre a reatualização do conservadorismo no trabalho profissional de assistentes sociais, no Brasil, no presente, considerando a luta histórica, simbolizada a partir de 1970, no enfrentamento das expressões do conservadorismo, principalmente, da sua derivação mais radical, o reacionarismo, o qual conduz ao mutismo demandas de parte da sociedade, principalmente quando envolve a população indígena, quilombola, LGBTI+ e pobres de periferia, dentre outros segmentos sociais vulnerabilizados. Através de uma reflexão teórica com aportes documentais, o texto estrutura-se em três partes, além da introdução e da conclusão, a saber: Serviço Social e conservadorismo: o debate que não envelhece; Reverberações do conservadorismo bolsonarista; e na última seção o debate sobre o trabalho da/o assistente social no contexto do conservadorismo bolsonarista. Urge fomentar a discussão, pois, como dizia o poeta Thiago de Mello (2006), é preciso “mudar em movimento, mas sem deixar de ser o mesmo ser que muda” (p. 65).

Serviço Social e Conservadorismo: o debate que não envelhece

Como mencionado alhures, a relação entre a profissão do Serviço Social e o conservadorismo é seminal na história da categoria profissional, quando se parte da orientação dada pela Lei de Regulamentação da Profissão, do Código de Ética, ambos aprovados em 1993, e do Projeto Ético Político (1996), que postulam a defesa da formação, da profissionalização e da pós-graduação, baseadas nos ensinamentos teórico-metodológicos do materialismo histórico-dialético.

Esta direção teórico-metodológica e política coaduna a necessidade de analisar não só o passado, mas o presente e o futuro das profissões e, principalmente, do Serviço Social, no bojo da totalidade histórica, com primazia para o modo de produção capitalista. Tal premissa analítica soma-se à reivindicação de que o universal não se esgota nele mesmo, pressupondo, dialeticamente, o reconhecimento da particularidade e da singularidade. Escorsim Netto (2011), apoiada em Marx, esclarece:

O pensamento conservador, tal como o entendemos aqui, não é um “estilo de pensamento” intemporal, a-histórico, encontrá-

vel em qualquer tempo e qualquer sociedade. Nem se confunde com quaisquer formas intelectuais e comportamentais que valorizam, sancionam e defendem o existente – formas às quais cabe a denominação de *tradicionalismo*. Antes, o pensamento conservador é uma expressão cultural (obviamente complexa e diferenciada como veremos) particular de um tempo e um espaço sócio-histórico muito preciso: o tempo e o espaço da configuração da sociedade burguesa – configuração que deve ser tomada como uma “rica totalidade de determinações e relações diversas” (Marx, 1982, p. 14) em que operam movimentos e tensões em todas as esferas e instâncias sociais. (ESCORSIM NETTO, 2011, p. 40).

O debate é instigante e vale o aprofundamento. Para Burke (1982), um dos clássicos expoentes do pensamento conservador, o significado do conservadorismo está alicerçado no resgate e na afirmação das velhas tradições. O autor critica a possibilidade de que a liberdade humana esteja fora da ordem da obediência e das tradições sociais, construídas historicamente por uma maioria dominante. Scruton (2019) assevera que a sociedade deve seguir apenas o que é reconhecido pelas instituições sociais, olvidando tudo o que ocorre fora desta perspectiva. Defende, ainda, a propriedade privada centrada no mérito de cada um e prega a ideia de que a desigualdade é um fator natural e não cabe ao Estado tecer qualquer mecanismo de enfrentamento ou superação.

Ao trazer a concepção do conservadorismo para o interior da profissão, o debate ganha densidade nesta área de conhecimento com Iamamoto (1992) e, principalmente, Netto (1996), para quem a “estrutura sincrética”⁷ da profissão determina, independentemente das conjunturas históricas, o trabalho das/os assistentes sociais. A *dimensão ontológica do sincretismo* na profissão passa pelo reconhecimento de que o conservadorismo está imbricado na profissão. A hipótese de trabalho do mencionado autor reverbera nos trabalhos posteriores, elaborados por intelectuais de orientação crítica marxiana e marxista, no interior da categoria profissional.

Nesta direção, a proposta de Netto, de “estrutura sincrética”, tem sido sintetizada, dentre outras e outros autoras/es, por Motta (2016), que adota a metáfora da *peleja* para identificar a resistência

7 O sentido lato da palavra sincretismo remete à ideia da fusão de coisas que se negam, tensão entre doutrinas.

do Serviço Social ao conservadorismo radical, bem como por Santos (2007), Guerra (2016), Souza (2016) e Maranhão (2016). As leituras destas referências permitem resumir algumas questões a respeito do debate:

- Os fundamentos históricos da profissão de serviço social, no contexto do capitalismo monopolista/imperialista ou “maduro”, definem a criação de profissões para administrar, gerenciar a reprodução social da força de trabalho, dentre elas, o Serviço Social;

- As atribuições definidas pela divisão social e técnica do trabalho capitalista ao Serviço Social caracterizam-se por uma multiplicidade de ações e práticas emergenciais, que visam alienar não só o/a profissional como também o/a usuário/a das injunções estruturais e conjunturais explicativas da desproteção social como direito humano. Em outras palavras: “cria um terreno fértil para as práticas pragmáticas e burocráticas, que visam apenas reproduzir o ambiente institucional” (MARANHÃO *apud* NETTO, 1996, p. 174).

Para as/os autoras/es, embora prenhe de contradições, devido ao antagonismo que organiza a luta de classe, o trabalho da/o assistente social tende a reiterar mais as atribuições institucionais de quem as/os contrata do que das legislações que regem o exercício profissional, que, como mencionado acima, seguem orientação anticapitalista.

A relativa autonomia do exercício profissional tensiona com a presença do conservadorismo, que, dependendo do nível de organização da classe trabalhadora, em geral, e da categoria de assistentes sociais, em particular, pode potencializar o “pacto” democrático em que as políticas sociais e outras mediações predominem, em contraposição ao assistencialismo e ao fundamentalismo de mercado⁸ e ideológico, do qual nos falam Leher e Sardinha (2020).

O pensamento neoliberal (Hayek, Friedman, Mises) e a agência política das fundações de extrema direita (*Atlas Network, Cato Institute, Heritage*) há tempos adotam a estratégia de incidir so-

8 A reflexão de Leher e Sardinha vai na direção da análise de Aldaíza Sposati (2018), quando a autora afirma: “a partir desse entendimento, é aqui considerado que a proteção social tem apresentado deslocamentos do campo desmercadorizado público e estatal e apresentado, paradoxalmente, seu uso como mercadoria”. Adota-se, neste artigo, a expressão inglesa commodity, mais popular do que em português, esclarecendo que, embora se aplique a mercadorias in natura, com baixo valor agregado e alto valor comercial e estratégico, aqui, e de modo analógico e simbólico, é aplicada à proteção social.

bre a educação, buscando desconstruir o conceito liberal democrático, dito construtivista, herdeiro do Iluminismo e da Revolução Francesa. O propósito é extinguir o público, o comum, e, sobretudo, os direitos sociais garantidos como dever do Estado. (LEHER; SALDANHA, 2020).

De acordo com as referências evidenciadas, concernentes ao debate do conservadorismo no Serviço Social, o pragmatismo empiricista, o subjetivismo idealista e o irracionalismo, bem como o messianismo, são manifestações de um trabalho profissional que se orienta pelo ecletismo, tanto do ponto de vista teórico, como prático, funcionais à ordem instituída.

Para Barroco (2015), o conservadorismo associa as crises e expressões da questão social como problemas de ordem moral, os quais são resultados do que se chama de “desestruturação” familiar na respectiva corrente de pensamento, como também o resultado do rompimento com os ditos valores tradicionais de responsabilidade individual. Esta perspectiva não considera o processo de sociabilidade capitalista excludente como protagonista da exclusão, mas, sim, culpabiliza pessoas e configurações familiares pela sua própria condição, como também assegura que o Estado não deve ter ações como ferramentas de intervenção.

O cotidiano contemporâneo apresenta-se sob a forma de agudização da barbárie. De acordo com Boschetti (2017), vive-se em uma sociedade onde visualizar um adolescente amarrado a um poste já não chama atenção, atear fogo em uma pessoa indígena não traz comoção, a morte de pessoas LGBTIs (lésbicas, gays, bissexuais, transexuais e intersexuais) torna-se um debate secundário, assim como outras formas de violência que envolvem o debate das interseccionalidades, tidas como ‘desnecessárias’. Importa apenas erguer a bandeira do conservadorismo sob o véu do reacionarismo e do fundamentalismo. Sobre este último, Armstrong (2001) ressalta que se vislumbra ao analisar apenas o que é fundamental sobre determinado assunto ou tema. Trata-se de uma visão unilateral, com interpretação fechada em apenas uma forma de visualizar determinado assunto ou realidade.

A interpretação da profissão de Serviço Social, sob esta perspectiva, longe de negar a possibilidade de um trabalho social que

contribua para a efetivação de um país assentado em uma sociedade, onde a partilha do orçamento público seja igualitária entre as/os brasileiras/os, remete à vigilância permanente da particularidade do capitalismo no Brasil, que, como já assinalado, tem-se negado a reconhecer direitos, enfocando-se, sobretudo, em priorizar privilégios. Desproteção, ao invés de proteção, como estamos vivenciando.

REVERBERAÇÕES DO CONSERVADORISMO BOLSONARISTA

Assiste-se, nos últimos três anos, no país, a um questionamento e a um desmonte, pelo governo federal, de lutas e conquistas históricas em torno da ampliação de direitos. A postura do referido mandatário, porém, não deve ser entendida fora da dimensão universal do capitalismo, que, nos dizeres de Forti (2021), se caracteriza como *extrema direita internacional*. Estudos como os de Checchia (2020) têm chamado a atenção para a presença do fascismo e do nazismo, no Brasil, em várias conjunturas históricas. Elucida o autor:

Dos integralistas nos anos 30 até hoje, no seio das igrejas e polícias, por três vezes o fascismo se converteu em uma ameaça social e política no Brasil. A análise dessas emergências mostra uma presença que precisa ser sempre combatida. [...] Isso posto, fica mais fácil entender o que quer dizer o grito de guerra de parte da extrema-direita brasileira que brada pela “ucranização do Brasil”. Parece-nos que não gritam apenas pela tomada do poder pelo golpe, como aconteceu na Ucrânia em 2014 e aqui em 2016, mas fazem um constante chamado à estruturação do Estado brasileiro sobre ideologias e organizações nazifascistas. A nazificação do Brasil, ou para ser mais amplo e completo, a sua fascistização, parece ser um risco pouco levado a sério, pois apesar de seus problemas com racismo e misoginia, muita gente ainda acredita que o país estaria longe de alguma forma de ascensão do fascismo. (CHECCHIA, 2020, p. 25).

A tendência à *fascistização*, presente na postura conservadora bolsonarista, exacerba o reacionarismo contra os mais pauperizados, o que pode ser evidenciado pelo retorno da fome ao Brasil. De acordo com o site Geledes (2022), os dados da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) apontaram que a

fome ou a insegurança alimentar⁹ grave¹⁰ afetou 15,4 milhões de brasileiros (7,3% da população) entre os anos de 2019 e 2021. Ilustram, ainda, um crescimento, quando comparados com o período anterior à pandemia de coronavírus, 2014 a 2016, em que o número de brasileiros/os vivendo em situação de *insegurança alimentar grave* foi de 3,9 milhões, ou 1,9%. Soma-se ao conservadorismo reacionário, adotado como política de Estado no país, o retorno do racismo antinegro e indígena de forma frontal, direta e violenta, desconsiderando dados oficiais que informam a crueldade da persistência dos efeitos da formação racista, no país, como o documento *Desigualdades sociais por raça ou cor no Brasil* (IBGE, 2019), que, ao se reportar ao ano de 2018, elucida que a desigualdade social se confunde com desigualdade sociorracial: no mercado de trabalho, pretos e pardos perfazem 54,9% de toda a força de trabalho do país, já brancos somam 43,9%; pretos e pardos constituem majoritariamente o grupo de pessoas desocupadas (em situação de desemprego), perfazendo 64,2% dessas em analogia a 34,6% de pessoas brancas; pretos e pardos ocupam 29,9% dos cargos gerenciais e brancos 68,6%. Nesta mesma direção, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD, referente ao primeiro trimestre de 2020, apontava que pessoas negras (pretas e pardas) abrangiam 56,4% da população do país, mas, a despeito da superioridade numérica, este segmento populacional tinha primazia na desigualdade social (IBGE, 2020).

Apesar deste quadro, é recorrente a divulgação do presidente e de seus ministros acerca do “racismo às avessas” ou *mimimis*, por parte de negros, quilombolas (que tiveram removidas suas terras no auge da pandemia) e indígenas, como a polêmica do Marco Temporal, que restringe o direito às terras deste segmento. Ademais, dados publicados, diariamente, pelos meios de comunicação de abrangência nacional evidenciam as diversas formas de violência de brancos

9 A despeito da relevância dada pelos segmentos democráticos da sociedade brasileira à indiferença do governo federal com a exacerbação da desigualdade, sendo uma das expressões a fome, avaliamos que a expressão insegurança alimentar tende a dar um tratamento palatável à questão, no país, principalmente se considerarmos a referência no debate de Josué de Castro, no livro “Geografia da Fome: o dilema brasileiro: pão ou aço” (1984).

10 A FAO denomina insegurança alimentar severa quando as pessoas não têm comida, passam fome e, no mais extremo, ficam vários dias sem comer, colocando sua saúde e seu bem-estar em grave risco, com base na Escala de Experiência de Insegurança Alimentar (FIES).

contra negros e indígenas, bem como ataques às agendas de gênero¹¹, de raça¹² e de pessoas com deficiência, nas políticas sociais.

Outra manifestação do desmonte do sistema de seguridade social, das políticas sociais pelo conservadorismo reacionário, em curso no governo federal brasileiro, diz respeito ao Decreto n.º 10.852, que regulamenta o Programa Auxílio Brasil, instituído pela Medida Provisória n.º 1.061, de 09 de agosto de 2021. O Programa extingue o Bolsa Família e cria novos auxílios, dentre os quais se destaca o Auxílio Criança Cidadã.

De acordo com Sardinha e Leher (2021), o reconhecimento da educação infantil como parte da educação básica é recente na história da educação brasileira e está inserido no conjunto das conquistas alcançadas, nos anos 2000, que superaram o *assistencialismo* das políticas sociais, no qual se encontravam as crianças de zero a cinco anos, vinculadas ao segmento mais frágil da classe trabalhadora. Assim, a criação do Auxílio Criança Cidadã visa alterar as Emendas constitucionais que asseguraram o financiamento público da educação infantil em creches e pré-escolas (EC n.º 53/2006) e a ampliação da escolaridade obrigatória das crianças de quatro e cinco anos de idade (que passa a compor a educação básica), com acesso aos programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde (EC n.º 59/2009). Desta forma, concluem os autores:

O Auxílio Criança Cidadã é deslocado para um dos principais *bunkers* da guerra cultural e um dos enclaves do domínio de confissões religiosas fundamentalistas, o Ministério da Cidadania, que passa a ser o espaço que tem o poder de “distribuir” (provavelmente, mediado pela dita ação social dessas organizações religiosas) os cheques escolares (*vouchers*) para que as famílias possam ter acesso às unidades de educação infantil,

11 O movimento Escola sem Partido, iniciado no processo eleitoral de 2018, a mobilização antiaborto e a insensibilidade diante do aumento exorbitante de feminicídio e, principalmente, a retomada do familismo, em que recai sobre as mulheres a responsabilidade de cuidar dos membros familiares, limitando seu exercício de poder por meio da inserção profissional e de outras atividades culturais, necessárias à plenitude da vida, dentre outros, exemplificam essa afirmação.

12 Registros da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos, vinculada ao Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos, referentes aos primeiros seis meses de 2021, evidenciam as vítimas de violência doméstica e de violação de direitos humanos, segundo o quesito raça/cor: do total denuncias, 34.971 declaravam-se pretas e pardas; 28.237 brancas; 457 amarelas e 211 indígenas (BRASIL, 2021).

por meio de sua oferta privada. Com isso, Jair Bolsonaro pretende, simultaneamente, atender aos grupos fundamentalistas que deixaram de ter o controle sobre a educação das crianças a partir da ampliação de sua oferta pública e, ao mesmo tempo, destruir a educação pública, laica, pública, não mercantil. O Decreto n.º **10.852/2021, que instituiu o programa de vouchers**, é flagrantemente inconstitucional [...]. (SARDINHA; LEHER, 2021, p. 02).

E mais:

Para fazer jus ao recebimento do *voucher*, o texto do Decreto impõe como condição a “ampliação de renda identificada mediante atividade remunerada ou comprovação de vínculo em emprego formal”. Podemos compreender que, na acepção deste governo, uma “criança cidadã” é aquela cujos pais têm trabalho – excluindo, portanto, os filhos de 12,8% dos brasileiros desocupados (5,2 milhões em situação de desalento), em agosto deste ano. (SARDINHA e LEHER, 2021, p. 03).

E, neste contexto de asfixia de direitos e deboche das lutas sociais, há ainda profissionais de Serviço Social que adensam o caldo conservador, acolhem posturas ideológicas de extrema direita e parecem remar contra a maré, no que tange à materialização do projeto ético-político profissional e às demandas dos projetos societários. Sobre isto, Barroco (2015) enfatiza que:

Mas, muitas vezes, o comportamento policalesco do assistente social não é demandado pela instituição. Parte dele mesmo, em função de sua orientação conservadora, objetivando o controle da vida dos usuários, o cerceamento de suas escolhas, o impedimento dos seus direitos, baseado em avaliações moralistas, na adoção de critérios de elegibilidade pautados em preconceitos e discriminações. (BARROCO, 2015, p. 634).

A análise da autora aponta que o profissional de Serviço Social assume posturas conservadoras, distantes da reflexão crítica acerca das agruras do capital, além disso, estabelecem mecanismos de punição e discriminação de usuários, com base em concepções ideológicas, racistas, misóginas e do que Ianni (1989) caracterizou como a criminalização da pobreza.

Este Estado para o qual se voltam as mulheres é o mesmo Estado patriarcal que se apropria do trabalho doméstico não remun-

rado das mulheres na maternagem das crianças, no tratamento dos idosos, doentes e deficientes, na reprodução da família, na superação de carências materiais, cuja solução passa por arranjos nada públicos, mas essencialmente privados e que significam mais horas de labuta e a mobilização de muitos esforços em redes de parentesco e vizinhança. Ou seja, a crise aguda do Estado brasileiro só não é maior hoje porque se reprivatiza na esfera do doméstico, serviços e produção de bens que há muito deveriam ser da competência do Estado. E isto só é possível porque a divisão social e sexual do trabalho fundada em diferenças anatômico-biológicas entre os sexos construiu tais distinções. (LAVINAS, 2015, p. 174).

Assim, sob o comando do capital, a população mais pobre, principalmente as mulheres, chefes de família, beneficiárias da política de assistência social, adensa as margens da sociedade ao sofrer com as faces do preconceito e com a política do vigiar e punir, muitas vezes, constituída como plataforma de intervenção profissional, de cariz conservadora e reacionária, a qual é legitimada pelas forças do bolsonarismo, como veremos na próxima seção.

O TRABALHO DA/O ASSISTENTE SOCIAL NO CONTEXTO DO CONSERVADORISMO BOLSONARISTA

A reprodução do pressuposto de que o trabalho da/o assistente social não está dissociado da divisão social e técnica do trabalho, no contexto do capitalismo imperialista, tornando ontológico o sincretismo na profissão, isto é, a concretude do conservadorismo, infirma a condição deste como tendência no exercício profissional, principalmente, quando se trata do Brasil acima apresentado.

Em relação ao trabalho de assistentes sociais e a relação com o conservadorismo, podemos observar nas narrativas de assistentes sociais entrevistados por Eufrásio (2015, p. 4) a seguir:

Olha, esta afirmação [de que as famílias beneficiárias de programas de transferência de renda são acomodadas e não se esforçam para trabalhar] não é 100% verdade. Mas também não é 100% mentira. Nós vemos casos típicos de pessoas que eu digo... eu costumo dizer, são “viciadas em assistência social”, nós temos famílias que nós sabemos nome e sobrenome, famílias que vêm de

uma geração de pessoas que são realmente com aquele mesmo perfil de acomodação [...].

Percebe-se a moralização em relação às famílias beneficiárias de programas de renda e a culpabilização das famílias pela situação de pobreza em que se encontram. A atribuição às famílias por sua condição de “vulnerabilidade social” vai de encontro ao projeto ético-político do Serviço Social mencionado anteriormente e reforça o individualismo e os preconceitos associados à pobreza, sendo a pobreza transmutada, na linguagem da política de assistência social, como “vulnerabilidade social”.

A perspectiva da totalidade social não é incorporada no exercício profissional e também encontramos resquícios deste conservadorismo quando as famílias são alvo de “controle” e “vigilância” de assistentes sociais, que adotam atitudes policialescas e punitivas, desconsiderando o modo e condições de vida de famílias em vulnerabilidade social. Isto pode ser evidenciado na fala da profissional do Serviço Social a seguir:

Nós fazemos um contrato, qual é o contrato? Chegar no horário, participar ativamente nas reuniões, não deixar acumular o dinheiro no banco ou não deixar ultrapassar valores, não usar celular durante as reuniões etc. Mas quando ela descumpra eu entendo que aí sim entra, muitas vezes, o comodismo, muitas vezes, a falta de responsabilidade. [...] Então, nós chamamos a responsabilidade nesse sentido e na terceira falta ela realmente vai ser excluída. (Assistente Social 2, 2013 *apud* EUFRÁSIO, 2014, p. 192-193 *apud* EUFRÁSIO, 2015, p. 5).

O relato demonstra uma lógica que reitera, novamente, a culpabilização das famílias pobres. Em geral, a mulher que é a principal beneficiária do auxílio é responsabilizada, caso descumpra a condicionalidade do programa. Se isto ocorre, falhou como mãe, como cuidadora e merece ser punida. Esta tem que ser domesticada, regulada e submetida a controle comportamental para que possa ser merecedora do benefício. Esta prática também foi evidenciada na tese de Doutorado de Geovana Prante Gasparotto (2017) sobre o exercício profissional de assistentes sociais em CRAS e CREAS do Rio Grande do Sul. Constatou-se que muitos profissionais reforçam

estereótipos de gênero ao atribuir o cuidado principal em relação aos filhos à figura materna e ao desconsiderar o contexto socioeconômico e cultural e outros determinantes que dificultam o cumprimento das condicionalidades como falta de creches, dificuldades de locomoção, precárias condições de vida, entre outros (GROSSI e GASPAROTTO, 2022).

No contexto do conservadorismo bolsonarista, a política de assistência social virou um “balcão de negócios, um balcão de benefícios”, segundo a assistente social entrevistada por Constant (2022), sendo que as assistentes sociais estão inseridas em um contexto de precariedade, sem recursos para implementar estratégias efetivas para romper com o ciclo de pobreza em que as famílias se encontram. A perspectiva da matricialidade sociofamiliar também não é operacionalizada, fragmentando as demandas das famílias e não considerando a dimensão da totalidade, a fim de possibilitar a mediação em relação às estratégias necessárias na direção da emancipação social destas famílias. Por consequência, estas são levadas a empreender esforços individuais para a superação da pobreza, a partir do uso de suas habilidades sociais e potenciais para inovar e empreender.

Gasparotto e Grossi (2017) trazem os resultados de um estudo qualitativo com 117 trabalhadores/as e gestoras do SUAS do Rio Grande do Sul sobre a perspectiva de gênero na política de assistência social. As narrativas foram submetidas à análise de conteúdo e revelaram o impacto negativo das estruturas precárias dos serviços socioassistenciais e a prevalência de concepções e práticas tradicionais e conservadoras, tanto no que se refere à perspectiva de gênero quanto à própria Política de Assistência Social, o que implica na fragilidade do enfrentamento das desigualdades de gênero pelos serviços e, também, a reprodução da divisão sexual do trabalho. Estas autoras concluem que a presença de estereótipos de gênero que desqualificam mulheres nas políticas públicas, legitima o processo de opressão e submissão das mesmas, impactando de forma extremamente negativa nos diversos aspectos da vida social. O mito do amor e instinto maternos, conforme formulado por Badinter (1985), associado às ideias retrógradas e conservadoras do tempo livre da mulher, da docilidade e do sexo frágil, são algumas das formas pelas quais as mulheres são expostas a sucessivas investidas, no sentido

de submeterem-se aos desígnios não somente dos homens, mas do capital e também do próprio Estado, através das prescrições comportamentais e das responsabilizações pelas diversas expressões, por meio das quais a questão social se materializa na vida das famílias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A tendência do conservadorismo no Serviço Social é algo que tem raízes históricas, asseveradas desde a gênese da profissão. Com a onda bolsonarista, várias plataformas foram legitimadas, entre elas: a misoginia, a violência, o racismo e a discriminação ficaram mais evidentes, sobretudo com a população feminina, pobre, preta e de periferia. Parte da categoria profissional adensa o caldo do conservadorismo e reacionarismo, por meio de intervenções punitivas, policiais e com critérios de moralização, principalmente no atendimento e acompanhamento de famílias.

As referidas atuações estão na contracorrente do projeto ético-político, o qual se espalha no arcabouço de legislações, resoluções e pelo Código de Ética da profissão, que tem nos princípios a defesa dos direitos humanos, a recusa do arbítrio e do autoritarismo, como base do trabalho profissional, a partir das diretrizes teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa.

Em tempos de ultraneoliberalismo predatório, urge que profissionais possam voltar para a frente de trabalho, em posição de reconhecimento do protagonismo social das famílias e na defesa da classe trabalhadora. Os desafios contemporâneos conclamam que o caminhar seja coletivo, pautado nas diretrizes da profissão e na luta pela construção de uma nova ordem societária.

REFERÊNCIAS

ARMSTRONG, Karen. **Em nome de Deus**. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2001.

BADINTER, Elisabeth. **Um amor conquistado: o mito do amor materno**. Tradução Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1985.

BRASIL. **Painel de Dados da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos**. Disponível em: <<https://www.gov.br/mdh/pt-br/ondh/paineldedadosdaondh/dados-atuais-2021>> Acesso em: 20 jun. 2021.

BARROCO, Maria Lúcia. **Não Passarão! Ofensiva neoconservadora e Serviço Social**. Revista Serviço Social & Sociedade, n. 124, p. 623-636. São Paulo, out./dez. 2015.

BOSCHETTI, Ivanete. **Agudização da Barbárie e Desafios ao Serviço Social**. Revista Serviço Social & Sociedade, n. 128, p. 54-71, jan./abr. 2017.

BURKE, Edmund. **Reflexões sobre a Revolução em França**. Tradução Renato de Assumpção Faria, Denis Fontes de Souza Pinto e Carmen Lidia Ritcher Ribeiro Moura. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1982.

CASTRO, Josué. **Geografia da Fome: o dilema brasileiro: pão ou aço**. Rio de Janeiro: Edições Antares, 1984.

CHECCHIA, Luiz Carlos, **Fascismo: não é só na Ucrânia**. Site Outras palavras.net. 30 mar. 2022. Disponível em: <<https://outraspalavras.net/historia-e-memoria/as-ninhadas-do-rancor-e-do-odio>>. Acesso em: 13 abr. 2022.

CONSTANT, Clarissa de C. **O impacto do discurso bolsonarista na política de assistência social**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2022.

COUTINHO, Carlos Nelson. **A Dualidade de Poderes: introdução à teoria marxista de estado e revolução**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.

ESCORSSIM NETTO, Leila. **O conservadorismo clássico: elementos de caracterização e crítica**. São Paulo: Cortez Editora, 2011.

EUFRÁSIO, Amanda. **Expressões do conservadorismo no serviço social brasileiro: um estudo sobre o trabalho com famílias na assistência social**. In: Anais do Seminário Nacional de Trabalho, Família e Política Social, 2015. Disponível em: <https://seminarioservicosocial2017.ufsc.br/files/2017/05/Eixo_3_112.pdf>. Acesso em: 12 set. 2022.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil**. Rio de

Janeiro: Editora Zahar, 1975.

FORTI, Steven. **As redes globais da extrema direita 2.0**. Revista IHU On-Line, 10 nov. 2021. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/614347-as-redes-globais-da-extrema-direita-2-0>>. Acesso em: 25 ago. 2022.

GASPAROTTO, Geovana P. **As Seguranças Sociais e a Perspectiva de Gênero no Sistema Único de Assistência Social**. 247 p. Tese (Doutorado em Serviço Social) –

PUCRS, 2017. Disponível em: <https://tede2.pucrs.br/tede2/bitstream/tede/7257/2/tes_geovana_prante_gasparotto_completo.pdf>.

GASPAROTTO, Geovana P.; GROSSI, Patrícia K. **A Perspectiva de Gênero na Política de assistência social: um debate necessário**. Revista O Social em Questão, ano 10, n. 38. maio/ago. 2017. Disponível em: <http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/OSQ_38_art_11_Gasparotto_Grossi.pdf>.

SCHROEDER, Lucas; INOUE, Giovanna. **Insegurança alimentar grave afeta 15,4 milhões de brasileiros**. Portal Geledés, 07 jul. 2022. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/inseguranca-alimentar-grave-afeta-154-milhoes-de-brasileiros/>>. Acesso em: 10 ago. 2022.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere: O Risorgimento**. Notas sobre a história da Itália. v. 1. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2011.

GROSSI, Patrícia K.; GASPAROTTO, Geovana P. **Social Welfare Policy in Brazil: The Reproduction of Gender Stereotypes and the Invisibility of Work Overload for Mothers**. Journal of the Motherhood Initiative for Research and Community Involvement, v. 13, n. 1, abr. 2022.

GUERRA, Yolanda. **Transformações societárias, Serviço Social e cultura profissional: mediações sócio-históricas e ético-políticas**. In: Serviço Social Brasileiro nos anos 2000: cenários, peijas e desafios. MOTA, Ana Elizabete (Org.). Recife: Editora Universitária, 2016.

IAMAMOTO, Marilda V. **Renovação e Conservadorismo no Serviço Social**. São Paulo: Cortez Editora, 1992.

IANNI, Octávio. **Questão Social**. Revista USP, set./out./nov. 1989.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Somos todos iguais?** O que dizem as estatísticas. Revista *Retratos*, n. 11. Rio de Janeiro, maio 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD**. 2020. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_mediaibge/arquivos/ff2505b84b22bdcdbcdb-f134ea9069e28.pdf>. Acesso em: 07 out. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD**. 2019. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9171-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-mensal.html?=&t=o-que-e>>. Acesso em: 07 out. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **PNAD Contínua**. Trabalho de crianças e adolescentes. 2016-2019. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/29737-em-2019-havia-1-8-milhao-de-criancas-em-situacao-de-trabalho-infantil-no-pais-com-queda-de-16-8-frente-a-2016>>. Acesso em: 10 jul. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil**. 2019. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2020.

LEHER, Roberto. **‘Vouchers’ educacionais: encontro de fundamentismos na ofensiva contra a escola pública**. Portal Carta Maior – Educação, 24 jan. 2021.

MARANHÃO, César. **Uma peleja teórica e histórica: Serviço Social, sincretismo e conservadorismo**. In: *Serviço Social Brasileiro nos anos 2000: cenários, pelejas e desafios*. MOTA, Ana Elizabete (Org.). Recife: Editora Universitária, 2016.

MELLO, Thiago de. **Man: A view from the florest**: A Floresta vê o Homem. Tradução e Organização Sérgio Bath. Manaus: Editora Valer/Prefeitura de Manaus, 2006.

MOTA, Ana Elizabete; AMARAL, Ângela. **Serviço Social brasileiro: cenários e perspectivas nos anos 2000.** In: Serviço Social Brasileiro nos anos 2000: cenários, peijas e desafios. MOTA, Ana Elizabete (Org.). Recife: Editora Universitária, 2016.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social.** São Paulo: Cortez Editora, 2004.

SARDINHA, Rafaela; LEHER, Roberto. **‘Auxílio Brasil’ institui os ‘vouchers’ escolares para destruir a educação básica pública.** Editora Fiocruz, 24 nov. 2021. Disponível em: <<https://www.epsjv.fiocruz.br>>.

SANTOS, Josiane S. **Neoconservadorismo pós-moderno e Serviço Social brasileiro.** Coleção Questões da Nossa Época. São Paulo: Cortez Editora, 2007.

SCRUTON, Roger. **Conservadorismo: convite à grande tradição.** Tradução Alessandra Bonruquer. 1. ed. São Paulo: Editora Record, 2019.

SILVEIRA JUNIOR, Adilson Aquino. **Serviço Social e construção de hegemonia dominante.** In: Serviço Social Brasileiro nos anos 2000: cenários, peijas e desafios. MOTA, Ana Elizabete (Org.). Recife: Editora Universitária, 2014.

SOUZA, Murillo Anunciação de. **O sincretismo no Serviço Social: uma abordagem ontológica.** In: Serviço Social Brasileiro nos anos 2000: cenários, peijas e desafios. MOTA, Ana Elizabete (Org.). Recife: Editora Universitária, 2014.

SPOSATI, Aldaíza de O. **Descaminhos da seguridade social e desproteção social no Brasil.** Revista Ciências & Saúde Coletiva, p. 2.315-2.325. Rio de Janeiro, 2018.

A MATERIALIZAÇÃO DO TRABALHO PROFISSIONAL DA(O) ASSISTENTE SOCIAL NA DIMENSÃO TÉCNICO-OPERATIVA

Gleny Terezinha Duro Guimarães¹

Lucilene Ferreira de Melo²

Roselene de Souza Portela³

INTRODUÇÃO

A dimensão técnico-operativa no Serviço Social não pode ser compreendida de forma indissociável das dimensões teórico-metodológica e ético-política. Apesar de cada uma delas apresentar características próprias, a sua materialidade ocorre na intersecção desta articulação. A mediação entre estas instâncias ocorre a partir do aporte teórico vinculado ao materialismo histórico e dialético, bem como da intencionalidade do profissional. Não existe um modelo para operacionalização destas dimensões, mas existem aspectos fundantes que as caracterizam e que, na prática profissional, devem ser mobilizados de forma consciente, a partir da compreensão da realidade e do contexto que se insere.

1 Pesquisadora Produtividade do CNPq. Membro da Comissão de Avaliação de Cursos da Graduação INEP/MEC. Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Letras PPGL/UFRGS, Linha de Pesquisa: Análises textuais, discursivas e enunciativas. Foi docente no Curso de Serviço Social e no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Escola de Humanidades da PUCRS (1991 - 2022/1). Pós-Doutorado em Serviço Social pela Universidade Católica Portuguesa - Lisboa (2005). Doutorado em Serviço Social pela PUC-SP (1995). Mestrado em Serviço Social pela PUCRS (1991). Graduação em Serviço Social pela PUCRS (1986). Graduação em Pedagogia pela UFRGS (1987). Graduação em Filosofia pela PUCRS (2017).

2 Assistente Social com Doutorado em Ciências Biológicas pelo INPA. Pós-Doutorado em Serviço Social pela UFRN. Professora do Departamento de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia - PPGSS/UFAM. Atuante no grupo de pesquisa Gestão Social, Direitos Humanos e Sustentabilidade na Amazônia - GEDHS/UFAM. ORCID: <<https://orcid.org/0000-0002-8667-1846>>. E-mail: lucilenefmelo@yahoo.com.br

3 Assistente Social. Professora Adjunta da Faculdade de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS/UFPA). Doutora em Ciências Socioambientais pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA/UFPA). Integrante do GPPUMA. ORCID: <0000-0003-3339-3528>. E-mail: roselene@ufpa.br

A dimensão técnico-operativa está relacionada ao campo do “fazer profissional”, porém, vai além dos próprios instrumentos e técnicas. A(O) assistente social faz uso diferencial do instrumental técnico, ultrapassando os procedimentos rígidos e mecânicos, priorizando os instrumentos, recursos e técnicas, de acordo com a sua finalidade e intencionalidade, utilizando-se de uma escolha consciente e reflexiva. Esta dimensão é concebida como um “conjunto de ações e procedimentos utilizados pelo profissional, que tem por finalidade o alcance de determinados objetivos através de suas ações, não analisada apartada das demais dimensões que são constitutivas da profissão” (RAMOS, 2018, p. 21).

Partindo deste pressuposto, este capítulo tem por objetivo refletir sobre a dimensão técnico-operativa, articulada às demais dimensões, a fim de contribuir com a produção do conhecimento sobre a mesma. Para tanto, realizamos uma revisão bibliográfica (MARCONI; LAKATOS, 1992), com levantamento das publicações que versavam sobre o tema. Destacamos as produções de Guerra (1999; 2002; 2012); Barroco (2009; 2015); Brandão (2007); Iamamoto (1998); Netto (2000); Pires (2005); Pontes (1995); Santos (2013; 2006); Santos, Souza Filho e Backx (2012); Sarmiento (2012); Trindade (2001); Yazbek (2014), entre outros.

Sendo assim, o capítulo está organizado da seguinte forma: primeiramente, intencionamos demonstrar a indissociabilidade entre as dimensões supracitadas; em seguida, ressaltamos a dimensão técnico-operativa como processo de reprodução ou de transformação social; na sequência, buscamos enfatizar a dimensão técnico-operativa, problematizando-a em relação à sua aplicabilidade.

Este aspecto específico pode remeter tanto à reprodução do sistema, quanto a um instrumento para a transformação, numa perspectiva de resistência à exploração dos trabalhadores e à precarização das condições de trabalho. Finalizamos o texto refletindo sobre a importância do aporte metodológico da dimensão técnico-operativa, enquanto mecanismo fornecedor de “pistas”, para que a indissociabilidade das dimensões estejam a serviço do acesso aos direitos sociais, o que reforça o compromisso com nosso projeto ético-político profissional.

A INDISSOCIABILIDADE ENTRE AS DIMENSÕES TÉCNICO-OPERATIVA, TEÓRICO-METODOLÓGICA E ÉTICO-POLÍTICA

As dimensões técnico-operativa, teórico-metodológica e ético-política caracterizam as condições objetivas do trabalho profissional da(o)s assistentes sociais, considerando que o Serviço Social é, por excelência, uma profissão interventiva. Ao mesmo tempo, não podemos deixar de contextualizar tais dimensões, a partir do aspecto instrumental que caracteriza a intervenção no serviço social.

Não se trata de compreendê-las como instrumentos, técnicas, modelos de intervenção, mas, sim, como um arcabouço complexo que constitui nossa profissão e que é composto por um conjunto de elementos que a singularizam e que determinam os processos de trabalho. Neste sentido, a instrumentalidade é compreendida na relação com a práxis e a partir de racionalidades da modernidade, perspectiva defendida por Guerra (1999, p. 14), quando diz que:

[...] não obstante as requisições profissionais por “novos” instrumentos operativos, a profissão carece de uma racionalidade, como fundamento e expressão das teorias e práticas, que seja capaz de iluminar as finalidades, a partir das quais o aparato técnico-operativo é mobilizado. (GUERRA, 1999, p. 14).

Refletir sobre a dimensão técnico-operativa implica situá-la na perspectiva da centralidade da categoria *trabalho*, tanto do ponto de vista ontológico, de constituição do ser social, quanto epistemológico, na perspectiva da produção do conhecimento, do avanço da tecnologia e da ciência. No entanto, isto está determinado pelas relações de produção e pelas relações sociais que caracterizam cada momento histórico. Dito de outro modo, as competências profissionais, considerando as dimensões técnico-operativa, teórico-metodológica e ético-política que materializam a intervenção profissional estão determinadas pelo modo de produção capitalista. Isto faz com que a intervenção profissional, dependendo da concepção/racionalidade que a subjaz, produza formas diferentes de ação na realidade.

A indissociabilidade entre a tríade das dimensões articula processos teóricos e metodológicos que caracterizam os processos de

trabalho mediados pela intencionalidade profissional. Entendemos que nenhuma intervenção profissional ocorre sem intencionalidade, a questão que diferencia as práticas é se esta intencionalidade serve para a manutenção das relações sociais ou, ao contrário, atua através de mecanismos de resistência que tenham como propósito a ruptura (CARDOS; DOI, 2017) do que foi sócio-historicamente instituído. Mas, afinal, como podemos caracterizar estas dimensões e a sua indissociabilidade?

A dimensão teórico-metodológica se caracteriza pelo aporte epistemológico que estrutura a produção do conhecimento de nossa área e aqui a opção hegemônica que caracteriza nosso projeto ético-político profissional é o materialismo histórico. Quanto à teoria, implica falarmos sobre os aspectos metodológicos que estão sendo considerados, os elementos que constituem o método dialético crítico e suas categorias (como totalidade, historicidade, contradição), bem como as categorias mediação e cotidiano.

Neste sentido, a dimensão teórico-metodológica diz respeito às matrizes do conhecimento, mas, principalmente, à escolha de uma matriz crítica que à luz da perspectiva marxiana possa fornecer elementos para compreensão de como se estrutura e funciona o sistema capitalista. Não somente para sua compreensão, mas, principalmente, para que (o) assistente social desempenhe uma intervenção de transformação da realidade social.

A dimensão ético-política é pautada pela oposição à visão positivista e funcionalista da sociedade; ela não se pauta na neutralidade epistêmica. Considera, exatamente, o oposto disso, que toda ação e práxis social constituem uma ação política determinada por valores, interesses, projetos societários que entram em disputa.

Os aspectos éticos não se relacionam, nem com o moralismo, nem com o conservadorismo, mas, sim, com uma práxis e um compromisso com a transformação da sociedade, pois se luta contra todas as formas de opressão e de desigualdades sociais. Estar na defesa intransigente da classe trabalhadora significa se opor à exploração da venda da força de trabalho e dos mecanismos de produção de mais-valor que geram a acumulação do capital.

Nossos parâmetros éticos estão, claramente, descritos no Código de Ética dos assistentes sociais, como um conjunto de valores,

princípios, normas, direitos e deveres que norteiam a prática profissional (BARROCO, 2009); esta mesma noção integra o projeto ético-político profissional. Sendo assim, toda prática profissional é uma prática política e uma prática de cunho ético, pois efetiva-se “no conjunto das relações sociais, nela se imprime uma determinada direção social por meio das diversas ações profissionais” (TEIXEIRA; BRAZ, 2009, p. 188).

Yazbek (2014), ao se referir à dimensão política do trabalho profissional da(o)s assistentes sociais, ressalta a importância da articulação entre as três dimensões, de forma que estejam sempre sendo atualizadas e ressignificadas. Em suas palavras:

E, à medida que novas situações colocam novos desafios e exigências, a profissão busca atualizar-se, redefinindo seus procedimentos e estratégias de ação, adequando-se às novas demandas e redefinições do mercado de trabalho e da conjuntura social. Este movimento da profissão, que pode (ou não) realizar direitos de cidadania, não se faz sem referentes, mas segue uma direção social apoiada na força de um projeto profissional ético, político, teórico, metodológico e técnico-operativo. (YAZBEK, 2014, p. 289).

A dimensão técnico-operativa considera o arcabouço instrumental que particulariza a intervenção profissional. Nesta dimensão, não se considera apenas a forma de aplicação de uma técnica e como operacionalizá-la, mas as habilidades para tal, além da influência das demais dimensões. Podemos compreender esta dimensão como sendo:

[...] constituída dos seguintes elementos: as estratégias e táticas definidas para orientar a ação profissional, os instrumentos, técnicas e habilidades utilizadas pelo profissional, o conhecimento procedimental necessário para a manipulação dos diferentes recursos técnico-operativos, bem como as orientações teórico-metodológica e ético-política dos agentes profissionais. (SANTOS; SOUZA FILHO; BACKX, 2012, p. 21).

A propósito, podemos citar como exemplo a realização de uma entrevista com usuários, a escuta sensível, a acolhida, entre outras, mas, principalmente, a forma como estas técnicas estão sendo

operacionalizadas, tendo, também, como parâmetros as dimensões teórico-metodológica e ético-política. Neste sentido, temos a “teoria como instrumento de análise do real, onde ocorre a intervenção profissional (dimensão teórico-metodológica) para criar estratégias e táticas de intervenção (dimensão técnico-operativa) comprometidas com um determinado projeto profissional (dimensão ético-política)” (SANTOS, 2013, p. 26).

Em outras palavras, e seguindo o mesmo exemplo da entrevista, conduzi-la sob os auspícios do arcabouço teórico-metodológico do materialismo histórico é diferente de uma condução ancorada em outra perspectiva teórica, ou seja, realizamos a entrevista tendo como categorias explicativas da realidade as do método dialético crítico. Na forma de encaminhar a entrevista, estão implicados os pressupostos éticos que lhe dão direcionamento e intencionalidade na intervenção. Como podemos perceber, todas as dimensões estão inter-relacionadas, pois não é possível falar de uma sem considerar as demais. “Estas dimensões encontram-se presentes nas diferentes expressões do exercício profissional: formativa, investigativa, organizativa e interventiva. Elas formam entre si uma relação de unidade na diversidade” (SANTOS, 2013, p. 25).

DIMENSÃO TÉCNICO-OPERATIVA: Reprodução ou transformação?

O processo de intervenção profissional da(o) assistente social nem sempre foi desenvolvido com as mesmas características. É importante destacar que a profissão, em seus primórdios, se relacionava com os valores cristãos, na medida em que o objetivo da atuação profissional possuía relação íntima com os dogmas da Igreja Católica (BRANDÃO, 2007).

Nesse sentido, a reprodução desses valores cristãos se deu pela criação do Centro de Estudos e Ação Social (CEAS) e pela formação das primeiras escolas de Serviço Social (compostas fundamentalmente por mulheres), no Brasil, no começo do século XX, na década de 1930, que visavam formar seus membros de acordo com a doutrina católica, tendo em seu currículo disciplinas como: Doutrina Social da Igreja, Moral e Religião; demonstrando, facilmente, a preocupa-

ção com a promoção e manutenção da moral cristã (SANTOS, 2006).

A ação profissional pautada nos valores cristãos tinha o funcionalismo como referencial teórico que respaldava a sua intervenção e o principal pensador Émile Durkheim (BRANDÃO, 2007). Dessa forma, os instrumentais e as técnicas utilizadas no “fazer profissional” do assistente social deveriam corresponder às doutrinas religiosas.

Segundo Pires (2005), no início da profissão, no Brasil, os instrumentos e as técnicas foram muito valorizados pela categoria profissional. Entretanto, o Serviço Social não criou ou possuiu instrumental técnico próprio. Para Guerra (2012), a profissão tem se apropriado das ciências sociais para extrair e reformular os instrumentos e técnicas de intervenção, o que demonstra a não neutralidade do conteúdo dos instrumentos, tendo em vista que foram formulados pela disciplina sociologia acadêmica para satisfazer aos interesses dos modos de produção e reprodução capitalista. Tal disciplina compreende os instrumentos, as técnicas, os procedimentos, os modelos de investigação, interpretação e intervenção dos processos sociais, sob uma lógica superficial e fragmentada.

Cabe destacar que, naquele momento histórico, a dimensão técnica era desenvolvida pela profissão com maior ênfase, que tinha como base a técnica profissional com “fim em si mesma”, caracterizando o que conhecemos como “tecnicismo do Serviço Social”, o qual se amparava numa neutralidade, formada por práticas profissionais policialescas, de cunho “a-político”, apoiada pelo caráter técnico-científico funcionalista e positivista do modelo de Serviço Social norte-americano, assim como, em ações fragmentadas, rotineiras e burocratizadas.

Dessa maneira, o Serviço Social se beneficiou de procedimentos e instrumentos utilizados nas práticas assistenciais desenvolvidas pelos agentes da assistência e visitantes sociais, tais como: estudo das necessidades de indivíduos e famílias; do desenvolvimento da triagem e seleção dos atendidos; encaminhamentos; ajuda material e o aconselhamento, operacionalizados, a partir da realização de inquéritos sociais e de visitas domiciliares (PIRES, 2005). De acordo com esta autora, a profissão adotou técnicas de outras áreas do conhecimento de forma constante, principalmente, no Serviço Social

de Caso, Serviço Social de Grupo e Serviço Social de Comunidade. No Serviço Social de Casos, encontramos as técnicas da psicologia, como de apoio e de discussão reflexiva sobre a configuração pessoa-situação; no Serviço Social de Grupo, notamos a presença da psicologia e da pedagogia/educação; e no Serviço Social de Comunidade, as técnicas eram provenientes da sociologia, da pedagogia/educação e da psicologia social:

A literatura produzida durante o Movimento de Reconceitualização não permite, de modo geral, a percepção da continuidade ou não desse processo de adoção de técnicas [...] de forma mais ampla o Processo de Renovação que o Serviço Social vivenciou a partir de fins da década de 1960 não seguiu um mesmo padrão na abordagem e tratamento do instrumental técnico. Isto se deve justamente por esse processo ter comportado momentos e direções distintas, os quais foram captados por José Paulo Netto sob três grandes perspectivas tendenciais: Perspectiva Modernizadora; Perspectiva de Intenção de Ruptura; e Perspectiva de Reatualização do Conservadorismo. (PIRES, 2005, p. 03).

A partir da década de 1960, com o processo de renovação do Serviço Social, a Perspectiva de “Intenção de Ruptura” traz para o debate o caráter político dos instrumentais técnico-operativos utilizados no cotidiano do trabalho profissional, negando a neutralidade da ação no uso desses instrumentais.

Trindade (2001, p. 22) considera que o instrumental técnico-operativo se configura “como um conjunto articulado historicamente, pois faz parte do atendimento de necessidades reais, permeadas pelas relações sociais”. Não se constitui como “um acervo neutro e meramente técnico, embora assim seja apresentado pelo pensamento dominante” (TRINDADE, 2001, p. 22).

Para esta autora, é necessário que os profissionais compreendam que o instrumental está para além de seus “atributos técnicos, relativos ao *‘fazer profissional’*” (TRINDADE, 2001, p. 22, grifos da autora). Salienta, também, que precisa ser situado “nas implicações sociopolíticas da prática da qual ele potencializa as ações, viabilizando uma intervenção que tem uma direção social no movimento contraditório da sociedade” (TRINDADE, 2001, p. 22).

Convém ressaltar que a dimensão técnico-operativa abrange “a habilidade do assistente social no trato dos instrumentos de in-

tervenção e envolve a qualidade técnica da ação” (SANTOS, 2013, p. 28). Esta habilidade vai além dos procedimentos corretos para realizar uma entrevista, reunião, visita etc. Por isso, “para dar materialidade às intencionalidades na intervenção profissional, os profissionais precisam se apropriar de todas as dimensões de modo articulado” (SANTOS, 2013, p. 28).

Deste modo, o processo de utilização dos instrumentos “articula, também, dimensões econômico-sociais e ético-políticas, relativas aos sujeitos profissionais, individualmente, e aos sujeitos de classe” (SANTOS, 2013, p. 29). Além disso, tal processo engloba “a teoria, a ética e a política, que estão articuladas à escolha dos meios em relação à finalidade”. Desta forma, é “fundamental a habilidade no uso dos instrumentos. Além disso, a leitura crítica do real torna-se um componente ímpar para o profissional optar pelos meios mais adequados aos fins que almeja” (SANTOS, 2013, p. 30).

Com base nisto, podemos inferir que o uso de instrumentos e técnicas, bem como a habilidade técnica da(o) profissional, vai além do uso correto e rotineiro destes instrumentais, uma vez que a prática profissional deve ser dotada de intencionalidade, a fim de fortalecer os interesses da classe trabalhadora.

Assim, corroboramos com o pensamento de Guerra (2012, p. 48), no sentido de que:

É na realização da dimensão técnico-operativa da profissão que o assistente social legitima e constrói uma determinada cultura, um *ethos* profissional. É através da mesma que o assistente social articula um conjunto de saberes, recriando-lhes, dando-lhes uma forma peculiar, e constrói um “fazer” que é socialmente produzido e culturalmente compartilhado, ao tempo em que os vários atos teleológicos dos profissionais resultam na criação/renovação de novos modos de ser desta cultura. É no desenvolvimento da dimensão técnico-operativa que o profissional constrói, reproduz códigos de orientação e um conjunto de valores e normas. Esta cultura profissional, como indicou Netto (1996), incorpora objetos, objetivos, valores, racionalidades, técnicas, instrumentos, conhecimento, teorias.

Segundo Sarmiento (2012), a dimensão técnico-operativa refere-se ao fazer do assistente social no cotidiano profissional. Para tanto, faz os seguintes questionamentos: Como fazer? Para que fazer?

Se este fazer é antigo ou novo e se está em transformação ou não transforma absolutamente nada; além disso, apreende os instrumentos e técnicas como mediações que permitem os assistentes sociais efetivarem suas ações profissionais.

Neste sentido, é fundamental que o assistente social, no seu processo interventivo, tenha definido os objetivos e as finalidades de suas ações. Quando requisitado pela instituição, o profissional de Serviço Social deverá planejar suas ações e ter clareza de quais objetivos para a utilização de determinados instrumentais e técnicas, por exemplo, na realização de visita domiciliar, entrevista, reunião, elaboração de laudos e pareceres etc.

A instrumentalidade tem a ver com a relação entre meios e fins, respondendo às perguntas: Quais são os fins? Com que meios? Cabe ressaltar que o profissional pautado no projeto ético-político da profissão utilizará os meios e os fins voltando-se para a defesa dos interesses da classe trabalhadora (SARMENTO, 2012).

Entretanto, muitas vezes, o assistente social acaba adotando um comportamento policialesco na sua ação interventiva, mesmo não sendo demandado pela instituição. Parte dele mesmo, em função de sua orientação conservadora, objetivando o controle da vida dos usuários, o cerceamento de suas escolhas, o impedimento dos seus direitos baseado em avaliações moralistas, na adoção de critérios de elegibilidade pautados em preconceitos e discriminações. Isto é bastante comum nos espaços em que o assistente social participa de decisões relativas à família e em situações que expõem comportamentos que fogem aos padrões tradicionais, a exemplo da adoção de crianças por casais homoafetivos (BARROCO, 2015).

Esta autora enfatiza que o conservadorismo percorre a trajetória profissional do Serviço Social. “A profissão não é uma ilha. Ela reflete as contradições sociais, suas tendências e, como tal, a luta pela hegemonia entre ideias e projetos profissionais e societários” (BARROCO, 2015, p. 634). Assim sendo, é fundamental compreender o espaço profissional do assistente social, de que forma as demandas chegam até ele, as necessidades dos usuários e de que maneira a política social se operacionaliza na instituição. Isto contribuirá para uma ação interventiva qualificada, utilizando-se de instrumental técnico-operativo pautado em uma intencionalidade evitando, assim, uma atuação acrítica desvinculada do que prevê o projeto ético-político.

De acordo com Pires (2005), os instrumentos e técnicas, quando usados de maneira crítica, competente, e interligados com as demais dimensões, permitem que respostas sejam dadas. Os instrumentos e técnicas efetivam tanto as finalidades quanto a direção social das ações pré-definidas pelos profissionais. Encontram-se vinculados a uma direção ético-política, configurando-se como instrumentos para o desenvolvimento dos procedimentos exigidos no exercício profissional. Deste modo, podemos dizer que todo instrumental é carregado de intencionalidades teóricas que, de certo modo, o direcionam, podendo até contribuir para a ruptura com as práticas conservadoras.

Neste sentido, compreendemos que a utilização de instrumentos e técnicas, isoladamente, não proporcionam uma intervenção qualificada. Todavia, ao associá-los aos eixos ético-político e teórico-metodológico, eixos que em união envolvem a instrumentalidade no Serviço Social, a intervenção passa a ser apreendida como crítica qualificada e questionadora (GUERRA, 2012).

PISTAS METODOLÓGICAS PARA A ARTICULAÇÃO ENTRE AS DIMENSÕES TÉCNICO-OPERATIVA, TEÓRICO-METODOLÓGICA E ÉTICO-POLÍTICA

No intuito de não perder de vista a articulação da dimensão técnico-operativa com as dimensões teórico-metodológica e ético-política, buscamos aqui sistematizar algumas ‘pistas metodológicas’ que contribuam para evidenciar a indissociabilidade e as especificidades destas dimensões no trabalho profissional. Inicialmente, procuraremos sinalizar como ocorre a unidade das dimensões, como as demais dimensões estão consubstanciadas na dimensão técnico-operativa que porta a característica da materialidade, pois é ela que dá visibilidade ao trabalho profissional (GUERRA, 2012).

Entretanto, a visibilidade da dimensão técnico-operativa no trabalho profissional pode gerar uma dupla interpretação. Por um lado, é possível compreender esta unidade, mesmo sem ela mostrar-se na aparência. Por outro lado, também pode derivar uma leitura enviesada da profissão, colocando-a oposta ao projeto ético-político e pôr em xeque a unidade da tríade. Ambas as leituras são portado-

ras de “referencial ideocultural e teórico-metodológico” (GUERRA, 2012, p. 40).

Quando a indissociabilidade é questionada, o direcionamento teórico observado guarda relação com um referencial fundamentado na concepção/racionalidade restrita a formal-abstrata, também denominada por Guerra (2002) de razão instrumental. Nesta perspectiva, há o entendimento que esta forma de conceber a profissão subjaz teorias como: “a sociologia positivista, o estrutural funcionalismo, a teoria sistêmica, o estruturalismo, o pragmatismo, o neopositivismo lógico” (GUERRA, 2012, p. 62), todas elas reféns das ações para resultados imediatos adequados às necessidades e aos interesses da sociabilidade capitalista.

Diante disto, implica dizer que, mesmo sem admitir a presença das demais dimensões – teórico-metodológica e ético-política –, reforçamos aqui que o modo de perceber a profissão revela uma concepção, há um significado presente, sobretudo quando há “concepções de Serviço Social em disputa” (GUERRA, 2012, p. 62).

Ainda sobre a visibilidade da dimensão técnico-operativa, no trabalho profissional da(o) assistente social, destacamos que se for observada somente a aparência, credita-se uma pseudoautonomia desta dimensão, em relação às outras duas. Por isso, a visibilidade da unidade deve ser vislumbrada a partir da perspectiva do materialismo histórico-dialético. Tal ponto de partida é necessário para compreender esta unidade dialética que se processa entre as três dimensões, pois para esta perspectiva é necessário fazer um procedimento que pressupõe uma negação da aparência para alcançar o âmago do que se analisa (MARTINS; LAVOURA, 2018).

A partir deste procedimento é que se pode “ascender do abstrato ao concreto e captar o conjunto dos nexos e relações dos diferentes elementos que constituem a totalidade de um objeto ou fenômeno” (MARTINS; LAVOURA, 2018, p. 227). Ainda com base no mesmo autor, a totalidade pode ser entendida “[...] como uma unidade de máxima complexidade constituída por diferentes elementos também complexos (com menores graus de complexidade), os quais, em suas relações, constituem e sintetizam aquela totalidade” (p. 227).

No trabalho profissional, as especificidades da tríade das dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa

se articulam e se produzem como uma totalidade. Este movimento ocorre quando o profissional, a fim de responder às demandas postas ao Serviço Social, na imediaticidade do cotidiano, movimenta a tríade a partir da dimensão técnico-operativa.

Neste circuito, a mediação enquanto uma categoria reflexiva que permite a análise do real é partícipe de um movimento que produz elaborações intelectivas de mediações que são processadas pelo profissional, no intuito de reconstruir o objeto para apreensão do real, ocorre também a apreensão dos elementos que são decompostos favorecendo a emersão das mediações ontológicas (PONTES, 1995). Para Carvalho (2000), “a mediação diz respeito aos processos de passagem” (p. 52) [...] “o movimento se realiza por mediações que fazem a passagem” (p. 53), passagem da exclusão-inclusão e passagem singular-coletivo são mediações que o Serviço Social faz (CARVALHO, 2000).

Sem a categoria mediação, a passagem entre o imediato e o mediato (PONTES, 1995) seria inócua. Ela é intrínseca ao real, mas precisa estar imbricada com a direção ético-política do projeto profissional emancipador do Serviço Social e, assim, possibilitar a reconstrução do real, do profissional e do trabalho profissional, sendo a mediação a categoria *sine qua non* para este processo, sem ela e o rompimento da superficialidade do conhecimento inicial do real, dado pela imediaticidade-abstração, não se avança para outro nível superior e de entendimento crítico deste real concreto.

Ainda sobre a centralidade da categoria mediação, de acordo com Netto (2000), “na estrutura ontológica da realidade e na sua reprodução pela razão teórica – só ela permite viabilizar a dinâmica da totalidade concreta” (p. 82). [...] por sua vez, só existe nos e entre os complexos constitutivos da totalidade” (p. 82). Neste sentido, a mediação se expressa como ontológica e reflexiva, realizando dois movimentos distintos, presença inerente à dinâmica do real e movimentada também pela razão teórica.

Portanto, as respostas às expressões da questão social, no trabalho profissional, no cotidiano, a partir da dimensão técnico-operativa, fazem emergir a relação intrínseca entre as demais dimensões, quando a perspectiva do materialismo-histórico-dialético é utilizada e quando o conhecimento do real é reelaborado pela razão teórica,

operando medições, submerso no campo de mediações no complexo mundo do real, num processo aberto e infinito, vislumbrando intervenções com o horizonte na emancipação humana.

Diante disso, respostas emancipadoras desafiam o profissional, no cotidiano, considerando que nas respostas apresentadas às demandas pelo Serviço Social encontra-se “[...] a mera reprodução ou [...] o novo” (GUERRA, 2012, p. 40).

A(O) profissional de Serviço Social é vista(o) neste processo como aquele mediador que não somente interpreta e avalia os fatos, mas aquele que mobiliza a razão teórica para a percepção, o conhecimento e a intervenção, ou seja, um sujeito crítico, criativo e propositivo que possui uma relativa autonomia no espaço sócio-ocupacional e, com isso, pode fazer escolhas fundamentadas no projeto ético-político da profissão.

Entretanto, pontuamos que, ao se considerar a relativa autonomia e as escolhas do profissional, deve ser observado o caráter contraditório da relação capital e trabalho e, ao mesmo tempo, o trabalho como mediação para a transformação do homem e da sociedade, ou seja, limites e possibilidades se apresentam para a(o) trabalhadora/or assistente social. Enquanto uma/um trabalhadora/or assalariada(o), a(o) assistente social é um sujeito que expressa tanto a alienação quanto a resistência, em meio a essas ambiguidades, a direção a seguir é ponto fulcral, isto requer dizer que os sistemas de mediações e determinações socio-históricas inerentes à sociabilidade capitalista e aos espaços sócio-ocupacionais devem ser tensionados pela direção ético-política do Serviço Social pela emancipação humana.

Esta questão traz à tona o reconhecimento de uma discussão necessária, a de que os instrumentos e técnicas, elementos da dimensão técnico-operativa, articulam organicamente às demais dimensões e, ainda, que devem ser alinhados à teleologia no projeto ético-político da profissão:

Assim, a definição sobre o que fazer e como fazer tem que ser articulada ao por que fazer (significado social do profissional e sua funcionalidade ou não ao padrão dominante), ao para que fazer (indicando as finalidades/teleologia do sujeito profissional) e ao com o que fazer (com que meios, recursos e através de que mediações ou sistemas de mediações). (GUERRA, 2012, p. 43).

As dimensões teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política são requisitos de base para as respostas dos profissionais, as quais são respostas concretas para situações concretas, num espaço sócio-ocupacional em particular. Portanto, o profissional deve reconhecer que as técnicas e os instrumentos não são neutros e que eles ganham significados a partir dos conteúdos que lhes forem atribuídos.

A ruptura entre os meios e os fins reduz a profissão, de acordo com (GUERRA, 2012, p. 48), “em um meio para alcançar qualquer finalidade”. Segundo a mesma autora, as demandas que chegam à profissão fazem conexão à lógica formal abstrata da razão instrumental. Guerra (2012, p. 464), em suas argumentações, exemplifica com a política de assistência social: “[...] que fica restrito à aplicação de normas vinculadas a administrar a concessão de benefícios, rotinas, baseado em critérios seletivos, quantitativos e condicionalidades, em uma racionalidade do cálculo em procedimentos formais, manipulatórios”.

Notamos que as demandas que chegam à profissão virão sem o conteúdo do projeto profissional, pois a razão instrumental, lógica orientadora da sociedade capitalista, imprime e remete à profissão uma postura tecnicista, por meio de intervenções assépticas. Mas cabe à categoria, ao profissional, problematizar tal questão e dar respostas qualificadas, mobilizando o tripé que sustenta o Serviço Social, as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, sem permitir o esvaziamento do projeto emancipador da profissão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A intervenção profissional depende da indissociabilidade entre as dimensões técnico-operativa, teórico-metodológica e ético-política. Não se trata de operar como se houvesse uma sequência destas dimensões, mas, sim, uma inter-relação simultânea, uma interdependência em que a existência de uma depende da outra; ou seja, uma coexistência tripla.

Sendo assim, mesmo que se enfatize determinada dimensão, as demais não podem deixar de serem consideradas. Não podemos

nos esquecer, ainda, de destacar que a instrumentalidade racional que atravessa esta trilogia é constituída pelo contexto das relações sociais e das forças produtivas. É, exatamente, nesta relação que faz sentido a materialidade profissional, não como algo “concreto”, mas como uma oposição de disputas societárias que estão em constante movimento contraditório.

Vale, ainda, mencionar que a articulação entre as três dimensões é um desafio constante para o profissional, considerando o momento em que vivemos, atualmente, marcado pelo avanço do neoconservadorismo, da ascensão do neofascismo e da ofensiva da racionalidade neoliberal, movimentos que têm se espalhado em todas as esferas da vida cotidiana.

A realidade profissional tem sido marcada pelo desmonte das políticas públicas e sociais, pela perda dos direitos sociais e pela precarização das condições de trabalho, além, é claro, de um momento histórico pandêmico de dimensões mundiais. Nenhum profissional está impune a esta avassaladora realidade e, por isso, mais do que nunca, nossa profissão se faz necessária e fundamental num movimento de reafirmar e fortalecer nosso projeto ético-profissional, comprometido com a classe trabalhadora e com a transformação social.

REFERÊNCIAS

BARROCO, Maria Lúcia S. **Fundamentos éticos do Serviço Social**. In: Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. p. 165-184. ABEPSS; CFESS (Orgs.). Brasília: CFESS/ABEPSS, UnB, 2009.

BARROCO, Maria Lúcia S. **Não passarão!** Ofensiva neoconservadora e Serviço Social. Revista Serviço Social & Sociedade, n. 124, out./dez. São Paulo: Cortez Editora, 2015.

BRANDÃO, Thiago B. **Burocracia e Serviço Social: uma ameaça ao projeto ético-político da profissão?** Distrito Federal: UnB, 2007. 263 p. Tese (Doutorado em Política Social) – Programa de Pós-Graduação em Política Social do Departamento de Serviço Social. Universidade de Brasília, Distrito Federal, 2007.

CARVALHO, Maria do Carmo B. **O conhecimento da vida cotidiana; base necessária à prática social.** In: Cotidiano: conhecimento e crítica. 5. ed. NETTO, José Paulo; CARVALHO, Maria do Carmo B. (Orgs.). São Paulo: Cortez Editora, 2000.

CARDOS, Priscila Fernanda G.; DOI, Doroth de Assis S. **Reflexões sobre a dimensão técnico-operativa na formação em Serviço Social.** Revista Temporalis, ano 17, n. 33, p. 41-60. Brasília, jan./jun. 2017.

GUERRA, Yolanda. **A instrumentalidade do Serviço Social.** São Paulo: Cortez Editora, 1999.

GUERRA, Yolanda. **A dimensão técnico-operativa do exercício profissional.** In: A dimensão técnico-operativa no Serviço Social: desafios contemporâneos. p. 15-39. SANTOS, Cláudia Mônica dos; BACKX, Sheila; GUERRA, Yolanda (Orgs.). Juiz de Fora: UFJF, 2012.

IAMAMOTO, Marilda V. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional.** São Paulo: Cortez Editora, 1998.

MARCONI, Marina de A.; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do trabalho científico.** São Paulo: Editora Atlas, 1992.

MARTINS, Lígia Márcia; LAVOURA, Tiago Nicola. **Materialismo histórico-dialético: contributos para a investigação em educação.** Educar em Revista, v. 34, n. 71, p. 223-239. Curitiba, set./out. 2018.

NETTO, José Paulo. **Para a crítica da vida cotidiana.** In: Cotidiano: conhecimento e crítica. 5. ed. NETTO, José Paulo; CARVALHO, Maria do Carmo B. de (Orgs.). São Paulo: Cortez Editora, 2000.

PIRES, Sandra Regina A. Técnica: uma aproximação histórico-conceitual. Serviço Social em Revista, v. 7, n. 02, jan./jun. 2005. Disponível em: <<http://www.ssrevista.uel.br>>. Acesso em: 05 ago. 2022.

PONTES, Reinaldo N. **Mediação e Serviço Social: um estudo preliminar sobre a categoria e sua apropriação pelo serviço social.** São Paulo: Cortez Editora, 1995.

RAMOS, Adriana. **Dimensão Técnico-Operativa do Serviço Social: notas introdutórias sobre os instrumentos e técnicas e o projeto ético-político.** In: A dimensão técnico-operativa no trabalho do assistente social: ensaios críticos. RAMOS, Adriana; SANTOS, Francine

H. C. dos (Orgs.). Campinas: Editora Papel Social, 2018.

SANTOS, Cláudia Mônica dos. **A dimensão técnico-operativa e os instrumentos e técnicas no Serviço Social**. Revista Conexão Geraes, p. 25-30. CRESS-MG. Minas Gerais, 2013. Disponível em: <<https://bit.ly/3yLZWM2>>. Acesso em: jul. 2022.

SANTOS, Cláudia Mônica dos. **Os Instrumentos e Técnicas: mitos e dilemas na formação profissional do assistente social**. 248 p. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social - Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ. Rio de Janeiro, 2006.

SANTOS, Cláudia Mônica dos; SOUZA FILHO, Rodrigo de; BACKX, Sheila. **A dimensão técnico-operativa do Serviço Social: Questões para Reflexão**. In: A dimensão técnico-operativa no Serviço Social: desafios contemporâneos. p. 15-39. SANTOS, Cláudia Mônica dos; BACKX, Sheila; GUERRA, Yolanda (Orgs.). Juiz de Fora: UFJF, 2012.

SARMENTO, Hélder B. M. **Instrumental técnico e o Serviço Social**. In: A dimensão técnico-operativa no Serviço Social: desafios contemporâneos. SANTOS, Cláudia Mônica dos; BACKX, Sheila; GUERRA, Yolanda (Orgs.). Juiz de Fora: UFJF, 2012.

TEIXEIRA, Joaquina B.; BRAZ, Marcelo. **O projeto ético-político do Serviço Social**. In: Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. p. 186-199. ABEPSS; CFESS (Orgs.). Brasília: CFESS/ABEPSS, UnB, 2009.

TRINDADE, Rosa Lúcia P. **Desvendando as determinações sócio-históricas do instrumental técnico-operativo do Serviço Social na articulação entre demandas sociais e projetos profissionais**. Revista Temporalis, v. 2, n. 4. Brasília, jul./dez. 2001. Disponível em: <<http://www.cressrn.org.br/files/arquivos/65N06Bp3L00eI373q8j6.pdf>>. Acesso em: 10 ago. 2022.

YAZBEK, Maria Carmelita. **A dimensão política do trabalho do assistente social**. Revista Serviço Social & Sociedade, n. 120, p. 677-693, out./dez. São Paulo: Cortez Editora, 2014.

SOBRE OS/AS AUTORES/AS

ADRIANA DE AZEVEDO MATHIS

Assistente Social. Doutora em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Pós-Doutorado na Universidade Livre de Berlim/Alemanha. Professora Associada da Faculdade de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Pará (UFPA). Coordenadora do Grupo de Pesquisa Trabalho, Direitos Humanos e Seguridade Social (TRADHUSS). Lattes: <<http://lattes.cnpq.br/4097998262711403>>. ORCID: <<https://orcid.org/0000-0002-7841-2086>>. E-mail: aazevedo@ufpa.br

ANA LÚCIA SUÁREZ MACIEL

Assistente Social. Mestre e Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), onde atua como docente, pesquisadora e líder do Grupo de Estudos sobre Gestão Social e Formação em Serviço Social (FORMASS). Bolsista de Produtividade em Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq (Nível 2). Lattes: <<http://lattes.cnpq.br/9819360443875331>>. ORCID: <<https://orcid.org/0000-0002-5578-4637>>. E-mail: ana.suarez@pucrs.br

BEATRIZ GERSHENSON

Doutora em Serviço Social pela PUCRS (2003). Professora Titular de Serviço Social na Escola de Humanidades da PUCRS. Coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisas em Ética e Direitos Humanos. Lattes: <<http://lattes.cnpq.br/4635554227009868>>. ORCID: <<https://orcid.org/0000-0002-4118-9749>>. E-mail: beatrizg@pucrs.br

CAMILA ROCHA DOS SANTOS

Assistente Social. Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Integrante do Grupo de Pesquisa Estudos de Sustentabilidade, Trabalho e Direitos na Amazônia ES-

TRADAS/UFAM. Graduada em Serviço Social pela UFAM. Especialista em Formação Integrada Multiprofissional em Educação Permanente em Saúde pelo Núcleo de Educação, Avaliação e Produção Pedagógica em Saúde (EducaSaúde) da Escola de Enfermagem, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. Bolsista pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas. Lattes: <<http://lattes.cnpq.br/5701034202469188>>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3779-3350account_circle>. E-mail: rochacami-la049@gmail.com

CARLA OLIVEIRA JACQUES

Assistente Social vinculada à Secretaria de Planejamento e Gestão do Rio Grande do Sul (SPGG-RS). Mestre e Doutoranda em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Integrante do Núcleo de Estudos em Políticas e Economia Social (NEPES). Lattes: <<http://lattes.cnpq.br/8337693948537249>>. ORCID: <<https://orcid.org/0000-0001-5305-331>>. E-mail: carla.jacques@acad.pucrs.br

CILENE BRAGA

Assistente Social com Mestrado e Doutorado em Política Social pela Universidade de Brasília e Pós-Doutorado em Política Social pelo Instituto Universitário de Lisboa - ISCTE/Portugal. Professora Adjunta do curso de Graduação e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Pará. Lattes: <<http://lattes.cnpq.br/7861229047014616>>. ORCID: <<https://orcid.org/0000-0002-2342-2818>>. E-mails: cilene@ufpa.br e cilenelins@yahoo.com.br

CRISTIANE BONFIM FERNANDEZ

Assistente Social. Professora do Departamento de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas. Doutora em Política Social pela Universidade de Brasília. Líder do Grupo de Estudo e Pesquisa em Processo de Trabalho e Serviço Social na Amazônia (GETRA). Bolsista de Produtividade em Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

- CNPq (Nível 2). Lattes: <<http://lattes.cnpq.br/2022338716203801>>. ORCID: <<https://orcid.org/0000-0003-1474-8987>>. E-mail cristiane@ufam.edu.br

ERICA BOMFIM BORDIN

Assistente Social. Mestre e Doutora em Serviço Social pelo PPGSS/PUCRS; Principais temas de estudo: Sociedade Civil, Política Social, Gestão Social e Teoria Gramsciana. Realiza Estágio Pós-Doutoral no PPGSS/PUCRS, com atividades na área de pesquisa e docência como Professora Colaboradora. Lattes: <<http://lattes.cnpq.br/3635185137407777>>. ORCID: <<https://orcid.org/0000-0002-7814-6603>>. E-mail: erica.bordin@pucrs.br

ESCARLETE RAÍSSA EVANGELISTA DA SILVA

Assistente Social formada pela Universidade Federal do Amazonas (2019). Mestre em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia formada no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia (PPGSS). Vinculada ao Grupo de Pesquisa e Estudos de Serviço Social, Trabalho e Direitos na Amazônia (ESTRADAS). Lattes: <<http://lattes.cnpq.br/8441195132617826>>. ORCID: <<https://orcid.org/0000-0003-4729-5937>>. E-mail: escarleteiraissa@gmail.com

FERNANDA XAVIER ARENA

Pós-Doutoranda na Escola de Humanidades da PUCRS, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Membro do Núcleo de Pesquisa e Estudos sobre Trabalho, Saúde e Intersetorialidade (NETSI), com interesse de pesquisa em temas voltados à qualidade de vida profissional em diferentes âmbitos laborais. Lattes: <<http://lattes.cnpq.br/8459611643719600>>. ORCID: <<https://orcid.org/0000-0002-4675-1630>>. E-mail: fernanda.xavier@pucrs.br

GLENY TEREZINHA DURO GUIMARÃES

Pesquisadora Produtividade do CNPq. Membro da Comissão de Avaliação de Cursos da Graduação INEP/MEC. Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Letras PPGL/UFRGS, Linha de Pesquisa: Análises textuais, discursivas e enunciativas. Foi docente

no Curso de Serviço Social e no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Escola de Humanidades da PUCRS (1991-2022/1). Pós-Doutorado em Serviço Social pela Universidade Católica Portuguesa - Lisboa (2005). Doutorado em Serviço Social pela PUCRS (1995). Mestrado em Serviço Social pela PUCRS (1991). Graduação em Serviço Social pela PUCRS (1986). Graduação em Pedagogia pela UFRGS (1987). Graduação em Filosofia pela PUCRS (2017). Lattes: <<http://lattes.cnpq.br/7578246905073618>>. ORCID: <<https://orcid.org/0000-0001-7465-1330>>. E-mail: gleny@pucrs.br

HAMIDA ASSUNÇÃO PINHEIRO

Assistente Social. Professora da Graduação em Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Doutora em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia pela UFAM. Pós-Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Líder do Grupo de Pesquisa Estudos de Sustentabilidade, Trabalho e Direitos na Amazônia (ESTRADAS). Membro da Coordenação Nacional do Grupo Temático de Pesquisa (GTP) Serviço Social: fundamentos, formação e trabalho profissional da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS). Bolsista de Produtividade em Pesquisa (PQ2) pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Lattes: <<http://lattes.cnpq.br/6392995719018586>>. ORCID: <<https://orcid.org/0000-0001-7881-2605>>. E-mails: hamida.assuncao@gmail.com e hamida@ufam.edu.br

JANE CRUZ PRATES

Doutora em Serviço Social pela PUCRS (2003). Pós-Doutora em Serviço Social pela PUC-SP (2016). Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS desde 2010. Coordenadora do Núcleo de Pesquisa em Políticas e Economia Social – NEPES (a partir de 2019). Líder do Grupo de Estudos sobre Teoria Marxiana, Ensino e Políticas Públicas – GETEMPP (desde 2008). Lattes: <<http://lattes.cnpq.br/1901733198724508>>. ORCID: <<https://orcid.org/0000-0003-0539-3600>>. E-mail: jprates@pucrs.br

JOANA VALENTE SANTANA

Assistente Social. Doutora em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Docente da Faculdade e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS) da Universidade Federal do Pará (UFPA). Coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisas Cidade, Habitação e Espaço Humano (GEP-CIHAB). Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq. Coordenadora Adjunta da área de Serviço Social na CAPES (2018-2022). ORCID: <<https://orcid.org/0000-0003-4033-1317>>. E-mails: joanavalente@ufpa.br e joanavalentesantana@gmail.com

LAÍS DUARTE CORRÊA

Assistente Social, graduada em Serviço Social pela Universidade de Caxias do Sul (UCS). Mestra em Política Social e Serviço Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Doutoranda em Serviço Social na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Bolsista do CNPq. Atualmente, é representante discente da Pós-Graduação em Serviço Social da PUCRS, integrante do GEPETFESS/UFRGS, do Grupo de Estudos e Pesquisa Trabalho e Política Social na América Latina CNPq/UFSC, Núcleo de Pesquisa em Políticas e Economia Social – NEPPS/ PUCRS e do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Políticas Públicas e Sociais – NEPPPS/UCS. Lattes: <<http://lattes.cnpq.br/9677014662192354>>. E-mail: duarte.lais@hotmail.com

LIDIANY DE LIMA CAVALCANTE

Assistente Social. Doutora em Sociedade e Cultura na Amazônia. Professora do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas. Coordenadora do Laboratório de Estudos de Gênero. Membro do Grupo de Pesquisa em Gestão Social, Direitos Humanos e Sustentabilidade na Amazônia (GEDHMAM/UFAM). Lattes: <<http://lattes.cnpq.br/6833372279403809>>. ORCID: <<https://orcid.org/0000-0003-0477-6386>>. E-mail: lidiany@ufam.edu.br

LUCILENE FERREIRA DE MELO

Assistente Social. Doutorado em Ciências Biológicas pelo INPA. Pós-Doutorado em Serviço Social pela UFRN. Professora do

Departamento de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia – PPGSS/UFAM. Atuante no Grupo de Pesquisa Gestão Social, Direitos Humanos e Sustentabilidade na Amazônia - GEDHS/UFAM. Lattes: <<http://lattes.cnpq.br/5360406300645653>>. ORCID: <<https://orcid.org/0000-0002-8667-1846>>. E-mail: lucilenefmelo@yahoo.com.br

MARIA ANTÔNIA CARDOSO NASCIMENTO

Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Professora da Faculdade de Serviço Social (FASS) e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Pará (PPGSS/UFPA). Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas Trabalho, Estado e Sociedade na Amazônia (GE-P-TESA). Lattes: <<http://lattes.cnpq.br/2918467728101022>>. ORCID: <<https://orcid.org/0000-0002-2931-1967>>. E-mail: mariaant@ufpa.br

MARIA ISABEL BARROS BELLINI

Docente na Graduação e Pós-Graduação no Curso de Serviço Social da Escola de Humanidades da PUCRS. Pesquisadora Produtividade do CNPq. Coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisa em Trabalho, Saúde e Intersectorialidade/NETSI/PPGSS/PUCRS. Coordenadora do Núcleo de Pesquisa da Escola de Saúde Pública/ Secretaria Estadual de Saúde/RS. Lattes: <<http://lattes.cnpq.br/2580883296650341>>. ORCID: <<https://orcid.org/0000-0003-1680-5009>>. E-mails: maria.bellini@pucrs.br e maria-bellini@saude.rs.gov.br

MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO RODRIGUES CHAVES

Professora Titular da UFAM, vinculada ao Departamento de Serviço Social, ao PPG Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia, ao PPG em Biotecnologia. Doutora em Política Científica e Tecnológica-UNICAMP e em Processus d'Innovation Change-ments Organisationnel no Centre International de Recherche Sur l'Environnement et le Devellopment (CIRED), Paris/França. Lattes: <<http://lattes.cnpq.br/0251938411548526>>. ORCID: <<https://orcid.org/>>

org/0000-0003-4289-2257>. E-mails: socorro.chaves@outlook.pt e socorro.chaves@pq.cnpq.br

MARINEZ GIL NOGUEIRA CUNHA

Assistente Social. Professora Doutora vinculada ao Departamento de Serviço Social da Universidade Federal do Amazonas (UFAM) e ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia (PPGSS/UFAM). Pós-Doutoranda em Serviço Social pela PUCRS/2022. Coordenadora Geral do Projeto PROCAD/Amazônia, do qual se origina este livro. Líder do Grupo de Pesquisa sobre Gestão Social, Direitos Humanos e Sustentabilidade na Amazônia (GEDHMAM/UFAM). Lattes: <<http://lattes.cnpq.br/1025592413685937>>. ORCID: <<https://orcid.org/0000-0001-9415-0285>>. E-mail: marinezgil@ufam.edu.br

MICHAEL DA COSTA LAMPERT

Assistente Social formado pelo curso de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Mestre e Doutorando em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), onde é pesquisador na área de Serviço Social, Ensino e Formação. Lattes: <<http://lattes.cnpq.br/9370744872161948>>. ORCID: <<https://orcid.org/0000-0003-2939-1423>>. E-mail: mclampert@outlook.com

NÁDIA SOCORRO FIALHO NASCIMENTO

Doutora em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professora da Faculdade de Serviço Social (FASS) e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Pará (PPGSS/UFPA). Membro do Grupo de Pesquisa em Políticas Urbanas e Movimentos Sociais na Amazônia (GPPUMA). Lattes: <<http://lattes.cnpq.br/0757907626776627>>. ORCID: <<https://orcid.org/0000-0002-9680-7006>>. E-mail: fialho@ufpa.br

PATRÍCIA KRIEGER GROSSI

PhD em Serviço Social pela Universidade de Toronto (Canadá). Professora Adjunta da Graduação e Pós-Graduação em Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Gerontologia Biomédica

da PUCRS. Líder do Grupo de Estudos e Pesquisa em Violência – NEPEVI. Pesquisadora Produtividade em Pesquisa do CNPq 1C. Lattes: <<http://lattes.cnpq.br/4275343111687273>>. ORCID: <<https://orcid.org/0000-0002-0851-639X>>. E-mail: pkgrossi@pucrs.br

PEDRO ALBERTO CARDOSO SAMUEL

Advogado. Mestre em Política Social e Serviço Social pela UFRGS. Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social na PUCRS. Pesquisador do Núcleo de Estudos em Políticas e Economia Social (NEPES). Lattes: <<http://lattes.cnpq.br/3670132908997428>>. ORCID: <<https://orcid.org/0000-0001-8119-9960>>. E-mail: pedro.samuel.adv@gmail.com

ROBERTA FERREIRA COELHO DE ANDRADE

Doutora em Sociedade e Cultura na Amazônia pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Pós-Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Professora Associada do Departamento de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia da UFAM. Líder do Grupo de Pesquisa e Estudos de Sustentabilidade, Trabalho e Direitos na Amazônia (ESTRADAS). Lattes: <<http://lattes.cnpq.br/6518749034599659>>. ORCID: <<https://orcid.org/0000-0002-6535-0760>>. E-mail: roberta_ufam@yahoo.com.br

RODRIGO DOS SANTOS NUNES

Assistente Social. Pós-Doutorando (PNPD/CAPES) pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PPGSS/PUCRS). Integrante do Grupo de Estudos em Teoria Marxiana, Ensino e Políticas Públicas (GTEMP), vinculado ao Núcleo de Estudos em Políticas e Economia Social (NEPES). Editor assistente na Revista Textos & Contextos (Porto Alegre). Lattes: <<http://lattes.cnpq.br/5614127638718182>>. ORCID: <<http://orcid.org/0000-0002-4523-8165>>. E-mails: rodrigo.s.nunes@hotmail.com e rodrigo.nunes@pucrs.br

ROSELENE PORTELA

Assistente Social. Professora Adjunta da Faculdade de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS/UFPA). Doutora em Ciências Socioambientais pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA/UFPA). Integrante do GPPUMA. Lattes: <<http://lattes.cnpq.br/6438556520914699>>. ORCID: <<https://orcid.org/0000-0003-3339-3528>>. E-mail: roselene@ufpa.br

SANDRA HELENA RIBEIRO CRUZ

Assistente Social. Doutora em Ciências Socioambientais pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará. Professora Associada da Faculdade de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Pará. Líder do Grupo de Estudo e Pesquisa em Políticas Urbanas e Movimentos Sociais na Amazônia (GPPUMA). Lattes: <<http://lattes.cnpq.br/6427847823348453>>. ORCID: <<https://orcid.org/0000-0002-9360-5759>>. E-mail: cruz.sandra761@gmail.com

SOLANGE MARIA GAYOSO DA COSTA

Assistente Social. Doutora em Ciências Socioambientais pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos – NAEA/UFPA. Professora Associada I da Faculdade de Serviço Social (FASS) e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Pará (PPGSS/UFPA). Coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisas Sociedade, Território e Resistência na Amazônia (GESTERRA). Bolsista de Produtividade PQ-2/CNPq. Lattes: <<http://lattes.cnpq.br/2325286514501589>>. ORCID: <<https://orcid.org/0000-0002-5542-3663>>. E-mail: solgayoso@ufpa.br

THIANA ORTH

Jornalista. Mestra em Comunicação e Doutora em Serviço Social pela PUCRS. Atualmente, realiza estágio Pós-Doutoral na Escola de Humanidades da PUCRS, vinculada ao PPGSS. Pesquisadora do Núcleo de Estudos em Políticas e Economia Social (NEPES). Lattes: <<http://lattes.cnpq.br/5079094253564520>>. ORCID: <<https://orcid.org/0000-0001-6706-9879>>. E-mail: thiana.orth@puccrs.br

VERA LÚCIA BATISTA GOMES

Assistente Social. Mestre em Serviço Social (UFPA). Doutora em Sociologia do Trabalho pela Université de Picardie Jules Verne - Amiens/France. Docente dos cursos de Graduação e Pós-Graduação em Serviço Social/UFPA. Coordenadora Local na UFPA do projeto PROCAD/Amazônia, do qual se origina este livro. Líder do Grupo de pesquisa “Trabalho, Estado e Sociedade na Amazônia/GEP_TESA/PPGSS-UFPA. Temas de pesquisa: transformações no mundo do trabalho, trabalho profissional do assistente social, saúde do trabalhador, política de trabalho, emprego e renda etc. Lattes: <<http://lattes.cnpq.br/9114006776434389>>. ORCID: <<https://orcid.org/0000-0002-8146-5082>>. E-mails: veragomesbelem@hotmail.com e veralucia@ufpa.br

WELSON DE SOUSA CARDOSO

Estatístico. Mestre em Serviço Social e Doutor em Ciências Socioambientais. Professor e Pesquisador do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e da Faculdade de Serviço Social do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Pará (UFPA). Lattes: <<http://lattes.cnpq.br/3892611396039907>>. ORCID: <<https://orcid.org/0000-0003-1680-9376>>. E-mail: cardoso@ufpa.br



MARINEZ GIL NOGUEIRA CUNHA

Assistente Social. Professora Doutora em Biotecnologia na área de Gestão da Inovação, é vinculada ao Departamento de Serviço Social da Universidade Federal do Amazonas (UFAM) e ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia (PPGSS/UFAM). É Coordenadora Geral do Projeto Procad Amazônia do qual se origina este livro. Líder do Grupo de Pesquisa sobre Gestão Social, Direitos Humanos e Sustentabilidade na Amazônia (GEDHS).



JANE CRUZ PRATES

Assistente Social. Doutora em Serviço Social pela PUCRS e Pós-doutora em Serviço Social pela PUCSP. É coordenadora do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Coordenadora do Núcleo de Pesquisa em Políticas e Economia Social – NEPES. É a Coordenadora Local na PUCRS do projeto Procad Amazônia do qual se origina este livro. Líder do Grupo de Estudos sobre Teoria Marxiana, Ensino e Políticas Públicas – GETEMPP. É pesquisadora Produtividade 1C do CNPq.



VERA LÚCIA BATISTA GOMES

Assistente social. Mestre em Serviço Social pela UFPA. Doutora em Sociologia do Trabalho pela Université de Picardie Jules Verne - Amiens/ France. Docente do curso de graduação e Pós-Graduação em Serviço Social da UFPA. É a coordenadora local na UFPA do projeto Procad Amazônia do qual se origina este livro. É líder do Grupo de pesquisa Trabalho, Estado e Sociedade na Amazônia/ GEPTESA/PPGSS-UFPA. É Bolsista de Produtividade em Pesquisa (PQ2) pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).



HAMIDA ASSUNÇÃO PINHEIRO

Assistente Social. Professora da Graduação em Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia da UFAM. Doutora em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia pela UFAM. É Pós-doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Líder do Grupo de Pesquisa Estudos de Serviço Social, Trabalho e Direitos na Amazônia (ESTRADAS). É membro da Coordenação Nacional do Grupo Temático de Pesquisa (GTP) Serviço Social: fundamentos, formação e trabalho profissional da ABEPSS. É membro da Rede de Pesquisa sobre Trabalho do Assistente Social (RETAS). É Bolsista de Produtividade em Pesquisa (PQ2) pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

O cenário instituído pela financeirização do capital, somado às investidas neoliberais, com boas “pitadas” do conservadorismo no cenário mundial, o Brasil na sua particularidade dependente e com uma nacionalidade frágil, a pesquisa e a ciência vivenciam dias árduos com os desfinanciamentos, a deslegitimidade, a desqualificação e o não reconhecimento da Universidade. Todavia, há a resistência e, neste sentido, a partir da experiência da cooperação acadêmico-científica dos Programas de Pós-Graduação de Serviço Social da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) e da Universidade Federal do Pará (UFPA), por meio do Programa Nacional de Cooperação Acadêmica – PROCAD/Amazônia, que as pesquisadoras das equipes das referidas universidades Marinez Gil Nogueira (UFAM), Jane Cruz Prates (PUCRS), Vera Lúcia Batista Gomes (UFPA) e Hamida Assunção Pinheiro (UFAM) organizam o terceiro volume da coletânea de textos “PROCAD Amazônia: contribuições teóricas para a análise sobre a formação e trabalho profissional”.

A pesquisa e a construção do conhecimento vêm desafiando o movimento anti-ciência e pesquisa, bem como as distâncias geográficas, e ainda possibilitando analisar o Serviço Social e o trabalho profissional, na totalidade brasileira, mas sem desconsiderar as particularidades regionais, entre o Norte e o Sul do país, pois com a atual conjuntura os desafios postos são diversos, contudo, possíveis de enfrentamento quando se vivenciam e constroem resistências coletivas.

Este PROCAD, com toda a sua produção, é uma das expressões da resistência da pós-graduação e da profissão em Serviço Social, que na direção contra-hegemônica do capital tem se constituído como área de construção do conhecimento, bem como de resistências na defesa dos direitos sociais e humanos da classe trabalhadora.

Aproveite a leitura!

*Professora Dra. Rose Santos
Vice-Presidente da ABEPSS – Região Norte*



ISBN - 978-85-5467-260-7



9 788554 672607

